

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**O APROVISIONAMENTO CEREALÍFERO DE ROMA
DO PRINCIPADO DE AURELIANO (270-275) AO TÉRMINO DO
IMPÉRIO ROMANO DO OCIDENTE**

ÁLVARO MIGUEL AFECTO MARTINHO

Tese orientada pelo Prof. Doutor Amílcar R. Guerra, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História (História Antiga)

2017

ÍNDICE

| | |
|--|------------|
| Resumo | 7 |
| Introdução | 9 |
| Abreviaturas e dados cronológicos | 13 |
| 1. A Roma tardo-antiga e a importância do cereal | 15 |
| 1.1. A componente cerealífera da <i>annona</i> | 15 |
| 1.2. Demografia. A população da cidade de Roma nos séculos IV e V | 20 |
| 2. O imperador e a administração anonária | 35 |
| 2.1 A administração anonária | 35 |
| 2.1.1. A componente municipal | 36 |
| 2.1.2. A componente provincial | 45 |
| 2.1.3. O imperador | 52 |
| 3. O <i>canon frumentarius urbis Romae</i>: nas províncias | 61 |
| 3.1. As províncias cerealíferas | 61 |
| 3.2. Recolecção e transporte no interior provincial | 77 |
| 4. O <i>canon frumentarius urbis Romae</i>: transporte marítimo | 85 |
| 4.1. Os períodos de navegação | 85 |
| 4.2. A corporação de <i>navicularii africani</i> e a transportação do cânone frumentário de Roma | 88 |
| 5. O <i>canon frumentarius urbis Romae</i>: de <i>Portus Vterque</i> ao Empório | 95 |
| 5.1. <i>Portus Vterque</i> | 95 |
| 5.2. A trasfega por sobre o rio Tibre | 101 |
| 5.3. O Empório | 108 |
| 5.4. Os <i>horrea</i> de Roma | 111 |
| 6. O <i>canon frumentarius urbis Romae</i>: processamento e difusão | 119 |
| 6.1. Os <i>pistores</i> , os <i>pistrina</i> e o mercado | 119 |
| 6.2. As distribuições de pão | 137 |
| 7. A componente cerealífera da <i>annona</i> no século V | 147 |
| 7.1. A perda das províncias cerealíferas | 147 |
| Conclusão | 153 |
| Fontes e Bibliografia | 159 |

RESUMO

Resumo: Num estudo sobre as distribuições alimentares nas cidades do Império romano tardio, o historiador francês J.-M. Carrié asseriu que “le ravitaillement de Rome a suscité l’entreprise économique la plus vaste qu’ait connue le monde antique”.¹ A presente dissertação visa estudar o aprovisionamento de Roma na sua vertente cerealífera, no período que medeia entre o principado de Aureliano (270-275) e o término do Império romano do Ocidente. Deste modo, almeja-se compreender um leque vasto e variado de problemáticas, concernentes ao provimento cerealífero da população da *urbs aeterna* no período tardo-antigo.

Palavras-chave: cereal; aprovisionamento; *annona*; Roma; Antiguidade tardia.

Abstract: In a study about the food distributions in the cities of the late Roman Empire, the french historian J.-M. Carrié asserted that “le ravitaillement de Rome a suscité l’entreprise économique la plus vaste qu’ait connue le monde antique”. The present dissertation aims to study the corn supply of Rome in the period between the reign of Aurelian (270-275) and the end of the western Roman Empire. Thereby, we hope to come to an understanding of a vast and varied array of questions, concerning the grain supply of the population of the *urbs aeterna* in Late Antiquity.

Key-words: grain; supply; *annona*; Rome; Late Antiquity.

¹ Cf. CARRIÉ, J.-M., “Les distributions alimentaires dans les cités de l’empire romain tardif”, *Mélanges de l’École Française de Rome. Antiquité*, tomo 87, n.º 2, Rome, 1975, p. 1036.

INTRODUÇÃO

O estudo das questões económicas, sociais e alimentares do mundo greco-romano constitui um domínio pelo qual nutrimos muito interesse desde o início do nosso percurso universitário. Nesta esteira, o Mestrado em História Antiga pareceu-nos o local adequado para o desenvolvimento de uma investigação que aglomerasse esse conjunto de temáticas. E assim, de um primeiro trabalho, realizado no âmbito do Seminário de História da Roma Antiga, leccionado pelo Professor Doutor Amílcar R. Guerra, brotou o tema da presente dissertação: compreender o sistema de aprovisionamento cerealífero da cidade de Roma, desde o principado de Aureliano (270-275) até ao término do Império romano do Ocidente.

Porquê o cereal; porquê Roma; porquê o período ao qual se convencionou chamar ‘Antiguidade tardia’? A primeira questão será respondida no primeiro ponto do primeiro capítulo. No atinente à segunda, o facto de administração de Roma ter consagrado as suas atenções, energias e recursos à criação, desenvolvimento e manutenção de um sistema de aprovisionamento para a cidade, que subsistiu durante mais de meio milénio, constituiu um polo de interesse para nós. E isso tem relação estreita com a periodização escolhida. Com efeito, no decurso do nosso trajecto académico, a Antiguidade tardia conquistou um lugar especial, tendo-se tornado no período histórico privilegiado pelos nossos estudos. E sucede que o segmento temporal compreendido entre o principado de Aureliano e o fim do Império romano do Ocidente é precisamente um dos mais ricos em matéria documental para o estudo do tema que agora tratamos. Ademais, nesse período sobrevieram mutações importantes, quer no plano da estrutura administrativa; quer no âmbito das distribuições cerealíferas e, depois, paníferas²; quer ao nível das províncias donde era importado o cereal para abastecer a cidade.

² Impõe-se um apontamento relativo à utilização do adjectivo ‘panífero’ na presente dissertação. Segundo o *Dicionário de Língua Portuguesa* da Porto Editora, o vocábulo ‘panífero’ pertence à linguagem poética e significa “que produz cereais”. Contudo, na mesma entrada recupera-se a raiz latina do adjectivo. Nesta senda, refere-se que a mesma é formada pelo substantivo ‘*panis*’, i. e., ‘pão’, mais ‘*fero*’, derivado do verbo ‘*ferre*’, i. e., ‘produzir; trazer’. Assim, na presente dissertação utilizaremos o adjectivo ‘panífero’ de acordo com a sua acepção primitiva de ‘que produz pão; que traz pão’. Esta decisão derivou do facto de se ter sentido a necessidade de achar um sinónimo para ‘pão’, a fim de se evitarem repetições sucessivas da mesma palavra, na mesma frase, no mesmo parágrafo, que injuriariam a harmonia do discurso. Além disso, surgirá sempre apenso às palavras ‘distribuição’ e ‘benefício’. Desta forma, a expressão ‘distribuições paníferas’ será entendida justamente por ‘distribuições de pão’ e a expressão ‘benefício panífero’ como ‘benefício do pão’.

Para a entrada referida, vide *Dicionário de Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1952, p. 1244.

Um obstáculo com que nos deparámos foi a considerável ausência de bibliografia acerca desta temática nas bibliotecas de Lisboa e, em geral, nacionais. Na verdade, alguns estudos de grande relevância tiveram de ser obtidos por nós, quer mediante compra, quer mediante empréstimo entre bibliotecas, sendo que em ambos os casos tivemos de suportar os custos financeiros. Outros foram conseguidos pelo nosso orientador, o Prof. Doutor Amílcar R. Guerra, que, por isso, merece já a nossa profunda gratidão. Mas ainda assim, foram inúmeros aqueles a que não tivemos acesso, facto que impediu que certos pontos fossem tratados com a profundidade que mereciam.

Todas as obras utilizadas na presente dissertação são referidas em nota de rodapé e descritas nas Fontes e Bibliografia de acordo com a norma aprendida no Seminário de Metodologia do Trabalho Científico.

O estudo do aprovisionamento cerealífero da cidade de Roma é uma constelação, formada por uma plêiade de problemáticas geográficas, económicas, sociais, políticas e alimentares, interligadas entre si, mas que, para benefícios de organização e compreensão, tentámos destringir e agrupar em sete capítulos.

Assim, no primeiro capítulo começaremos por perscrutar a importância e o papel do cereal no contexto da alimentação das populações do Mediterrâneo antigo. Mediante esta abordagem, não só justificaremos os motivos que conduziram à toma da componente cerealífera da *annona* como objecto de estudo, como também compreenderemos o peso singular da mesma comparativamente às restantes componentes do sistema anonário. Em relação estreita, no segundo ponto intentaremos estimar a dimensão demográfica de Roma ao tempo do Império tardio, a fim de que possamos compreender as quantidades frumentárias envolvidas no abastecimento da população.

O segundo capítulo será consagrado à perscrutação da estrutura administrativa da *annona*. Nesta esteira, examinaremos não só a missão dos vários oficiais, mas também o papel dos imperadores. No caso destes, a pertinência da análise acha justificação no facto de terem permanecido afastados de Roma por largos períodos de tempo, principalmente no século IV. Por fim, tentaremos compreender qual seria o grau de abrangência das importações anonárias.

O terceiro capítulo assinala uma transição importante na estrutura da dissertação. Com efeito, a partir deste ponto voltaremos a nossa atenção para o cânone frumentário da cidade de Roma, i. e., o conjunto de provisões frumentárias, importadas anualmente pela administração anonária, para aprovisionar a população da *urbs aeterna*. Assim, doravante acompanharemos a jornada percorrida pelo *canon*, desde o momento em que era reunido,

continuamente até chegar aos consumidores, em Roma. Neste capítulo será objectivo: por um lado, descobrir quais seriam as províncias cerealíferas, i. e., os espaços onde eram cultivados os cereais constituintes do cânone; por outro, compreender de que modo esses cereais seriam obtidos, reunidos e movimentados no interior provincial, continuamente até aos portos expedicionários.

No quarto capítulo prosseguiremos a análise do percurso do cânone frumentário, agora por sobre as águas do mar Mediterrâneo. Nesta senda, perscrutaremos quais seriam os agentes responsáveis pela sua transportação marítima e de que modo decorreria esse processo. Ademais, estudaremos as condições meteorológicas vigentes no mar Mediterrâneo, a fim de que percebamos o efeito que surtiram na trasfega marítima do *canon*.

No quinto capítulo começaremos por acompanhar a arribada dos *frumenta fiscalia* (i. e., dos cereais constituintes de *canon*) às docas do complexo portuário ostiense, i. e., *Portus Vterque*. Nesta senda, estudaremos as instalações portuárias e as tarefas desempenhadas pelas corporações que aí laboravam. De seguida, tentaremos compreender de que maneira o cânone frumentário era reexportado para Roma, bem como os espaços que aí existiriam para o seu acolhimento. Por último, sondaremos os *horrea fiscalia*, procurando compreender: os seus traços definidores; o nível de segurança oferecido; e a sua aptidão para conservar o cereal anonário.

No sexto capítulo concentraremos a nossa atenção na última etapa percorrida pelo cânone frumentário. Com efeito, perscrutaremos os ductos por onde a administração anonária dirigia o mesmo para o seu propósito fundamental: alimentar a população de Roma. Nesta senda, exploraremos os agentes, as tecnologias e os estabelecimentos votados ao processamento cerealífero; os preparados cozinhados com o cereal anonário; o mercado da cidade; e as distribuições paníferas.

A dissertação achará o seu término no sétimo capítulo. Onde será nosso objectivo sondar as mutações sofridas pela componente cerealífera da *annona*, no decurso da última centúria do Império romano do Ocidente, no âmbito das províncias cerealíferas.

Queremos deixar os nossos mais sinceros agradecimentos ao Professor Doutor Amílcar Ribeiro Guerra. A sua orientação, sugestões e conselhos, a par do seu auxílio na obtenção de bibliografia especializada, foram fundamentais para que o nosso trabalho assumisse a forma que agora apresenta.

Agradecemos também a todos aqueles que permaneceram a nosso lado e que nos concederam o seu apoio durante a feitura deste estudo.

ABREVIATURAS E DADOS CRONOLÓGICOS

Para as abreviaturas de fontes e de autoridades antigas, seguimos as propostas de: H. G. Liddel e R. Scott;³ P. G. W. Glare;⁴ e do *Thesaurus Linguae Latinae*.⁵ Em relação às inscrições colhidas no *Corpus Inscriptionum Latinarum*, as mesmas são referidas em nota de rodapé mediante a abreviatura ‘CIL’, seguida da numeração relativa ao volume e à inscrição. A sua descrição bibliográfica completa será dada nas Fontes e Bibliografia.

No concernente à datação dos diversos prefeitos urbanos, seguimos as propostas de A. Chastagnol.⁶ Para a datação dos titulares da prefeitura da *annona* de Roma e da prefeitura da *annona* de África, utilizámos a cronologia de H. P. d’Escrurac.⁷ Por fim, para a datação dos imperadores, seguimos as cronologias contidas nos vários volumes da série *Cambridge Ancient History*.⁸

³ LIDDELL, H. G.; SCOTT, R., eds., *A Greek-English lexicon*, Oxford, Clarendon Press, 1996.

⁴ GLARE, P. G. W., ed., *Oxford Latin dictionary*, volume 1, 2ª edição, Oxford, Oxford University Press, 2012.

⁵ CONSILII ACADEMIIS SOCIETATISBUSQUE DIVERSARUM NATIONUM ELECTI, ed., *Thesaurus Linguae Latinae. Index. Librorum scriptorum inscriptionum ex quibus exempla afferuntur*, volume 2L, Leipzig, B.G. Teubner, 1990.

⁶ CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1960.

⁷ D’ESCURAC, H. P., *La Préfecture de l’annone. Service administratif impérial d’Auguste à Constantin*, Rome, École Française de Rome, 1976.

⁸ BOWMAN, A.; CHAMPLIN, E.; LINTOOT, A., eds., “Chronological table”, *The Cambridge ancient history. The augustan Empire. 43 B.C.-A.D. 69*, 2ª edição, volume 10, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp. 995-1005; BOWMAN, A.; GARNSEY, P.; RATHBONE, D., eds., “Chronological table”, *The Cambridge ancient history. The high Empire. A.D. 70-192*, 2ª edição, volume 11, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp. 1009-1013; BOWMAN, A.; CAMERON, A.; GARNSEY, P., eds., “Chronology”, *The Cambridge ancient history. The crisis of empire. A.D. 193-337*, 2ª edição, volume 12, Cambridge, Cambridge University Press, 2005, pp. 772-785; CAMERON, A.; GARNSEY, P., eds., “Chronological table”, *The Cambridge ancient history. The late Empire. A.D. 337-425*, volume 13, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, pp. 762-767; CAMERON, A.; WARD-PERKINS, B.; WHITBY, M., eds., “Chronological table”, *The Cambridge ancient history. Late Antiquity. Empire and successors. A. D. 425-600*, volume 14, Cambridge University Press, 2000, pp. 982-986.

A ROMA TARDO-ANTIGA E A IMPORTÂNCIA DO CEREAL

1.1 A componente cerealífera da *annona*

Antes de principiarmos a perscrutação dos tópicos definidos para a presente dissertação, impõe-se que justifiquemos a escolha do tema. Porquê o cereal? Por que razão a componente cerealífera da *annona*, i. e., do sistema de aprovisionamento da cidade de Roma? Porque não o aprovisionamento oleífero ou vinífero, géneros alimentares importantes na dieta das populações mediterrâneas? Ou porque não o sistema de aquedutos e o aprovisionamento de água, elemento indispensável à existência de qualquer aglomerado populacional? Ou inclusive o abastecimento de materiais de construção, utilizados na manutenção e expansão da estrutura urbana?

Segundo as estatísticas, hodiernamente o cereal raramente contribui com mais do que 60% das calorias consumidas diariamente pelas populações mediterrânicas. Porém, num estudo acerca da importância do cereal enquanto género alimentar na Antiguidade, L. Foxhall e H. A. Forbes concluíram que as populações do Mediterrâneo antigo deveriam ingerir percentagens superiores. Com efeito, os investigadores deduziram que o consumo de cereais satisfaria 70-75% dos requerimentos calóricos diários.⁹ Esta estimativa firmou-se de tal modo na historiografia, que as hipóteses aventadas por investigadores posteriores não têm distado da marca de L. Foxhall e H. A. Forbes.¹⁰ Isto significa que a dieta da população de Roma assentava sobre uma base cerealífera; e, por conseguinte, o cereal era o principal género importado pela administração anonária.¹¹

A importância do cereal enquanto género alimentar reside primeiramente no seu perfil nutricional. Na verdade, é caloricamente denso. Isso permite que os requerimentos calóricos mínimos de um adulto, estimados em 1625-2000 kcal por dia, possam ser satisfeitos mediante o consumo de apenas 490-600 g de cereal. Além disso, reputa-se que 25% das calorias das populações antigas proviriam da ingestão de outros géneros, como azeite,

⁹ Vide, FORBES, H. A.; FOXHALL, L., "Sitrometreia. The role of grain as a staple food in Classical Antiquity, *Chiron. Mitteilungen der Kommission für Alte Geschichte und Epigraphik des Deutschen Archäologischen Instituts*, n.º 12, München, 1982, pp. 71, 74.

¹⁰ Vide, por exemplo, DURLIAT, J., *De la ville antique à la ville byzantine. Le problème des subsistances*, Rome, École Française de Rome, 1990, p. 123; GARNSEY, P., "Grain for Rome", *Trade in ancient economy*, edição de C. R. Whittaker, K. Hopkins e P. Garnsey, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1983, p. 118.

¹¹ Cf. RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome*, Oxford, Clarendon Press, 1980, pp. 8-10.

vinho, leguminosas, frutas e vegetais. Nesta esteira, 350-450 g de cereal bastariam para satisfazer as necessidades calóricas mínimas de um adulto. E a ingestão dessa quantidade comporta ainda o benefício de fornecer doses adequadas de proteína, fibra e carboidratos.¹²

Todavia, o trigo é deficiente em certos aminoácidos, vitaminas e minerais.¹³ Isso significa que tinha de ser acompanhado pela ingestão de alimentos possidentes de padrões nutricionais complementares. No atinente aos minerais, existe ainda um outro problema: o consumo de pães não levedados e/ou de alta extracção tem sido reputado como causador de diversas carências e, conseqüentemente, de diversas condições de saúde. Isso deve-se à presença de ácido fítico, uma substância que se une ao ferro, cálcio e zinco no tracto digestivo, formando um composto impassível de ser absorvido pelo sistema humano. Como o ácido fítico esteja concentrado particularmente no farelo e no gérmen do grão de cereal, segue-se que as farinhas de alta extracção, i. e., obtidas mediante o aproveitamento de todo grão, contêm uma proporção considerável desta substância.¹⁴ Ora, as fontes literárias parecem sugerir que as faixas pobres da população de Roma se nutriam com pão rude, repleto de farelo;¹⁵ e, como veremos, o pão outorgado aos beneficiários das distribuições nem sempre possuiu a mesma qualidade.¹⁶ De qualquer modo, o cereal era o principal sustento das populações do Mediterrâneo antigo e o trigo constituía o género alimentar primário da população de Roma, justificando-se assim a sua escolha no contexto da presente dissertação.

A importância do cereal reflectiu-se, logo no final do período republicano, tanto na instituição de um sistema de distribuições frumentárias, destinadas a uma secção privilegiada da população,¹⁷ como na erecção de uma estrutura votada ao aprovisionamento cerealífero da cidade, que atingira então proporções que permaneceriam inigualadas durante séculos no contexto continental europeu.¹⁸ Esta estrutura foi denominada ‘*annona*’. Na verdade, na sua acepção primitiva, o substantivo ‘*annona*’ simbolizava o produto

¹² Cf. GARNSEY, P., *Cities, peasants and food in Classical Antiquity. Essays in social and economic history*, edição com addenda de W. Scheidel, Cambridge, Cambridge University Press, 2004, pp. 229-230.

¹³ Com efeito, o trigo era a principal espécie de cereal consumida pela população de Roma no período versado na presente dissertação. Para este assunto, vide, *infra*, pp. 18-19, 70, 112, 139-141.

¹⁴ GARNSEY, P., *Cities, peasants and food in Classical Antiquity [...]*, pp. 232-235. RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 7. THURMOND, D. L., *A handbook of food processing in classical Rome. For her bounty no winter*, Leiden, Brill, 2006, p. 16.

¹⁵ Para este assunto, vide GARNSEY, P., *Cities, peasants and food in Classical Antiquity [...]*, p. 235.

¹⁶ Vide, *infra*, pp. 138-139.

¹⁷ Para este assunto, vide, *infra*, pp. 53, 137.

¹⁸ Para este assunto, vide, *infra*, pp. 20, 53-54, 57-59.

anual da colheita de diversos géneros alimentares, como cereais, fruta ou vinho.¹⁹ Como o cereal fosse o principal género alimentar do munto antigo, foi especialmente recoberto pelo termo. Com efeito, ‘*annona*’ ou *annonaria species*’ podiam ser utilizadas, *inter alia*: como sinónimo de ‘cereal’; como forma de expressar o preço do frumento no mercado; ou, sobretudo, como meio de designar as provisões cerealíferas importadas anualmente para alimentar a população de Roma.²⁰ E embora a estrutura de abastecimento tenha sido alargada nos primeiros séculos da nossa era para acomodar importações de azeite, vinho e carne porcina, nenhuma parece ter alcançado a preponderância e a importância da componente cerealífera. O único género que atingiu proporções equivalentes à do frumento foi a água; mas como o investigador B. Sirks sublinhou, entre os Romanos a água não foi considerada como integrante da *annona*.²¹ Assim, também optámos por excluir o exame da rede aquífera de Roma da presente dissertação.

Enfim, poderíamos ter perscrutado a importação de matérias-primas, mas isso não granjeou peso semelhante ao das importações frumentárias. Na verdade, quer nas grandes cidades do Mediterrâneo antigo, quer inclusive na China pré-imperial, aprovisionamento cerealífero e política permaneceram dois planos intimamente correlacionados.²²

Qual seria a principal espécie frumentária importada pela administração anonária para nutrir a população de Roma? As condições geológicas e climáticas da bacia mediterrânica favoreceram o cultivo de certas espécies de cereal. Com efeito, das seis espécies cultivadas no mundo antigo, duas granjearam primazia: a cevada e o trigo. O trigo divide-se em dois grupos: grãos duros, cobertos por um revestimento protector; e grãos nus. Por

¹⁹ Com efeito, ‘*annona*’ deriva do étimo ‘*annus*’. Para o significado e origem etimológica do vocábulo, vide HUMBERT, G., “*Annona*”, *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines d’après les textes et les monuments contenant l’explication des termes qui se rapportent aux mœurs, aux institutions, à la religion, aux arts, aux sciences, au costume, au mobilier, à la guerre, à la marine, aux métiers, aux monnaies, poids et mesures, etc., etc., et en général à la vie publique et privée des anciens*, tomo 1, primeira parte, direcção de Ch. Daremberg e Edm. Saglio, Graz, Akademische Druck, 1962, p. 273b; SEYFFERT, O., “*Annona*”, *A dictionary of classical antiquities. Mythology, religion, literature, art*, revisto e editado por H. Nettleship e J. E. Sandys, London, George Allen, 1957, p. 34a; WILKINS, A. S., “*Annona*”, *A dictionary of Greek and Roman culture*, volume 1, edição de G. E. Marindin, W. Smith e W. Wayte, London, I. B. Tauris, 2008, pp. 124b-125a.

²⁰ Para os diversos sentidos que o substantivo ‘*annona*’ veio a adquirir, vide HUMBERT, G., “*Annona*”, *Op. cit.*, p. 273b; WILKINS, A. S., *Op. cit.*, pp. 124b-125a; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure of the transportation and processing of supplies for the imperial distributions in Rome and Constantinople*, Amsterdam, J.C. Gieben, 1991, p. 10.

²¹ Cf. SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 10.

²² Cf. NADEAU, R.; WILKINS, J., “Introduction”, *A companion to food in the ancient world*, edição de J. Wilkins e R. Nadeau, Oxford, John Wiley & Sons, 2015, pp. 7, 10-11; SABBAN, F., “The ideological foundations of the food culture of Pre-Imperial China”, *A companion to food in the ancient world [...]*, p. 394.

seu turno, o grupo dos grãos nus subdivide-se em grãos duros e macios. Entre os primeiros, o farro (*triticum diccicum*), um dos grãos mais antigos cultivados pelo homem, teve grande peso e foi reputado pela tradição como o primeiro alimento do Lácio.²³ Com efeito, era consumido sobretudo sob a forma de papas, denominadas ‘*pultes*’, cuja preparação principiava com a torra dos grãos. Seguidamente, a camada protectora era removida e o farro era moído. Por fim, a substância farinácea era misturada ou com água, ou com leite, e consumida. Também podia ser complexificada, mediante a adição de queijo, mel ou ovos, como é evidenciado na receita de Catão, o Censor,²⁴ bem como convertida num prato inovador, patente nas receitas atribuídas a Apício.²⁵ O peso das papas no seio da gastronomia romana evidenciou-se no processo de transição para o consumo de pão. Com efeito, só tardia e gradualmente foram substituídas pelo *panis*.²⁶ E mesmo quando este obteve estatuto primacial (no final do século I a.C.), ainda assim continuou coexistindo com as papas tradicionais, consumidas principalmente pela população pobre da Urbe.²⁷ A importância das *pultes* reflectiu-se igualmente na esfera da religião, porquanto uma papa particular, denominada *puls fittila*, era utilizada em rituais e sacrifícios, tendo este costume perdurado até ao tempo de Plínio, o Velho.²⁸ As papas integraram inclusive as peças teatrais plautinas. De facto, em *Mostellaria*, o homem romano foi apelidado em tom jocoso justamente de “*pulphagus barbarus*”.²⁹

Mas perto do final do século V a.C. começaram a surgir os grãos nus, mais aptos à confecção de pão,³⁰ e que se vieram a tornar nos principais cereais consumidos pela população de Roma. Efectivamente, ao tempo do Império tardio, o seu cultivo havia-se generalizado na bacia mediterrânica. Nas províncias norte-africanas e hispânicas e nas

²³ Para as espécies de cereal cultivadas na Antiguidade e sua selecção, vide ANDRÉ, J., *L'alimentation et la cuisine à Rome*, Paris, Les Belles Lettres, 1981, p. 51; JASNY, N., “Competition among grains in Classical Antiquity”, *The American Historical Review*, volume 47, n.º 4, Oxford, Julho de 1942, 747-749; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome* [...], pp. 3-6.

²⁴ CAT. Agr. 85.

²⁵ Para este assunto e para um conjunto de referências às autoridades antigas, vide ANDRÉ, J., *Op. cit.*, pp. 61-62; BRAUN, T., “Barley cakes and emmer bread”, *Food in Antiquity*, edição de D. Harvey, J. Wilkins e M. Dobson, prefácio de A. Davidson, Exeter, University of Exeter Press, 2003, pp. 34-36.

²⁶ Para uma cronologia referente à substituição das *pultes* pelo *panis*, vide ANDRÉ, J., *Op. cit.*, pp. 62-63.

²⁷ Cf. GARNSEY, P., *Cities, Peasants and Food in Classical Antiquity* [...], p. 237.

²⁸ PLIN. Nat. 18.19.84.

²⁹ PL. Mos. 828. O sentido jocoso da expressão plautina é defendido também por B. Mosca. Com efeito, por comparação com outras peças, o autor afirmou que *barbarus* deverá ser entendido à luz do léxico plautino como sinónimo de ‘romano’, seguindo-se que “Plauto abbia volutamente aggiungere una batuta ironica sui rozzi costumi romani.”. Cf. PLAUTO, T. Maccio, *Mostellaria*, edição de Bruno Mosca, Milão, Carlo Signorelli, 1934, p. 151. Esta expressão ressurgiu no mesmo contexto em PL. Poen. 52-55. Para um comentário a esta, vide LEIGH, M., “Food in latin literature”, *A companion to food in the ancient world* [...], pp. 47-48.

³⁰ Acerca deste assunto, vide, infra, pp. 139-141.

ilhas da Sardenha e da Sicília, predominava a cultura de *triticum durum*; que também era cultivado no vale do Nilo, juntamente com *triticum turgidum*; e nas províncias da Campânia e da Toscana e Úmbria, bem como na diocese de Viena e na diocese das Gálias, semeava-se *triticum durum* e, sobretudo, *triticum vulgare*.³¹ Já a cevada, amplamente cultivada em diversas regiões e principal cereal da dieta de diversas populações, não parece ter desempenhado um papel relevante na alimentação da população de Roma, onde o trigo conquistou primazia.³²

Como no final do século I a.C. a população de Roma tivesse ultrapassado já largamente as possibilidades do seu termo, tornou-se necessário importar provisões tritíceas suficientes para manter provida a mesma. Nesta senda, como veremos, a espécie cultivada nas províncias exportadoras veio a corresponder justamente à espécie que seria consumida na Urbe. Simultaneamente, regia as características do pão outorgado nas distribuições paníferas. Mas antes de procedermos a este exame, impõe-se a posse de dados quantitativos. Impõe-se, portanto, que perscrutemos a dimensão demográfica de Roma ao tempo do Império tardio.

³¹ Para as espécies tritíceas cultivadas em cada região do Império romano, vide SALLARES, R., “Grain”, *Brill’s New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 5, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2004, pp. 966-974; ANDRÉ, J., *Op. cit.*, pp. 52-54; JASNY, N., *Op. cit.*, pp. 762-763; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, pp. 6-7, 101-118.

³² Cf. BRAUN, T., *Op. cit.*, pp. 25-27, 32-35; WHITE, K. D., “Cereals, bread and milling in the roman world”, *Food in Antiquity [...]*, p. 40.

1.2 Demografia. A população da cidade de Roma nos séculos IV e V

Na historiografia firmou-se a preposição de que nenhuma cidade europeia tornou a igualar os níveis populacionais de Roma antes de Londres, no final do século XVIII, e Paris, pouco antes de meados do século XIX. Embora G. Hermansen tenha referido que uma das principais dificuldades que obstam ao conhecimento de certos aspectos da sociedade romana são a ausência de dados quantitativos sólidos, incluindo dados demográficos directos, as estimativas aventadas por sucessivos investigadores têm demonstrado que Roma era uma cidade superpovoada no contexto do mundo antigo.³³ Efectivamente, tem conquistado consenso a ideia de que, ao tempo do alto Império, Roma seria povoada por ca. 750.000-1.000.000 de habitantes.³⁴ Contudo, qual seria a dimensão demográfica ao tempo do Império tardio?

Num comentário análogo ao de G. Hermansen, o investigador S. T. Loseby asseriu que a tentativa de determinar quantitativamente a população das cidades do mundo antigo é “at best an exercise in educated guess work [...]”.³⁵ Não obstante a inexistência de dados concretos, para a perscrutação e compreensão das problemáticas políticas, económicas e sociais versadas na presente dissertação impõe-se que possuamos estimativas verosímeis, sobre as quais possamos operar. Assim, num artigo relativo à demografia no mundo antigo, E. Lo Cascio resumiu os três métodos avançados por K. Beloch para computar a população de Roma. Os quais partem dos dados concernentes: por um lado, à área urbana

³³ Acerca da dimensão demográfica de Roma na Antiguidade em contraste com os níveis alcançados novamente pelas cidades do tempo da Revolução industrial, vide, por todos, EDER, W.; HEINZELMANN, M.; JONGMAN, W., “Rome”, *Brill’s New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 12, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2008, p. 697; HERMANSEN, G., “The bread line through Ostia to Rome”, *The Proceedings of the African Classical Associations*, n.º 14, Salisbury, 1978, p. 21; TCHERNIA, A., *Les romains et le commerce*, Naples, Centre Jean Bérard, 2011, p. 263; VAN DAM, R., *Rome and Constantinople. Rewriting roman history during Late Antiquity*, Waco, Baylor University Press, 2010, pp. 6-12.

³⁴ Para a dimensão demográfica de Roma ao tempo do alto Império, vide, por todos, SCHEIDEL, W., “Demography”, *The Cambridge economic history of the greco-roman world*, edição de I. Morris, R. Saller e W. Scheidel, Cambridge, Cambridge University Press, 2013, p. 78; GARNSEY, P., “Grain for Rome”, *Trade in Ancient Economy [...]*, p. 118; MEIJER, F., “Cicero and the costs of the republican grain laws”, *De agricultura. In memoriam Pieter Willem de Neeve (1945-1990)*, Amsterdam, J. C. Gieben, 1993, p. 154; MORLEY, N., “Population size and social structure”, *The Cambridge companion to ancient Rome*, edição de P. Erdkamp, Cambridge, Cambridge University Press, 2013, p. 30; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 9. Não obstante, como MORLEY, N., *Op. cit.*, p. 31 referiu, as estimativas aventadas nos últimos séculos têm sido as mais variadas, ascendendo mesmo aos 4.000.000 de habitantes.

³⁵ Cf. LOSEBY, S. T., “Mediterranean cities”, *A companion to Late Antiquity*, edição de Ph. Rousseau, Malden, Wiley-Blackwell, 2012, p. 140.

e ao número de habitações; por outro, ao número de beneficiários dos *congiaria* e das distribuições imperiais; e por outro, ao consumo global de cereais.³⁶

Mediante o primeiro método, é possível fixar um limite máximo para a população da Roma tardia. Efectivamente, o circuito de muralhas de Aureliano, edificado no século III, encerrou uma área urbana de ca. 13.86 km²; que, todavia, em certos pontos transpunha o perímetro amuralhado, ascendendo assim a ca. 15 km². Nesta senda, N. Morley demonstrou que mesmo se Roma tivesse sido povoada hipoteticamente por 1.500.000 habitantes, tal teria equivalido a uma densidade populacional de 100.000 p/km², valor inverosímil, porquanto se equipara somente a algumas das maiores cidades contemporâneas, como Mumbai ou Hong Kong.³⁷

Conexos com as possibilidades demográficas oferecidas pela área urbana, acham-se os dados contidos nos catálogos regionais de Roma. Datados do século IV,³⁸ estes registam a existência de ca. 1.800 *domus* e ca. 44.000-46.600 *insulae*.³⁹ A principal dificuldade obstatante à utilização destes dados reside não tanto no significado de ‘*domus*’, que na sua essência era a residência urbana das elites,⁴⁰ mas antes na interpretação do termo ‘*insula*’, i. e., se o mesmo se reportaria ou a um único apartamento, ou à integralidade do edifício. Retomando o debate historiográfico em torno desta questão, E. Lo Cascio considerou que na base dos catálogos regionais parecem ter estado documentos de natureza cadastral, cujo objectivo deve ter perpassado pelo registo das diferentes propriedades e pela definição das responsabilidades fiscais dos proprietários. Consequentemente, reportando-se o termo a uma unidade de propriedade, são excluídas quaisquer hipóteses de ter podido significar quer pisos, quer cómodos.⁴¹ Concorrendo para solidificar esta proposição, G. Hermansen demonstrou que essa é igualmente a interpretação autorizada pelas fontes jurídicas: um edifício, composto geralmente por dois ou três pisos, subdivididos,

³⁶ Cf. LO CASCIO, E., “La population”, *Pallas. Revue interuniversitaire d’études antiques*, n.º 55, Toulouse, 2001, p. 180.

³⁷ MORLEY, N., *Op. cit.*, p. 33.

³⁸ Cf. JOHNE, K.-P., “Notitia Romae”, *Brill’s New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 9, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2006, p. 830.

³⁹ Com efeito, os valores oscilam entre os diversos manuscritos. Acerca deste assunto, vide HERMANSEN, G., “The population of imperial Rome. The regionaries”, *Historia. Zeitschrift für Alte Geschichte*, volume 27, n.º 1, Stuttgart, 1978, p. 146.

⁴⁰ Cf. STOREY, G. R., “Housing and domestic architecture”, *The Cambridge companion to ancient Rome* [...], p. 162.

⁴¹ Cf. LO CASCIO, E., “La population”, *Pallas. Revue interuniversitaire d’études antiques* [...], pp. 183-184; Idem, “Le procedure di censu dalla tarda repubblica al tardo antico e il calcolo della popolazione di Roma”, *La Rome impériale. Démographie et logistique. Actes de la table ronde de Rome*, Rome, École Française de Rome, 1997, pp. 59-60; MORLEY, N., *Op. cit.*, p. 32.

por seu turno, em apartamentos, e circundado pelo seu espaço, formando assim uma unidade integral.⁴² Ora, seguindo nesta senda, assumindo que 30-36 inquilinos habitassem numa *insula* comum, N. Morley demonstrou que, quando somados aos residentes das *domus*, estimados em 30 indivíduos, obtém-se um total de 1.500.000-1.700.000 almas para a cidade de Roma, no século IV. Mas o resultado reveste-se de inverosimilhança, porquanto é incompatível com as possibilidades da área urbana, mesmo se em certas habitações o número de ocupantes tivesse sido inferior.⁴³

Assim, este cômputo gera dúvidas em relação à fiabilidade dos dados contidos nos catálogos regionais. E no mesmo sentido parecem concorrer os resultados procedentes das prospecções arqueológicas. Com efeito, geralmente reputa-se como razoável a assunção de que metade da área de Roma fosse coberta por edifícios habitacionais. Ora, tendo presente que uma *domus* ocupava aproximadamente 600-675 m², o espaço restante impõe que uma *insula* tivesse ocupado ca. 150 m². Todavia, este valor é inconciliável com os dados procedentes tanto das *insulae* escavadas em Óstia, como da interpretação da *Forma Urbis Romae*,⁴⁴ donde parece possível inferir que uma *insula* tenha ocupado, em média, 250 m². Assim, regressando à assunção de que metade da área urbana tivesse sido recoberta por edifícios habitacionais, 1800 *domus* ocupariam ca. 1,2 km²; as *insulae* cobririam os restantes 6,25 km². Isso permitiria acomodar um total de 880.000-1.000.000 indivíduos, reflectindo-se numa densidade populacional de 60.000-70.000 habitantes por km², valor consideravelmente elevado, mas tido como verosímil, particularmente para o tempo do principado de Augusto (27 a.C-14 d.C.). O problema desta solução é que apenas autoriza a existência de um total de 25.000 *insulae*, praticamente metade da quantidade registada nos catálogos regionais. Portanto, outorgar validade a esta hipótese implica tornar a negar fidedignidade aos números transmitidos pelos catálogos regionais.⁴⁵

Enfim, os dados adquirem verosimilhança se for assumido que o termo '*insula*' se tivesse reportado a apartamentos isolados. Isso solucionaria a incongruência de existirem números muito elevados de *insulae* em regiões assaz monumentalizadas, como na região

⁴² DIG. 3.5.16 (17); 8.2.14, 9.3.5; 9.3.5.1; 19.2.30; 24.1.31.2. Para este assunto, vide HERMANSEN, G., "The population of imperial Rome. The regionaries", *Historia. Zeitschrift für Alte Geschichte* [...], pp. 130-131; STOREY, G. R., *Op. cit.*, pp. 155-158.

⁴³ Cf. MORLEY, N., *Op. cit.*, pp. 32-33.

⁴⁴ Criada entre os anos 203-208, a *Forma Urbis Romae* era uma representação da cidade de Roma, gravada numa parede de mármore de 235 m², situada no Fórum de Vespasiano. Da mesma somente restam fragmentos. Para este assunto, vide BRODERSEN, K., "Forma Urbis Romae", *Brill's New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 5, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2004, p. 496.

⁴⁵ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 34-35. HERMANSEN, G., "The population of imperial Rome. The regionaries", *Historia. Zeitschrift für Alte Geschichte* [...], pp. 148-151, 167.

VIII, *Forum romanum*; na região X, *Palatium*; ou na região XI, *Circus maximus*.⁴⁶ Além disso, permite que a população de Roma seja computada num valor plenamente verosímil: 580.000-680.000 habitantes.⁴⁷ Todavia, esta abordagem viola a definição autorizada pelas fontes jurídicas. Assim, G. Hermansen concluiu que os valores contidos nos catálogos regionais ou foram corrompidos, ou, então, inflacionados, algo que não seria improvável, porquanto também se verificam incongruências noutros itens.⁴⁸ De qualquer modo, conquanto frágeis para edificar uma estimativa segura, estes dados autorizam a que seja fixado um limite máximo de 1.000.000 de habitantes para a Roma do século IV.⁴⁹

O segundo método proposto por K. Beloch assenta sobre o conjunto de cidadãos que beneficiava das distribuições imperiais e permite que seja fixado um limite mínimo para a população de Roma. Para o período tardo-antigo são utilizadas as fontes referentes: às distribuições de frumento; às distribuições de carne porcina; e a um *congiarium* outorgado pelo *princeps* Septímio Severo (193-211). Começando pelo exame das distribuições de carne de porco, o primeiro grupo de dados passíveis de serem utilizados para calcular o número de beneficiários são os rescritos imperiais de Honório (393-427). Emitidos em 419, revelam que nesse ano fruía das distribuições aproximadamente 120.000 cidadãos.⁵⁰ Três decénios depois, em 452, Valentiniano III (425-455) promulgou uma constituição, donde é possível inferir o número de beneficiários. Todavia, os valores obtidos prestam-se a oscilações, principalmente se for considerado que a mesma se poderia ter reportado a uma importação global.⁵¹ Tendo isto presente, E. Lo Cascio, R. Hodges e D.

⁴⁶ Vide HERMANSEN, G., "The population of imperial Rome. The regionaries", *Historia. Zeitschrift für Alte Geschichte* [...], pp. 129-130, 152; LO CASCIO, E., "Le procedure di recensus dalla tarda repubblica al tardo antico e il calcolo della popolazione di Roma", *La Rome impériale* [...], p. 60. A divisão de Roma em catorze regiões data do ano 7 a.C. Para a feitura da mesma, foi coligida informação no ano precedente e foram seguidos padrões existentes desde o século III. A importância administrativa da divisão do espaço da cidade evidenciou-se, *inter alia*, no facto de ter sido preservada até ao fim do Império romano do Ocidente, continuamente até ao século VI. Acerca deste assunto, cf. D. C. 55.8.6; SUET. *Aug.* 30.1. LOTT, J. B., "Regions and neighbourhoods", *The Cambridge companion to ancient Rome* [...], pp. 170-176.

⁴⁷ Cf. MORLEY, N., *Op. cit.*, pp. 33-34.

⁴⁸ Cf. HERMANSEN, G., "The population of imperial Rome. The regionaries", *Historia. Zeitschrift für Alte Geschichte* [...], p. 157-165. MORLEY, N., *Op. cit.*, pp. 33-34.

⁴⁹ Cf. MORLEY, N., *Op. cit.*, pp. 35-36.

⁵⁰ *COD. THEOD.* 14.4.10.3; 14.4.10.5 (419). Vide HERZ, P., "Meat, consumption of", *Brill's New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 8, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2006, pp. 535-537; CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire* [...], p. 329; Idem, "Le ravitaillement de Rome en viande au V^e siècle", *Revue historique*, tomo 210, n.º 1, Paris, 1953, p. 18; JONES, A. H. M., *The later Roman Empire. 284-602. A social, economic, and administrative survey*, volume 1, Oxford, Basil Blackwell, 1964, p. 702, com nota 35; LO CASCIO, E., "Le procedure di recensus dalla tarda repubblica al tardo antico e il calcolo della popolazione di Roma", *La Rome impériale* [...], p. 65.

⁵¹ Acerca da hipótese de os valores do ano 452 se reportarem ao consumo global, vide LO CASCIO, E., "La population", *Pallas. Revue interuniversitaire d'études antiques* [...], p. 185; Idem, "La popolazione", *Roma imperiale. Una metropoli antica*, edição de E. Lo Cascio, Roma, Carocci, 2002, pp. 59-61; Idem,

Whitehouse concluíram que o imperador expandiu o grupo de *accipientes* de modo a que acomodasse ca. 140.000 beneficiários.⁵² Por seu turno, examinando o mesmo rescrito, A. Chastagnol e B. Sirks computaram um total de 120.000 beneficiários.⁵³ E J. Durliat deduziu um total de 80.000.⁵⁴ De qualquer modo, a relativa similitude entre os resultados obtidos para as constituições de 419 e 452 sugere que terá havido estabilidade ou, então, uma diminuição do número de beneficiários das distribuições de carne porcina nesse período. Admitindo que estes dados reflectam a curva demográfica da cidade de Roma, é possível conceber uma população de ca. 350.000-500.000 habitantes para a primeira metade do século V, valor que depois deve ter declinado rapidamente.⁵⁵

Conquanto a tradição tenha preservado um rescrito imperial também para o século IV, os resultados obtidos prestam-se a latas dificuldades de compreensão. Com efeito, em 367, os *augusti* Valentiniano I (364-375) e Valente (364-378) endereçaram ao prefeito urbano uma regulação concernente às distribuições de carne porcina. Construindo o seu cálculo sobre os dados contidos na mesma, S. Mazzarino chegou a um total de ca. 317.000 beneficiários.⁵⁶ Porém, os historiadores têm hesitado em admitir este valor como expressão real do número de beneficiários primeiramente porque o mesmo encontra paralelo somente no número de *accipientes* das distribuições cerealíferas, na segunda metade do século I a.C., e do *congiarium* outorgado por Augusto, em 5 a.C.⁵⁷ Começando por este, nas suas *Res Gestae* o *princeps* registou que recobriria com a sua generosidade 320.000 participantes, tendo cada um recebido 60 denários.⁵⁸ No atinente àquele, Suetónio registou que em 46 a.C. G. Júlio César realizou uma reforma às *frumentationes*, tendo reduzido

“Le procedure di recensus dalla tarda repubblica al tardo antico e il calcolo della popolazione di Roma”, *La Rome impériale* [...], pp. 74-75.

⁵² HODGES, R.; WHITEHOUSE, D., *Mohammed, Charlemagne & The Origins of Europe. Archaeology and the Pirenne Thesis*, Ithaca, Cornell University Press, 1983, pp. 50-51; LO CASCIO, E., “La population”, *Pallas. Revue interuniversitaire d'études antiques* [...], p. 184; Idem, “Le procedure di recensus dalla tarda repubblica al tardo antico e il calcolo della popolazione di Roma”, *La Rome impériale* [...], p. 65.

⁵³ Cf. CHASTAGNOL, A., “Le ravitaillement de Rome en viande au V^e siècle”, *Revue historique* [...], pp. 18-20. SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure* [...], pp. 378-380.

⁵⁴ Cf. DURLIAT, J., *Op. cit.*, pp. 99-104.

⁵⁵ W. Jongman deduziu um total de 400.000 habitantes para a cidade de Roma em meados do século V. A fórmula genericamente utilizada para estimar o total populacional plausível da Urbe consiste na triplicação ou quadruplicação do número de beneficiários, que em princípio seriam unicamente do sexo masculino, de molde a que sejam incluídas no cômputo tanto as mulheres como as crianças; contudo, como o investigador assinalou, este método não é livre de incertezas. Para o mesmo e para a população da cidade de Roma durante este período, vide DURLIAT, J., *Op. cit.*, p. 117; EDER, W.; HEINZELMANN, M.; JONGMAN, W., *Op. cit.*, p. 697; HODGES, R.; WHITEHOUSE, D., *Op. cit.*, pp. 49-51; VAN DAM, R., *Op. cit.*, p. 49.

⁵⁶ COD. THEOD. 14.4 (367). Vide DURLIAT, J., *Op. cit.*, pp. 96-97; LO CASCIO, E., “Le procedure di recensus dalla tarda repubblica al tardo antico e il calcolo della popolazione di Roma”, *La Rome impériale* [...], p. 65.

⁵⁷ Cf. LO CASCIO, E., “La population”, *Pallas. Revue interuniversitaire d'études antiques* [...], p. 184.

⁵⁸ AUG. Hist. 15.

o número de beneficiários de 320.000 para 150.000.⁵⁹ Conexo com esta reforma, acha-se outro facto que obsta à aceitação do valor inferido por S. Mazzarino. Com efeito, quatro decénios após a redução operada por César, Augusto estabeleceu um limite máximo para o número de beneficiários; que foi fixado em 200.000.⁶⁰ Esta informação é confirmada pelo próprio *princeps* nas suas *Res Gestae*, onde assere que em 2 a.C. outorgou um *congiarium* aos integrantes da plebe frumentária, a qual era constituída justamente por “*millia hominum paullo plura quam ducenta* [...]”.⁶¹ Este limite não parece ter sido ultrapassado durante os séculos subsequentes. De facto, volvidos mais de duzentos anos após os eventos do principado de Augusto, em 202, na ocasião da celebração dos seus *decennalia*, o *princeps* Septímio Severo realizou um *congiarium*, durante o qual distribuiu 200.000.000 de sestércios, à razão de 10 *aurei* por participante. Da *liberalitas* imperial beneficiaram os integrantes da plebe frumentária e os militares aquartelados na cidade.⁶² Segundo o exame de E. Lo Cascio, deduzidos desse total os militares, obtém-se um total de 160.000-180.000 integrantes da plebe frumentária. O investigador não excluiu a hipótese de esse número ter sido, na verdade, algo inferior, pois é possível que tenham participado no *congiarium* cidadãos teoricamente admissíveis às *frumentationes*, mas que ainda não haviam atingido a idade legal imposta pela administração. De qualquer modo, estes dados parecem provar que no início do século III, Roma não era tão povoada quanto ao tempo de Augusto.⁶³

Portanto, o que poderá significar o rescrito imperial de 367 no contexto da curva demográfica da cidade de Roma? Se o argumento assentar no pressuposto de que o limite de 200.000 beneficiários instituído pela autoridade de Augusto foi aplicado, *inter alia*, às distribuições de carne porcina, então os dados contidos na regulação de Valentiniano I e

⁵⁹ SUET. *Jul.* 41.3. Acerca deste assunto, vide JONGMAN, W.; MAKRIS, G., “Cura annonae”, *Brill’s New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 3, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2003, p. 1006; VON UNGERN-STERMBERG, J., “Grain Laws”, *Brill’s New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 5, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2004, p. 975; MEIJER, F., *Op. Cit.*, pp. 160-161; VIRLOUVET, C., *Famines et émeutes à Rome des origines de la république à la mort de Néron*, Rome, École Française de Rome, 1985, pp. 112-113.

⁶⁰ D. C. 55.10.1. Vide JONGMAN, W.; MAKRIS, G., *Op. cit.*, p. 1006.

⁶¹ AUG. *Hist.* 15. Vide LO CASCIO, E., “Le procedure di recensus dalla tarda repubblica al tardo antico e il calcolo della popolazione di Roma”, *La Rome impériale [...]*, pp. 30-47, para a ideia de que o número máximo de beneficiários era um limite teórico, pois, na prática, o número real oscilava entre valores ligeiramente superiores ou inferiores.

⁶² D. C. 77.1.1.

⁶³ Vide LO CASCIO, E., “La population”, *Pallas. Revue interuniversitaire d’études antiques [...]*, p. 183; Idem, “La popolazione”, *Roma imperiale [...]*, pp. 57-58; Idem, “Le procedure di recensus dalla tarda repubblica al tardo antico e il calcolo della popolazione di Roma”, *La Rome impériale [...]*, pp. 38-46.

Valente são inconciliáveis com os valores existentes não só para o alto Império, mas inclusive para o restante período tardo-imperial.⁶⁴ De facto, se o limite fixado pelo primeiro *princeps* foi efectivamente respeitado durante os séculos subsequentes, teria sido estranho que no decurso do século IV esse número tivesse ascendido a 317.000. Tanto mais porque os dados disponíveis tanto para o século anterior como para o século posterior atestam justamente a observância da marca augustana. De facto, como vimos, em 202 o número de beneficiários não ultrapassava os 180.000; em 419 situava-se em 120.000; e em 452 talvez em 120.000 ou 140.000. Portanto, na contingência de paridade entre o número de beneficiários das distribuições de pão e das distribuições de carne porcina, a solução perpassa, primeiro, por rejeitar essa mesma paridade;⁶⁵ ou, em alternativa, por assumir que no ano 367, por alguma razão, a mesma não foi respeitada. Segundo, por admitir que não é claro o significado das informações presentes na regulação imperial; e, por conseguinte, que é desconhecido o número de beneficiários durante o século IV.⁶⁶ Ou, terceiro, por admitir que o número de beneficiários transvasou o limite fixado por Augusto.

A terceira hipótese parece desprovida de verosimilhança, mesmo no contexto da tese que propugna pela estabilidade do nível demográfico de Roma desde o principado de Augusto continuamente até ao término do século IV.⁶⁷ Com efeito, é pouco provável que essa continuidade tivesse catalisado um recrudescimento em 60% do número de beneficiários.⁶⁸ Ademais, isso significaria que a marca estabelecida pela autoridade de Augusto teria sido desrespeitada, algo que não encontra suporte na base documental. Assim, J. Durliat procurou reinterpretar o rescrito, de modo a conciliar os dados com a proposição de continuidade demográfica entre o período augustano e final do século IV. E com efeito, conduzindo novo exame ao texto legislativo, o historiador francês obteve o total não de 317.000 beneficiários, mas antes 200.000, perfeitamente alinhado com os dados disponíveis para os séculos precedentes.⁶⁹

⁶⁴ Para a analogia entre o número de beneficiários das distribuições de pão e de carne porcina, vide JONES, A. H. M., *The later Roman Empire [...]*, volume 1, p. 696, com nota 19; Idem, *The decline of the ancient world*, London, Longman, 1975, p. 230, 233.

⁶⁵ Com efeito, ao tempo do Império tardio a natureza do benefício cerealífero havia sido alterada de módios de frumento para bolas de pão. Para este assunto, vide, infra, p. 137, com nota 579.

⁶⁶ Cf. BARNISH, S. J. B., “Pigs, plebeians and potentes. Rome's economic hinterland, c. 350-600 A.D.”, *Papers of the British School at Rome*, volume 55, London, 1987, pp. 162-163.

⁶⁷ Cf. EDER, W.; HEINZELMANN, M.; JONGMAN, W., *Op. cit.*, p. 697.

⁶⁸ Ou seja, de 200.000 para 320.000 beneficiários.

⁶⁹ Cf. DURLIAT, J. *Op. cit.*, pp. 97-99.

Todavia, os cálculos de J. Durliat encontraram oposição em E. Lo Cascio.⁷⁰ Na verdade, embora o investigador italiano defenda igualmente a proposição de continuidade demográfica, considera, contudo, que a mesma apenas é verificável a partir do principado de Septímio Severo. Nesta senda, propôs interpretar o rescrito imperial de 367, bem como o de 452, não tanto como instrumentos para regular o número total de beneficiários, mas antes como expressões de uma espécie de importação global, talvez semelhante ao cânone frumentário e cujo propósito perpassaria não só por fornecer as provisões reservadas aos *accipientes* da ração porcina, mas também por prover uma parte da população. Assim, E. Lo Cascio reputa a lei de 367 não como prova da existência de 317.000 beneficiários, mas como expressão de uma urbe ainda conspicuamente povoada, talvez ao nível do período severiano, mas já não ao nível do período tardo-republicano.⁷¹ Nesta senda, assumindo que houve uma continuidade demográfica entre o período severiano e o término do século IV, A. Chastagnol e H. Jaïdi reputaram que o número de beneficiários também se deve ter mantido estável, talvez na ordem dos 200.000, aproximadamente.⁷²

Portanto, só existem certezas acerca do número de beneficiários das distribuições de carne porcina em 419, situado em 120.000. Os dados disponíveis para o ano 452 sugerem que no entremeio o mesmo se manteve estável ou, então, que decresceu. De todo o modo, é muito provável que no século V o número de beneficiários tenha sido inferior em relação ao século IV, período durante o qual se deve ter situado ao nível severiano.

Por último, o terceiro método avançado por K. Beloch funciona como marcador de controlo para as estimativas derivadas dos dois métodos explorados. Na opinião de W. J. Oates, esta poderá ser mesmo a única via suficientemente segura para abordar a questão da demografia da cidade de Roma.⁷³ Efectivamente, as fontes literárias registaram certos valores concernentes não só ao consumo global de cereais da população, um deles talvez aplicável ao estudo demográfico da Roma tardia, mas também a rações mensais, alocadas a certos grupos de indivíduos. O exame destes valores é acompanhado por considerações

⁷⁰ Cf. LO CASCIO, E., “Le procedure di recensus dalla tarda repubblica al tardo antico e il calcolo della popolazione di Roma”, *La Rome impériale [...]*, pp. 68-72.

⁷¹ Vide Idem, *Ibidem*, pp. 72-74; Idem, “La population”, *Pallas. Revue interuniversitaire d'études antiques [...]*, p. 185.

⁷² CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 314, conquanto reconheça que “Nous ignorons le nombre des bénéficiaires au IV^e siècle [...]”; JAÏDI, H., *L'Afrique et le blé de Rome aux IV^e et V^e siècles*, Tunis, Université de Tunis I, Faculté des sciences humaines et sociales, 1990, pp. 103-106.

⁷³ OATES, W. J., “The population of Rome”, *Classical Philology*, volume 29, n.º 2, Chicago, Abril de 1934, pp. 103-104.

relativas aos possíveis gastos calóricos diários da população, conexamente com o quinhão reclamado pelos cereais na dieta da mesma.

Porém, a utilização conjunta destas abordagens não parece autorizar a formulação de algo mais do que uma estimava grosseira da dimensão demográfica da cidade de Roma. Começando pelos dados atinentes às rações mensais, L. Foxhall e H. A. Forbes sublinharam o facto de estes concernirem somente a grupos específicos, sendo pouco aplicáveis a outras faixas da população.⁷⁴ De facto, reportando-se à sua *familia cibaria*, Catão determinou que: aqueles que trabalhassem no campo, receberiam 4 módios de cereal durante os meses invernais, sendo a ração aumentada para 4,5 módios durante os meses estios; ao *uilicus*, *uilica*, *epistates* e ao pastor seriam alocados 3 módios; e aos conjuntos de escravos agrilhoados por peias, seria concedida uma ração diária de 1,3 kg de pão durante o Inverno, que recrudesceria para 1,6 kg quando principiasses os trabalhos de escava das vinhas, permanecendo nesse nível continuamente até ao amadurecimento dos figos.⁷⁵ Segundo G. Rickman, estes valores corresponderiam aproximadamente a 4,8-6 módios de cereal por mês.⁷⁶ Por seu turno, numa epístola, L. Aneu Séneca asseriu que um escravo recebia 5 módios.⁷⁷ Para a ração mensal distribuída aos integrantes da plebe frumentária, Salústio referiu que a mesma se fixava em 5 módios.⁷⁸ Por fim, em contexto militar, Políbio registou que um legionário romano recebia ca. 3 ou, então, 4 módios.⁷⁹

Conquanto as referências tendam a oscilar entre os 3-5 módios mensais, L. Foxhall e H. A. Forbes reputaram como improvável que as rações aduzidas possam ser representativas dos níveis de consumo médio de cereais. Na verdade, a maior parte fornece um largo aporte calórico, destinado com toda a probabilidade a um homem adulto, operando a um nível de actividade física assaz elevado. Consequentemente, seriam excessivas para a restante população.⁸⁰ Já a referência de Séneca ao pagamento de 5 módios a um escravo deve ter-se reportado, segundo A. Tchernia, a um caso extraordinário, não à norma.⁸¹ E no concernente à ração outorgada aos beneficiários das distribuições cerealíferas, os investigadores têm considerado que é improvável que tenha sido consumida integralmente

⁷⁴ Vide FORBES, H. A.; FOXHALL, L., *Op. cit.*, pp 70-71, 75.

⁷⁵ CAT. Agr. 56.

⁷⁶ Cf. RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 10.

⁷⁷ SEN. Ep. 9.80.7.

⁷⁸ SALL. Macri. 19.

⁷⁹ PLB. 6.39.12-15. Com efeito, a conversão das unidades áticas, utilizadas por Políbio, para as unidades romanas, expressas em módios, está sujeita a variações ténues. Para o valor de 4 módios, vide OATES, W. J., *Op. cit.*, p. 105, com nota 12; para o valor de 3 módios, vide TCHERNIA, A., *Op. cit.*, p. 252, com nota 14.

⁸⁰ Cf. FORBES, H. A.; FOXHALL, L., *Op. cit.*, p. 63.

⁸¹ Cf. TCHERNIA, A., *Op. cit.*, p. 250.

pelo próprio beneficiário; na verdade, afigura-se provável que tenha sido utilizada para cobrir uma porção das necessidades calóricas totais da família.⁸² Deste modo, L. Foxhall e H. A. Forbes concluíram que as porções referidas nas fontes são evidência não de níveis de consumo médio ou mínimo, mas máximo. A exceção talvez seja a ração alocada por Catão ao *uilicus*, *uilica*, *epistates* e ao pastor; que, embora detivessem posição mais elevada do que os restantes membros da *familia*, recebiam menos cereal mensalmente. Não é claro se isso decorreria de serem fisicamente menos activos, ou de a sua dieta integrar maior proporção e variedade de outros géneros, como azeite, queijo ou vinho. De qualquer modo, esta ração aproxima-se dos níveis de consumo cerealífero das populações da Grécia contemporânea, onde o cereal ocupa espaço menor na dieta, justamente devido à presença de outros géneros bastante calóricos, como o azeite.⁸³

Nesta esteira, têm sido avançadas considerações relativamente aos requerimentos calóricos diários das populações antigas, conexas com a estimativa da percentagem que seria satisfeita pelo consumo de cereais. A premissa é a seguinte: o requerimento básico da dieta humana é a energia, expressa em unidades calóricas;⁸⁴ parte considerável dessa energia é fornecida pela ingestão de cereais; logo, deduzindo do total calórico diário a percentagem preenchida pelos cereais, obtém-se o valor, expresso em unidades calóricas, correspondente ao cereal consumido. Depois, essas unidades calóricas são convertidas em unidades de peso, que representam o consumo cerealífero médio. Nesta esteira, como se viu, L. Foxhall e H. A. Forbes concluíram que no mundo antigo o cereal proveria entre 70-75% das calorias diárias, estimativa geralmente aceite e aplicada pelos investigadores posteriores.⁸⁵ Assim, o passo seguinte consiste na combinação deste dado com os requerimentos calóricos diários da população de Roma, do qual se poderá inferir o consumo médio. O cômputo expressa-se hipoteticamente do seguinte modo: $2000 \text{ kcal} \times 75\% = 1500 \text{ kcal}$. Nesta senda, sabendo que 100 g de cereal equivalem a ca. 330 kcal, $1500 \text{ kcal} \div 330 \text{ kcal} = \text{ca. } 450 \text{ g}$. Isto representaria um consumo mensal de ca. 13,5 kg, ou ca. 2 módios.⁸⁶ Porém, são vários os obstáculos à utilização deste método. Com efeito, os requerimentos calóricos diários variam consideravelmente consoante o sexo, idade, altura,

⁸² Cf. GARNSEY, P., *Cities, peasants and food in Classical Antiquity* [...], p. 238.

⁸³ Cf. FORBES, H. A.; FOXHALL, L., *Op. cit.*, pp. 63, 73.

⁸⁴ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 44.

⁸⁵ Vide, supra, p. 15.

⁸⁶ Para as calorias presentes nas duas espécies de cereal consumidas pela população de Roma desde período tardo-republicano até ao término do Império romano do Ocidente, vide GARNSEY, P., *Cities, peasants and food in Classical Antiquity* [...], p. 230, tabela 14.1. Para as duas espécies, vide, supra, p. 16, nota 13.

peso, nível de actividade física e nível metabólico. Para conhecermos estes factores teríamos de possuir ampla base de dados, que autorizasse, por exemplo, o conhecimento das estruturas da população de Roma, algo intangível no estado actual das investigações.⁸⁷ Assim, mesmo tomando como verosímil a hipótese de os cereais terem fornecido ca. 75% da energia na dieta das populações antigas, devido ao desconhecimento dos requerimentos calóricos diários apenas podem ser avançadas estimativas conexamente com o exame das informações atinentes ao possível consumo cerealífero global da população de Roma.

Ora, a tradição conservou uma informação talvez aplicável ao período versado na presente dissertação. Com efeito, o biógrafo do imperador Septímio Severo registou que este, “*moriens septem annorum canonem, ita ut cotidiana septuaginta quinque milia modium expendi possent, reliquit [...]*”.⁸⁸ Esta notícia relaciona-se com uma outra, na qual o mesmo autor reporta que o *princeps*, após ter entrado em Roma, encontrou as provisões frumentárias em níveis assaz baixos. Nesta esteira, terá cuidado de tal modo do sistema de aprovisionamento da cidade, que, aquando da sua morte, deixou nos celeiros públicos um volume de provisões frumentárias equivalente ao cânone de sete anos.⁸⁹ E qual seria a dimensão do cânon? A interpretação mais ou menos consensual deste passo assenta na multiplicação dos 75.000 módios diários pelo total de dias do ano. Assim, 75.000 módios \times 365 dias = 27.375.000 módios.⁹⁰

Todavia, a utilização deste valor tem sido arena de larga contenda historiográfica. As dificuldades residem, *inter alia*, no entendimento do termo ‘*canon*’. Efectivamente, vários historiadores reputam-no como expressão do cereal importado pela administração anonária para cobrir a totalidade, ou quase totalidade, das necessidades cerealíferas da população de Roma.⁹¹ Outros consideram que representa apenas o cereal necessário para o funcionamento das distribuições cerealíferas/paníferas e, talvez, para a acumulação de uma pequena reserva.⁹² Por seu turno, a acepção do termo ‘*canon*’ rege a interpretação dos 75.000 módios. Assim, no contexto da primeira hipótese este valor exprimiria o ritmo

⁸⁷ Cf. FORBES, H. A.; FOXHALL, L., *Op. cit.*, pp. 44-49; JONGMAN, W., “The early roman empire: consumption”, *The Cambridge economic history of the greco-roman world [...]*, pp. 598-600; TCHERNIA, A., *Op. cit.*, pp. 252-253.

⁸⁸ HIST. AUG. *Sept. Sev.* 23.2.

⁸⁹ HIST. AUG. *Sept. Sev.* 8.5.

⁹⁰ Vide, por todos, D’ESCURAC, H. P., *Op. cit.*; JONES, A. H. M., *The later Roman Empire [...]*, volume 1, p. 698.

⁹¹ E. g., JONES, A. H. M., *The later Roman Empire [...]*, volume 1, p. 698; bem como BELOCH, K.; GERKAN, V.; KAHRSTEDT, U.; e PIGANIOL, A., referidos por D’ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, p. 171.

⁹² Cf. SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 4, 21-22, 61, 242. Para este assunto, vide, *infra*, pp. 58-59.

de consumo quotidiano do colectivo da população.⁹³ Na senda da segunda hipótese, reflectiria o cereal gasto diariamente nas distribuições.⁹⁴ De qualquer modo, ambas produzem estimativas aplicáveis ao estudo da população de Roma. Tomando a primeira via, o processo consiste na divisão do cânone inferido pelos valores respeitantes ao consumo cerealífero médio. Na impossibilidade de determinar os requerimentos calóricos de cada habitante, K. Beloch propôs uma estimativa abrangente, i. e., suficientemente flexível para compensar as oscilações entre as menores quantidades frumentárias consumidas por mulheres e crianças e as maiores, em princípio consumidas por homens. Assim, o investigador alemão avançou a estimativa de um consumo anual médio de 36 módios por indivíduo, equivalente a 3 módios mensais.⁹⁵ Como A. Tchernia comentou, este valor granjeou posição autoritária no meio historiográfico, de tal modo que os sucessivos investigadores têm procurado não se afastar da marca de K. Beloch.⁹⁶ De facto, A. Jardé, P. Garnsey, T. Gallant e D. Rathbone aventaram um valor ligeiramente inferior, de 2,5 módios.⁹⁷ Já G. Rickman computou o consumo frumentário médio em ca. 3.3 módios.⁹⁸ E W. J. Oates considerou 4 módios como prováveis.⁹⁹ Portanto, da combinação de 2,5; 3; 3,3; e 4 módios mensais com o cânone severiano, deduz-se, respectivamente, uma população de ca. 900.000; 750.000; 680.000; e 560.000 habitantes. Têm sido considerados como verosímeis os valores intermédios, que sugerem que Roma seria povoada por 650.000-750.000 habitantes, ao tempo do principado de Septímio Severo; resultado conciliável e em linha com o número de beneficiários das distribuições cerealíferas em 202.¹⁰⁰

Já a hipótese de reportar-se ao gasto quotidiano nas *frumentationes* parece pouco operativa. Com efeito, 75.000 módios diários equivalem a ca. 2.250.000 módios mensais. Tomando 200.000 beneficiários como o limite máximo, só seriam necessários 1.000.000 de módios. Nesta senda, B. Sirks propôs interpretar os 75.000 módios como a quantidade

⁹³ Cf. LO CASCIO, E., “Le procedure di recensus dalla tarda repubblica al tardo antico e il calcolo della popolazione di Roma”, *La Rome impériale* [...], pp. 44-46.

⁹⁴ Cf. SIRKS, B., “The size of the grain distributions in imperial Rome and Constantinople”, *Athenaeum. Studi di letteratura e storia dell'antichità*, volume 79, Pavia, 1991, p. 221.

⁹⁵ Cf. OATES, W. J., *Op. cit.*, pp. 105-106.

⁹⁶ Vide, TCHERNIA, A., *Op. cit.*, p. 252.

⁹⁷ Cf. GALLANT, T.; GARNSEY, P.; RATHBONE, D., “Thessaly and the grain supply of Rome during the second century B.C.”, *The Journal of Roman Studies*, volume 74, London, 1984, p. 40; JARDÉ, A., *Les céréales dans l'antiquité grecque. La production*, Paris, E. de Boccard, 1925, p. 128, apud D'ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, p. 172.

⁹⁸ Cf. RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome* [...], p. 10.

⁹⁹ Cf. OATES, W. J., *Op. cit.*, p. 106.

¹⁰⁰ Para este assunto, vide LO CASCIO, E., Idem, “La population”, *Pallas. Revue interuniversitaire d'études antiques* [...], p. 183; Idem, “La popolazione”, *Roma imperiale* [...], pp. 57-58; Idem, “Le procedure di recensus dalla tarda repubblica al tardo antico e il calcolo della popolazione di Roma”, *La Rome impériale* [...], pp. 38-46.

que poderia ter sido distribuída se o cânone para sete anos tivesse sido gasto num só ano. Todavia, isso implicaria que o número de beneficiários se tivesse situado em ca. 65.000,¹⁰¹ valor incompatível com os dados obtidos *supra*, procedentes de fontes mais seguras.¹⁰² Por via das incongruências aritméticas respeitantes aos dados transmitidos na fonte, F. De Romanis considerou a possibilidade de ter havido um erro na tradição do texto. Assim, propôs emendar o valor de 75.000 módios para 750.000, mas isso eleva tanto o consumo frumentário médio como a população total para níveis inverosímeis.¹⁰³

Como E. Lo Cascio asseriu, as informações fornecidas pela *Historia Augusta* nem sempre são fiáveis e B. Sirks sublinhou que a mesma é uma fonte de difícil interpretação, sendo que certos investigadores já expressaram dúvidas em relação ao passo analisado.¹⁰⁴ Mas a compatibilidade da primeira via interpretativa não só com os dados coevos acerca do número de beneficiários das *frumentationes*, mas também com as possibilidades da área urbana, conduziu diversos historiadores a admitirem a hipótese de a população de Roma se ter situado em 600.000-750.000 habitantes ao tempo de Septímio Severo, tendo permanecido nesse nível até ao término do século IV.¹⁰⁵ Com efeito, só nas primeiras

¹⁰¹ Cf. LO CASCIO, E., “Le procedure di recensus dalla tarda repubblica al tardo antico e il calcolo della popolazione di Roma”, *La Rome impériale [...]*, pp. 45-46; SIRKS, B., “The size of the grain distributions in imperial Rome and Constantinople”, *Athenaeum [...]*, p. 221.

¹⁰² Vide, *supra*, pp. 23-27.

¹⁰³ Cf. DE ROMANIS, F., “In tempi di guerra e di peste. Horrea e mobilità del grano pubblico tra gli Antonini e i Severi”, *Antiquités africaines*, volume 43, n.º 1, Paris, 2007, pp. 223-224; TCHERNIA, A., *Op. cit.*, pp. 249-250.

¹⁰⁴ Cf. GARNSEY, P., “Grain for Rome”, *Trade in Ancient Economy [...]*, p. 119; GARNSEY, P.; SALLER, R., *The Roman Empire. Economy, society and culture*, London, Duckworth, 1990, p. 85; LO CASCIO, E., “Le procedure di recensus dalla tarda repubblica al tardo antico e il calcolo della popolazione di Roma”, *La Rome impériale [...]*, 40; SIRKS, B., “The size of the grain distributions in imperial Rome and Constantinople”, *Athenaeum [...]*, pp. 220-222.

¹⁰⁵ Para este assunto, vide LANÇON, B., *Rome dans l'Antiquité tardive. 312-604 après J.-C.*, Paris, Hachette, 1995, p. 25; DURLIAT, J., *Op. cit.*, pp. 113-116; LO CASCIO, E., “La population”, *Pallas. Revue interuniversitaire d'études antiques [...]*, p. 183; Idem, “La popolazione”, *Roma imperiale [...]*, p. 58; Idem, “Le procedure di recensus dalla tarda repubblica al tardo antico e il calcolo della popolazione di Roma”, *La Rome impériale [...]*, pp. 44-46; MODÉLAN, Y., *L'Empire romain tardif. 235-395 ap. J.-C.*, Paris, Ellipses, 2003, p. 190. Conquanto haja consenso em torno da tese da estabilidade demográfica da população de Roma entre o principado de Septímio Severo e o final do século IV, existem algumas variações em relação à dimensão da população. Efectivamente, BROWN, P., *Power and persuasion in Late Antiquity. Towards a christian empire*, Madison, University of Wisconsin Press, 1992, p. 81, aponta para perto de 500.000 habitantes; CHARLES-PICARD, G., *La civilisation de l'Afrique romaine*, 2ª edição, Paris, Études Augustiniennes, 1990, p. 156, toma meio milhão como provável; e JONES, A. H. M., *The later Roman Empire [...]*, volume 2, Oxford, Basil Blackwell, 1964, p. 1040 aponta para meio milhão a três quartos de milhão de habitantes.

Existem também estimativas mais baixas, como a de CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 182; Idem, “Le ravitaillement de Rome en viande au V^e siècle”, *Revue historique [...]*, pp. 21-22, que propugnou por um total de 300.000-350.000 habitantes para o século IV e 200.000 para o século V. Em sentido inverso, VERA, D., “Panis ostiensis adque fiscalis. Vecchie e nuove questioni di storia annonaria romana”, *Humana sapit. Etudes d'antiquité tardive offertes à Lellia Cracco Ruggini*, edição de J.-M. Carrié e R. L. Testa, prefácio de P. Brown, Turnholt, Brepols, 2002, pp. 350-351, estimou um total de 800.000-1.200.000 habitantes.

cinco décadas do século V surgem provas de um considerável abaixamento demográfico, que se intensificou nas últimas duas décadas do Império do Ocidente, provavelmente devido a uma série de eventos políticos, económicos e militares.¹⁰⁶

¹⁰⁶ Vide, por todos, EDER, W; HEINZELMANN, M.; JONGMAN, W., *Op. cit.*, p. 697; RUGGINI, L. C., “Spazi urbani clientelari e caritativi”, *La Rome impériale. Démographie et logistique. Actes de la table ronde de Rome*, Rome, École Française de Rome, 1997, pp. 158-159; VIRLOUVET, C., “L’approvvigionamento di Roma imperiale: una sfida quotidiana”, *Roma imperiale [...]*, p. 121.

O IMPERADOR E A ADMINISTRAÇÃO ANONÁRIA

2.1 A administração anonária

No capítulo precedente verificámos que o trigo constituía o principal alimento da população de Roma, que ao tempo do Império tardio conservava ainda uma dimensão deveras conspícua. Porém, após o ano 312, os *augusti* residiram pouco, ou deixaram mesmo de residir na cidade. Nesta esteira, torna-se pertinente perscrutar: primeiro, que estrutura administrativa existiria para assegurar o adequado provimento da cidade; segundo, qual seria o papel dos diversos oficiais que a compunham; terceiro, qual terá sido a posição do imperador no contexto do aprovisionamento cerealífero de Roma; e conexas com esta última, qual terá sido a abrangência das importações anonárias.

Maxêncio (306-312) foi o último imperador do século IV que despendeu tempo considerável em Roma. Pois os *augusti* posteriores preferiram movimentar-se com a corte palatina entre certas cidades provinciais, situadas perto das fronteiras frequentemente instáveis, como Milão, no Norte de Itália; Sirmio, na Panónia; e Tréveris, no *limes* germânico.¹⁰⁷ Mas não obstante a ausência imperial, Roma manteve uma dimensão demográfica assaz lata, verosimilmente ao nível do principado de Septímio Severo.¹⁰⁸ Isso sugere que o sistema de aprovisionamento cerealífero existente conseguiu lidar com a tarefa de manter Roma adequadamente provida, malgrado a ausência dos *augusti*. Ora, no período cingido pela presente dissertação, a estrutura administrativa responsável pelo funcionamento desse sistema dividia-se em duas vertentes: a componente municipal, i. e., correspondente à área urbana de Roma e ao complexo portuário ostiense; e a componente provincial, identificada com os espaços do Império donde provinham as provisões cerealíferas.

¹⁰⁷ Para a ausência imperial e para os centros estratégicos entre os quais os imperadores se movimentavam, vide GILLET, A., “Rome, Ravenna and the last western emperors”, *Papers of the British School at Rome*, volume 69, London, 2001, p. 133; HARRIES, J., *Imperial Rome. AD 284 to 363. The new empire*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2013, p. 2; LANÇON, B., *Op. cit.*, p. 8.

¹⁰⁸ Vide, *supra*, pp. 32-33.

2.1.1 A componente municipal

No plano municipal, o responsável máximo pelos assuntos concernentes ao abastecimento da cidade era o titular da prefeitura urbana. A prefeitura urbana nascera durante o principado de Augusto e convertera-se num oficialato permanente no ano 13 da nossa era. Tornou-se sem demora na função mais prestigiosa do curso senatorial e o seu titular era escolhido directa e unicamente pelo imperador. No início do século IV, a autoridade da prefeitura urbana encontrava-se cingida à área da *urbica diocesis*, i. e., à urbe de Roma e ao raio de 100 milhas em torno desta. Desse modo, abrangia as estruturas fundamentais ao aprovisionamento cerealífero da cidade, como o curso do rio Tibre e o complexo portuário situado na foz do flúmen, composto por *portus Augusti* e *portus Traianus felicitis*.¹⁰⁹

A partir de 357, o prefeito urbano recebeu como adjuvante definitivo o vicário da prefeitura do pretório de Itália e África¹¹⁰. Na prática, este agia como intermediário entre o prefeito do pretório e os governadores das províncias da diocese de Itália suburbicária. Mas como estivesse sediado em Roma e auxiliasse o prefeito urbano em todas as tarefas, excepto na administração dos portos fluviais, actuava simultaneamente como assistente e espião do prefeito urbano; colocando dessa forma freios à autoridade do mais alto oficial de Roma.¹¹¹

A titularidade da prefeitura urbana tinha duração irregular, pois a emposse e a destituição dependiam unicamente do arbítrio do *augustus* da parte ocidental do Império. Normalmente, a investidura fazia-se indirectamente, por meio da recepção de um códice, emitido pela *scrinia sacra*, à qual se seguia um discurso na Cúria. O processo concluía-se com a proclamação do novo prefeito ante a população, no Circo Máximo. Houve certos casos em que a nomeação decorreu na corte imperial, na ocasião em que o futuro prefeito aí se deslocara, na capacidade de embaixador do Senado. De qualquer modo, a cerimónia de empossamento do novo prefeito demarcava a cessação das funções do prefeito precedente. Nesta senda, este consignava àquele todos os registos e processos administrativos, bem como as insígnias próprias do oficialato (e.g. as vestes, fascas, litores e, no final do

¹⁰⁹ Cf. CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, pp. V-VIII ; Idem, “Le fonctionnement de la préfecture urbaine”, *La Rome impériale. Démographie et logistique. Actes de la table ronde de Rome*, Rome, École Française de Rome, 1997, pp. 112-113.

¹¹⁰ Na presente dissertação, a prefeitura do pretório de Itália e África será sempre denominada deste mesmo modo, apesar de em certos períodos do século IV ter compreendido na sua área administrativa a Ilíria.

¹¹¹ Acerca deste assunto, vide Idem, *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, pp. 23-42. Para o complexo portuário ostiense, vide, *infra*, pp. 95-100.

século IV, um veículo). Durante o período de transição, o *officium urbanum* assegurava a continuidade dos serviços.¹¹²

À semelhança de outros oficiais, o prefeito urbano possuía uma sede, onde tratava de todos os assuntos concernentes ao seu oficialato. Efectivamente, nesse espaço estavam instalados os escritórios, os arquivos e as salas de audiência, onde: laboravam parte dos *officiales*; era exercida a justiça; e eram geridos diversos assuntos atinentes à administração da cidade. O edifício surge nas fontes sob várias denominações, tais como: *sedes urbana*; *secretarium tellurensis*; ou *secretarium praefecti urbi*. Erguia-se na região III da cidade, no *vicus in Tellude/Tellure*, nas últimas colinas do monte Esquilino, na vizinhança Templo de Telo, da Basílica de Maxêncio, das Termas de Trajano e do Coliseu. Portanto, situava-se próximo do centro de Roma, em consonância com a índole do oficialato, cuja missão perpassava por supervisionar todos os assuntos concernentes ao bem-estar de um dos maiores aglomerados populacionais do mundo tardo-antigo.¹¹³

Com efeito, na ausência do imperador, a prefeitura urbana recebeu gradualmente a supervisão, direcção e controlo de uma miríade de serviços municipais. Isso foi efectuado mediante a subordinação dos vários responsáveis pelos mesmos ao prefeito urbano. Assim, este tornou-se responsável, *inter alia*, pela administração da justiça; realização de censos; direcção de trabalhos públicos; bem como pelo policiamento da cidade; combate aos incêndios; e abastecimento de água. E principalmente, o prefeito urbano tornou-se no responsável máximo pelas várias componentes do sistema anonário, i. e., as importações de cereais, azeite de oliva, vinho e carne de porco. Nesta senda, perscrutaremos somente os serviços que mais concernem ao aprovisionamento cerealífero da cidade.¹¹⁴

Como veremos, a população de Roma tinha tendências bastante acentuadas para amotinar-se, quer aquando de crises de penúria frumentária, quer no momento em que a possibilidade de uma carestia se esboçasse no horizonte.¹¹⁵ Nesta esteira, enquanto responsável máximo pela quietude pública, o prefeito urbano dispunha de três coortes urbanas, acantonadas nos *castra urbana*, situados no Campo de Marte. Nos períodos em que o sistema anonário funcionava imperturbadamente, estes contingentes asseguravam o policiamento diurno da cidade, mantinham a ordem durante os espectáculos, guarneciam o

¹¹² Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 188-206.

¹¹³ Para o edifício da prefeitura urbana, vide Idem, *Ibidem*, pp. 243-253; Idem, “Le fonctionnement de la préfecture urbaine”, *La Rome impériale [...]*, pp. 118-119.

¹¹⁴ Cf. Idem, *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, pp. 84-136.

¹¹⁵ Acerca das inclinações violentas da população de Roma, vide GARNSEY, P.; HUMFRESS, C., *The evolution of the late antique world*, Cambridge, Orchard Academic, 2001, pp. 113-114. Para vários exemplos, vide, *infra*, pp. 38-39, 53-54, 57-58, 109.

pano de muralha, controlavam o fluxo de indivíduos nos portões da cidade e coligiam os impostos sobre a entrada e saída de mercadorias.¹¹⁶

Sob Septímio Severo, as coortes urbanas viram o seu número de efectivos ser aumentado para um total de 4500; valor que provavelmente se manteve estável no período subsequente. Todavia, face à supressão das coortes pretorianas, em 312, os três contingentes urbanos tornaram-se insuficientes para assegurar a manutenção da ordem no seio de uma cidade tão povoada.¹¹⁷ Nesta esteira, como A. Chastagnol demonstrou, o prefeito urbano recorreu amiúde a membros do seu *officium*, a fim de reforçar a acção das coortes urbanas. Que, aliás, parecem ter decrescido em importância durante os primeiros cinco decénios do século IV; de tal modo, que as notícias referentes à sua intervenção cessam após 356. Nesta senda, A. Chastagnol sugeriu que terão sido extintas provavelmente entre os anos 357-384. Em sentido inverso, após 356, as fontes mencionam somente a acção de *officiales*. Esta secção militarizada do *officium urbanum* instalou-se no Campo de Marte, nas casernas das antigas coortes urbanas, e herdou inclusive o comandante das mesmas. Do mesmo modo, não é inverosímil que os efectivos destas tenham transitado para este novo organismo, cujos integrantes receberam colectivamente a designação de ‘*contubernales*’, para que fossem diferenciados do restante *officium*. De resto, quando necessário, os membros do *officium* também podiam ser chamados a adjuvar os *contubernales*, como sucedeu no ano 384.¹¹⁸

De qualquer modo, como A. H. M. Jones notou, a ausência das coortes pretorianas evidenciou a insuficiência das forças militarizadas do prefeito urbano; principalmente no momento de arrostar as insurgências populares mais sérias, ocorridas aquando de crises, ou perspectivas de crises frumentárias.¹¹⁹ Efetivamente, em 359, durante a prefeitura de Tertulo (359-361), instalou-se entre a população de Roma o receio de que poderia estar para breve uma carestia de cereais. Embora as colheitas nas províncias norte-africanas tivessem sido exitosas e o prefeito da *annona* de África tivesse organizado e expedido os carregamentos nos prazos estabelecidos,¹²⁰ a adversidade das condições meteorológicas,

¹¹⁶ Cf. CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, pp. 254-255.

¹¹⁷ Efetivamente, desde a sua criação que as coortes pretorianas podiam ser chamadas a intervir se a desordem pública ultrapassasse a capacidade das coortes urbanas. Vide Idem, “Le fonctionnement de la préfecture urbaine”, *La Rome impériale*, pp. 111-113; KELLY, B., “Policing and Security”, *The Cambridge companion to ancient Rome [...]*, p. 414.

¹¹⁸ SYMM. *Rel.* 23. 8, para o evento do ano 384; CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, pp. 225-228, 254-256, para a evolução e extinção das coortes urbanas e instituição dos *contubernales*.

¹¹⁹ Cf. JONES, A. H. M., *The later Roman Empire [...]*, volume 1, p. 693. NIPPEL, W., *Public order in ancient Rome*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, p. 99.

¹²⁰ Para a prefeitura da *annona* de África, vide, *infra*, pp. 41, 49.

combinada com ventos contrários, forçaram os navios a arribar aos portos mais próximos. Privada a população por tempo incerto das novas provisões e achando-se os celeiros em níveis aparentemente baixos, as ameaças pontuais dirigidas ao prefeito degeneraram num motim assaz violento. Nesta senda, Tertulo foi cercado pela população amotinada. E de acordo com Amiano Marcelino, crendo não ter outro meio de se salvar, colocou ambos os filhos diante da turba e apelou à compreensão.¹²¹ Deste modo, terá conseguido pacificar a população; e, pouco tempo depois, dirigiu-se a Óstia, a fim de realizar um sacrifício no templo de Castor e Pólux. Entretanto, o mar acalmou, os ventos amainaram e os navios aportaram no complexo portuário ostiense, descarregando as provisões frumentárias.¹²² Apesar de ter conseguido controlar a rebelião popular e cumprido a sua missão enquanto responsável máximo pelo provimento cerealífero, é notória a ausência de referências a qualquer tipo de intervenção dos *contubernales*.¹²³ Isso sugere: ou que as forças eram insuficientes para lidar com agitações desta dimensão e violência; e/ou que os protestos se transformaram num motim demasiado rapidamente para que Tertulo tivesse tido oportunidade de reunir os *contubernales*. De qualquer modo, alguns anos depois, em 367, na prefeitura de Vivêncio (366-367), durante um conflito sanguinolento entre duas fações rivais, decorrido no contexto de uma eleição para o bispado de Roma, verifica-se a mesma ausência ou incapacidade dos *contubernales* em estancar a violência popular e garantir a segurança do prefeito urbano. Efectivamente, Vivêncio teve de fugir para os subúrbios.¹²⁴ Enfim, em 409, quando o primeiro assédio de Alarico produziu uma carestia frumentária muito severa, o prefeito urbano G. Bárbaro Pompeiano (408-409) foi acossado desde a *sedes urbana* continuamente até ao centro da cidade, onde foi lapidado até à morte pela população amotinada.¹²⁵

Portanto, como A. Chastagnol afirmou, “Le préfet de la Ville vivait constamment dans la terreur de l’émeute [...]”.¹²⁶ Com efeito, da exurgência de um motim e/ou da incapacidade de debelá-lo decorria não só o risco de depreciação aos olhos do imperador, como também a ameaça à sua própria integridade física.¹²⁷ Evitar a sedição popular por meio da manutenção das provisões frumentárias em níveis salutareis constituiu assim uma

¹²¹ AMM. 19.10.1-3.

¹²² AMM. 19.10.4.

¹²³ Para a responsabilidade do prefeito urbano pelo aprovisionamento da cidade de Roma, vide, *infra*, pp. 40-42.

¹²⁴ AMM. 27.3.11-13.

¹²⁵ Para o prefeito urbano G. Bárbaro Pompeiano, vide, *infra*, p. 109.

¹²⁶ Cf. CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 265.

¹²⁷ *Idem*, *Ibidem*, p. 265.

das principais preocupações deste oficial, continuamente até à deposição do último *augustus* do Império do Ocidente. Efectivamente, no último decénio do Império, em 468, o prefeito urbano Sidónio Apolinário (468-469) ainda expressava o seu temor em relação à eventualidade de não conseguir assegurar o correcto provimento cerealífero da população de Roma.¹²⁸

A prefeitura urbana assegurava também o policiamento nocturno e o combate aos incêndios. Conquanto estes fossem dois serviços dirigidos pela prefeitura dos guardas-nocturnos, no decurso do século II o seu titular foi subordinado ao prefeito urbano. Isso significou que este se tornou indirectamente no responsável pelo correcto desempenho dessas tarefas. Enquanto as coortes urbanas e, depois, os *contubernales*, asseguravam os serviços de policiamento e extinção de incêndios durante o dia, a sobrechegada da noite assinalava a assunção dessas tarefas pelo prefeito dos guardas-nocturnos (*uigiles*). O qual dispunha de sete coortes para a concretização da sua missão. Cada coorte era preenchida talvez por mil efectivos e operavam à razão de uma coorte para cada duas regiões administrativas de Roma. À sua disposição estavam também os serviços dos *uicomagistri*, subordinados à sua autoridade desde o século III, e que conduziam patrulhas nocturnas em cada rua. Do êxito destes serviços dependia a integridade das provisões cerealíferas e, consequentemente, a segurança alimentar da população da cidade eterna. Efectivamente, a acção dos *uigiles* contribuía para afastar quaisquer possibilidades de assalto ou, em casos graves, de deflagração ou propagação de incêndios, que pudessem ameaçar os celeiros onde estava depositado o cereal destinado ao provimento da população. Nesta esteira, estavam ligados de modo estreito também à manutenção da quietude pública. As fontes sugerem, contudo, que as coortes de vigias foram desmobilizadas na segunda metade do século IV. Doravante, as suas funções passaram a ser desempenhadas por *corporati* ou *collegiati*, comandados igualmente pelo prefeito dos guardas-nocturnos, mas cujo número total de efectivos parece ter sido muito inferior.¹²⁹

Além de responsável pela conservação da ordem e pela supressão de ameaças às provisões depositadas nos celeiros fiscais, no princípio do século IV o prefeito urbano

¹²⁸ SIDON. *Epist.* 1.10.2.

¹²⁹ Acerca do policiamento e combate aos incêndios nocturnos, vide CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, pp. 258-262.

converteu-se no responsável máximo pelo próprio aprovisionamento cerealífero da cidade. Até esse ponto, essa fora tarefa exclusiva da prefeitura da *annona* de Roma.¹³⁰ Criada pelo *princeps* Augusto entre os anos 8-14 da nossa era, o primeiro titular atestado foi G. Turrânio Grácil, no ano 14.¹³¹ Originalmente, a prefeitura da *annona* foi um serviço desempenhado por um oficial de classe equestre.¹³² Mas após 324-328, foi confiada a um oficial de estatuto *clarissimus*, i. e., de classe senatorial.¹³³ Tal como a prefeitura urbana, a prefeitura da *annona* estava ligada directamente ao imperador. De modo análogo, o seu ocupante era nomeado pelo *augustus*, respondia somente perante este e permanecia em função consoante a vontade do mesmo. Como H. P. d'Escurac demonstrou, as tarefas do prefeito da *annona* passavam, *grosso modo*, por dirigir o processo de transporte, armazenamento e utilização do frumento destinado não só às distribuições gratuitas, mas sobretudo ao correcto provimento de toda a cidade, bem como manter os preços no mercado em níveis acessíveis.¹³⁴ Nesta esteira, a historiadora francesa sublinhou que a prefeitura da *annona* possuía um objectivo municipal, identificado com o aprovisionamento da cidade de Roma, mas operava num âmbito geográfico lato, estendendo a sua acção ao espaço provincial, donde provinham as provisões tritíceas.¹³⁵ Todavia, no início do século IV sobrevieram alterações. Com efeito, nesse período atesta-se pela primeira vez um prefeito da *annona* de África. Criado provavelmente aquando da reorganização provincial conduzida pelos tetrarcas, o primeiro titular conhecido foi Amabiliano, em 314.¹³⁶ Este era um oficial independente do prefeito da *annona* de Roma, pois recebia ordens e respondia unicamente perante o prefeito do pretório de Itália e África. Residindo na cidade portuária de Cartago, a sua principal tarefa passava pela organização e despacho dos carregamentos de cereal fiscal norte-africano para Roma. Para o efeito, foi-lhe outorgada autoridade, tutela e jurisdição sobre a corporação de armadores que transportavam o cereal fiscal. Ora, isso implicou a subtracção desta tarefa à prefeitura anonária de Roma,

¹³⁰ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 297-298.

¹³¹ G. Turrânio Grácil permaneceu em funções desde o ano 14 até ao ano 48.

¹³² Para a data da instituição da prefeitura da *annona*, vide D'ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, pp. 29-30, 45.

¹³³ Cf. CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 298; D'ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, 47-48.

¹³⁴ Cf. D'ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, pp. 29-32, 153-156, 169. Até ao século IV, a prefeitura da *annona* assegurava a existência de recursos frumentários suficientes para o correcto funcionamento das *frumentationes*, mas, contudo, não intervinha no decurso das mesmas. Para este assunto, vide, *infra*, pp. 42-43.

¹³⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 157-159.

¹³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 142. Vide também SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 15, 293-294. São ainda conhecidos mais três prefeitos da *annona* de África no século IV: Fl. Félix, em data imprecisa; Isidoro, entre 368-375; e Demetriano, em 369-372. Para os mesmos, vide D'ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, p. 142.

que, deste modo, viu o seu raio de acção reduzido à área da Urbe e ao complexo portuário ostiense. A prefeitura da *annona* de Roma transformou-se assim num oficialato municipal, cuja responsabilidade sobre o *canon frumentarius* principiava somente no momento em que este chegava às docas dos portos situados na foz do rio Tibre.¹³⁷ Enfim, não muito tempo depois, algures entre 328-337, mas talvez em 331, como A. Chastagnol provou, o prefeito da *annona* de Roma foi subordinado ao prefeito urbano. Deste modo, o titular da prefeitura urbana adquiriu a eminente responsabilidade pela componente cerealífera da *annona* no âmbito municipal, i. e., pela guarda, movimentação e gestão dos *frumenta fiscalia* depositados nos *horrea* portuários e urbanos.¹³⁸

Qual era a posição destes dois oficiais relativamente às distribuições cerealíferas? Transformadas durante o principado de Aureliano (270-275) em distribuições de pão, até 328-337 escaparam ao controlo do prefeito da *annona* de Roma. Conquanto a sua missão compreendesse a importação de provisões frumentárias suficientes para manter o regular funcionamento das *frumentationes*, não interferia nem na organização, nem na realização das mesmas. Na verdade, ao tempo de Aureliano dependiam exclusivamente do *curator* (ou *consularis*) *aquarum et Miniciae*. A criação deste oficialato remonta provavelmente ao principado de Septímio Severo, quando os serviços de abastecimento de água potável foram unidos às distribuições cerealíferas, ambos colocados sob a cura deste oficial, que até ao principado de Gordiano III (238-244) ou de Filipe, o Árabe (244-249), foi adjuvado por um *praefectus frumenti dandi* ou por um *praefectus Miniciae*; contudo, sob Aureliano estes haviam já desaparecido.¹³⁹ Como A. Chastagnol demonstrou, as fontes epigráficas revelam que o *curator aquarum et Miniciae* permaneceu responsável pelas distribuições de pão até 328. Porquanto nos anos subsequentes atesta-se somente a existência de um *consularis aquarum*, colocado sob a autoridade do prefeito urbano provavelmente no ano 331. Nesta senda, A Chastagnol considerou que neste ano deve ter sido operada uma reforma às distribuições paníferas, que saíram da órbita de competências do *consularis aquarum*, doravante responsável somente pelo aprovisionamento de água potável, facto confirmado pela titulatura do oficialato. Assim, a quem terá sido atribuída a tarefa de

¹³⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 142-145, 284-286.

¹³⁸ Vide CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, pp. 60-63; D'ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, p. 288. Numa conjuntura de carestia, como a reduzida amplitude da sua área jurisdicional não autorizasse intervenções além-mar, o prefeito urbano procurava obter provisões mediante a solicitação de auxílio ao Senado ou, em caso de perturbações agudas, ao próprio imperador. Para estes dois recursos, vide JAÏDI, H., *Op. cit.*, p. 131.

¹³⁹ CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 56; D'ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, pp. 283-285.

realizar e dirigir as distribuições de pão? As fontes sugerem que foi justamente ao prefeito da *annona*. De facto, após ter visto o seu campo de acção reduzido a Roma, Óstia e *Portus Vterque*, parece ter recebido o controlo desse serviço, que até então lhe havia escapado. A primeira prova segura desta transformação surge nos anos 364 e 368, quando foram emitidos dois decretos, destinados a regular o funcionamento das distribuições.¹⁴⁰ Enfim, a transferência das distribuições de pão para os cuidados do prefeito da *annona* significou que o prefeito urbano se converteu no responsável máximo pelas mesmas, precisamente por via da relação de subordinação.

Assim, qual seria o ambiente profissional entre os titulares de ambas as prefeituras no contexto do aprovisionamento cerealífero de Roma? Dois rescritos imperiais emitidos em 365 deixam entrever atritos entre os *officia* dos dois oficiais. Com efeito, nesse ano, os *augusti* Valentiniano I e Valente lembraram a importância da cooperação saudável, não só entre ambos os prefeitos, mas também entre ambos os *officia*. Conquanto o prefeito urbano fosse reconhecido como sendo o responsável máximo pelo aprovisionamento da cidade e superior hierárquico do prefeito da *annona*, determinou-se que o seu *officium* não deveria interferir nos assuntos respeitantes ao aprovisionamento cerealífero, cuja gestão devia ser feita somente pelo *officium annonarium*.¹⁴¹ Examinando estes textos, A. Chastagnol propôs a hipótese de que as disposições neles contidas possam ter tido relação com a situação política vivida em Roma, ao tempo da sua promulgação. De facto, aquando do conflito entre o imperador Valentiniano I e o Senado, a prefeitura da *annona* de Roma foi ocupada, primeiro, por Maximino (369-370) e, depois, por Ursicino (372). Ambos possuíam ligações ao *augustus* e ambos eram igualmente hostis para com a aristocracia senatorial, de tal modo, que durante o desempenho do oficialato anonário fruíram de independência considerável, mesmo em relação ao prefeito urbano, e alargaram inclusive o seu leque jurisdicional. Todavia, a acensão à púrpura de Graciano (367-383) pôs termo ao recrudescimento temporário da potestade da prefeitura anonária,¹⁴² pois num decreto emitido no ano 376, o *augustus* refirmou a autoridade do prefeito urbano sobre o prefeito da *annona*.¹⁴³ Nos decénios subsequentes são noticiadas disputas ocasionais, mas o tom

¹⁴⁰ *COD. THEOD.* 14.17.2 (364); 14.17.3 (368). Acerca da transição da responsabilidade pela organização e realização das distribuições de pão para a alçada da prefeitura da *annona* de Roma, vide A. CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 57; D'ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, p. 289.

¹⁴¹ *COD. THEOD.* 1.6.5 (365); 11.14.1 (365). Vide também *COD. THEOD.* 1.6.7 (376).

¹⁴² Acerca deste assunto, vide A. CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, pp. 298-300.

¹⁴³ *COD. THEOD.* 1.6.7 (376).

geral parece ter sido de cooperação e cordialidade entre os titulares de ambas as prefeituras.¹⁴⁴ Principalmente porque a correcta administração dos assuntos anónários era um objectivo partilhado por ambos os oficiais. Efectivamente, como o prefeito urbano Sidónio Apolinário confessou numa epístola a Campaniano, os benefícios procedentes de uma cidade bem provida eram mútuos: por um lado, o prefeito da *annona* valorizava-se aos olhos do prefeito urbano, granjeando o seu favor e estima; por outro, o prefeito urbano concretizava a sua missão enquanto responsável máximo pelo aprovisionamento cerealífero de Roma, conquistando o favor popular e consolidando a sua reputação perante o imperador.¹⁴⁵

Portanto, ligado de modo assaz estreito ao *augustus* da parte ocidental do Império, o prefeito urbano recebeu a direcção e supervisão dos oficiais municipais cuja acção concorria para o êxito do provimento cerealífero de Roma. E isso reflecte-se na *Notitia Dignitatum*. Com efeito, ao tempo da promulgação deste documento, verificam-se “*sub dispositione viri illustris praefecti urbis*” todos os oficiais relacionados directa ou indirectamente com o aprovisionamento da cidade: o prefeito da *annona* de Roma; o prefeito dos guardas-nocturnos; o *comes/curator riparum et alvei Tiberis et cloacarum*; o *comes Portuum*; e o *curator horreorum Galbanorum*; bem como o *officium urbanum*, que veio a acomodar as unidades de policiamento e combate aos incêndios diurnos.¹⁴⁶ Deste modo, ao tempo do Império tardio, o prefeito urbano tornou-se no responsável *in loco* por todos os assuntos concernentes ao abastecimento cerealífero da cidade eterna.

¹⁴⁴ Cf. A. CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 300; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 201.

¹⁴⁵ SIDON. *Epist.* 1.10.1-2.

¹⁴⁶ NOT. DIGN. 4.2-33. Para o *comes/curator riparum et alvei Tiberis et cloacarum*, vide, infra, p. 102; para o *comes Portuum*, vide, infra, p. 100; para o *curator horreorum Galbanorum*, vide, infra, p. 112.

2.1.2 A componente provincial

No ponto precedente percebemos que o plano municipal do aprovisionamento cerealífero de Roma englobava a gestão, traslação e utilização do *canon frumentarius* no espaço da própria cidade, do rio Tibre e do complexo portuário ostiense. Porém, não tinha qualquer relação com os assuntos atinentes à sua recolha e movimentação nas províncias, tampouco com a sua expedição e transporte por sobre as águas do mar Mediterrâneo. Na verdade, estas operações situavam-se não no plano municipal, mas provincial.

Com efeito, o frumento constituinte do cânone provinha das propriedades rurais dos habitantes provinciais e era recolhido pelas autoridades dos diversos municípios na qualidade de *tributum*, i. e., de imposto devido à cidade de Roma (bem como por agentes particulares, no caso das propriedades imperiais). De seguida, o imposto frumentário era encaminhado até às cidades portuárias. Aí chegado, era depositado nos celeiros fiscais, onde permanecia até ao momento de embarque e despacho para a Roma.¹⁴⁷ O êxito e a supervisão deste processo eram assegurados integralmente pelos governadores provinciais, pelo procônsul da província de África proconsular e pelo prefeito do Egipto; que tinham de providenciar também a manutenção das infra-estruturas necessárias e a correcta organização das instalações portuárias. Assim, da parte das autoridades municipais de Roma esperava-se uma gestão adequada e uma supervisão atenta dos oficiais provinciais, de modo a que o cânone frumentário estivesse disponível para expedição nos prazos estabelecidos.¹⁴⁸ Com efeito, dois rescritos imperiais, promulgados nos anos 380 e 397, revelam que uma terça parte do cânone tinha de estar disponível para embarque logo aquando da abertura do período de navegação, nas calendas de Abril, e preparada para ser expedida nos idos desse mesmo mês.¹⁴⁹

Nas mãos dos governadores também estava depositada a tarefa de manter a ordem e a tranquilidade das populações provinciais. Mas como H. P. d'Escurac notou, por vezes isso podia incompatibilizar-se com a missão de aprovisionamento cerealífero de Roma. Com efeito, na contingência de uma carestia frumentária nas províncias norte-africanas, qual deveria ser a acção dos governadores? Dado que parte considerável do produto das

¹⁴⁷ Para a perscrutação deste processo, vide, *infra*, pp. 77-83.

¹⁴⁸ Para a missão anonária dos governadores provinciais, do procônsul da província de África proconsular e do prefeito do Egipto, vide D'ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, pp. 160-163; DURLIAT, J., *Op. cit.*, p. 388.

¹⁴⁹ *COD. THEOD.* 13.9.3.3 (380); 13.5.27 (397). Sobre este assunto, vide A. CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 302; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 202.

colheitas era devido à população de Roma, de que modo deveriam proceder num ano de safras parcas?¹⁵⁰ As fontes registaram vários anos de colheitas menos exitosas no século IV. De facto, em 366-367, a cidade provincial de Cartago foi assolada por uma carestia frumentária. Nessa ocasião, o procônsul Himécio retirou dos celeiros fiscais uma parte das provisões tritíceas reservadas à população de Roma; que utilizou para aliviar a situação da população local, tendo vendido cada 10 módios ao preço de um *solidus*, i. e., de uma moeda de ouro; todavia, não muito tempo depois, quando as novas safras amadureceram e o afluxo cerealífero refartou o mercado, o procônsul comprou 30 módios pela mesma quantia monetária. Assim, não só restituiu aos armazéns fiscais o cereal retirado, como também depositou no erário imperial o lucro advindo da diferença de preço. Mas o *augustus* Valentiniano I suspeitou de que o procônsul tivesse depositado uma soma inferior àquela que realmente teria auferido dos negócios frumentários, tendo-o punido com o confisco de parte das suas propriedades.¹⁵¹

Interpretando este evento, o historiador H. Jaïdi reputou que a carestia frumentária relatada por Amiano Marcelino se prolongara por um período de tempo considerável. Nesta esteira, Himécio terá sido instado a agir no momento em que a crise se agudizou, a fim de obviar uma situação que se poderia ter tornado perigosa, porque enquanto a população de Cartago sofria os efeitos da fome, nessa mesma cidade os celeiros fiscais achavam-se repletos com o cereal constituinte do cânone frumentário, que aguardava a ordem de embarque e despacho para Roma.¹⁵²

Mas a acção de Himécio terá tido repercussões nefastas para o aprovisionamento da população das sete colinas? O historiador J. Durliat considerou que o provimento da Urbe não foi comprometido pela acção do procônsul.¹⁵³ Como vimos, parte da sua missão passava por garantir que pelo menos um terço do cânone frumentário estaria disponível para expedição logo aquando da abertura da época de navegação, no mês de Abril. Assim, nos celeiros fiscais devia existir trigo suficiente para que Himécio pudesse simultaneamente dispor de uma parte para socorrer a população de Cartago e garantir que ainda sobrava uma quantidade igual àquela que fora estabelecida pela administração imperial. Procedendo deste modo, o procônsul conseguiu concretizar a sua dupla missão: assegurar

¹⁵⁰ Vide D'ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, p. 163.

¹⁵¹ AMM. 28.1.17-18.

¹⁵² JAÏDI, H., *Op. cit.*, pp. 42-43.

¹⁵³ Cf. DURLIAT, J., *Op. cit.*, p. 387.

a quietude da maior e mais importante cidade da África proconsular e prover adequadamente a população de Roma. O testemunho documental parece autorizar esta interpretação; pois segundo o testemunho de Amiano Marcelino, a sua punição derivou unicamente do facto de aparentemente ter aproveitado a ocasião para extrair lucros pessoais, não havendo registo de qualquer distúrbio na cidade eterna.¹⁵⁴

A questão dos lucros pessoais impõe o exame deste evento no plano económico. Qual terá sido o volume dos lucros auferidos por Himécio na sequência dos seus negócios frumentários? Por conseguinte, quanto deveria ter sido entregue ao erário imperial? E que motivos poderão ter subjazido à sua punição? De acordo com as fontes, na conjuntura de carestia, Himécio vendeu à população cartaginesa 10 módios de cereal fiscal ao preço de 1 *solidus*; quando as novas colheitas madureceram, comprou o triplo desse volume pelo mesmo preço. Reflectindo sobre estes dados, H. Jaïdi inferiu que o trigo foi vendido a um preço deveras elevado, o triplo do praticado em tempos normais. Tendo reservado os lucros advindos da venda, o procônsul aguardou pela maturação da safra seguinte e pela sua introdução nos mercados. O aumento da oferta abaixou o preço do cereal, permitindo que com o mesmo dinheiro (1 *solidus*) fossem comprados três vezes mais módios do que em tempo de penúria. Nesta esteira, não é inverosímil que Himécio tenha gastado somente um terço dos lucros para restituir aos celeiros fiscais os volumes que retirara. Portanto, os dois terços restantes representam a soma que deveria ter sido depositada no erário imperial. Como depreendemos, destas operações de mercado não adveio qualquer risco para o aprovisionamento de Roma. Com efeito, logo que reservou frumento fiscal suficiente para garantir a segurança alimentar da população das sete colinas, Himécio pôde utilizar o restante para socorrer a população cartaginense. Aliás, na capacidade de procônsul, essa faculdade integrava o seu leque de poderes. De facto, no ano 322, num decreto com força de lei, o imperador Constantino (306-337) outorgou aos governadores e procônsules das províncias norte-africanas o poder de conceder auxílio a quaisquer populações provinciais tocadas pela carestia, mediante a utilização das provisões armazenadas nos *horrea fiscalia*.¹⁵⁵ Portanto, além de ter cumprido a sua dupla missão, Himécio agiu dentro dos limites legais. Logo, afigura-se mais provável que o castigo que lhe foi aplicado tenha resultado ou de alguma improbidade aquando da transferência dos restantes dinheiros para o erário,

¹⁵⁴ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 387-388.

¹⁵⁵ *COD. THEOD.* 11.27.2 (322).

ou, então, como deixa entrever Amiano Marcelino, de uma suspeita infundada, concebida no espírito do imperador Valentiniano I.¹⁵⁶

De qualquer modo, a acção do procônsul foi uma das razões subjacentes à erecção de duas estátuas douradas em sua honra pela população da província de África proconsular, uma em Cartago, outra em Roma, provavelmente entre os anos 376-378. A inscrição comemorativa contém um dado interessante. Com efeito, reporta-se à globalidade da província de África proconsular, não somente à cidade de Cartago, como sucede no texto de Amiano Marcelino.¹⁵⁷ Poderá isso ser indicador de que, na verdade, a carestia frumentária atingira toda a província? Segundo os cálculos, Cartago era uma cidade bem povoada.¹⁵⁸ Por conseguinte, dependia em larga medida dos alimentos cultivados na circunvizinhança rural. O facto de ter sofrido uma carestia frumentária sugere que a última colheita não fruíra do êxito habitual. De facto, colhido e armazenado o cereal destinado ao provimento da população de Roma, não parece ter restado o suficiente para prover as necessidades da população cartaginesa até ao amadurecimento da safra seguinte. De igual modo, também não parece ter existido trigo suplementar nos celeiros das populações rurais, porquanto a intervenção de Himécio sugere que não foi possível comprar cereal na província. Isso poderá ser indicador da existência de dificuldades ao nível da mesma. E conquanto o texto de Amiano Marcelino mencione a acção do procônsul somente no contexto da cidade de Cartago, isso pode ter relação com a tendência de as fontes destacarem sobretudo as questões concernentes ao provimento das grandes cidades. E Cartago era não só a maior cidade da diocese de África, mas também o porto mais importante da mesma na perspectiva do aprovisionamento cerealífero de Roma. Portanto, talvez não seja insensato considerar a acção de Himécio no contexto de uma carestia frumentária não só em Cartago, mas também entre as populações provinciais.¹⁵⁹

Portanto, o processo de reunião, traslação e armazenamento do cânone frumentário decorria sob a supervisão do procônsul de África proconsular, do prefeito do Egipto e dos governadores provinciais. Já a transportação por sobre as águas do mar Mediterrâneo integrava o conjunto de competências da prefeitura da *annona*. Efectivamente, era tarefa

¹⁵⁶ Efectivamente, Amiano Marcelino reputou Himécio como sendo um homem de “*praeclaræ indolis*”: AMM. 28.1.17, Acerca das razões que poderão ter subjazido à punição do procônsul Himécio, vide DURLIAT, J., *Op. cit.*, pp. 386-387; JAÏDI, H., *Op. cit.*, pp. 42-44.

¹⁵⁷ CIL. 6.1736. Vide igualmente JAÏDI, H., *Op. cit.*, pp. 42 e 44, com nota 175.

¹⁵⁸ Com efeito, Cartago integrava o grupo das cinco cidades mais povoadas da Antiguidade. Para este assunto, vide SCHEIDEL, W., *Op. cit.*, p. 78. O historiador G. Charles-Picard considerou que a urbe norte-africana deveria conter uma população equivalente a 1/3 da população de Roma; cf. CHARLES-PICARD, G., *La Carthage de saint Augustin*, Paris, Fayard, 1965, p. 14.

¹⁵⁹ Cf. DURLIAT, J., *Op. cit.*, pp. 388-389; JAÏDI, H., *Op. cit.*, pp. 44-45.

do prefeito da *annona* de Roma organizar e gerir a transporte do cereal fiscal, fazendo recurso aos armadores vinculados ao serviço anonário. Sob Aureliano, estes achavam-se já agrupados em *corpora*. E a transportação dos géneros fiscais, antes realizada voluntariamente, mediante a celebração de contratos com a administração anonária, fora convertida num *munus*. Desse modo, foi imposta aos membros da corporação a obrigação de transportarem os *frumenta fiscalia* nos períodos, termos e condições estabelecidos pelas regulações imperiais.¹⁶⁰ Dado que ao tempo do Império tardio o grosso das importações cerealíferas da Urbe provinham da diocese de África,¹⁶¹ a corporação de armadores norte-africanos adquiriu particular preponderância.¹⁶² Do mesmo modo, a cidade portuária de Cartago converteu-se num local muito importante. Com efeito, além de maior cidade da diocese, sede do procônsul da província de África proconsular e principal porto de expedição do trigo anonário, tornou-se também no ponto de congregação da corporação de *nauicularii afri*, que aí se reunia para embarcar os carregamentos de cereal fiscal e para invernar.¹⁶³ Ora, como se verificou, é possível que o ano 314 assinale a existência de um prefeito da *annona* de África, que está seguramente atestado noutros períodos do século IV. Subordinado directamente ao prefeito do pretório de Itália e África, foi-lhe confiada a tarefa antes desempenhada pelo prefeito da *annona* de Roma, de supervisão do *corpus* de armadores norte-africanos, organização dos carregamentos fiscais e despacho dos mesmos para o complexo portuário ostiense. Assim, tomou sede justamente na cidade onde estava não só depositado o grosso do cânone frumentário, mas também congregada a corporação de armadores: Cartago.¹⁶⁴

A subordinação do prefeito da *annona* de África ao prefeito do pretório significou que este também exercia controlo sobre os *nauicularii africani*. Porém, logo que chegados ao complexo portuário ostiense, estes transitavam para a supervisão dos oficiais anonários municipais. O principal era o prefeito da *annona* de Roma, que partilhou essa tarefa com o vicário da prefeitura urbana até 357, excepto nos anos 321-326, quando este foi substituído por um vicário do prefeito do pretório. Após 357, quando aquele foi definitivamente substituído por este, o prefeito da *annona* de Roma passou a dividir essa tarefa com o seu

¹⁶⁰ Para este assunto, vide, *infra*, pp. 88-93.

¹⁶¹ Para este assunto, vide, por todos, A. CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 301; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 146-148. Para uma discussão aprofundada, vide, *infra*, pp. 61-76.

¹⁶² Denominados ‘*nauicularii africani*; *nauicularii per Africam*; ou *nauiculariis afri*’, nos textos legais. Vide, respectivamente, *COD. THEOD.* 13.5.10 (364); 13.5.36 (412); 13.9.3 (380).

¹⁶³ Para este assunto, vide, *infra*, pp. 62-64, 87, 150.

¹⁶⁴ Cf. D’ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, pp. 142-143. Para as competências do prefeito da *annona* de África, vide, *supra*, pp. 41-42.

superior hierárquico: o prefeito urbano.¹⁶⁵ Portanto, a supervisão dos *naucularii afri* era exercida por dois grupos de oficiais: aquando do carregamento do cânone frumentário e transporte no mar Mediterrâneo, dependia do prefeito do pretório de Itália e África e do prefeito da *annona* de África; durante o desembarque do mesmo, em *Portus Vterque*, dependia do prefeito da *annona* de Roma e do prefeito urbano. Porém, aqueles parecem ter detido um grau maior de poder sobre a corporação. Com efeito, uma regulação do ano 414 determinou o seguinte: se os titulares da prefeitura urbana ou da prefeitura da *annona* de Roma descobrissem que um *naucularius africanus* subtraía ao carregamento fiscal uma parte maior do que a autorizada pela lei e uma acção legal fosse iniciada, então esse mesmo *naucularius* teria de ser enviado para Cartago, para que fosse julgado pelo prefeito da *annona* de África.¹⁶⁶ O mesmo se atesta na contingência de um naufrágio. De facto, embora a investigação decorresse diante do governador da província mais próxima, ou do vicário ou do prefeito da *annona* de Roma, caso o incidente tivesse devindo na foz tiberina ou no alto mar, ainda assim a decisão última pertencia ou ao prefeito do pretório, ou ao prefeito da *annona* de África.¹⁶⁷ Enfim, em duas leis endereçadas ao prefeito do pretório no decénio final do século IV, determinou-se que depois de o carregamento fiscal ter sido consignado aos armazéns dos portos fluviais de Roma, os *naucularii africani* receberiam do prefeito da *annona* da Urbe um comprovativo da descarga, uma *securitas*, que tinha de ser entregue no prazo estipulado às autoridades imperiais norte-africanas.¹⁶⁸

Encabeçando a dimensão provincial do sistema de aprovisionamento cerealífero de Roma encontrava-se o prefeito do pretório de Itália e África. Na sequência da reorganização fiscal e administrativa do Império, operada por Diocleciano (284-305), surgiram três prefeituras do pretório regionais: Itália, África e Ilíria; Gálias; e Oriente. Após 395, foi criada uma quarta, a prefeitura da Ilíria, mediante a separação desta da prefeitura de Itália e África. Os titulares destas prefeituras tornaram-se nos responsáveis máximos, *inter alia*, pelos assuntos económicos das respectivas regiões administrativas. Assim, todas as questões pertinentes ao êxito anual do aprovisionamento cerealífero de Roma dependiam sobretudo do prefeito do pretório de Itália e África, sob cuja disposição se encontravam justamente os vicários das dioceses e os governadores das províncias, que tinham

¹⁶⁵ Cf. A. CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 303.

¹⁶⁶ *COD. THEOD.* 13.5.38 (414).

¹⁶⁷ *COD. THEOD.* 13.9.1 (372); 13.9.5 (397); CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 304; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 203.

¹⁶⁸ *COD. THEOD.* 13.5.21 (392); 13.5.26 (396); CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 304.

como missão supervisionar todo o processo de recolha, traslação e armazenamento do cânone frumentário.¹⁶⁹ Além disso, a partir de 314 parece atestar-se a existência de um prefeito da *annona* de África, encarregado da organização e despacho das provisões tritíceas para os portos da foz tiberina. Dado que também foi subordinado à autoridade do prefeito do pretório de Itália e África, segue-se que este adquiriu responsabilidade pelo processo de trasfega marítima do cânone frumentário. Assim, como H. P. d'Escurac afirmou, a partir do século IV o prefeito do pretório de Itália e África “est devenu maître des importations de blé [...] destinées à la population civile de Rome [...]”.¹⁷⁰

¹⁶⁹ Para este assunto, vide BLECKMANN, B., “Diocletianus”, *Brill’s New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, Edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 4, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2004, p. 431; GUTSFELD, A., “Vicarius”, *Brill’s New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 15, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2010, p. 391; GRANT, M., *The climax of Rome. The final achievements of the ancient world AD 161-337*, London, Weidenfeld, 1993, p. 76; HARRIES, J., *Op. cit.*, pp. 52-54; JONES, A. H. M., *The later Roman Empire [...]*, volume 1, pp. 50, 126, 370-372, 392.

¹⁷⁰ Cf. D’ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, p. 286.

2.1.3 O imperador

No vértice da estrutura administrativa da *annona* encontrava-se o imperador, do qual dependiam tanto a componente municipal, como provincial. Pois na capacidade de *curator annonae*, o *augustus* da parte ocidental do Império apresentava-se como sumo responsável pelo êxito anual do aprovisionamento cerealífero da cidade de Roma. Essa *cura* compreendia todas as fases do processo de abastecimento, desde a recolha do tributo frumentário à distribuição do benefício cerealífero/panífero. Contudo, a miríade de assuntos que reclamavam a atenção imperial concorreu para que a direcção das várias etapas fosse delegada em diferentes oficialatos, de cuja cooperação resultava o aporte anual do cânone frumentário aos armazéns da cidade eterna. Mas cingiria a cura anonária toda a cidade? Posto de outro modo, o cânone frumentário importado anualmente para Roma destinar-se-ia ao provimento de toda a população, ou somente a uma faixa privilegiada, identificada com os beneficiários das distribuições cerealíferas/paníferas?

Em 22 a.C., quando uma carestia frumentária recobriu a Urbe, a população sitiou os senadores na Cúria. Ameaçando incendiar o edifício, instou a que Augusto fosse feito ditador e, sobretudo, que lhe fosse concedida a *cura annonae*, para que pusesse termo às dificuldades de aprovisionamento. Tendo declinado a ditadura, o *princeps* tomou a cura anonária.¹⁷¹ A atribuição extraordinária da mesma a um único cidadão encontra paralelo somente nos eventos de 57 a.C., quando Gn. Pompeio foi feito *curator annonae* por um período de cinco anos, justamente com o objectivo de estancar a fome e extinguir os problemas de aprovisionamento frumentário.¹⁷² Ambos os eventos constituem procedimentos extraordinários, pois a *cura annonae* sempre fora cingida pelos princípios da colegialidade e anualidade, i. e., existiam no mínimo dois magistrados, eleitos anualmente, cujo uma das tarefas perpassava por tentar assegurar o correcto provimento da cidade. Durante o período republicano, esses magistrados eram os edis.

A responsabilidade dos edis pela *cura annonae* mergulha as raízes nos tempos recuados de Roma. Com efeito, originalmente o mercado era organizado nas cercanias do templo de Ceres, Líber e Líbera, a tríade associada à fertilidade agrária. Nessa senda, é provável que os servos do templo (*aediles*) tenham adquirido alguma espécie de respon-

¹⁷¹ AUG. *Hist.* 5; D. C. 54.1-4.; SUET. *Aug.* 52; VELL. 2.89.5.

¹⁷² CIC. *Att.* 4.1.6-7; GARNSEY, P., *Famine and food supply in the graeco-roman World [...]*, p. 216.

sabilidade sobre o regular funcionamento do mercado, que se veio a converter em *iurisdictio* e, eventualmente, a originar a *cura annonae* e a própria magistratura. Na capacidade de *curatores annonae*, era missão dos edis: supervisionar as transacções comerciais; prevenir subidas de preços; e assegurar a existência de provisões frumentárias suficientes para o colectivo da população, bem como para o funcionamento das distribuições cerealíferas, cuja instituição remonta à promulgação da primeira *lex frumentaria* pelo tribuno da plebe G. Semprônio Graco, em 123 a.C.¹⁷³

A dimensão demográfica alcançada por Roma durante o século I a.C. patenteou a importância da cura anónaria enquanto instrumento vital para assegurar a sobrevivência da massa populacional.¹⁷⁴ Simultaneamente, a pressão demográfica revelou as limitações dos edis tradicionais no concernente ao adequado provimento da cidade. Pois como H. P. d'Escurac colocou, a edilidade era uma magistratura de princípio do *cursus honorum*, de duração anual, com responsabilidades paralelas e raio de acção deveras limitado. Por conseguinte, os seus titulares dificilmente podiam intervir de modo firme nos problemas anónarios, que recrudesceram nos decénios finais do período republicano.¹⁷⁵ De tal modo que em 44 a.C., G. Júlio César instituiu dois novos edis, denominados '*aediles ceriales*', orientados exclusivamente para as questões relativas ao provimento cerealífero da cidade.¹⁷⁶ Mas isso não solucionou os problemas frumentários; e em 22 a.C., vimos, sob pressão de uma carestia frumentária severa, a população instou os senadores a atribuírem a Augusto a *cura annonae*. O *princeps* já havia experienciado os efeitos de uma população mal provida. Efectivamente, nos anos 41-39, sediado na ilha da Sicília, Sex. Pompeio bloqueou as várias vias de importação marítima para Roma. Ao mesmo tempo, a guerra civil grassava no território itálico. Combinados, estes eventos provocaram uma crise de penúria aguda e prolongada na Urbe, pautada pela morte de numerosos habitantes. Inicialmente, a revolta popular passou pelo encerramento das lojas e pelo rechaço dos magistrados dos seus assentos no fórum. Porém, como a carestia se tivesse prolongado e o cereal existente tivesse sido reservado à alimentação dos soldados, a população amotinou-se, tendo dado início a uma onda de pilhagens e violência. E quando Octaviano instituiu novos impostos

¹⁷³ CIC. Leg. 3.3.7. Vide D'ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, pp. 8-9; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 11-12.

¹⁷⁴ Para o crescimento demográfico da cidade de Roma, vide a síntese de MEIJER, F., *Op. cit.*, p. 154.

¹⁷⁵ Vide D'ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, pp. 8-9; GARNSEY, P., *Famine and food supply in the graeco-roman world. Responses to risk and crisis*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, pp. 198-202.

¹⁷⁶ Vide D'ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, pp. 9-10; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 13.

para financiar o esforço de guerra, a situação tornou-se crítica. De tal modo, que a população se insurgiu violentamente. No momento em que a sedição se alastrara à cidade, Octaviano resolveu dirigir-se ao fórum, a fim de aplacar o tumulto. Mas assim que surgiu diante da multidão, foi apedrejado impetuosamente pela mesma. De tal forma, que foi necessária a intervenção de M. António, acompanhado pelos contingentes estacionados fora do perímetro urbano. Intervenção essa da qual resultou um cenário de ferimentos e morticínio. Enfim, face à continuidade da carestia e da pressão popular, M. António e Octaviano fizeram mesmo a paz com Sex. Pompeio. Contudo, pouco tempo depois, este retomou o bloqueio, provocando novos protestos na Urbe, que perduraram até à conclusão definitiva da guerra, em 36 a.C.¹⁷⁷

Portanto, Augusto conhecia a importância social da *cura annonae*. A importância política também não terá escapado ao primeiro *princeps*, pois como B. Sirks sublinhou, do correcto exercício da *cura annonae* dependia o bem-estar dos cidadãos, i. e., aqueles que possuíam direito de voto.¹⁷⁸ Como tal, a mesma tinha a potencialidade de se converter num instrumento político, principalmente se escapasse à esfera da colegialidade, como sucedeu em 57 a.C., com Gn. Pompeio. Não é improvável que a consciência desse facto tenha motivado o Senado a tentar interditar a possibilidade de alguém deter singularmente a *cura annonae*, no ano 43 a.C.¹⁷⁹ Contudo, sob ameaça popular, em 22 a.C., os senadores foram instados a conceder a *cura* indivisamente a Augusto. E contrariamente a Gn. Pompeio, o primeiro *princeps* tomou a *cura* não por um período limitado, mas perpetuamente. Desse modo, a *cura annonae* tornou-se uma posse e uma responsabilidade imperial, sendo transmitida de imperador para imperador.¹⁸⁰ E com efeito, segundo Tácito, quarenta anos após a transferência da *cura* para a providência augusta, durante um discurso proferido diante dos senadores, o imperador Tibério (14-37) terá asseverado justamente que “*hanc, patres conscripti, curam sustinet princeps; haec omissa funditus rem publicam trahet*”.¹⁸¹

Ao tempo tardio, a *cura annonae* tornara-se uma herança imperial. Embora Roma tenha sido praticamente privada da presença imperial após 312, ainda assim os *augusti* delegaram a responsabilidade de gestão de todos os assuntos concernentes ao provimento

¹⁷⁷ Cf. APP. BC. 5.18, 34, 67-68, 71, 74, 77; D. C. 48.18.1; SUET. Aug. 16.1; VELL. 2.77.1. Para a relação de fontes e para uma síntese dos eventos, vide BRUNT, P. A., “The roman mob”, *Past & Present*, n.º 35, Oxford, Dezembro de 1966, p. 10; GARNSEY, P., *Famine and food supply in the graeco-roman World [...]*, pp. 202, 207-208; VIRLOUVET, C., *Famines et émeutes à Rome [...]*, p. 17.

¹⁷⁸ Cf. SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 13.

¹⁷⁹ D. C. 46.39.2-3. Vide também NIPPEL, W., *Op. cit.*, p. 85.

¹⁸⁰ Esta é opinião consensual entre os investigadores. Para este assunto, vide, por todos, D’ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, pp. 17-19; VIRLOUVET, C., *Famines et émeutes à Rome [...]*, p. 77.

¹⁸¹ TAC. Ann.. 3.54.

da cidade ao seu lugar-tenente, o prefeito urbano, sobre o qual exerciam controlo directo. No plano provincial, a supervisão da recolha e do transporte do cânone frumentário foi confiada ao prefeito do pretório de Itália e África, o qual também se achava estreitamente ligado ao imperador. O correcto aprovisionamento cerealífero de Roma era assegurado, assim, por estes dois oficiais. E do êxito de ambos advinha lato prestígio para os *augusti*; que, desse modo, continuavam a cumprir a sua missão enquanto *curatores annonae* da cidade de Roma.

Contudo, o adequado provimento cerealífero de Roma seria uma responsabilidade que os imperadores continuavam a assumir somente “par conservatisme et peur d'un affrontement trop brutal avec le Sénat romain devenu le dernier rempart des traditions et le farouche défenseur des privilèges de sa ville.”, como asseriu J. Durliat? O historiador francês foi ainda mais longe, ligando esta asserção à tese de que o aprovisionamento de Roma se convertera numa espécie de assistência prestada pelos *augusti* a uma cidade que havia perdido a sua dimensão política e administrativa desde o ano 312, por via do êxodo da corte imperial.¹⁸² Conquanto este seja um argumento ressurgente no meio historiográfico e contenha um fundo de verosimilhança, é provável que a realidade tenha sido diferente. Começando pela asserção transcrita, recupere-se o argumento de A. Chastagnol, que relembrou que a *Vrbs* permaneceu com toda a probabilidade a maior cidade do Império até 408-41. E mesmo depois desses eventos, manteve-se como a maior cidade do Ocidente. Além disso, era a mais reputada urbe do Mediterrâneo, tanto pelo seu nome, como pelo seu passado e monumentalidade. Durante séculos, Roma fora a cabeça de um Império ao qual concedera o seu nome. Império esse que foi considerado conceptualmente como uma extensão da própria cidade. Do ponto de vista religioso, Amiano Marcelino apelidou a cidade de ‘*templum mundi totius*’.¹⁸³ A Urbe serviu inclusive de modelo para Constantino, aquando da fundação de Constantinopla. Na verdade, à semelhança de Roma, a nova urbe também recebeu um Senado, uma estrutura administrativa similar e edifícios análogos, dispostos exactamente da mesma forma. E de igual modo, foi dividida em catorze regiões, foi edificada sobre sete colinas, criadas artificialmente, e a população também recebeu o benefício das distribuições de pão.¹⁸⁴ Assim, é indubitável que a cura

¹⁸² Cf. DURLIAT, J., *Op. cit.*, p. 90.

¹⁸³ AMM. 17.4.13.

¹⁸⁴ Acerca do prestígio e importância de Roma ao tempo do Império tardio e do modo como Constantinopla foi edificada à imagem da Urbe, vide CHASTAGNOL, A., *Le Bas-Empire*, 2ª edição, Paris, Armand Colin, 1969, pp. 72-73; DURLIAT, J., *Op. cit.*, p. 137; HARRIES, J., *Op. cit.*, pp. 123, 274-282; LANÇON, B.,

augusta de manter Roma adequadamente provida pesou grandemente sobre a economia imperial e que deve ter existido o desiderato de evitar um confronto com os senadores de Roma, i. e., os mais ricos e poderosos súbditos. Mas ao mesmo tempo, essa cura era uma herança, uma missão inerente ao cargo imperial, transmitida sucessivamente entre imperadores desde os tempos do primeiro *princeps*. E além disso, a capacidade de aprovisionar anualmente Roma, a *Vrbs*, reverenciada eminentemente como ‘*urbs magna; rerum caput; urbs orbis; Roma aeterna*’, elevada inclusive ao estatuto de deusa na imaginação literária e residência de um dos maiores aglomerados populacionais do mundo tardo-antigo,¹⁸⁵ era uma prova da providência imperial, i. e., da aptidão para satisfazer perpetuamente as necessidades alimentares da plebe urbana, mediante a importação perene de provisões frumentárias suficientes, de cujo êxito advinha largo prestígio e honra para os *augusti*.¹⁸⁶

No atinente ao êxodo da corte e sequente esbulho da dimensão política de Roma, tal tese é aplicável somente ao século IV. Com efeito, é incontestável que durante esse período o itinerário imperial favoreceu um conjunto de cidades estratégicas, situadas na periferia do Império, como Tréveris, no *limes* germânico; Sírmio, na Panónia; ou Milão, no Norte de Itália.¹⁸⁷ A raridade da presença imperial patenteia-se tanto na narração do advento de Constâncio II (337-361), feita por Amiano Marcelino,¹⁸⁸ como na asserção de Claudiano de que Roma fora visitada somente três vezes na centúria que precedeu o sexto consulado do imperador Honório celebrado a 1 de Janeiro de 404.¹⁸⁹ Mas no princípio do século V, essa situação começou a alterar-se. Na verdade, tal como a corte oriental abandonou os seus itinerários para se fixar em Constantinopla, assim também a corte ocidental tendeu a estacionar durante longos períodos de tempo em duas cidades: Ravena e Roma. Efectivamente, entre os anos 401 e 408, o imperador Honório movimentou-se intermitentemente entre ambas as urbes. Mas de 408 até ao momento da sua morte, em 427, atesta-

Op. cit., pp. 8, 53-54; MILLAR, F., *The emperor in the roman world. 31 BC - AD 337*, London, Duckworth, 1977, p. 55; VEYNE, P., *Le pain et le cirque. Sociologie historique d'un pluralisme politique*, Paris, Seuil, 1976, p. 682.

¹⁸⁵ Em relação aos adjectivos utilizados para simbolizar Roma e à elevação da mesma ao estatuto de deusa no meio literário, vide GILLET, A., *Op. cit.*, pp. 162-163.

¹⁸⁶ Para o conceito de ‘*prouidentia*’ e para o papel do imperador, vide REMESAL RODRÍGUEZ, J., “*Prouidentia et annona. Cum uentri tibi humano negotium est*”, *Religión y propaganda política en el mundo romano*, Barcelona, Publicacions Universitat, 2002, pp. 119-120, 125. Para a honra advinda da satisfação das necessidades alimentares da população, vide LENDON, J. E., *Empire of honour. The art of government in the roman world*, Oxford, Clarendon Press, 1997, pp. 120-124.

¹⁸⁷ Para este assunto, vide, *supra*, p. 35.

¹⁸⁸ AMM. 16.10.13-17.

¹⁸⁹ CLAUD. 27.390-395.

-se quase exclusivamente em Ravena. De qualquer modo, como A. Gillet provou, a re-colocação da corte nesta cidade foi motivada sobretudo por razões políticas e militares. E o facto de o *augustus* ter ordenado a construção de um mausoléu dinástico em Roma, onde sepultou vários membros da sua família antes da chegada da sua morte, parece ser sugestivo de que o próprio possa ter projectado residir permanentemente na Urbe. Nesta senda, a sua delonga em Ravena poderá ter sido “no more than a protracted absence from the true imperial city of the West.”.¹⁹⁰

Se no itinerário de Honório se patenteiam já intenções de tornar Roma a principal residência imperial do Ocidente, o regresso de Valentiniano III (425-455), decorrido no final do ano 439 ou no início do ano 440, assinalou a restituição definitiva à Urbe do seu estatuto de sede de governo dos imperadores ocidentais. Na verdade, a acessão à púrpura do *augustus* havia já decorrido na cidade eterna. E conquanto tenha permanecido quase exclusivamente em Ravena até 440, doravante passou a residir durante largos períodos na Urbe. Até que, no final de Fevereiro de 450, estacionou definitivamente em Roma, com a sua família e com a corte imperial. Esta foi a primeira residência contínua desde Maxêncio e assinalou a restituição a Roma do seu antigo estatuto de principal cidade imperial do Ocidente. Efectivamente, muitos dos *augusti* que sucederam a Valentiniano III parecem nunca ter saído da cidade, como Petrónio Máximo (455), Lívio Severo (461-465), Antémio (467-472), Olíbrio (472) e Glicério (473-474). Deste modo, tendo recuperado o seu antigo papel, Roma só cessou enquanto sede governo em 475, com a partida de Nepos (474-475), aproximadamente um ano antes do término do poder imperial no Ocidente.¹⁹¹

Ora, se durante o período de ausência principesca o aprovisionamento cerealífero da cidade persistiu enquanto preocupação de primeiro plano,¹⁹² o regresso dos *augusti* à cidade imperial reafirmou a importância do correcto provimento da população. Pois como observámos, a mesma tendia a amotinar-se aquando de crises de penúria frumentária. As demonstrações variavam, indo de simples protestos, como sucedeu em 33, no principado de Tibério,¹⁹³ à lapidação com pedaços de pão, como ocorreu em 51, com o *princeps* Cláudio (41-54).¹⁹⁴ Mas em casos severos, tornavam-se tumultuosas e, não raro, sangui- nolentas, como aconteceu em 409, quando o prefeito urbano G. Bárbaro Pompeiano foi

¹⁹⁰ Cf. GILLET, A., *Op. cit.*, pp. 134-141, 162, p. 141 para a citação.

¹⁹¹ Idem, *Ibidem*, pp. 142-154-157, 162, 164-165.

¹⁹² Vide, *infra*, pp. 68-76.

¹⁹³ TAC. *Ann.* 6.13.

¹⁹⁴ TAC. *Ann.* 12.43; SUET. *Cl.*, 18.2.

lapidado até à morte pela população amotinada.¹⁹⁵ Os protestos e a violência eram sempre dirigidos contra o responsável pelo aprovisionamento frumentário. Desde o êxodo da corte imperial e das reformas à *annona*, decorridas no princípio do século IV, que este se identificara com o prefeito urbano. Mas no século V, os *augusti* retornaram a Roma. E após 450, fixaram-se definitivamente na cidade. Na qualidade de *curatores annonae*, a sua responsabilidade pela existência de provisões cerealíferas ultrapassava a de qualquer oficial. Segue-se que na contingência de uma carestia frumentária se tornariam no receptáculo da ira popular, como aconteceu com Octaviano e com o *princeps* Cláudio. Portanto, se até 450 a existência de cereal suficiente constituiu uma preocupação de primeiro plano, doravante tornou-se imprescindível, tanto para salvaguardar o imperador, como para assegurar estabilidade política. E com efeito, neste período, que coincidiu justamente com a perda das províncias cerealíferas norte-africanas e das ilhas frumentárias, as fontes atestam somente uma crise de penúria, que grassou entre os anos 450 e 452. E como J. Linn notou, foi provocada provavelmente por factores naturais, pois afectou toda a Península Itálica.¹⁹⁶

Portanto, o correcto aprovisionamento cerealífero da cidade de Roma constituía uma das principais preocupações dos *augusti*, mesmo quando ausentes da cidade. Porém, subsiste uma questão: o cânone frumentário importado anualmente para a Urbe destinava-se ao provimento do colectivo da população, ou apenas de uma parte, identificada com os beneficiários das distribuições paníferas? Ambas as proposições têm sido defendidas no meio historiográfico. Recentemente, B. Sirks pugnou em favor da segunda. De facto, num estudo publicado na sequência da sua tese de doutoramento, o investigador holandês assumiu que o cânone frumentário era reservado às distribuições de pão, porquanto os imperadores eram directamente responsáveis pelas mesmas; o investigador reputou que algum do cereal também pode ter sido utilizado para formar uma reserva ténue nos *horrea fiscalia*.¹⁹⁷ Não injuriante aos méritos do estudo do historiador holandês, reputamos que a primeira hipótese se afigura mais provável. Como vimos, o objectivo primitivo e primário da *cura annonae* consistia na satisfação das necessidades cerealíferas do colectivo da população. Na verdade, só em 123 a.C., com a instituição das *frumentationes*, é que os

¹⁹⁵ Para a lapidação do prefeito urbano G. Bárbaro Pompeiano, vide, *infra*, p. 109. As fontes registaram acontecimentos análogos em Constantinopla, neste mesmo período. Para os mesmos, vide LINN, J., “The roman grain supply, 442-455”, *Journal of Late Antiquity*, volume 5, n.º 2, Baltimore, Outono de 2012, p. 304.

¹⁹⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 304-305, 319. Para a perda das ilhas frumentárias e das províncias cerealíferas, vide, *infra*, pp. 147-152.

¹⁹⁷ Cf. SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 4, 21-22, 61, 242.

curatores annonae adicionaram à sua missão tradicional a tarefa de assegurar também a existência de cereal suficiente para o correcto funcionamento das distribuições. Deste modo, sob a égide da *cura annonae* foram reunidas ambas as tarefas: a certificação simultânea de que havia cereal suficiente para o aprovisionamento global da cidade e para o desenrolar das distribuições. Isso evidencia-se nas reformas administrativas realizadas por Augusto. Efectivamente, quando ergueu a estrutura da *annona*, o *princeps* instituiu, por um lado, a prefeitura anonária, a cujo titular confiou a direcção do aprovisionamento cerealífero global de Roma; por outro, criou os *praefecti frumenti dandi*, em 22 a.C., que seriam substituídos pelo *curator aquarum et Miniciae*, e cuja tarefa consistia na organização e realização das distribuições cerealíferas/paníferas. Portanto, as missões de ambos os oficialatos não eram concorrentes, mas complementares. Com efeito, aquele assegurava a importação de um cânone frumentário suficiente não só para cobrir as necessidades do “*populum universum*”, nas palavras do primeiro *princeps*, mas também para prover os beneficiários das distribuições.¹⁹⁸ A porção reservada às *frumentationes* era afectada aos oficiais responsáveis, que tratavam da realização das mesmas. Assim, através destes dois oficialatos, os *augusti* conseguiam prover o colectivo da população e assegurar o correcto funcionamento das distribuições, concretizando desse modo a sua dupla missão enquanto *curatores annonae*.¹⁹⁹

Os dois rostos da *cura annonae* perduraram até ao término do Império romano do Ocidente; sendo que a diferença consistiu no facto de terem sido colocados sob a direcção indivisa de um único oficial: o prefeito da *annona* de Roma, em 328-331.²⁰⁰ Os dados avançados pelo biógrafo da *Historia Augusta* poderão ser mesmo prova disso. Com efeito, tomando como verosímil a hipótese de que o cânone frumentário de Roma se computasse, entre o principado de Septímio Severo e o final do século IV, em ca. 27.000.000 módios, as distribuições paníferas requereriam somente 12.000.000 módios para confeccionar o pão outorgado aos 150.000-200.000 beneficiários.²⁰¹ O restante cereal seria destinado ao colectivo da população, i. e., aos 600.000-750.000 habitantes, hipótese que estaria inteiramente dentro das capacidades alimentares desse volume frumentário.²⁰²

¹⁹⁸ AUG. *Hist.* 5. Vide também VIRLOUVET, C., *Famines et émeutes à Rome [...]*, p. 116.

¹⁹⁹ Cf. D'ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, pp. 29-32, 168-169. JAÏDI, H., *Op. cit.*, p. 107, também consideraram que as distribuições tomavam apenas uma parte do cânone frumentário, sendo o restante utilizado para prover o colectivo da população.

²⁰⁰ Para a atribuição da responsabilidade pelas distribuições de pão ao prefeito da *annona* de Roma, vide, *supra*, pp. 42-43.

²⁰¹ Para o número de beneficiários das distribuições de pão durante o século IV, vide, *infra*, pp. 144-145.

²⁰² Para a população de Roma durante o século IV e para as possibilidades alimentares do cânone frumentário, vide, *supra*, pp. 27-33.

O CANON FRUMENTARIUS VRBIS ROMAE: NAS PROVÍNCIAS

3.1 As províncias cerealíferas

No capítulo precedente perscrutámos a estrutura administrativa da *annona*, o papel do imperador enquanto *curator annonae* e a abrangência das importações cerealíferas. Nesse contexto, verificámos que a acção dos vários oficiais anonários inseridos no plano provincial se recobriu de importância, porquanto da sua supervisão dependia a reunião, preparação e expedição atempada do cânone frumentário para Roma. Neste capítulo examinaremos, *inter alia*, as províncias donde procedia o cereal constituinte do cânone; o processo de recollecção do tributo frumentário; e a sua movimentação no interior das províncias, continuamente até aos portos expedicionários.

Na presente dissertação tem sido referido que ao tempo do Império tardio o *canon frumentarius urbis Romae* era composto quase integralmente por cereal norte-africano.²⁰³ Que motivos concorreram para converter as províncias áfricas nas principais nutrizes da população de Roma? Primeiramente, a produtividade do solo. De facto, Plínio, o Velho, afirmou que as terras norte-africanas haviam sido consagradas totalmente a Ceres, i. e., à produção cerealífera;²⁰⁴ facto notado igualmente por Salústio, que definiu o húmus áfrico como ‘fértil em cereal’.²⁰⁵ Apesar das observações das autoridades antigas, nem todas as províncias da diocese fruía de igual uberdade. Na verdade, como Ch. Courtois demonstrou, os campos verdadeiramente fecundos distribuía-se entre as províncias de África proconsular e de Bizacena, bem como certas regiões da Numídia e da Tripolitana. Aí, as áreas compreendidas entre o litoral e os vales fluviais fruía de extraordinária produtividade cerealífera. As restantes províncias da diocese parecem não ter desfrutado da mesma fecundidade, tampouco desempenhado papel exportador, tendo produzido possivelmente para cobrir as necessidades próprias.²⁰⁶ Portanto, as províncias cerealíferas áfricas localizavam-se na parte oriental da diocese.

²⁰³ O cânone frumentário de Roma possuía várias denominações: e. g., *COD. THEOD.* 1.12.7 (399/400): *canon annonarius*; *COD. THEOD.* 1.15.14 (395): *canon Africae*; *COD. THEOD.* 13.5.27 (397): *canon urbanus*; *COD. THEOD.* 13.5.35 (412): *canon sacratissimae urbis*; *COD. THEOD.* 14.15: *canon frumentarius urbis Romae*; *COD. THEOD.* 14.15.5 (399): *canon urbis Romae*.

²⁰⁴ PLIN. *Nat.* 15.3.8.

²⁰⁵ SALL. *Jug.* 17.4-5.

²⁰⁶ Para este assunto, vide CAGNAT, R., “L’annone d’Afrique”, *Mémoires de l’Institut national de France*, tomo 40, Paris, Imprimerie Nationale, 1916, p. 248; CHARLES-PICARD, G., *La civilisation de l’Afrique romaine [...]*, pp. 68-69; CHARLESWORTH, M. P., *Trade-routes and commerce of the Roman empire*, 2^a

As mesmas eram encabeçadas por cidades portuárias, que parecem ter actuado justamente como portos de expedição do *canon urbanus*. Além de comunicarem entre si, estas cidades também estavam ligadas por meio de um sistema de vias e pontes às terras agradas do interior provincial, donde provinha o cereal constituinte do cânone. Como M. P. Charlesworth demonstrou, esta rede foi desenvolvida e mantida pelos sucessivos *augusti*, pelas autoridades municipais e por benfeitores de diversas cidades, com o propósito de facilitar ao mesmo tempo a afluência dos víveres aos portos litorais e a movimentação das legiões, na contingência de distúrbios militares.²⁰⁷

As cidades portuárias das províncias cerealíferas norte-africanas encontravam-se relativamente próximas do complexo portuário ostiense. Efectivamente, situavam-se a ca. 270 milhas náuticas, equivalente a ca. 500 km. Na prática, isso traduzir-se-ia em quantos dias de viagem até à foz do rio Tibre? Um factor determinante era a direcção dos ventos. Durante a época alta de navegação, i. e., durante os meses de Verão,²⁰⁸ na metade oriental da bacia do Mediterrâneo, no mar Egeu, os ventos sopram constantemente do norte; no mar Jónico e no mar Tirreno, bem como na região meridional de Creta, sopram continuamente do noroeste. Em qualquer caso, não raro o sopro converte-se em rajadas violentas. Na região ocidental do mar Mediterrâneo, onde transitavam as embarcações da corporação de *nauicularii africani*, registam-se ventos de sudoeste ou, então, de leste, atrás das ilhas Baleares. Ainda assim, neste espaço sente-se ocasionalmente a força do vento mistral. Deste modo, a direcção relativamente constante dos ventos impunha um padrão para a navegação: os navios que navegavam para sul poderiam esperar uma viagem geralmente fácil; as embarcações providas do oriente que navegavam na direcção da Península Itálica tinham de arrostar ventos perpetuamente adversos.²⁰⁹ Ora, fazendo recurso aos ventos geralmente favoráveis, é muito provável que os *nauicularii africani* conseguissem completar a viagem de Cartago a *Portus Vterque* em menos de uma ou duas semanas.²¹⁰ As fontes registam proezas marítimas extraordinárias para este percurso. Com efeito, Catão, o Censor, terá exibido diante dos senadores um figo colhido em Cartago. Segundo Plínio,

edição, New York, Cooper Square, 1970, pp. 140-144; COURTOIS, Ch., *Les vandales et l'Afrique*, Paris, Arts et Métiers Graphiques, 1955, pp. 210-212; MITCHELL, S., *A history of the Roman Empire. AD 284-641. The transformation of the ancient world*, Malden, Blackwell, 2007, p. 345

²⁰⁷ Cf. CHARLESWORTH, M. P., *Op. cit.*, pp. 134-138; MITCHELL, S., *Op. cit.*, pp. 345-346.

²⁰⁸ Para os períodos de navegação no mar Mediterrâneo, vide, *infra*, pp. 85-87.

²⁰⁹ Cf. RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 128.

²¹⁰ Cf. CARRIÉ, J.-M., *Op. cit.*, p. 1051; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 128; ROUGÉ, J., "La navigation hivernale sous l'Empire romain", *Revue des Études Anciennes*, tomo 54, n.º 3-4, Bordeaux, 1952, p. 325.

o Velho, e Plutarco, desde o instante em que o fruto fora tomado da figueira até ao momento em que fora apresentado na Cúria, haviam transcorrido somente três dias.²¹¹ Mas a viagem foi certamente efectuada sob condições excepcionais. Já as embarcações dos armadores norte-africanos, repletas de *frumenta fiscalia*, nem sempre fruía de condições meteorológicas tão favoráveis, facto atestado nas fontes mediante a referência recorrente a atrasos, forçados pela ferocidade dos ventos.²¹² Além disso, embora navegassem com uma cadência estável, para que cumprissem os prazos estabelecidos pela administração imperial, impunha-se que também transitassem com cautela, a fim de minuírem quaisquer riscos de naufrágio. Desse modo, afigura-se mais provável que a viagem requeresse entre sete a catorze dias.

E quanto tempo seria necessário para completar a viagem de ida e regresso? Segundo as fontes, o retorno era consideravelmente mais rápido. Com efeito, a viagem marítima mais veloz celebrada pelas fontes antigas é justamente o percurso de Óstia até ao Norte de África, que terá sido concretizado apenas em dia e meio ou dois dias.²¹³ Porém, é provável que os armadores norte-africanos tomassem um pouco mais de tempo para completar o mesmo trajecto. Além disso, como B. Sirks lembrou, há que considerar o tempo decorrido entre a descarga do cereal fiscal, sequente inspecção e medição, continuamente até à emissão do comprovativo de recebimento do mesmo. Ponderando todos estes elementos, o investigador holandês estimou que um *naucularius africanus* deveria necessitar de menos de dois meses para zarpar dos portos norte-africanos, entregar o ónus frumentário no complexo portuário ostiense e retornar ao porto de origem.²¹⁴ Esta estimativa parece conciliar-se com a cadência de recollecção, reunião, embarque e expedição dos *frumenta fiscalia*. De facto, como se viu, dois rescritos imperiais, emitidos em 380 e 397, revelam que um terço do *canon frumentarius* tinha de ser embarcado e expedido das províncias norte-africanas obrigatoriamente antes dos idos de Abril; a última porção tinha de ser enviada até aos idos de Outubro.²¹⁵ Mesmo que as três prestações equivalessem a três vagas de frumento fiscal, i. e., a que cada *naucularius africanus* tivesse de efectuar

²¹¹ PLIN. *Nat.* 15.20.74-75. PLU. *Cat. Ma.* 27.1. Para este e outros exemplos, vide, SAINT-DENIS, E. DE, “La vitesse des navires anciens”, *Revue Archéologique*, tomo 18, Julho-Dezembro de 1941, pp. 131-132.

²¹² Vide, *supra*, pp. 38-39; *infra*, p. 67.

²¹³ PLIN. *Nat.* 19.1.4. RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 128; SAINT-DENIS, E. DE, *Op. cit.*, p. 133, calculam dois dias. YEO, C. A., “Land and sea transportation in imperial Italy”, *Transactions and proceedings of the American Philological Association*, volume 77, Baltimore, 1946, p. 232, computa dia e meio.

²¹⁴ Cf. SIRKS, B., “Sailing in the off-season with reduced financial risk”, *Speculum iuris. Roman law as a reflection of social and economic life in Antiquity*, edição de B. Sirks e J.-J. Aubert, Ann Arbor, University of Michigan Press, 2002, p. 142.

²¹⁵ Acerca do ritmo de pagamento das prestações anonárias, vide, *infra*, pp. 79-80.

três viagens, o tempo de que dispunha parece ter sido suficientemente amplo para concretizar o seu múnus.²¹⁶ O prazo limite para a trasfega da última parte do cânone será prova disso. Efectivamente, como se observou, o período de navegação findava em meados de Novembro, altura a partir da qual se tornava muito perigoso cursar as águas mediterrâneas.²¹⁷ Logo, se a última porção tinha de ser expedida até aos idos de Outubro, significa que o período entre os idos de Outubro e meados de Novembro era considerado suficientemente amplo para concretizar a viagem até à foz do rio Tibre e regressar a Cartago, para invernar; em anos rigorosos, não é inverosímil que os armadores possam ter passado o Inverno no complexo portuário ostiense, retornando ao Norte de África aquando da reabertura da época de navegação.²¹⁸

Por seu turno, o cereal egípcio partia da cidade portuária de Alexandria. Tendo presente que a viagem até à foz do rio Tibre se realizava no sentido noroeste, justamente na direcção oposta à dos ventos, impunha-se que os armadores optassem por um de dois itinerários alternativos. No primeiro, setentrional, passavam pelo Chipre, navegando depois ao longo da costa da Anatólia, em direcção a Rodes ou Cnido. De seguida, orientavam-se para ocidente, transcurando ao longo da região meridional de Creta até à ilha de Malta. Depois, até ao Estreito de Messina. Por fim, subiam a costa ocidental da Península Itálica, continuamente até à foz do Tibre. O segundo itinerário, meridional, concretizava-se ao longo da costa norte-africana até Cirene, dobrando depois para norte, em direcção ao Estreito de Messina. Transposto o estreito, o troço final realizava-se ao longo do litoral da Península Itálica, até ao complexo portuário ostiense. Em ambos os casos, a distância percorrida era assaz longa: ca. 1400-1700 milhas náuticas, ou 2600-3150 km.²¹⁹ Portanto, o trajecto Alexandria-Roma era cinco a seis vezes mais extenso do que o percurso Cartago-Roma. Consequentemente, Luciano afirmou que poderiam ser necessários até setenta dias para que o frumento egípcio chegasse à foz do Tibre.²²⁰ Ora, de acordo com o

²¹⁶ CAGNAT, R., *Op. cit.*, pp. 274-275, também considera que o restante cânone seria enviado sucessivamente ao longo da época de navegação.

²¹⁷ Acerca dos períodos de navegação no mar Mediterrâneo, vide, *infra*, pp. 85-87.

²¹⁸ Cf. ROUGÉ, J., “La navigation hivernale sous l'Empire romain”, *Revue des Études Anciennes* [...], p. 325; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure* [...], pp. 155-156.

²¹⁹ Cf. CASSON, L., *Ships and seamanship in the ancient world*, New Jersey, Princeton University Press, 1971, p. 297; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome* [...], pp. 71, 129.

²²⁰ Cf. LUC. *Nav.* 9. Efectivamente, um a dois meses era o tempo normal de viagem do comboio frumentário desde Alexandria até Roma. Vide CASSON, L., *Ships and seamanship in the ancient world* [...], pp. 297-298; GERACI, G., “L'Egitto. Provincia frumentaria”, *Le ravitaillement en blé de Rome et des centres urbains des débuts de la République jusqu'au Haut-Empire. Actes du colloque international de Naples*, Rome, École Française de Rome, 1994, p. 282; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome* [...], pp. 128-129.

sistema de recollecção e transporte cerealífero que a administração romana herdou dos Ptolemeus, as primeiras colheitas do ano, obtidas entre finais do mês de Março e princípios de Julho, eram levadas para os celeiros das várias aldeias pelos contribuintes, geralmente sobre os dorsos de burros. Depois, por intermédio de oficiais da administração, denominados ‘*sitologi*’, eram transmovidas novamente no dorso de burros para os portos e canais do rio Nilo. Por fim, eram trasladadas ao longo do curso fluvial até à cidade portuária de Alexandria, onde eram descarregadas, mensuradas e armazenadas nos celeiros públicos.²²¹ Nesta senda, os investigadores G. Geraci e G. Rickman consideraram que o tributo frumentário seria embarcado e enviado para Roma entre Abril e meados de Maio.²²² Consequentemente, os armadores não conseguiriam chegar à foz tiberina antes do final de Maio ou princípio de Junho.²²³

E quanto tempo poderia ser necessário para completar a viagem de ida e regresso? Graças ao favor dos ventos, o percurso Roma-Alexandria era concretizável num segmento de tempo muito menor. De facto, existem informações para uma viagem do porto de Puteolos (*Puteoli*, no período romano), localizado na região de Nápoles, até Alexandria. De acordo com Plínio, o Velho, o percurso, de aproximadamente 1000 milhas náuticas, ou ca. 1850 km, foi completado pelo senador Valério Mariano em nove dias.²²⁴ Mas como explicámos, impõe-se a adição do tempo gasto no processo de descarga do ónus frumentário nas docas de *Portus Vterque*. Ora, um manuscrito papíreo, datado do final do século II, pertencente a um homem que zarpara a bordo de um navio integrante do comboio frumentário alexandrino,²²⁵ revela que as embarcações aportaram em Óstia a 30 de Junho. Porém, tiveram de aguardar até dia 12 Julho, para que pudessem começar a descarregar o ónus frumentário. E a 2 de Agosto ainda permaneciam nas docas, aguardando pela emissão da *dimissoria*, para que pudessem regressar.²²⁶

Não é inverosímil que fosse tentada uma segunda viagem antes do encerramento da época de navegação. Há também notícias de armadores egípcios que arribaram sós à foz do Tibre. Provavelmente, estes teriam sido impedidos de regressar a Alexandria no

²²¹ Para uma descrição deste sistema, vide RICKMAN, G., “The grain trade under the Roman Empire”, *Memoirs of the American Academy in Rome*, volume 36, Ann Arbor, 1980, pp. 264-265; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 194-199.

²²² Cf. GERACI, G., *Op. cit.*, p. 287; RICKMAN, G., *Roman granaries and store buildings*, Cambridge, Cambridge University Press, 1971, p. 10; Idem, *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 69.

²²³ Cf. CASSON, L., *Ships and seamanship in the ancient world [...]*, p. 297-298.

²²⁴ PLIN. *Nat.* 19.1.3; SAINT-DENIS, E. DE, *Op. cit.*, p. 133; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 128.

²²⁵ Com efeito, os *naucularii* egípcios navegavam em comboio. Para este assunto, vide, *infra*, pp. 66-67.

²²⁶ Para este papiro, vide, por exemplo, GERACI, G., *Op. cit.*, p. 287; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 130.

ano anterior, por via da adversidade das condições meteorológicas. Forçados a invernar na Península Itálica, retornavam ao Delta na Primavera, a fim de embarcarem a sua porção do cânone e zarparem de imediato para *Portus*. Assim, navegando no encalço da restante *classis*, chegavam algum tempo depois desta.²²⁷

Assim, por que razões a administração anonária terá preferido extrair o grosso do cânone frumentário de Roma das províncias norte-africanas? O solo do vale do Nilo fruía de fertilidade extraordinária, assegurada perenemente pela inundação anual do flúmen. Com efeito, o volume e qualidade dos nutrientes absorvidos pela terra possibilitavam não só o cultivo de uma variedade de espécies cerealíferas, mas também a medra de múltiplas sementeiras.²²⁸ Todavia, como verificámos, situava-se a uma distância assaz lata da Urbe. Ajunta-se o facto de que a viagem era laboriosa e morosa; porquanto as embarcações, repletas de cereal, tinham de arrostar ventos continuamente adversos. Por último, o cereal nilótico desempenhava um papel económico de relevo nos mercados orientais e não raro solicitava-se permissão à administração romana para comprar directamente das reservas egípcias, de cujo negócio eram auferíveis largos rendimentos.²²⁹ Assim, as províncias orientais da diocese de África, muito mais próximas de Roma, não menos férteis e servidas por várias cidades portuárias, parecem ter granjeado desde cedo a preferência da administração anonária. Efectivamente, escrevendo sob os *principes* flávios, o historiador Flávio Josefo asseriu que as importações cerealíferas egípcias mantinham a população de Roma aprovisionada durante quatro meses; porém, os carregamentos frumentários norte-africanos dobravam os egípcios, provendo a cidade durante os restantes oito meses.²³⁰ No mesmo sentido, receando que quaisquer imprevistos pudessem retardar o comboio frumentário alexandrino, delongando uma viagem já demorada, o imperador Cómodo (177-192) reorganizou as transportações norte-africanas, verosimilmente para que conseguissem em simultâneo cobrir a lacuna deixada pelo atraso da *classis Alexandrina* e minuir a dependência dessa fonte relativamente longínqua.²³¹ De facto, a precaridade e dificuldade que revestiam o trajecto Alexandria-Roma geravam dúvidas em relação à chegada exitosa

²²⁷ Cf. GERACI, G., *Op. cit.*, p. 287; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, pp. 130-131.

²²⁸ Acerca da uberidade do vale do Nilo, vide CHARLESWORTH, M. P., *Op. cit.*, pp. 298-299.

²²⁹ Cf. RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, pp. 69-71. VIRLOUVET, C., “L’approvisionnement di Roma imperiale: una sfida quotidiana”, *Roma imperiale [...]*, p. 113.

²³⁰ Cf. J. BJ. 2.382-386.

²³¹ HIST. AUG. *Comm.* 17.7. Como G. Geraci referiu, este era igualmente o motivo que obstava a que a riqueza cerealífera do vale do Nilo fosse utilizada como socorro em caso de dificuldades anonárias. Cf. GERACI, G., *Op. Cit.*, p. 282. Vide ainda SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 105-107.

dos armadores egípcios. De tal forma, que L. Aneu Séneca registou numa epístola a excitação e comoção brotadas entre a população do porto de Putéolos aquando do avistamento das *naues tabellariae*, que precediam as *naues Alexandrinae*, a fim de anunciarem a chegada iminente e segura destas.²³²

Portanto, afigura-se verosímil que os carregamentos frumentários norte-africanos tenham sido desde cedo quantitativamente mais importantes para Roma do que os egípcios. Isso é atestável em diversas autoridades, continuamente até ao século V. Com efeito, quando Tácito referiu que a segurança alimentar da população da Urbe estava depositada na fortuna dos navios que transportavam as provisões frumentárias, mencionou primeiro África, e só depois o Egipto, como região produtora das mesmas.²³³ Noutra obra, o mesmo historiador afirmou que bastaria uma insurgência contra as autoridades romanas nas províncias norte-africanas para desencadear uma crise de carestia frumentária em Roma.²³⁴ No ano 69, no concurso pela púrpura imperial, Vespasiano (70-79) posicionou-se em Alexandria, a fim de bloquear o fluxo cerealífero para Roma. Desse modo, esperava impor dificuldades anónimas às legiões de Vitélio (69) e à população de Roma. Mas logo que concluiu esta manobra, preparou-se para invadir o Norte de África por terra e por mar, porquanto estava cónscio de que o bloqueio do fluxo frumentário norte-africano era o único modo de semear a dissensão entre os seus adversários e causar uma crise de penúria definitiva e duradoura, necessária para instar a população de Roma a amotinar-se, facto que concorreria para derruir a posição dos seus rivais.²³⁵ Concluídos estes eventos, no ano seguinte circulou entre a população da Urbe o rumor de que Pisão, procônsul de África, congeminara contra a administração imperial, preparando-se para sublevar a província. Aparentemente o rumor era infundado. Porém, aconteceu que precisamente nessa altura as condições no mar Mediterrâneo obstaram à navegação. Dado que os armadores vinculados ao serviço da *annona* foram retidos nos portos norte-africanos, tomada pelo temor e pela ansiedade, a população considerou que Pisão teria embargado as exportações de cereal áfrico. Esta cogitação foi rapidamente aproveitada e alimentada no terreno político, de tal forma, que contribuiu para provocar o assassinio do procônsul.²³⁶ Enfim, no final do século II, novamente em contexto de competição pela púrpura imperial, Septímio Severo entrou em Roma. Um dos primeiros problemas que reclamou a sua atenção foi o

²³² SEN. *Ep.* 9.77.1-3.

²³³ TAC. *Ann.* 12.43.

²³⁴ TAC. *Hist.* 1.73.

²³⁵ TAC. *Hist.* 3.48.

²³⁶ TAC. *Hist.* 4.38; 4.48-50.

do nível assaz crítico de provisões frumentárias. Simultaneamente, preparou-se para lançar uma ofensiva a Oriente, sobre o seu rival Pescênio Nigro, que viria a ser derrotado em batalha perto de Isso, na Cilícia.²³⁷ Todavia, consciente da importância do frumento norte-africano para restaurar, estabilizar e preservar os níveis tritíceos dos *horrea* de Roma, enviou simultaneamente um destacamento de tropas para o Norte de África, pois previra que Pescênio Nigro tentaria avançar através do Egito e da Líbia, continuamente até às províncias norte-africanas, a fim de lançar um embargo às exportações; manobra que instauraria definitivamente uma crise de penúria e, possivelmente, um motim em Roma.²³⁸

Portanto, embora certos investigadores tenham asseverado que antes de 330²³⁹ o Egito cobria o grosso das necessidades frumentárias de Roma,²⁴⁰ o exame destes eventos parece refutar essa asserção. Com efeito, as fontes examinadas revelam que, desde cedo, Roma se achava plena, ou quase plenamente dependente do cereal norte-africano. Esta proposição acha sustento num evento decorrido pouco tempo antes da afectação definitiva do frumento egípcio à cidade de Constantinopla. Com efeito, no período em que Maxêncio governou em Roma e na Península Itálica, exsuruiu uma rebelião na diocese de África, que separou as províncias cerealíferas da cidade de Roma. Com efeito, L. Domício Alexandre, vicário de África, foi elevado à púrpura imperial, talvez no ano 308, lançando um embargo às exportações. Isso desencadeou uma crise de penúria muito severa na Urbe, que perdurou até ao momento em que o usurpador foi derrotado.²⁴¹ Ora, visto que Maxêncio residiu por longos períodos de tempo na Urbe,²⁴² segue-se que a quietude popular era essencial para assegurar a estabilidade do seu governo. Assim, para suprimir o défice originado pela detença das exportações norte-africanas, foram organizadas transportações nas províncias hispânicas. Porém, Constantino parece ter manobrado de molde a privar Maxêncio destas.²⁴³ Isso agravou a carestia de tal modo, que a população se insurgiu ao

²³⁷ D. C. 75.6-8; HDN. 3.4; HIST. AUG. *Sept. Sev.* 8.6. HIST. AUG. *Pesc.* 5.2-3.

²³⁸ HIST. AUG. *Sept. Sev.* 8.7; HIST. AUG. *Pesc.* 5.4-5.

²³⁹ I. e., do ano em que o cereal egípcio foi redireccionado para prover a população da recém-inaugurada cidade de Constantinopla; vide, *infra*, pp. 69-70.

²⁴⁰ Vide, por todos, DURLIAT, J., *Op. cit.*, p. 43; ERDKAMP, P., “The food supply of the capital”, *The Cambridge companion to ancient Rome [...]*, p. 270.

²⁴¹ Cf. ZOS. 2.12; LENSKI, N., “The reign of Constantine”, *The Cambridge companion to the age of Constantine*, edição de N. Lenski, New York, Cambridge University Press, 2006, p. 65; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 199.

²⁴² Vide, *supra*, p. 35.

²⁴³ Vide PARKER, H. M. D., *A history of the roman world. From A.D. 138 to 337*, London, Methuen, 1958, p. 248. Não parece inverosímil que possa ter havido alguma conexão entre o embargo de L. Domício Alexandre, na diocese de África, e o bloqueio das exportações hispânicas, por Constantino. Isso é sugerido por uma inscrição contida no *CIL.* 8.22183. Nesta esteira, B. Sirks considerou que Constantino deve ter manobrado de modo a manter e agravar o embargo norte-africano, a fim de infirmar a posição de Maxêncio; cf. SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 199.

ponto de terem sido travados combates sanguinolentos nas ruas, entre a guarda pretoriana e a turba.²⁴⁴ Assim, compelido a recuperar a diocese de África, Maxêncio organizou um exército, cujo comando confiou ao prefeito do pretório G. Rúfio Volusiano.²⁴⁵ Desembarcado talvez em 310, conduziu uma campanha de repressão e derrotou o usurpador, ainda antes da conclusão da Primavera.²⁴⁶

O facto de Maxêncio ter enviado parte das suas melhores tropas para recuperar a diocese de África no momento em que o seu adversário Constantino se começava a preparar para transpor os Alpes patenteia a importância das províncias norte-africanas no contexto do aprovisionamento cerealífero de Roma.²⁴⁷ Além disso, demonstra que antes da afectação do cereal egípcio à cidade de Constantinopla, o papel do mesmo no contexto do provimento de Roma era já pouco significativo. Com efeito, o cereal egípcio nunca foi mencionado pelas fontes. Mas devia estar disponível para exportação, pois como B. Sirks sublinhou, não parecem ter existido quaisquer razões que pudessem ter levado Maximino Daia, prefeito do Egipto, a considerar a hipótese de interditar as exportações para Roma e tampouco existem provas de que o tenha feito. Consequentemente, se se assumir que o vale do Nilo desempenhava um papel relevante no provimento cerealífero de Roma, torna-se difícil avançar razões explicativas para o facto de ter havido uma carestia prolongada na Urbe. Assim, como o historiador holandês asseriu, é forçoso admitir que neste período o Egipto já não contribuía, ou contribuía com muito pouco do *canon frumentarius urbis Romae*. Na verdade, é verosímil que o cereal egípcio fosse reservado ao aprovisionamento das legiões acantonadas na parte oriental do Império, cujo número de efectivos havia sido quase duplicado pelo *augustus* Diocleciano.²⁴⁸ Portanto, Roma devia depender sobretudo das importações frumentárias norte-africanas. Isso justifica o surgimento e permanência da carestia durante o embargo lançado por L. Domício Alexandre, bem como a decisão de Maxêncio de enviar parte dos seus contingentes militares para recuperar o controlo das províncias abduzidas, num período em que também eram necessários na Península Itálica.

Se nas vésperas de 330 o cereal cultivado no vale do Nilo detinha já pouco peso no contexto do aprovisionamento cerealífero da *Vrbs*, nesse ano saiu definitivamente da

²⁴⁴ Cf. PARKER, H. M. D., *Op. cit.*, p.248

²⁴⁵ ZOS. 2.14.

²⁴⁶ Para a data da campanha, cf. CHASTAGNOL, A., *Les fastes de la préfecture de Rome au Bas-Empire*, Paris, Nouvelles Editions Latines, 1962, pp. 55-56. Para a repressão, vide JAÏDI, H., *Op. cit.*, pp. 33-34.

²⁴⁷ Cf. CHARLES-PICARD, G., *La Carthage de saint Augustin [...]*, p. 46.

²⁴⁸ Cf. SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 199-201.

órbita de Roma. Pois foi redireccionado para Constantinopla, a fim de aprovisionar a população em crescimento da recém-inaugurada urbe.²⁴⁹ Assim, as províncias cerealíferas norte-africanas tornaram-se no suporte quase exclusivo da população de Roma.²⁵⁰

Desde o principado de Aureliano que o *canon urbis Romae* era suplementado por alguns cereais procedentes de *uectigalia*, cobrados no Egipto e nas províncias hispânicas.²⁵¹ Em 328 também foi instituída uma contribuição de 38.000 módios na Campânia.²⁵² Conjuntamente com o cânone frumentário, estas três contribuições concorriam para manter abastecidos os *horrea* da Urbe. Todavia, ao tempo de Q. Aurélio Símaco, as mesmas já haviam sido extintas. De facto, numa das suas *relationes*, redigida aquando da sua passagem pela prefeitura urbana (384-385), Símaco referiu que o imperador Graciano abolira todas as contribuições, quer extraordinárias, quer procedentes de *uectigalia*, deixando Roma dependente unicamente do trigo norte-africano.²⁵³ E ainda que pareçam ter existido importações tritíceas ocasionais, procedentes das províncias hispânicas e germânicas,²⁵⁴ bem como da diocese da Macedónia,²⁵⁵ contudo as safras provenientes das províncias cerealíferas norte-africanas firmaram-se definitivamente como o suporte vital da população da cidade eterna. Facto patenteado, por exemplo, nos sucessos ocorridos durante o confronto entre Juliano (360-363) e Constâncio II.

Com efeito, no ano 355, Constâncio II concedeu a dignidade de *caesar* a Juliano. O propósito consistia em que este se dirigisse para a diocese das Gálias, a fim de defender as províncias contra as incursões e pilhagens recorrentes de Alamanos, Francos e Saxões. Ao mesmo tempo, aquele partiu, primeiro, para a Panónia e Mésia, a fim de arrostar os Quados e os Sármatas e, depois, para Oriente, para lidar com a pressão exercida pelos Persas.²⁵⁶ Todavia, os êxitos obtidos consecutivamente por Juliano conduziram a que em 360, em Paris, a suas legiões o elevassem a *augustus*.²⁵⁷ Isso desencadeou uma disputa pela exclusividade da púrpura imperial. Sediado em Antioquia, Constâncio II tinha de

²⁴⁹ CLAUD. 15.49-62; TEALL, J. L., "The grain supply of the Byzantine Empire, 330-1025", *Dumbarton Oaks Papers*, volume 13, Washington, DC, 1959, pp. 89, 91-92.

²⁵⁰ CLAUD. 15.62-65. Sobre este assunto, vide, por todos, CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 301; Idem, *Le Bas-Empire [...]*, p. 65; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 146-148.

²⁵¹ HIST. AUG. *Aurelian*. 45.1; 47.1. SYMM. *Rel.* 37.2.

²⁵² SYMM. *Rel.* 40.4. A Campânia era uma das mais férteis províncias da diocese de Itália, tendo sido chamada de '*Campania felix*', por Plínio, o Velho. Cf. PLIN. *Nat.*, 3.5.60.

²⁵³ SYMM. *Rel.* 37.2; 40.4; CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 301.

²⁵⁴ CLAUD. 18.406-408.

²⁵⁵ Cf. CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, pp. 340, 358.

²⁵⁶ AMM. 15.8.1-17; ZOS. 3.1-3.

²⁵⁷ AMM. 20.4.1-18; ZOS. 3.9.

arrostar, por um lado, o seu concorrente ao diadema augusto; por outro, os Persas, que estavam prestes a atravessar o rio Eufrates. Conquanto tivesse optado por enfrentar primeiro os Persas, para que firmasse a segurança da sua retaguarda, ainda assim cuidou em enviar o *notarius* Gaudêncio para a diocese de África, a fim de tomar posse das províncias cerealíferas e organizar a defesa das mesmas, na esperança de perturbar a acção de Juliano.²⁵⁸ Mas como este estivesse a ponto de iniciar a sua marcha para Leste, Constâncio II parece ter ordenado o corte das exportações de trigo norte-africano para Roma. E além disso, o *canon urbis Romae* foi redireccionado pelos seus agentes para Constantinopla. Mediante esta manobra, pretendeu-se desapossar inteiramente a administração anonária ocidental das provisões frumentárias norte-africanas, para que os tumultos exurgidos na cidade eterna destabilizassem a progressão do recém-elevado *augustus*. E efectivamente, privada da sua nutriz frumentária, a população de Roma foi atingida por uma carestia assaz severa. Todavia, Juliano parece ter conseguido extinguir a mesma em pouco tempo. Com efeito, segundo Cláudio Mamertino, o imperador organizou importações de emergência, compostas por cereais comprados em todas as regiões do Império com recurso aos tributos provinciais e às rendas do seu património. Desse modo, solucionou a carestia frumentária e restituiu as provisões a níveis sãos.²⁵⁹

O exame deste evento patenteia, primeiro, a importância do correcto provimento cerealífero de Roma para os *augusti*. Efectivamente, num século em que os imperadores se mantinham ausentes da cidade por períodos de tempo larguíssimos, a acção de Juliano demonstra que a manutenção das provisões frumentárias em níveis salutareis persistiu enquanto preocupação de primeiro plano da política imperial. Segundo, embora a providência do recém-elevado *augustus* tenha extinguido a carestia, a manobra utilizada por Constâncio II evidencia o papel vital do cereal norte-africano no contexto do aprovisionamento da população de Roma. E terceiro, expõe o modo como a *annona* da *Vrbs* podia ser convertida numa arma, passível de ser utilizada numa arena de contenda política.

O mesmo torna a patentear-se num sucesso ocorrido nos últimos anos do século IV. Com efeito, no ano 386, o imperador Teodósio I (379-395) elevou Gildão à dignidade de *comes Africae*.²⁶⁰ Filho do rei mouro Nubel, Gildão servira com distinção sob o pai do

²⁵⁸ AMM. 21.7.1-5. Mais tarde, Gaudêncio foi punido por Juliano com pena capital: AMM. 22.11.1. Acerca destes eventos, vide, HUNT, D., "Julian", *The Cambridge ancient history. The Late Empire. A.D. 337-425* [...], pp. 39-43.

²⁵⁹ CLAUD. *Paneg.* 14.1-15.1.

²⁶⁰ Vide REDIES, M., "Gildo", *Brill's New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 5, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2004, p. 851.

augustus, o *magister militum* Teodósio, aquando da rebelião do seu irmão Firmo, em 373-375, tendo capturado três comandantes de primeiro plano.²⁶¹ Do mesmo modo, quando o usurpador Maximino invadiu a Península Itálica, em 388, apoiou o *augustus* Teodósio I na supressão da ameaça. Como M. Redies afirmou, é provável que na sequência do conflito tenha sido condecorado com o título extraordinário de *comes et magister utriusque militiae per Africam*, atestado num rescrito imperial promulgado no ano 393.²⁶² Porém, ainda que fosse súbdito e subordinado directo do imperador ocidental, dado que dispunha de amplo poder sobre a diocese de África, começou a governar o território com crescente grau de independência, principalmente no domínio da fiscalidade.²⁶³

Entretanto, a chegada da morte de Teodósio I, em 395, resultou na elevação do seu filho mais novo, Honório, a imperador do Império romano do Ocidente. Todavia, este apenas contava cerca de dez anos de idade. Nesta senda, moribundo, o *augustus* parece ter confiado a tutela do seu filho a Estilício. Ora, Estilício era um comandante amplamente prestigiado e reputado, detentor de uma carreira longa e preclara sob Teodósio I, do qual recebeu a dignidade de *comes et magister utriusque militiae praesentialis*, em 393, na sequência da campanha contra o usurpador Eugénio. Além disso, incluiu-se no seio da família imperial, por meio de vínculos matrimoniais.²⁶⁴ Como os investigadores G. Friel e S. Williams demonstraram, não é inverosímil que Estilício nutrisse aspirações à púrpura imperial. Na capacidade de comandante das legiões ocidentais e orientais, investido aparentemente da tutela do imperador, tendo preenchido os principais postos da administração ocidental com partidários seus e tecido uma teia de conexões conjugais entre a sua família e a família imperial, dispunha de argumentos para isso. Também não é impossível que tenha ambicionado elevar o seu filho, Euquério, à dignidade imperial.²⁶⁵ Isso parece transparecer nos versos do poeta Claudiano, que era igualmente propagandista de Estilício. Com efeito, no livro terceiro do poema *De Consulatu Stilichonis*, asseverou que Euquério possuía legitimidade à púrpura augusta, porquanto teria sido reconhecido por Teodósio I como seu neto.²⁶⁶ Embora nenhum destes intentos tenha sobrevivido, a

²⁶¹ AMM. 29.5.6, 21, 24.

²⁶² COD. THEOD. 9.7.9 (393). Acerca deste assunto, vide REDIES, M., *Op. cit.*, p. 851; LE BOHEC, Y., *Histoire de l'Afrique romaine. 146 avant J.-C. -439 après J.-C.*, Paris, Picard, 2005, p. 203.

²⁶³ Cf. LE BOHEC, Y., *Op. cit.*, p. 203.

²⁶⁴ Cf. BLOCKLEY, R. C., "The dynasty of Theodosius", *The Cambridge ancient history. The Late Empire. A.D. 337-425 [...]*, p. 113; HEATHER, P. J., *The fall of the Roman empire. A new history of Rome and the barbarians*, Oxford, Oxford University Press, 2007, p. 217.

²⁶⁵ Cf. FRIELL, G.; WILLIAMS, S., *Theodosius. The Empire at bay*, London, Routledge, 1998, pp. 143-144.

²⁶⁶ CLAUD. 23.174-181.

idade pueril de Honório, aliada à influência e reputação de Estilício, concorreu para que este exercesse o poder *de facto* no Império do Ocidente.²⁶⁷

Não é improvável que Estilício também ambicionasse estender a sua autoridade ao Império romano do Oriente, a fim de reunir ambas as metades sob o seu governo. De facto, num dos seus versos, Claudiano asseverou que o *comes et magister utriusque militiae praesentialis* recebera não só a tutela do *augustus* Honório, mas também a de Arcádio (383-408), irmão mais velho deste e *augustus* do Império do Oriente.²⁶⁸ Todavia, as suas reivindicações não eram reconhecidas na corte oriental. Na verdade, à semelhança de Honório, Arcádio também estava sob influência dos seus ministros e generais. O primeiro, Rufino, prefeito do pretório do Oriente, foi morto pelos exércitos godos chefiados por Gainas, em 395, na sequência de uma rebelião exurgida entre os Godos acomodados no interior das fronteiras imperiais. Mas o seu papel foi tomado prontamente pelo *praepositus sacri cubiculi* Eutrópio, o qual nutria sentimentos não menos adversos em relação a Estilício.²⁶⁹

Portanto, embora no plano externo as duas cortes transmitissem uma aparência de cooperação e cordialidade, no plano interno existiam divergências, rivalidades e interesses políticos concorrentes. O *imperium* era exercido não pelos *augusti*, mas por generais e ministros rivais, encabeçados por Estilício, no Ocidente, e por Eutrópio, no Oriente.²⁷⁰ Porém, como aquele viesse consolidando a sua posição e assomando como ameaça grave aos interesses da corte oriental, esta encetou uma manobra, que visou derruir a posição do *comes et magister utriusque militiae praesentialis*. O método perpassou por esfaimar a população da cidade imperial do Ocidente: Roma. E para que fosse mantida a ficção de deferência para com a corte ocidental, foi achado um agente para concretizar esse intento: Gildão.

As relações entre Gildão e a corte ocidental vinham definindo há algum tempo. Com efeito, o *comes* vinha exercendo o seu *imperium* sobre a diocese de África de forma crescentemente autónoma (*priuato iure*) já desde 386.²⁷¹ Em segundo lugar, na campanha

²⁶⁷ Cf. GOLDSWORTHY A., *The fall of the west. The slow death of the roman superpower*, London, Weidenfeld & Nicolson, 2009, pp. 290-291.

²⁶⁸ CLAUD. 5.1-6.

²⁶⁹ Em relação às questões políticas e militares no seio da corte oriental, vide FRIELL, G.; WILLIAMS, S., *Op. cit.*, pp. 143, 146-147; GOLDSWORTHY, A., *Op. Cit.*, pp. 290-292. Para o posto detido por Eutrópio, vide BLOCKLEY, R. C., *Op. cit.*, p. 114.

²⁷⁰ Cf. FRIELL, G.; WILLIAMS, S., *Op. cit.*, p. 147.

²⁷¹ CLAUD. 15.139-162, 157, para a expressão. Acerca deste assunto, vide CHARLES-PICARD, G., *La Carthage de saint Augustin [...]*, p. 105.

contra Eugénio adoptou uma postura dúbia, porquanto não só se absteve de prestar qualquer auxílio ao *augustus* Teodósio I, como consentiu em aprovisionar cerealiferamente o usurpador. E terceiro, desde 394 começara a colocar pressão sobre o imperador ocidental, manejando para o efeito a *annona* de Roma. De facto, como dispusesse de capacidade para controlar o fluxo de cereal fiscal, em 394 reduziu o tamanho do *canon urbis Romae*, expedindo o mesmo de modo irregular.²⁷² O historiador B. Sirks reputou que as provisões enviadas devem ter sido, por um lado, suficientemente amplas para obviar a instalação da fome; e, por outro, suficientemente reduzidas para provocar anualmente carestias frumentárias. Com efeito, tanto no Inverno de 394/395, como no Inverno de 395/396, brotaram crises de penúria na cidade eterna.²⁷³ Desse modo, ameaçando o correcto provimento da população de Roma, Gildão não só semeava o pânico na *Vrbs*, como também pressionava, desprestigiava e descreditava o imperador e a administração anonária do Ocidente.

A severidade da situação conduziu mesmo a administração anonária a promulgar legislação rigorosa, que proibia a utilização das provisões frumentárias mais recentes enquanto as anteriores não tivessem sido completamente exauridas.²⁷⁴ Isso pressupunha o consumo inclusive das porções que, entretanto, se haviam deteriorado, facto que evidenciava a dureza da asfixia causada por Gildão.²⁷⁵

Nesta senda, aproveitando a posição de Gildão face à administração do Ocidente, a corte oriental manobrou de molde a obter a aliança do *comes*. E no ano 397 a empresa coroou-se de êxito. Efectivamente, nesse ano Gildão cindiu o seu vínculo com o *augustus* Honório e transferiu a sua aliança para o *augustus* Arcádio.²⁷⁶ Não é inverosímil que para isso tenha concorrido a expectativa de que um imperador distante, ao qual se submetera voluntariamente, lhe viesse a conferir um grau superior de autonomia e independência.²⁷⁷ De qualquer modo, a defecção de Gildão comportou a subtracção das províncias cerealíferas norte-africanas à administração ocidental. Todavia, a importância das mesmas, *inter alia*, no contexto do aprovisionamento cerealífero de Roma, significava que tal facto era

²⁷² Para o definimento das relações entre Gildão e a administração do Império romano do Ocidente, vide MEANS, J. C., “Gildo”, *A dictionary of Greek and Roman biography and mythology*, volume 2, edição de W. Smith, London, John Murray, 1872, p. 268a; REDIES, M., *Op. cit.*, p. 851; VANNESSE, M., “L’armée romaine en Occident sous Stilichon (395-408 ap. J.-C.). Le témoignage des décrets impériaux”, *Revue belge de philologie et d’histoire*, tomo 88, n.º 1, Bruxelles, 2010, p. 100.

²⁷³ CLAUD. 15.95-105; 18.401; 21.275-280; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 177.

²⁷⁴ COD. THEOD. 11.14.2 (396).

²⁷⁵ Acerca da deterioração de parte do cânone frumentário, vide, *infra*, pp. 115-117.

²⁷⁶ Vide MEANS, J. C., *Op. cit.*, p. 268a; FRIELL, G.; WILLIAMS, S., *Op. cit.*, p. 149; GOLDSWORTHY, A., *Op. Cit.*, p. 292.

²⁷⁷ Cf. LE BOHEC, Y., *Op. cit.*, p. 203.

absolutamente intolerável.²⁷⁸ E Estilício parece ter reagido prontamente. Com efeito, em primeiro lugar impunha-se assegurar o correcto provimento da população de Roma. Nessa senda, foram organizadas importações de emergência, compostas por cereais recolhidos para lá da cordilheira dos Alpes, na diocese de Viena e na diocese das Gálias. O transporte dos mesmos efectuou-se por via fluvial, ao longo do curso do rio Ródano, continuamente até à foz, junto do mar Ligústico; e aí foram embarcados em navios, com destino ao complexo portuário ostiense.²⁷⁹ Ao mesmo tempo, Estilício aproveitou a conjuntura para cimentar a sua posição junto da aristocracia senatorial de Roma, algo que vinha fazendo desde 395. De facto, ressuscitando os procedimentos dos tempos republicanos, não só incluiu os senadores em decisões importantes, como em 397 induziu os mesmos a declarar Gildão inimigo público (*hostis publicus*), para cujo facto contribuiu amplamente a acção de Q. Aurélio Símaco.²⁸⁰ Assim, em 397/398 foi reunido e enviado um exército para a diocese de África, comandado por Mascezel. Embora fosse irmão de Gildão, não parece ter nutrido qualquer espécie de deferência fraternal, porquanto este fora responsável pela morte dos seus filhos.²⁸¹ Desassistido pela corte oriental,²⁸² o *comes et magister utriusque militiae per Africam* foi derrotado em 398, sendo posteriormente executado²⁸³ e o seu património confiscado.²⁸⁴

Assim, embora a manobra da corte oriental visasse derruir a posição de Estilício, converteu-se numa dupla fonte de prestígio para o general e tutor imperial. Efectivamente, por um lado, aquando do retorno a Itália, quando atravessava uma ponte com Mascezel, este tombou e afogou-se no flúmen. Não obstante as suspeitas de assassínio,²⁸⁵ Estilício tomou os louros do triunfo norte-africano, que foi amplamente celebrado pela população de Roma, tendo sido erigido inclusive um monumento no fórum.²⁸⁶ Por outro lado, por

²⁷⁸ ZOS. 5.11.2

²⁷⁹ CLAUD. 18.401-405; 22.391-396.

²⁸⁰ SYMM. *Epist.* 4.5. Vide BLOCKLEY, R. C., *Op. cit.*, p. 115; HEATHER, P. J., *Op. Cit.*, p. 217.

²⁸¹ Cf. HEATHER, P. J., *Op. Cit.*, p. 218; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 177.

²⁸² Cf. BLOCKLEY, R. C., *Op. cit.*, p. 115.

²⁸³ Cf. COURTOIS, Ch., *Op. Cit.*, p. 145; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 177; VANNESSE, M., *Op. cit.*, p. 101.

²⁸⁴ O património de Gildão tornara-se assaz extenso. De tal modo, que houve necessidade de criar o oficialato de *comes Gildoniaci patrimonii* especificamente para geri-lo; cf. REDIES, M., *op. cit.*, p. 852. Uma parte foi canalizada para obras de reparação dos aquedutos de Roma; cf. CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, pp. 340, 358.

²⁸⁵ ZOS. 5.11.4. Cf. GOLDSWORTHY, A., *Op. Cit.*, p. 293.

²⁸⁶ CIL. 6.1187; CAGNAT, R., *Op. cit.*, p. 251; FRIELL, G.; WILLIAMS, S., *Op. cit.*, p. 150; LE BOHEC, Y., *Op. cit.*, p. 204.

ter assegurado o correcto provimento cerealífero da população num período de carestia e incerteza, granjeou larga fama e reputação.²⁸⁷

Que razões impeliram Estilício a arrostar com rapidez e eficácia o problema frumentário da Urbe? Embora Honório fosse imperador, a sua idade pueril, inexperiência de governo e pouco contacto com questões anonárias significavam que tal como o *imperium*, assim também a *cura annonae* era exercida, na verdade, por Estilício. Portanto, o *comes et magister utriusque militiae praesentialis* não podia ignorar a sua responsabilidade. Na verdade, o insucesso no achamento de provisões para socorrer a população de Roma e o fracasso na recuperação das províncias cerealíferas norte-africanas teriam sido sinónimo de incapacidade enquanto *curator annonae* e tutor/regente imperial. E isso tê-lo-ia colocado na mais precária das posições. Assim, o êxito alcançado concorreu para consolidar a sua posição na luta política entre as cortes ocidental e oriental.

Os eventos ocorridos durante a rebelião de Gildão patenteara, primeiro, o papel vital das províncias cerealíferas norte-africanas no âmbito do aprovisionamento de Roma. Efectivamente, a abdução destas impeliu de imediato a administração ocidental a reagir, quer por meio do achamento de fontes alternativas, quer mediante a congregação e envio de um contingente militar para o Norte de África. Segundo, a importância de que se revestia o correcto aprovisionamento cerealífero de Roma no contexto da política imperial. De facto, a primeira acção de Estilício foi organizar um cânone frumentário interino, a fim de conservar as provisões em níveis salutare, enquanto manobrava de molde a readquirir o controlo sobre as províncias abduzidas. E terceiro, a forma como a dimensão demográfica e o prestígio da Urbe concorreram para converter a componente cerealífera da *annona* num instrumento de coacção imperial, bem como de derruição da posição política de um vulto da corte imperial.

²⁸⁷ Cf. FRIELL, G.; WILLIAMS, S., *Op. cit.*, p. 150.

3.2 Recolecção e transporte no interior provincial

No ponto anterior percebemos que ao tempo do Império tardio as províncias cerealíferas norte-africanas se converteram no suporte vital da população de Roma. Dessa forma, manteremos a nossa atenção focada na diocese de África, enquanto perscrutamos o processo de recolha e movimentação do *canon frumentarius urbis Romae* desde o interior provincial até aos portos expedicionários.

Mas antes disso, que entidades forneciam o cereal constituinte do cânone? E quais seriam as autoridades responsáveis pela determinação da sua dimensão? Sob o *augustus* Diocleciano, o Império romano foi reorganizado fiscalmente. Na sequência dessa reorganização, as requisições em género, utilizadas crescentemente pelos imperadores do século III, mas solicitadas de modo irregular (pois eram efectuadas ao grado das necessidades), foram convertidas num sistema racional e organizado, que substituiu os antigos impostos em dinheiro.²⁸⁸ O novo imposto (*indictio*), de cobrança anual em todo o Império, assentou sobre duas unidades fiscais: a terra (*iugum*) e a população (*caput*). Como A. H. M. Jones asseriu, a primeira variava em rigor e equidade de região para região. E. g., nas províncias da Síria, aquando do cálculo de cada *iugum* eram tomados em consideração a qualidade e o uso da terra. Já na diocese do Egipto tinha-se em conta apenas a utilização do solo. E na diocese de África e na região meridional da Península Itálica, o cálculo era efectuado em unidades métricas - 200 *iugera*, naquela; 12,5 *iugera*, nesta -, indiferentemente do uso concedido ao solo. O cômputo da segunda unidade fiscal não parece ter sido mais uniforme ou equitativo. Efectivamente, no Egipto apenas contavam os indivíduos do sexo masculino, equivalendo cada um a um *caput*. Já na diocese do Oriente computavam-se ambos os sexos. E na diocese do Ponto, um homem valia fiscalmente por duas mulheres. Quando combinadas para efeitos de tributação, ambas as unidades fiscais produziam um imposto desigual entre as diversas províncias.²⁸⁹ De qualquer modo, foi sobre esta moldura fiscal que assentou o cânone frumentário de Roma, pois os cereais constituintes do mesmo provinham justamente do tributo pago pelos contribuintes nas províncias cerealíferas.²⁹⁰

²⁸⁸ JONES, A. H. M., *The later Roman Empire [...]*, volume 1, p. 449.

²⁸⁹ Idem, *The decline of the ancient world [...]*, pp. 175-176.

²⁹⁰ Cf. CHARLES-PICARD, G., *La civilisation de l'Afrique romaine [...]*, pp. 62-67.

A porção entregue por cada contribuinte dependia dos cálculos efectuados pelo *officium* do prefeito do pretório de Itália e África. Como o sistema fiscal assentasse sobre um imposto pago em géneros, o prefeito do pretório recebeu a missão de estimar anualmente as necessidades da administração imperial nos vários víveres (e.g., cereal, azeite, vinho, carne). No caso que nos concerne, tendo estimado a quantidade total de cereal, os seus *officiales* procediam à divisão desse valor pelo número de unidades fiscais registadas nos censos. O produto equivalia ao tributo que seria pago por cada contribuinte nesse ano. Se por algum erro de cálculo o produto obtido por meio do imposto regular não bastasse, procedia-se à realização de uma estimativa suplementar, cobrada num imposto extraordinário (*superindictio*), extensível a toda a área abrangida pela prefeitura. Porém, conquanto o *canon frumentarius urbis Romae* fosse contemplado e incluído nos cálculos feitos para a *indictio*, não parecem ter existido, contudo, *superindictiones* aplicadas ao mesmo.²⁹¹

Portanto, o *canon urbis Romae* era composto pela somatória dos impostos tritíceos pagos pelos contribuintes das províncias cerealíferas norte-africanas.²⁹² A recollecção dos impostos decorria sob a supervisão do vicário da diocese, dos governadores provinciais e do procônsul da província de África proconsular, assistidos pelos respectivos *officia*. Dado que os dois primeiros estavam subordinados à autoridade do prefeito do pretório, também agiam como informadores financeiros.²⁹³ Além disso, o próprio prefeito destacava amiúde membros do seu *officium* - denominados ‘*canonicarii*’ - para a diocese, tanto para que colaborassem com os vicários e governadores na exacção dos tributos, como para que estimulassem e apressassem a recollecção dos mesmos, pois estava no seu interesse assegurar a constituição correcta e atempada do *canon frumentarius*.²⁹⁴

Do ponto de vista dos contribuintes, importava conhecer atempadamente a dimensão do imposto. Assim, logo que a estimativa feita para esse ano tivesse obtido aprovação imperial, era enviada para o vicário, governadores e procônsul. De seguida, estes remetiam aos municípios uma relação pormenorizada, especificando a quantia frumentária que

²⁹¹ JONES, A. H. M., *The decline of the ancient world [...]*, pp. 168-170; Idem, *The later Roman Empire [...]*, volume 1, pp. 412, 448-449, 451-456; WILLIAMS, S., *Diocletian and the roman recovery*, New York, Routledge, 2000, p. 125.

²⁹² Vários investigadores têm considerado que uma parte do cereal também procederia das propriedades imperiais, que não cessaram de se expandir desde o principado de Nero (54-68). Para este assunto, vide CHARLES-PICARD, G., *La civilisation de l'Afrique romaine [...]*, pp. 62-67; Idem, “Néron et le blé d'Afrique”, *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, n.º 1, Paris, 1956, pp. 70-71.

²⁹³ Já o procônsul dependia directamente do imperador; cf. PIGANIOL, A., *L'empire chrétien (325-395)*, Paris, PUF, 1947, p. 318.

²⁹⁴ JONES, A. H. M., *The decline of the ancient world [...]*, p. 170; Idem, *The later Roman Empire [...]*, volume 1, pp. 450-451.

tinham de pagar. Este procedimento decorria algum tempo antes do início do ano fiscal, fixado ordinariamente no dia 1 de Setembro, embora na diocese do Egipto principiasse mais cedo, no dia 1 de Julho. Desse modo, os *tabularii* de cada *ciuitas* dispunham de tempo suficiente para publicarem as somas exigidas a cada membro do município, dando tempo suficiente a estes para prepararem a sua parte do imposto.²⁹⁵

Portanto, o cereal integrante do *canon urbis Romae* tinha origem nos impostos cobrados nas províncias. Mas como decorria o processo de recollecção do tributo tritíceo? As leis imperais reunidas e conservadas no *Codex Theodosianus* permitem a reconstrução daquilo que deverá ter sido o processo de *collatio* do cereal anonário. Não obstante, como E. Tengström sublinhou, os rescritos disponíveis foram promulgados no decurso de uma centúria, compreendida entre os anos 313 e 409. Consequentemente, importa reter que embora produto obtido autorize a compreensão geral do sistema de recollecção do cereal anonário, não possibilita, contudo, a extracção de conclusões precisas, como sucede com outros tópicos da história de Roma.²⁹⁶

Ora, a quantia de cereal paga por cada contribuinte variava anualmente, em função das estimativas feitas pelo prefeito do pretório. Nesta senda, reservada a porção devida, os mesmos armazenavam-na nos seus celeiros; os grandes proprietários recolhiam o imposto directamente dos colonos originários dos seus latifúndios.²⁹⁷ De seguida, o tributo era levado para a cidade. No princípio do século IV, o pagamento era mensal.²⁹⁸ Mas na segunda metade do século, o ritmo alterou-se, tendo-se tornado quadrimestral. De facto, numa regulação endereçada ao prefeito do pretório das Gálias, em 366, afirmou-se que o ano fiscal fora dividido em três partes iguais, de forma a acomodar três prestações, pagas de quatro em quatro meses.²⁹⁹ Como E. Tengström provou, este modelo foi seguido nas províncias norte-africanas, facto confirmado por um rescrito endereçado no ano seguinte ao vicário da diocese.³⁰⁰ Segundo A. H. M. Jones, é provável que a esta reforma tenha subjazido a necessidade de evitar exceder não só a capacidade dos celeiros fiscais, mas também a do sistema de transportação provincial.³⁰¹

²⁹⁵ Idem, *The decline of the ancient world [...]*, p 169; Idem, *The later Roman Empire [...]*, volume 1, p. 456; WILLIAMS, S., *Op. cit.*, p. 122.

²⁹⁶ Cf. TENGSTRÖM, E., *Bread for the people. Studies of the corn-supply of Rome during the Late Empire*, Stockholm, Svenska Institutet i Rom, 1974, p. 25; p. 11, para a definição de ‘*collatio*’.

²⁹⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 15-16.

²⁹⁸ COD. THEOD. 11.1.2 (315).

²⁹⁹ COD. THEOD. 11.1.15 (366)

³⁰⁰ COD. THEOD. 11.1.16 (367); TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, pp. 16-17.

³⁰¹ JONES, A. H. M., *The later Roman Empire [...]*, volume 1, p. 458. Para o sistema de transportação provincial do cereal anonário, vide, *infra*, pp. 81-82.

A trasfega do cereal anonário desde as propriedades rurais até aos municípios deve ter sido efectuada com recurso a equídeos, e. g., burros ou mulas. Aptos a transportar sacas contendo até 19 módios de cereal, eram o método recorrentemente utilizado para movimentar cargas a curtas distâncias. Além disso, eram o método utilizado no Egipto,³⁰² onde existiam inclusive condutores profissionais de burros. E na província de África proconsular, na cidade de Cartago, a epigrafia atesta a existência de um *collegium mulionum*.³⁰³

Trazido para a cidade, o cereal era consignado aos celeiros fiscais, exclusivamente reservados ao armazenamento dos *frumenta fiscalia*.³⁰⁴ Segundo as disposições do *Codex Theodosianus*, aos contribuintes parece ter sido interdita a hipótese de depositarem o tributo em *horrea fiscalia* situados fora da sua área municipal.³⁰⁵ Nesta esteira, tinham de entregá-lo aos *susceptores* do seu município, i. e., aos recebedores do tributo frumentário. Estes eram escolhidos pelo concelho municipal (*curia*),³⁰⁶ numa reunião em que se impunha a obtenção de consenso entre todos os presentes para validar a eleição.³⁰⁷ Nas províncias áfricas, era costume que os eleitores assumissem a responsabilidade pela acção dos *susceptores*. Com efeito, segundo um rescrito imperial, na contingência de estes dispersarem uma parte dos *frumenta fiscalia*, quer por fraude, quer por negligência, aqueles podiam ser instados a colmatar as faltas.³⁰⁸ Nesta esteira, E. Tengström reputou que os *susceptores* deveriam ser supervisionados por *defensores*, facto sugerido por uma lei endereçada ao prefeito do pretório do Oriente.³⁰⁹ Do exame desta regulação, o investigador também inferiu que os *susceptores* norte-africanos seriam responsáveis por efectuar os registos de cada pagamento, onde eram referidos o número de prestações pagas e a quantidade de géneros entregues.³¹⁰ Ora, isso exigia a medição do cereal recebido, acto repetido múltiplas vezes no decurso da trasfega do *canon frumentarius* até Roma e sempre sujeito a possibilidades de corrupção.³¹¹ Dessa forma, reforça-se a possibilidade de os *susceptores* terem sido acompanhados por *defensores*, cuja missão consistia justamente

³⁰² Vide, supra, pp. 64-65.

³⁰³ CIL. 8.24686; TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 16.

³⁰⁴ COD. THEOD. 12.6.16 (375).

³⁰⁵ Cf. TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 18.

³⁰⁶ COD. THEOD. 12.6.9 (365; 368)

³⁰⁷ COD. THEOD. 12.6.20 (386).

³⁰⁸ COD. THEOD. 12.6.9 (365; 368)

³⁰⁹ COD. THEOD. 12.6.23 (389)

³¹⁰ Cf. TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 21.

³¹¹ Para as tentativas de corrupção, vide, infra, pp. 81, 83, 92, 99-100, 105-106, 128.

em tentar obviar acções fraudulentas, por meio da certificação, e. g., de que não seriam utilizadas medidas desajustadas para mensurar o tributo frumentário.³¹²

Medido o trigo, os *susceptores* emitiam um recibo (*apocha; cautio; securitas*).³¹³ Uma lei endereçada no ano 400 ao procônsul da província de África proconsular revela que esse documento era redigido por escribas, subordinados à autoridade daqueles.³¹⁴ Por último, os contribuintes dirigiam-se aos *tabularii* do município, a fim de entregarem em mão os seus recibos.³¹⁵ Estes também elaboravam os registos oficiais, publicando quadrimestralmente uma relação dos impostos pagos, a fim de se evitar que os contribuintes fossem forçados a pagar várias vezes a mesma prestação.³¹⁶ Do mesmo modo, também elaboravam uma relação contendo os nomes daqueles cujos impostos estivessem em atraso.³¹⁷

Depositado o tributo nos *horrea fiscalia* municipais, a etapa seguinte consistia em trasladá-lo do interior das províncias para os portos litorais. É provável que essa tarefa tenha sido desempenhada pelo *cursus clabularius*.³¹⁸ Este era um serviço público, que utilizava carroças largas de quatro rodas para movimentar víveres pesados e volumosos. As carroças, fornecidas, reparadas e mantidas pela administração anônária, eram puxadas por duas parselhas de bois, fornecidos pelos proprietários rurais e alimentados às expensas públicas.³¹⁹ O peso dos volumes transportados foi regulado nos anos sessenta do século IV. Com efeito, em 364, os *augusti* Valentiniano I e Valente determinaram que não poderiam ser transportados volumes superiores a 330 kg.³²⁰ Quatro anos depois, esse limite foi alterado para 492 kg.³²¹ Analisando estas regulações, E. Tengström verteu as unidades de peso em unidades de volume (*modii*), utilizadas regularmente na medição de cereais. Nesta senda, segundo as conclusões do investigador sueco, os 330 kg referidos no primeiro rescrito equivaleriam a ca. 50 módios; e os 492 kg mencionados no segundo, a ca.

³¹² Cf. TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, pp. 21-23.

³¹³ *COD. THEOD.* 12.6.16 (375).

³¹⁴ *COD. THEOD.* 12.6.27 (400).

³¹⁵ *COD. THEOD.* 11.1.2 (315).

³¹⁶ *COD. THEOD.* 12.6.27.1 (400).

³¹⁷ *COD. THEOD.* 11.7.1 (315; 313).

³¹⁸ JONES, A. H. M., *The later Roman Empire [...]*, volume 2, p. 831; RICKMAN, G., “The grain trade under the Roman Empire”, *Memoirs [...]*, p. 264.

³¹⁹ *COD. THEOD.* 8.5.11 (360); TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, pp. 29-31.

³²⁰ *COD. THEOD.* 8.5.17 (364). Para conversão das unidades de peso romanas, utilizadas no rescrito, em quilogramas, vide FORBES, R. J., *Studies in ancient technology*, volume 2, 2ª edição, Leiden, E. J. Brill, 1964, p. 159..

³²¹ *COD. THEOD.* 8.5.30 (368). Novamente, para conversão das unidades de peso romanas, referidas no texto legislativo, em quilogramas, vide FORBES, R. J., *Op. cit.*, p. 159.

75 módios.³²² Contanto que o *canon frumentarius* de Roma se computasse em ca. 27.000.000 de módios, então seria necessário um número assaz lato de carregamentos.³²³

Dado que uma carroça puxada por bois progride a ca. 3 km/h, impunha-se a existência de pontos de paragem ao longo das vias.³²⁴ E com efeito, à beira das estradas foram construídas não só *mutationes*, onde era possível substituir as parelhas de bovinos, mas também *mansiones*, que ofereciam alojamento para pernoitar. Segundo os cálculos de E. Holmberg, é provável que aquelas estivessem espaçadas em intervalos de 8 milhas romanas. Já estas estariam mais apartadas, talvez em intervalos de 25 milhas romanas, que equivaleriam à distância percorrível por uma carroça num dia.³²⁵

Não é improvável que a administração anonária tenha buscado um modo de assegurar que o tributo frumentário se manteria protegido durante o seu transporte desde os celeiros municipais até aos portos provinciais. Nesta senda, examinando um decreto emitido no ano 364, E. Tengström concluiu que junto de cada carroça parecem ter seguido dois ou três homens, cuja missão terá perpassado justamente por vigiarem o ónus fiscal, a fim de evitarem o seu roubo ou extravio.³²⁶

As rotas tomadas pelas carroças conduziām a que portos? Como vimos, a cidade portuária de Cartago, sede do procônsul da província de África proconsular e do prefeito da *annona* de África foi o principal porto de afluência e expedição do cereal fiscal norte-africano. Não obstante, E. Tengström demonstrou que a epigrafia atesta a existência de *horrea fiscalia* também em Útica, localizada perto de Cartago, e Skikda (denominada ‘*Rusicade*’, pelos Romanos), situada na província da Numídia. Isso sugere que estas duas cidades poderão ter funcionado igualmente como portos de expedição do cereal fiscal.³²⁷ De qualquer modo, chegado aos portos, o tributo frumentário era consignado aos celeiros fiscais, onde aguardaria a ordem de embarque e despacho para Roma.³²⁸ Mas antes de ser armazenado, era sujeito a uma nova medição. Os resultados eram anotados pelos *tabularii*

³²² Vide TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 31.

³²³ Efectivamente, assumindo que ca. 27.000.000 módios representassem o cânone frumentário de Roma e que o *cursus clabularius* fosse o único serviço utilizado, então no início do século IV, quando o cânone provinha de impostos cobrados mensalmente, a traslação de cada prestação requereria mais de 30.000 carregamentos em carroças; a partir de 367, quando o pagamento se tornou quadrimestral, o total ascenderia a mais de 90.000 carregamentos. Sobre este assunto, vide RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome* [...], pp. 13-14, 121.

³²⁴ Para a velocidade de uma carroça puxada por bois, vide Idem, *Ibidem*, p. 13.

³²⁵ Para a hipótese de E. Holmberg, vide TENGSTRÖM, E., *Op. cit.* p. 31.

³²⁶ *COD. THEOD.* 8.5.18 (364); TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 32.

³²⁷ Cf. TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, pp. 32-33.

³²⁸ Vide, *supra*, p. 49.

subordinados ao prefeito da *annona* de África. Mais tarde, aqueles portavam os seus registos ao *officium* do vicário da diocese, a fim de compararem os mesmos com os registos efectuados pelos *tabularii* ostienses. Pois os *frumenta fiscalia* passavam por uma nova medição quando chegavam a *Portus*. Nesta senda, mediante o cotejo de ambos os registos, a administração anonária conseguia saber quanto frumento fiscal fora trazido para os celeiros dos portos provinciais; quanto fora transferido para Roma; e quanto dera entrada nos armazéns ostienses. Procedimento este que comportava ainda o benefício de detectar tentativas de fraude ou corrupção.³²⁹

³²⁹ COD. THEOD. 11.1.13 (365).

O CANON FRUMENTARIUS VRBIS ROMAE: TRANSPORTE MARÍTIMO

4.1 Os períodos de navegação

No capítulo precedente depreendemos a importância das províncias cerealíferas norte-africanas no contexto do aprovisionamento frumentário de Roma. Nesta esteira, examinámos, *inter alia*, o processo de reunião e movimentação do cânone frumentário no interior das mesmas, bem como o papel dos oficiais anonários provinciais. Assim, neste capítulo sondaremos: o modo como os *frumenta fiscalia* seriam trasladados por sobre as águas mediterrâneas, continuamente até ao complexo portuário ostiense; os agentes envolvidos na concretização dessa tarefa; e a forma como as condições meteorológicas do mar Mediterrâneo condicionaram o período durante o qual o *canon frumentarius* podia ser transportado até *Portus Vterque*.

Para os Romanos, o mar Mediterrâneo era considerado o *mare internum, magnum, nostrum*, a grande bacia marítima no interior do Império de Roma. As suas águas ofereciam conexões internas relativamente directas e rápidas, que uniam a *Vrbs*, através do seu complexo portuário ostiense, aos portos litorais das diversas províncias.³³⁰ Todavia, numa época em que ainda não existiam navios movidos pela energia do vapor, as condições meteorológicas e a direcção dos ventos impunham um padrão para a navegação.³³¹ E por conseguinte, determinavam o período durante o qual o *canon frumentarius urbis Romae* podia ser trasladado das províncias cerealíferas para o complexo portuário ostiense.

O ano mediterrâneo é divisível em dois períodos: o invernal; e o estio. Durante os meses inverniais, as condições meteorológicas são plenamente adversas à navegação, quer no mar alto, quer por longas distâncias. Na região ocidental, isso resulta não só da instabilidade do tempo, mas também da invasão do espaço por depressões rápidas, provindas do oceano Atlântico. Na metade oriental, decorre da influência do anticiclone continental,

³³⁰ RICKMAN, G., “Plenary address. Ports, ships, and power in the roman world”, *Memoirs of the American Academy in Rome. Supplementary volumes*, volume 6, Ann Arbor, 2008, pp. 15-16.

³³¹ Como L. Casson afirmou, as correntes marítimas mediterrâneas são geralmente demasiado ténues para influenciarem com preponderância os padrões de navegação; vide CASSON, L., *Ships and seamanship in the ancient world* [...], p. 273.

proveniente da Sibéria e das regiões desérticas.³³² Em ambos os casos, a severidade das tempestades; os renques de nuvens, que obstruíam o sol durante o dia e as estrelas durante a noite, obstando à orientação numa época em que não existia bússola; e a constituição e adensamento de nevoeiros em torno de obstáculos rochosos, tornavam muito arriscada qualquer tentativa de transcurso das águas mediterrâneas que não fosse junto da linha de costa.³³³ Inversamente, os meses estios ofereciam aos navegantes condições favoráveis e estáveis e ventos de direcção regular.³³⁴ Portanto, os meses inverniais e os meses estios constituíam dois períodos opostos e distintos. Durante o período invernal, a navegação encontrava-se geralmente suspensa; as embarcações menores eram rebocadas para terra e as maiores eram amarradas nos cais portuários. O período estio testemunhava o fenómeno oposto: as águas mediterrâneas eram sulcadas por toda a espécie de navios, os quais tentavam concretizar as suas viagens no menor tempo possível, a fim de aproveitarem plenamente a indulgência da estação.³³⁵

O mar Mediterrâneo é influenciado também pelas estações da Primavera e do Outono. Estas são estações de transição, durante as quais coexistem momentos favoráveis à navegação, marcados por condições propícias, com momentos desfavoráveis, assinalados pelo surgimento súbito de tempestades. Por isso, conquanto fosse possível cruzar o mar, havia tendência, contudo, para aguardar pela instalação definitiva do bom tempo.³³⁶ Nesta senda, Vegécio asseverou que a época de navegação segura se espraiava entre os dias 27 de Maio e 14 de Setembro, i. e., durante os meses estios. Na contingência de ser necessário cursar as águas nas estações intermédias, o autor do *Epitoma rei militaris* reputou que embora fosse inseguro, ainda assim era possível fazê-lo. Nesta esteira, o período de navegação alargar-se-ia de 10 de Março a 10 de Novembro. Enfim, durante o período que medeia entre os dias 10/11 de Novembro e 10 de Março a navegação estava suspensa.³³⁷

³³² Cf. ROUGÉ, J., *Recherches sur l'organisation du commerce maritime en Méditerranée sous l'empire romain*, Paris, SEVPEN, 1966, p. 33.

³³³ Cf. CASSON, L., *Ships and seamanship in the ancient world* [...], pp. 271-272.

³³⁴ Para a direcção dos ventos, vide, supra, p. 62.

³³⁵ Cf. CASSON, L., *Ships and seamanship in the ancient world* [...], pp. 270-271; ROUGÉ, J., *Recherches sur l'organisation du commerce maritime* [...], pp. 31-33. A excepção seriam as embarcações ligeiras, que navegassem perto da costa. Pois, por via da sua dimensão e da proximidade do litoral, podiam achar abrigo com relativa facilidade, logo que as condições meteorológicas ameaçassem; vide Idem, “La navigation hivernale sous l'Empire romain”, *Revue des Études Anciennes* [...], pp. 316-317.

³³⁶ Cf. ROUGÉ, J., *Recherches sur l'organisation du commerce maritime* [...], p. 33.

³³⁷ VEGETIUS *Epitoma Rei Militaris* 4.32. Sobre este assunto, vide CASSON, L., *Ships and seamanship in the ancient world* [...], p. 270; ROUGÉ, J., “La navigation hivernale sous l'Empire romain”, *Revue des Études Anciennes* [...], pp. 318-321.

A opinião profissional de Vegécio parece conciliar-se plenamente com o calendário traçado pela administração anonária. Com efeito, como se viu, um rescrito do ano 380 demonstra que a época de transportação anonária principiava a 15 de Abril. A data limite para expedição do último carregamento foi fixada em 15 de Outubro. Tendo presente que a jornada de ida e regresso entre Cartago e a foz do rio Tibre exigia ca. um mês, talvez dois, em casos excepcionais, e que a viagem de retorno era deveras rápida, mesmo que os *nauicularii africani* zarpassem nos últimos dias do período de navegação jurídico, ainda assim conseguiriam regressar antes da instalação definitiva do mau tempo, em meados de Novembro. Em alternativa, poderiam invernar no complexo portuário ostiense.³³⁸

³³⁸ Vide, supra, p. 64. Vide também SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 155-156.

4.2 A corporação de *naicularii africani* e a transportação do cânone frumentário de Roma

No ponto anterior percebemos que por via das condições meteorológicas do mar Mediterrâneo, a traslação marítima do *canon frumentarius urbis Romae*, entendida como ‘*peruectio*’ nos textos jurídicos,³³⁹ foi condicionada a um segmento de tempo relativamente breve, identificado com o período favorável à navegação.

A tarefa de trasladar o cereal fiscal por sobre as águas mediterrâneas encontrava-se a cargo da corporação de armadores norte-africanos. Como vimos, nos termos da lei estes eram reconhecidos como ‘*naicularii africani; naicularii per Africam; ou naicularii afri*’. Verificámos também que no princípio do século IV foram transferidos para, e colocados sob a autoridade do prefeito da *annona* de África, subordinado hierarquicamente ao prefeito do pretório de Itália e África.³⁴⁰ Ao tempo do Império tardio, a pertença à corporação não decorria já de ingresso voluntário. Na verdade, tornara-se num *munus* no século precedente. Isso significava que em caso de falta de armadores, a administração imperial ou, como geralmente acontecia, a própria corporação, podiam impor o *múnus* sobre aqueles que fossem susceptíveis de serem chamados para desempenhá-lo (*obnoxii uocationi*). O propósito consistia em manter o número de *naicularii corporis* em níveis adequados e estáveis, para que fosse assegurada a continuidade do transporte, *inter alia*, do *canon frumentarius urbis Romae*.³⁴¹

A convocação decorria dentro de moldes legais. Entre os *naicularii per Africam*, encontrava-se apto a ingresso qualquer herdeiro de um armador da corporação. Como a sua fortuna fosse afectada ao *corpus*, era investigado fiscalmente primeiro, para assegurar que estava suficientemente solvente. Aqueles que não possuíssem ligações a um *naicularii corporis*, mas que tivessem herdado uma parcela da sua propriedade, também eram avocáveis, mesmo se fossem decuriões ou filhos de decuriões. Pois embora inicialmente estivessem onerados com o *munus decurionatus*, o *munus naicularium* outorgava imunidade a esse, sendo o decurião convertido em armador, mediante um processo denominado ‘*originem commutare*’. Outra forma de ingresso decorria de conscrição *ex nouo*,

³³⁹ COD. THEOD. 11.1.13 (366); TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 35.

³⁴⁰ Vide, *supra*, pp. 48-50

³⁴¹ Acerca deste assunto, vide SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 130-139, 143-145, 169-175.

vigorante na diocese de África. Portanto, a maneira de evitar o recebimento do múnus passava por repudiar o recebimento da herança de um *naucularius corporis*.³⁴²

A pertença à corporação concedia amplo leque de imunidades. Por exemplo, no ano 326 os *naucularii corporis* foram isentos de *onera*, *munera*, *oblaciones* e *conlationes*. Foram também reconfirmadas imunidades anteriores, como a isenção de *munera extraordinaria* e *munera personalia*. E além disso, os seus navios não podiam ser detidos em parte alguma do Império para desempenharem *angaria* - um múnus imposto em situações extraordinárias, normalmente de emergência.³⁴³

As obrigações dos *naucularii africani* passavam: primeiro, por investirem parte da sua fortuna na aquisição e construção de navios, de tamanho e capacidade prefixados pela administração anonária; segundo, por realizarem trabalhos assíduos de manutenção e reparação das embarcações; e terceiro, por submeterem as mesmas à transportação de géneros fiscais. Nesta senda, a corporação definia-se como um conjunto de armadores, reunidos num organismo legalmente reconhecido e instituído para a concretização de um objectivo específico, identificado com a trasfega marítima do cânon frumentário, desde os portos litorais norte-africanos até ao complexo portuário ostiense.³⁴⁴

Qual seria a capacidade dos navios lançados ao mar pelos armadores anonários? No final do século II, parece ter oscilado entre os 10.000 e 50.000 módios. Com efeito, como nessa altura o serviço da *annona* fosse arrematado mediante a celebração de contratos com a administração anonária, impôs-se que os armadores deveriam possuir ou um navio de 50.000 módios de capacidade ou, então, vários de 10.000 módios.³⁴⁵ Todavia, ao tempo do Império tardio a capacidade parece ter decrescido. Com efeito, num rescrito promulgado no ano 439 na parte oriental do Império, 2000 módios foram referidos como sendo a capacidade mínima.³⁴⁶ Em 450, Valentiniano III ordenou a requisição de navios de 1040 módios.³⁴⁷ Por fim, já fora do âmbito cronológico da presente dissertação, um texto de Cassiodoro, datado dos anos 523/526, refere que, sob Teodorico (493-526), se pretendeu restaurar as importações de frumento hispânico, desiderato que foi concretizado com recurso a navios de ca. 1300 módios.³⁴⁸ Assim, os investigadores têm reputado

³⁴² Idem, *Ibidem*, pp. 143-145, 169-175.

³⁴³ Idem, *Ibidem*, pp. 136-142.

³⁴⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 134-136.

³⁴⁵ DIG. 50.5.3; Gaius *Inst.* 1.32c; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, pp. 75-76, 123; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 75.

³⁴⁶ COD. IUST. 11.4.2; NOVELL. THEOD. 8.

³⁴⁷ NOVELL. VALENT. 29; ROUGÉ, J., *Recherches sur l'organisation du commerce maritime [...]*, p. 72.

³⁴⁸ CASSIOD. Var. 5.35; ROUGÉ, J., *Recherches sur l'organisation du commerce maritime [...]*, p. 73.

como provável a hipótese de que, ao tempo do Império tardio, os *naicularii afri* lançariam ao mar navios cuja capacidade deveria oscilar entre os 2000 e os 10.000 módios.³⁴⁹

As autoridades antigas consideraram que os navios transportadores do *canon urbis Romae* formavam colectivamente uma frota (*classis, stolis*).³⁵⁰ A *classis* podia navegar conjuntamente, na forma de comboio, como geralmente acontecia no Oriente, com a *classis Alexandrina*.³⁵¹ Todavia, um rescrito promulgado no ano 334 sugere que os armadores norte-africanos não navegariam juntos. Com efeito, no mesmo assere-se que existia uma disposição legal, que determinava que os *naicularii africani* deveriam formar e partir numa certa ordem, para que efectuassem as suas viagens não em conjunto, mas em turnos alternados.³⁵²

Em 409, na região administrativa da prefeitura do pretório do Oriente, foi promulgada uma lei, que forçava os *naicularii* a tomarem um rumo directo para Constantinopla, interditando quaisquer desvios não justificáveis.³⁵³ Na região da prefeitura do pretório de Itália e África não está atestada qualquer disposição semelhante. Não obstante, é provável que os *naicularii africani* também tomassem o trajecto mais curto. Efectivamente, como depreendemos, seriam necessárias várias viagens, para que fossem trasladadas as várias prestações do cânone frumentário.³⁵⁴ Além disso, logo que cumprissem o seu múnus, ‘adquiriam’ liberdade temporária para comerciar de modo privado. Na verdade, o imperador Constantino determinara que cada *naicularii corporis* disporia de um período de dois anos para entregar a sua porção do *canon* em *Portus Vterque*; após ter sido inspeccionada, medida e armazenada, os oficiais anonários de Roma emitiam um comprovativo (*securitas*), que atestava o recebimento da mesma. Na posse da *securitas*, os *naicularii* tinham de regressar às províncias cerealíferas norte-africanas, a fim de entregarem a mesma às autoridades anonárias do seu porto de origem. Se isso não fosse feito no prazo de dois anos, os seus bens seriam confiscados.³⁵⁵ Ora, o biénio concedido começava a ser computado aquando do embarque do frumento fiscal e findava com a rendição da *securitas*. Isso significava que era possível procrastinar a entrega da mesma, de maneira a aproveitar o entremeio para comerciar privadamente. Por conseguinte, isso deverá ter estimulado os

³⁴⁹ Cf. TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 37.

³⁵⁰ Acerca deste assunto, vide SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 135.

³⁵¹ Vide, *supra*, pp. 66-67.

³⁵² *COD. THEOD.* 13.5.6 (334). Sobre este assunto, vide RICKMAN, G., “The grain trade under the Roman Empire”, *Memoirs [...]*, p. 266; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 155-156; TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 43.

³⁵³ *COD. THEOD.* 13.5.33 (409).

³⁵⁴ Vide, *supra*, pp. 63-64.

³⁵⁵ *COD. THEOD.* 13.5.26 (396).

naicularii afri a seguirem a rota mais curta, para que entregassem a sua porção do cânone prontamente, a fim poderem utilizar os meses restantes para se abandonarem a actividades privadas. Todavia, em 396 o prazo foi reduzido para um ano; facto que deve ter anulado quaisquer hipóteses de comerciarem por sua conta.³⁵⁶ Não obstante, é provável que a rota seguida tenha continuado a ser a mais segura e breve, de molde a concluir a sua missão antes da sobrechegada do mau tempo.

Nesta senda, qual seria a feição da rota até à foz do Tibre? Segundo J. Rougé, é provável que a viagem principiasse com uma abordagem à costa sudeste da ilha da Sicília. Seguidamente, rumavam para nordeste, em direcção ao porto de Putéolos. E aí chegados, navegavam ao longo da costa itálica, continuamente até à foz do rio Tibre. A viagem de regresso deveria iniciar-se com um transcurso para ocidente, em direcção ao Estreito de Bonifácio. Daí seguiam ao largo da costa oriental da ilha da Sardenha, até chegarem ao porto de Cagliari, onde podiam fazer escala. O último troço estendia-se deste ponto aos portos norte-africanos. O investigador francês sublinhou ainda que não é inverosímil que este trajecto também tivesse servido como rota de ida.³⁵⁷

Resta ainda perscrutar o modo como decorreria a operação de embarque do cereal fiscal nos portos provinciais. Num decreto do imperador Constantino, promulgado no ano 336, refere-se que no momento do embarque, os funcionários responsáveis (*susceptores*) pela consignação do cereal também emitiam um documento (*relatoria*). Empossados do carregamento e documento anónimos, os *naicularii* encontravam-se proibidos de transportar qualquer outra carga, com qualquer outro propósito, verosimilmente até que entregassem aquela.³⁵⁸ Simultaneamente, uma regulação emitida em 366 revela que aquando da recepção dos *frumenta fiscalia*, um dos oficiais do navio tinha de declarar que aceitara cereal em estado de conservação perfeito, ante os *magistrati* ou *curatores* responsáveis, os quais verificavam pessoalmente a qualidade do frumento e inseriam a proferição nos seus registos oficiais.³⁵⁹ B. Sirks e E. Tengström reputaram que os *naicularii per Africam* deveriam receber uma cópia dessa proferição, juntamente com um registo dos volumes frumentários embarcados, documentos estes que seguiriam com o navio até *Portus Vterque*. Pois dado que o carregamento fiscal era inspeccionado e mensurado nas docas

³⁵⁶ COD. THEOD. 13.5.26 (396). O prazo poderia ser alargado a dois anos, mas somente na contingência de surgimento de imprevistos ou em casos de força maior. Em relação a este assunto, vide SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure* [...], pp. 123-124, 156-157, 161, 201-203

³⁵⁷ Cf. ROUGÉ, J., *Recherches sur l'organisation du commerce maritime* [...], p. 95.

³⁵⁸ COD. THEOD. 13.5.8 (336), Vide SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure* [...], p. 123.

³⁵⁹ COD. THEOD. 14.15.2 (366).

tiberinas, estas operações teriam sido relativamente vazias de significado se não tivessem existido documentos emitidos previamente, que funcionassem como termo de comparação.³⁶⁰ E isso pode ter concorrido para que em 412 fosse promulgada uma lei, que previu a punição de todos os *magistrati* ou *curatores* que aceitassem subornos dos armadores.³⁶¹ Esta disposição sugere que as fraudes eram relativamente recorrentes, facto que impeliu a administração anonária a legiferar igualmente contra atrasos deliberados, usados para beneficiar da procrastinação do prazo de entrega do cânone,³⁶² bem como contra a corrupção nas docas do complexo portuário ostiense, aquando do desembarque e medição do cereal fiscal.³⁶³ Conexamente com esta última, se as autoridades anonárias descobrissem que faltava uma percentagem maior do carregamento fiscal do que a prevista nos termos da lei, abria-se um processo de averiguação. Contanto que fosse confirmado que isso decorreria de um caso de *uis maior*, como condições meteorológicas adversas ou tempestades, que tivessem causado um naufrágio ou motivado o alijamento de parte do cereal fiscal, o *naucularius* era ilibado. Caso contrário, seria declarado culpado e teria de avançar compensações financeiras, destinadas à reposição do frumento subtraído e/ou à reparação da embarcação. Como B. Sirks asseriu, esta averiguação minuciosa encontrava justificação no facto de que tanto uma alegação de *uis maior*, como o recurso ao prazo de dois anos para a rendição das *securitates* terem sido utilizados para ocultar actividades fraudulentas. De facto, por vezes o frumento fiscal não teria sido perdido ou alijado. Na verdade, teria sido vendido algures, a preço elevado, para benefício próprio, tendo sido depois reposto por cereal comprado a preço inferior.³⁶⁴

Como se viu, o grosso da navegação estava suspensa durante os meses invernais. E o *munus nauculariorum* não compreendia qualquer espécie de transportação anonária durante esse período. Porém, em casos excepcionais os *naucularii* podiam ser compeli-dos a transportarem géneros fiscais durante o período de *mare clausum*. Para isso, a administração anonária valia-se da imposição de *angaria*. E conhece-se um caso de *angaria* invernal, ocorrido no Inverno de 409/410. Efectivamente, após ter suportado as provações simultâneas de assédio e carestia frumentária, no Inverno de 408/409,³⁶⁵ em 409 a população de Roma foi sitiada novamente pelos exércitos chefiados por Alarico.³⁶⁶ Tal como

³⁶⁰ SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 156; TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, pp. 38-39.

³⁶¹ *COD. THEOD.* 13.5.37 (412).

³⁶² *COD. THEOD.* 13.5.34 (410).

³⁶³ *COD. THEOD.* 13.5.38 (414).

³⁶⁴ Cf. SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 157-159.

³⁶⁵ Vide, *infra*, p. 109.

³⁶⁶ Cf. HEATHER, P. J., *Op. cit.*, pp. 209-300.

fizera no ano precedente, este bloqueou a artéria que mantinha a cidade eterna provida. É muito improvável que os carregamentos frumentários que conseguiram chegar à Urbe antes do início do bloqueio tenham sido suficientes para restituírem robustez aos celeiros, que estavam vazios, por via do assédio anterior. E certamente não possibilitaram a acumulação de provisões para manter nutrido tamanho aglomerado urbano durante os meses inverniais, continuamente até à reabertura dos mares, nos meses primaveris. Instaladas a carestia e a fome, a situação tornou-se crítica. E conquanto o cerco tenha sido levantado no final do ano, a navegação encontrava-se já suspensa.³⁶⁷ Havia que se aguardar pela reabertura dos mares. Mas como a gravidade da situação ditasse que tal não era possível, a administração anonária impôs extraordinariamente o *munus angariae* sobre os *naucularii*. Nesta senda, em pleno Inverno, estes foram compelidos a dirigirem-se à ilha da Sardenha, a fim de embarcarem *frumenta fiscalia* e a transportarem-nos para os *horrea* de Roma, de molde a aliviar minimamente a população da Urbe.³⁶⁸

³⁶⁷ Cf. BLOCKLEY, R. C., *Op. cit.*, p. 126; HEATHER, P. J., *Op. cit.*, p. 300.

³⁶⁸ PAUL. NOL. *Epist.* 49.1. Para este evento, vide também SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 240-241. A excepcionalidade desta medida reflecte-se ainda no âmbito do direito; onde foi previsto que os *naucularii* que fossem compelidos a navegar durante o Inverno deveriam receber uma remuneração particular, equivalente talvez a 1% da carga transportada; cf. Idem, *Ibidem*, p. 155.

O CANON FRUMENTARIUS VRBIS ROMAE: DE PORTVS VTERQVE AO EMPÓRIO

5.1 *Portus Vterque*

No capítulo anterior vimos que o aporte do *canon urbis Romae* ao complexo portuário ostiense estava condicionado a um período de tempo relativamente breve, compreendido entre os meses de Abril e Outubro. O transporte do mesmo encontrava-se a cargo do *corpus* de *naicularii africani*, congregado em Cartago e dependente desde o início do século IV da autoridade do prefeito da *annona* de África. Neste capítulo, será objectivo perscrutar o percurso do cânone frumentário, desde o momento em que arribava às docas de *Portus Vterque*, na foz do rio Tibre, continuamente até ao Empório, na Urbe (i. e., no momento em que transitava da esfera de competências da administração anonária provincial para a da administração anonária municipal). Em relação estreita com este objectivo, analisaremos: as instalações portuárias; o labor das várias corporações envolvidas; a missão dos diversos oficiais anonários; e as estruturas de armazenamento existentes para acomodar, guardar e conservar os *frumenta fiscalia*.

Na embocadura do rio Tibre, existiam três portos. Um deles, *Portus Vterque*, era um complexo enorme, formado, na verdade, por dois portos. O outro, Óstia, servira Roma desde o período republicano. Porém, ao tempo do Império tardio o seu índice de utilização declinara e a barra veio mesmo a assorear.³⁶⁹ Assim, o complexo portuário ostiense, i. e., *Portus Vterque*, constituiu o ponto de destino dos *naicularii afri*.

A sua origem remonta ao ano 42, quando o *princeps* Cláudio pôs em marcha o projecto de construir uma nova instalação portuária, três quilómetros acima da foz do rio Tibre.³⁷⁰ Segundo G. Rickman, não é improvável que tivesse existido uma baía de pequenas dimensões nesse local. De qualquer modo, os trabalhos produziram um porto de dimensões ingentes, formado por uma bacia de aproximadamente 81 ha, cingida por dois braços.³⁷¹ A barreira direita, que corria mais ou menos ao longo do litoral, foi equipada

³⁶⁹ RUT. NAM. 1.179-182; LANÇON, B., *Op. cit.*, p. 23; MEIGGS, R., *Roman Ostia*, 2ª edição, Oxford, Clarendon Press, 1977, pp. 83-99.

³⁷⁰ D. C. 60.11.1-5; SUET. *Cl.* 20.3. MEIGGS, R., *Op. cit.*, p. 55.

³⁷¹ Cf. RICKMAN, *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 18.

com um renque de docas, atrás das quais corria paralelamente uma fila de armazéns. A barreira esquerda dividia-se em duas partes: a primeira projectava-se no mar, paralelamente à barreira direita; a segunda era um quebra-mar de pedra, que corria na direcção da barreira direita. O espaço compreendido entre a extremidade desta e o término daquele media ca. 200 m e formava o acesso à bacia, onde existiria um farol, erigido sobre uma ilha artificial, que tinha como alicerce um navio propositadamente afundado, que fora utilizado para transportar um obelisco para o Circo de Calígula, localizado na colina do Vaticano.³⁷² Um conjunto de canais, escavados no solo, colocaram o porto em comunicação com o rio Tibre e formaram uma segunda foz, artificial.³⁷³ No 62 encontrava-se já em uso, sob o nome de ‘*portus Augusti Ostiensis*’.³⁷⁴

Poucos decénios mais tarde, o *princeps* Trajano (98-117) determinou a construção de uma nova instalação portuária, denominada *portus Traiani felicitis*, apensa a *portus Augusti*. A nova bacia foi totalmente escavada no leito rochoso, sobre os canais que ligavam o porto de Cláudio ao rio. O acesso à mesma efectuava-se através de *portus Augusti*.³⁷⁵ De forma hexagonal, media aproximadamente 33 ha. Cada aresta do hexágono media ca. 335 m e era integralmente bordada por docas de 5,4 m de largura, atrás das quais foram edificadas duas filas contíguas e tergiversadas de *horrea*. Embora os trabalhos arqueológicos relativos a estas estruturas ainda se encontrem em fase incipiente, é possível obter uma noção da sua constituição e organização mediante o exame do maior *horreum* de *portus Traiani*. Localizado a norte do canal que ligava *portus Augusti* à bacia hexagonal, foi construído em forma de ferradura, aberta a sul. Três conjuntos de compartimentos constituíam os três lados da estrutura. A dimensão destes não era uniforme. Com efeito, se o aglomerado oriental possuía ca. 108 m de comprimento, o conjunto norte estendia-se por ca. 186 m, enquanto o ocidental media ca. 65 m. Os compartimentos individuais não abriam directamente para o pátio central, abraçado pelos três lados do *horreum*. Na verdade, entre os mesmos e o recinto foi entreposto um corredor, de ca. 5,4 m de largura, iluminado por meio de janelas. O propósito consistiu em duplicar a segurança. De facto, para aceder às provisões era necessário transpor primeiro as portas exteriores, que davam

³⁷² Para a forma e estrutura de *portus Augusti Ostiensis*, vide CASSON, L., “Harbour and river boats of ancient Rome”, *The Journal of Roman Studies*, volume 55, n.º 1/2, partes 1 e 2, London, 1965, p. 34; ZEVI, F., “Histoire et topographie des ports de Rome”, *Pallas. Revue interuniversitaire d'études antiques*, n.º 55, Toulouse, 2001, p. 279. Para uma discussão acerca da localização do farol, vide MEIGGS, R., *Op. cit.*, pp. 154-157; na p. 155 o investigador considerou que o acesso à bacia mediria antes 120 m.

³⁷³ Cf. RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 18.

³⁷⁴ Cf. MEIGGS, R., *Op. cit.*, pp. 55-56.

³⁷⁵ Vide CASSON, L., “Harbour and river boats of ancient Rome”, *The Journal of Roman Studies [...]*, pp. 33-34; MEIGGS, R., *Op. cit.*, p. 151; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 18.

acesso ao corredor. E, depois, para aceder ao conteúdo depositado em cada compartimento, havia que se transpor a porta de entrada para os mesmos. Este sistema parece ter sido aplicado nos vários *horrea* de *portus Traiani*. O tamanho dos compartimentos variava entre os diversos *horrea*. Na estrutura em análise, as divisões do lado oriental eram maiores do que as restantes. Medindo 17x5 m, possuíam ca. 3,10 m de altura e o tecto era formado por uma abóbada de aresta. Cada divisão comunicava com o corredor por meio de uma entrada arqueada. Na parede do fundo foram rasgadas duas janelas, altas e delgadas, que, vistas do exterior, se assemelhavam a duas fendas, posicionadas entre os contrafortes que reforçavam as paredes do armazém. Este *horreum* possuía ainda um piso superior. É verosímil que fosse utilizado igualmente para armazenamento das provisões, hipótese sugerida pelo facto de comunicar com o piso térreo através de rampas. Efectivamente, nos celeiros estas substituíam as escadarias, pois facilitavam a subida com cargas pesadas; e como veremos, o cereal fiscal era movido justamente em sacas, de peso assaz considerável. Por último, toda a estrutura foi construída em tijolo e *caementa* compostos por tufo, mármore, cerâmica e sílex. Assim, combinados, *portus Augusti* e *portus Traiani felicitis* formaram um grande complexo portuário, que foi denominado ‘*Portus Vterque*’, ou simplesmente ‘*Portus*’. A comunicação com o rio Tibre foi assegurada por meio de um canal, aberto na rocha, apelidado ‘*fossa Traiana*’.³⁷⁶

Os navios entravam em *portus Augusti* com as velas desfraldadas.³⁷⁷ No interior da bacia, recolhiam-nas e ligavam-se por meio de toas a embarcações menores, para que fossem conduzidos até aos cais. Se progredissem para a bacia de *portus Traiani*, os acessos relativamente estreitos e angulosos impunham que também fossem rebocados durante todo o trajecto.³⁷⁸

Na margem das docas, os estivadores anonários aguardavam pelo atraque dos navios e pelo lançamento das pranchas. Reconhecidos como ‘*saccarii*’ nas fontes jurídicas, integravam uma corporação: o *corpus saccariorum*.³⁷⁹ Segundo os textos legais e as representações artísticas, a sua missão passou justamente por descarregar o cereal fiscal em *saccae/sacci* e transportá-lo para o interior dos *horrea* portuários.³⁸⁰ Como B. Sirks notou,

³⁷⁶ Acerca de *portus Traiani felicitis*, vide MEIGGS, R., *Op. cit.*, pp. 162-163; na p. 162, o historiador reputou que cada aresta da bacia hexagonal mediria antes 357 m; RICKMAN, G., *Roman granaries and store buildings [...]*, pp. 124, 126, 129-130; Idem, *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 18.

³⁷⁷ AMM. 19.10.4.

³⁷⁸ CASSON, L., “Harbour and river boats of ancient Rome”, *The Journal of Roman Studies [...]*, pp. 34-36; TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 49.

³⁷⁹ COD. THEOD. 14.22.1 (364).

³⁸⁰ DIG. 18.1.40.3, para o cereal ensacado; COD. THEOD. 14.4.9 (417); 14.23.1 (400), para os armazéns portuários, denominados ‘*condita/horrea Portuensia*’; CASSON, L., “Harbour and river boats of ancient

a sua presença atesta-se em diversos pontos do Império³⁸¹ e J. P. Waltzing apontou outros locais onde estão atestados pelo nome grego da sua profissão.³⁸² Contudo, foram reunidos numa corporação somente em Stobreč (*Epetium*, em período romano), na actual Croácia, e em *Portus Vterque*. Esta última desempenhava um papel nuclear no contexto do aprovisionamento cerealífero de Roma, porquanto dos seus integrantes dependia o manuseio quotidiano do *canon urbanus*.³⁸³

Ao lado dos *saccarii corporis* existiam *saccarii* privados; mas em 364, os *augusti* Valentiniano I e Valente concederam àqueles o monopólio de descarga de todas as cargas privadas que chegassem a *Portus*. Isso significava, primeiro, que os mesmos possuiriam uma fonte de rendimentos estável e segura. E sobretudo, estimulava os estivadores privados a ingressarem na corporação; facto que, na prática, certificava os imperadores de que o número de *saccarii corporis* seria mantido em níveis adequados.³⁸⁴ E esta era uma necessidade de primeiro plano. Na verdade, devido às condições de navegação no mar Mediterrâneo, o *canon urbis Romae* era transferível das províncias cerealíferas para *Portus* num período de tempo relativamente breve. Segue-se que os meses estios testemunhavam a afluência ininterrupta dos navios transportadores do frumento fiscal. Nesta esteira, todo o cânone tinha de ser descarregado para as docas em sacas individuais, transportado para os armazéns e acondicionado nos diversos compartimentos prontamente. O volume de trabalho era ingente. De facto, um fresco datado dos séculos II/III revela que cada *saccarius* carregava uma saca sobre os ombros.³⁸⁵ Ora, segundo L. Casson, um navio de 10.000 módios de capacidade produziria uma carga equivalente a 1500 sacas de cereal, cada uma pesando aproximadamente 45 kg.³⁸⁶ Se o *canon frumentarius* de Roma se tivesse computado, de facto, em ca. 27.000.000 módios até ao final do século IV, o *corpus saccariorum* teria tido de manusear 4.080.000 sacas entre Abril e Outubro, aproximadamente.

Rome”, *The Journal of Roman Studies* [...], painel 2, imagem 2, para o processo de descarga das sacas de cereal pelos *saccarii*.

³⁸¹ Cf. SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure* [...], p. 257.

³⁸² Cf. WALTZING, J.-P., *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les Romains. Depuis les origines jusqu’à la chute de l’Empire d’Occident*, tomo 2, Louvain, Charles Peeters, 1896, p. 155.

³⁸³ Cf. SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure* [...], p. 257.

³⁸⁴ COD. THEOD. 14.22.1 (364); SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure* [...], pp. 257-258.

³⁸⁵ Para o fresco, vide CASSON, L., “Harbour and river boats of ancient Rome”, *The Journal of Roman Studies* [...], painel 2, imagem 2; TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, painéis 4 e 5.

³⁸⁶ CASSON, L., “Harbour and river boats of ancient Rome”, *The Journal of Roman Studies* [...], p. 31, utiliza um navio de 50.000 módios de capacidade como referência. Reduzimos a escala, para estar de acordo com a provável capacidade dos navios tardo-antigos. O número de sacas computadas por RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome* [...], p. 20, para um total de 40.000.000 módios de cereal, concilia-se plenamente com os cálculos de L. Casson.

Os *frumenta fiscalia* não eram somente descarregados e armazenados. Na verdade, eram medidos *pari passu* pela corporação de *mentores Portuenses*, documentados na epigrafia e nos textos jurídicos.³⁸⁷ Como E. Tengström referiu, é incerto se mediriam o cereal a bordo dos navios, antes do descarregamento, ou se os *saccarii* trariam primeiro os sacos para as docas, para que fosse depois mensurado.³⁸⁸ Contudo, parece provável que ambos os métodos tenham coexistido. Com efeito, a segunda hipótese encontra-se documentada num mosaico da Aula dei Mentores, em Óstia. Na cena, um *mentor* posiciona-se junto de um recipiente trípode (*modius*), completamente cingido no seu perímetro por uma asa circular. O recipiente parece ter possuído uma medida pré-estabelecida e era cheio com o cereal trazido pelos estivadores. Aproximando-se do lado esquerdo, um *saccarius* carrega uma saca com frumento, presumivelmente para concluir o enchimento do *modius*, que se parece achar já perto da sua capacidade máxima. A chegada do estivador parece indicar que o processo documentado na pintura decorreu na doca.³⁸⁹ Já a primeira hipótese pode achar sustento nalgumas fontes jurídicas. Com efeito, um caso documentado na *Digesta* sugere que o cereal era depositado e transportado a granel, no porão dos navios.³⁹⁰ Nesta senda, visto que o *modius* possuía uma asa, podia ser transportado sobre a prancha para bordo do navio. Deste modo, o cereal fiscal seria retirado do porão, despejado directamente no recipiente e medido;³⁹¹ seguidamente, era ensacado no convés e trasfegado sem interrupções para os armazéns. Isso pouparia tempo, algo que escasseava nos meses estios, quando as embarcações anonárias confluíam na sua totalidade para o complexo portuário ostiense. Não obstante, se nalgumas dessas embarcações o cereal chegasse já ensacado, o método empregue deve ter sido aquele que se acha documentado no mosaico da Aula dei Mentores.³⁹²

³⁸⁷ CIL. 6.1759; COD. THEOD. 14.4.9 (417); SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 261-264; TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 50.

³⁸⁸ Cf. TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 50

³⁸⁹ Para mosaico achado na Aula dei Mentores, em Óstia, e respectiva leitura, vide SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 260; TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 50, com painel 4.

³⁹⁰ DIG. 19.2.31.

³⁹¹ Esta é também a opinião de CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 306.

³⁹² Os investigadores L. Casson e G. Rickman consideraram que tanto o transporte em sacas, como a granel, deveriam ser utilizados, variando consoante as circunstâncias. Independentemente do modo como era transportado, o cereal não era depositado na zona das sentinas, mas nos pisos superiores do porão. Vide CASSON, L., *Ships and seamanship in the ancient world [...]*, pp. 177, 200; RICKMAN, G., “The grain trade under the Roman Empire”, *Memoirs [...]*, pp. 265-266.

Todo o processo de mensuração decorria invariavelmente antes da consignaço dos *frumenta fiscalia* aos *horrea Portuensia*.³⁹³ Pois, como vimos, havia que verificar se a quantidade e qualidade das provisões desembarcadas correspondiam às que estavam declaradas nos documentos portados pelo oficial do navio, a fim de que fossem obviados possíveis intentos fraudulentos. Se tudo estivesse em conformidade com os preceitos legais, os oficiais anonários emitiam um comprovativo de recebimento do ónus fiscal, denominado ‘*securitas*’, que tinha de ser entregue pelos armadores no mesmo porto onde tinham embarcado os *frumenta fiscalia*.³⁹⁴ É provável que a administração anonária de Roma também tenha destacado funcionários para supervisionarem as operações de medição. Isso foi sugerido por E. Tengström, a partir do exame do mosaico da Aula dei Mensores. Segundo o investigador sueco, a figura representada no lado direito, junto do *men-sor frumentarius*, pode ter-se tratado justamente de um funcionário da *annona*.³⁹⁵

A supervisão do processo de chegada das embarcações dos *naucularii corporis* e do labor das corporações portuárias dependia integralmente de oficiais anonários de alta hierarquia. Durante o século III, existiu um *procurator portus utriusque*, mas desapareceu durante as décadas intermédias dessa centúria, estando atestado pela última vez no ano 247.³⁹⁶ Nesta esteira, o imperador Constantino dotou o complexo portuário ostiense de uma nova administração. Com efeito, instituiu um oficial orientado para a supervisão das bacias, das barreiras e do farol: o *consularis molium, fari atque purgaturae*. Entretanto, foi confiada à prefeitura da *annona* de Roma a tarefa de dirigir os trabalhos de reparação e manutenção das instalações portuárias, cuja primeira intervenção se atesta entre os anos 340-350. Ao mesmo tempo, o vicário de Roma, por vezes colocado sob a autoridade do prefeito urbano, outras sob a do prefeito do pretório de Itália e África, geria os assuntos concernentes ao atraque dos navios e à descarga do *onus fiscale*.³⁹⁷ Mas após 357, o *augustus* Constâncio II outorgou a *Portus Vterque* um novo oficial: o *comes Portuum*. Que não só tomou as funções do vicário e do *consularis*, como também os substituiu. Não é inverosímil que tenha sido colocado sob a autoridade da prefeitura urbana logo aquando da sua criação; a primeira prova dessa relação de subordinação data do ano 365.³⁹⁸

³⁹³ Efectivamente, os armazéns de *Portus Vterque* eram denominados ‘*condita/horrea Portuensia*’. Para esta denominação, vide, supra, p. 97, nota 380.

³⁹⁴ Para este assunto, vide, supra, pp. 50, 90.

³⁹⁵ Cf. TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 50, com painel 4.

³⁹⁶ CIL.14.170; CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 50.

³⁹⁷ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 50.

³⁹⁸ COD. THEOD. 14.6.3 (365). Vide CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, pp. 41, 50-51, 181.

5.2 A trasfega por sobre o rio Tibre

No ponto anterior analisámos as instalações de *Portus Vterque* e os trabalhos executados pelas corporações que aí laboravam. Nesta esteira, percebemos que durante os meses estios as docas de *Portus* eram palco de um período de actividade bastante intensa. Com efeito, durante esse segmento temporal procurava-se acumular provisões frumentárias suficientes para manter nutrida a população de Roma durante os meses invernais, continuamente até à Primavera. Todavia, o trabalho não findava com a consignação do *canon frumentarius urbis Romae* aos *condita Portuensia*.

Na verdade, após ter sido consignado aos armazéns portuários, o cânone tinha de ser trasfegado para os *horrea* da cidade de Roma. Conquanto *Portus Vterque* estivesse ligado à Urbe por meio de duas vias – a *uia Portuensis* e a *uia Ostiensis* –, era através do curso fluvial, i. e., do rio Tibre, que essa operação era concretizada. Na verdade, a dificuldade e o custo proibitivo do transporte terrestre fizeram com que o flúmen desempenhasse desde cedo um papel fundamental no contexto do aprovisionamento da cidade.³⁹⁹ E esse facto foi verificado pelas autoridades antigas. Com efeito, Estrabão comentou o facto de Roma receber todos os víveres e matérias-primas de que necessitava através do rio.⁴⁰⁰ Já Cícero elogiou Rómulo por ter fundado a cidade à beira do flúmen e próxima do mar, porquanto desse modo podia importar facilmente tudo aquilo de que necessitava por via fluvial.⁴⁰¹ Por seu turno, Tito Lívio colocou Camilo afirmando diante do Senado que, por meio do rio Tibre, afluíam à cidade toda a espécie de bens e víveres, provenientes tanto das terras itálicas, como de além-mar.⁴⁰² E já no século V, Rútlio Namaciano louvou os méritos do flúmen, sobre cujas águas continuavam a ser levados até Roma os produtos de todo Império.⁴⁰³ A transportação por sobre o rio Tibre era possibilitada pelo facto de que o mesmo oferecia condições favoráveis à navegação durante todo o ano. Efectivamente, numa obra consagrada à perscrutação do flúmen, J. le Gall sumariou a

³⁹⁹ Acerca deste assunto, vide RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome* [...], 13-20; TUCK, S. L., “The Tiber and river transport”, *The Cambridge companion to ancient Rome* [...], p. 230.

⁴⁰⁰ STR. 5.3.7.

⁴⁰¹ CIC. *Rep.* 2.3-5.

⁴⁰² LIV. 5.54.4.

⁴⁰³ RUT. NAM. 1.151-154.

navigabilidade do mesmo do seguinte modo: “Une abondance toujours suffisante, rarement exagérée, et d’ailleurs dans des proportions toujours faibles, n’est-ce pas presque l’idéal pour un cours d’eau utilisé par l’homme?”.⁴⁰⁴

A trasfega dos *frumenta fiscalia* por sobre os ca. 35 km de via fluvial que separavam *Portus* de Roma era efectuada mormente nos meses inverniais.⁴⁰⁵ Não obstante, como veremos, essa operação principiava logo no Verão, quando o complexo portuário fervilhava de actividade. Para garantir que o curso fluvial era mantido em condições óptimas para a navegação, existia um oficialato particular, cujo titular era denominado ‘*comes/curator riparum et alvei Tiberis et cloacarum*’. A sua instituição remonta ao ano 15 e foi efectuada na sequência de uma cheia, que devastou os quarteirões baixos da cidade.⁴⁰⁶ Embora inicialmente fosse um oficialato colegial, detido simultaneamente por cinco titulares, ao final do século II tornara-se já num oficialato preenchido por um único funcionário, proveniente da ordem senatorial, normalmente um antigo cônsul, verosimilmente escolhido pelo imperador.⁴⁰⁷

Ao tempo do Império tardio, as suas tarefas perpassavam, *inter alia*, por: garantir que as ribas eram mantidas em bom estado; velar pelo correcto funcionamento da rede de esgotos, que convergia na *cloca maxima*, para que as águas residuais e a pluviosidade excessiva fossem devidamente escoadas das regiões baixas da cidade; tentar conservar o caudal do rio em níveis não excessivamente elevados durante o Inverno e não demasiado baixos no Verão, de modo a que o volume fosse sempre tão constante quanto possível; e remover quaisquer detritos caídos à água, quer por acção natural, quer humana, a fim de que não obstruíssem a navegação.⁴⁰⁸ Para executar estas e outras tarefas, dispunha de uma equipa de operários. E à semelhança de outros oficiais, é verosímil que operasse a partir de Roma, onde tinha a sua sede: a *statio alvei Tiberis et cloacarum urbis*.⁴⁰⁹ Enfim, como a sua missão concernisse ao correcto aprovisionamento cerealífero de Roma, em 364 encontrava-se já sob a autoridade da prefeitura urbana.⁴¹⁰

⁴⁰⁴ LE GALL, J., *Le Tibre. Fleuve de Rome dans l'Antiquité*, Paris, Presses Universitaires de France, 1953, p. 17.

⁴⁰⁵ Em relação à distância entre *Portus Vterque* e Roma, vide Idem, *Ibidem*, p. 256; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 19; TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 59.

⁴⁰⁶ D. C. 57.14.7-8; TAC. *Ann.* 1.76; LE GALL, J., *Op. cit.*, pp. 134-135.

⁴⁰⁷ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 146-148.

⁴⁰⁸ Acerca da missão do *comes/curator riparum et alvei Tiberis et cloacarum*, vide CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 46; CAMPBELL, J. B., *Rivers and the power of ancient Rome*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2012, pp. 319-320; LE GALL, J., *Op. cit.*, pp. 149-183, especialmente as pp. 175-180 e 311-312; TUCK, S. L., *Op. Cit.*, pp. 234-235.

⁴⁰⁹ Cf. LE GALL, J., *Op. cit.*, pp. 179, 182.

⁴¹⁰ Cf. CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, pp. 46-47.

Por vezes, os trabalhos de manutenção do rio Tibre eram ordenados pelos próprios *augusti*. Isso é verificável logo no princípio do período coberto pela presente dissertação. Com efeito, considerando o papel fundamental desempenhado pelo flúmen no âmbito do aprovisionamento cerealífero de Roma, Aureliano ordenou que as ribas fossem reerguidas e reforçadas e que os baixios e vaus fossem profundados.⁴¹¹ Por um lado, impunha-se que o leito possuísse profundidade suficiente, para que o trânsito das embarcações ao serviço da *annona* não fosse dificultado, principalmente nos meses estios.⁴¹² Por outro, as margens tinham de ser suficientemente sólidas e altas, não só para que as equipas de rebocadores pudessem repisar a terra, enquanto puxavam as embarcações fluviais rio acima, mas também para que as amarras não tocassem nas águas.⁴¹³

Como decorreria então o processo de reboque? Qual seria a tipologia dos navios utilizados para transportar o frumento fiscal? Que indivíduos seriam responsáveis pelos mesmos? E qual seria a aparência do processo de embarque do cânone frumentário? Começando pela última questão, percebemos que *Portus Vterque* comunicava com o rio Tibre mediante a *fossa Traiana*, escavada artificialmente no leito rochoso.⁴¹⁴ Nesta senda, os capitães das embarcações fluviais deveriam começar por se dirigirem às docas de *portus Augusti* ou, mais verosimilmente, de *portus Traiani*. Onde aguardavam pela emissão dos *frumenta fiscalia* dos armazéns portuários. É provável que o cereal tenha sido mensurado novamente antes de ser embarcado. Tal é sugerido por um rescrito imperial, endereçado no ano 400 ao prefeito do pretório de Itália e África. No texto, os imperadores Arcádio e Honório ordenaram aos patronos dos *horrea Portuensia* que se certificassem de que os registos das *erogationes* concernentes a anos anteriores não fossem inseridos nos registos das novas consignações. Pois parece que havia algum tempo que os registos de ambos os actos tendiam a ser misturados, talvez por certos funcionários anónimos, com o objectivo de encobrirem roubos de cereais pertencentes ao cânone frumentário.⁴¹⁵ A existência de registos das *erogationes* parece ser prova de que o cereal fiscal era sujeito a um novo processo de mensuração, após ter deixado os *condita Portuensia* e antes de ser

⁴¹¹ HIST. AUG. *Aurelian.* 47.3.

⁴¹² Para o trânsito das embarcações fluviais, vide, *infra*, pp. 106-107.

⁴¹³ Acerca do reboque das embarcações ao longo dos ca. 35 km que separavam o complexo portuário ostiense de Roma, vide, *infra*, pp. 104-105.

⁴¹⁴ Vide, *supra*, p. 97.

⁴¹⁵ COD. THEOD. 14.23.1 (400). TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 55.

depositado nas embarcações fluviais. A transferência das *saccae* para bordo era concretizada pelos integrantes do *corpus saccariorum*.⁴¹⁶

A construção e capitania das embarcações fluviais achava-se a cargo do *corpus caudicariorum*. As fontes atribuíram a denominação de ‘*caudicarii*’ aos membros desta corporação, provavelmente a partir do nome das embarcações que pilotavam, apelidadas ‘*naues caudicariae*’.⁴¹⁷ Estas não eram propriamente batéis, mas autênticos navios fluviais. De dimensões menores do que os navios dos *naicularii afri*, eram maiores do que a maioria dos batéis que transcurtavam as águas do rio Tibre. Possuíam também uma forma e elementos únicos, que as distinguiam das restantes embarcações. Com efeito, compreendiam um casco redondo e uma proa e uma popa abobadadas, que outorgavam a fundura necessária ao porão, onde podiam ser acomodados, por exemplo, volumes consideráveis de cereal. Estavam equipadas também com um mastro posicionado adiante do centro do convés, que desempenhava um papel importante durante o reboque da embarcação.⁴¹⁸

É possível que as *naues caudicariae* da corporação operassem principalmente no trajecto compreendido entre *Portus Vterque* e *pons Sublicius*, a primeira ponte da cidade de Roma.⁴¹⁹ Como decorreria então o processo de translação do cânone frumentário ao longo dos ca. 35 km que separavam *Portus* da *Vrbs*? Como navegassem no sentido contrário ao da corrente e tivessem de lidar com um percurso sinuoso, estreito em alguns pontos, as *naues caudicariae* confiavam primeiramente na força de tracção outorgada por equipas de rebocadores.⁴²⁰ Para o período do alto Império, um epigrama de M. Valério Marcial indica que estas eram compostas por homens.⁴²¹ Já no século VI, Procópio referiu que eram formadas por juntas de bois.⁴²² Nesta senda, J. Le Gall apresentou uma hipótese compartimentada. Segundo a mesma, o reboque seria feito inicialmente por homens, que, a certa altura, teriam sido substituídos por bois.⁴²³ E. Tengström expressou dúvidas em relação a esta proposição⁴²⁴ e L. Casson considerou tal compartimentação inverosímil e pouco operativa. Na verdade, como este investigador demonstrou, é muito provável que os métodos tenham coexistido. Nesta senda, as embarcações menores seriam puxadas por

⁴¹⁶ Cf. CASSON, L., “Harbour and river boats of ancient Rome”, *The Journal of Roman Studies* [...], p. 36, com painel 2, figura 2.

⁴¹⁷ Cf. SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure* [...], p. 272.

⁴¹⁸ Vide CASSON, L., “Harbour and river boats of ancient Rome”, *The Journal of Roman Studies* [...], p. 36, com painel 2, figuras 2 e 3; painel 3, figura 1; painel 4, figura 1; painel 5, figura 1.

⁴¹⁹ Isso é sugerido por uma inscrição: *CIL. 14.185*. Para a hipótese, vide TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 55.

⁴²⁰ PROCOP. *Goth.* 1.26.11; CAMPBELL, J. B., *Op. cit.*, pp. 316-317.

⁴²¹ MART. 4.64.18-24.

⁴²² PROCOP. *Goth.* 1.26.11-13.

⁴²³ Cf. LE GALL, J., *Op. cit.*, pp. 257, 325-326.

⁴²⁴ Cf. E. TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 59.

homens, enquanto o arrasto das maiores era confiado à força de tracção dos bois. De resto, este método está atestado para os séculos posteriores.⁴²⁵

Para que as equipas de rebocadores pudessem puxar as *naues caudicariae*, eram atadas amarras ao mastro, colocado propositadamente adiante do centro de gravidade do navio, pormenor que impedia simultaneamente que as amarras roçassem nas margens do flúmen e que tocassem na água.⁴²⁶ Não obstante, examinando um conjunto diverso de fontes, L. Casson notou que algumas representações artísticas e certos relevos retratam cunhas, inseridas nos mastros. Isso significa que *naues caudicariae* eram equipáveis com velas; que sob certas circunstâncias podiam ser desfraldadas durante a subida do rio Tibre, para que outorgassem propulsão adicional. Além disso, algumas destas embarcações, possivelmente as maiores, também estavam equipadas com cabrestantes. Para que serviria esta peça? Segundo o investigador francês, era possível atar uma toa ao cabrestante, sendo que a outra extremidade era amarrada a um objecto firme e sólido, situado nas ribas. Depois, a rotação do cabrestante, feita por equipas de homens, recolhia lentamente toa e a *navis* era movida paulatinamente na direcção do objecto ao qual havia sido ligada. Deste modo, o auxílio mecânico desta peça, combinado com a acção das equipas de homens e/ou bovinos operantes nas margens, bem como com a propulsão ocasional das velas, permitia que a embarcação subisse paulatinamente o rio.⁴²⁷ E segundo Filóstrato, ao fim de três dias as *naues caudicariae* arribavam a Roma.⁴²⁸

Como eram sobretudo os *mensores* e os *caudicarii* que contactavam com o cânone frumentário durante esta etapa, não raro parecem ter aproveitado o ensejo para roubarem porções do mesmo, aparentemente com o consentimento dos respectivos patronos. Assim, uma regulação do ano 417 determinou que uma corporação, talvez o *corpus pistorum*, deveria eleger um dos seus patronos, o qual teria por missão não só vigiar os *frumenta fiscalia* depositados nos *condita Portuensia*, mas também enviar uma amostra aos seus *collegae*, para que desse modo pudessem verificar se a qualidade do cereal recebido correspondia à do cereal que fora expedido.⁴²⁹ O texto contido numa inscrição na base de uma estátua, em Roma, revela que, no ano 389, actividades daquela espécie originaram

⁴²⁵ Cf. CASSON, L., “Harbour and river boats of ancient Rome”, *The Journal of Roman Studies* [...], pp. 38-39.

⁴²⁶ Cf. CASSON, L., “Harbour and river boats of ancient Rome”, *The Journal of Roman Studies* [...], pp. 36-38.

⁴²⁷ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 37-38; painel 2, figura 3; painel 3, figura 1; painel 4, figuras 1 e 2; painel 5, figura 1; Idem, *Ships and seamanship in the ancient world* [...], pp. 332-333.

⁴²⁸ PHILOSTR. VA. 7.16.1.

⁴²⁹ COD. THEOD. 14.4.9 (417). Para a interpretação desta regulação e para a hipótese de o patrono eleito ter pertencido ao *corpus pistorum*, vide TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, pp. 74-75.

mesmo uma disputa legal entre os *corpora de mensores* e de *caudicarii*. Aparentemente, verificou-se que existia um défice no cereal guardado nos celeiros. Um dos partidos atribuiu a culpa desse défice a um roubo, perpetrado pelo outro partido, na ocasião do seu turno de vigiar os *horrea*. A contenda foi resolvida pelo prefeito da *annona* de Roma R. Vicêncio Celso, mediante uma decisão favorável a ambas as partes.⁴³⁰

Parece que o *corpus caudicariorum* nem sempre conseguiu lidar com a tarefa de trasfega das provisões fiscais. Isso tem sido sugerido por vários historiadores, a partir de uma inscrição datada do princípio do ano 400, onde se indica que os *caudicarii* foram adjuvados pela corporação de pescadores de Roma na transportação dos víveres para a Urbe.⁴³¹ O mesmo ressurge numa lei promulgada no ano 364, que determinou que todos aqueles que possuíssem embarcações deveriam auxiliar os *caudicarii* no transporte das provisões para Roma.⁴³² Conquanto não seja claro qual seria a amplitude temporal desta medida, o facto de a constituição ter sido endereçada ao responsável máximo pelos serviços municipais de Roma – o prefeito urbano - e ter sido implementada no princípio do mês de Outubro parece autorizar a formulação da seguinte hipótese: nesse ano, por algum motivo, os *caudicarii* não conseguiram escoar uma parcela do *canon frumentarius* para os celeiros de Roma com a diligência habitual. Isso significava que os *horrea Portuensia* estariam cheios ou prestes a atingir a capacidade máxima. E atendendo ao facto de que a lei foi promulgada no dia 8 de Outubro, é possível que a última prestação do cânone frumentário ainda estivesse para chegar. Consequentemente, importava agilizar a transferência das provisões para a Urbe, a fim de libertar espaço para os últimos carregamentos do ano. Se isso não fosse conseguido, os *naucularii* teriam de aguardar nas bacias portuárias. E como a época de navegação se encontrasse perto do seu término, a espera poderia impedir que retornassem nesse ano aos portos norte-africanos. Assim, sob pena de que todo o processo sofresse atrasos no ano seguinte, a administração anonária pode ter decidido compelir todos os possidentes de alguma embarcação a colaborar no processo de trasfega fluvial dos *frumenta fiscalia*.⁴³³

A posse de uma noção relativa à escala deste processo também pode adjuvar à compreensão da medida tomada pela administração anonária. Efectivamente, segundo G.

⁴³⁰ CIL. 6.1759; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 264, 276 com nota 46, 283.

⁴³¹ Para a transcrição integral da inscrição, vide Idem, *Ibidem*, p. 277, nota 52. Vide também LE GALL, J., *Op. cit.*, pp. 319, com nota 1; TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 57.

⁴³² COD. THEOD. 14.21.1 (364).

⁴³³ Não obstante, o investigador E. Tengström aventou outras hipóteses; vide TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, pp. 57-58,

Rickman, a capacidade média de uma *navis caudicaria* parece ter-se computado em ca. 10.000 módios.⁴³⁴ Consequentemente, se o *canon frumentarius* se computasse de facto em ca. 27.000.000 módios, seriam necessários, no mínimo, 2700 carregamentos fluviais. A maior parte seria efectuada no decurso do ano, após a cessação da época de navegação. Porém, uma parte não menos considerável desse total tinha de ser concretizada logo nos meses estios, para que fosse libertado espaço nos *horrea Portuensia* para as últimas vagas de *frumenta fiscalia*. Importa relembrar que a subida do rio Tibre requeria provavelmente três dias; aos quais devem ser adicionadas as horas gastas no descarregamento das provisões e no retorno a *Portus*. Assim, se no ano 364 tivesse ocorrido algum atraso, por exemplo, devido a uma obstrução no curso do rio, ou ao facto de nesse Verão o caudal se ter achado em níveis inferiores ao usual,⁴³⁵ ou se o número de *naues caudicariae* não tivesse sido tão amplo como nos anos anteriores, a quantidade de carregamentos, combinada com o tempo gasto na ida, desembarque e regresso, teria comprometido o êxito atempado de toda a operação. Facto que pode ter levado a administração anonária a compelir todos os possidentes de embarcações a adjuvar na tarefa de trasfega fluvial.

⁴³⁴ Cf. RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 19; Idem, “The grain trade under the Roman Empire”, *Memoirs [...]*, p. 267.

⁴³⁵ Efectivamente, no Verão, o facto de o caudal se achar em níveis inferiores podia causar dificuldades na subida do rio Tibre. Cf. LE GALL, J., *Op. cit.*, p. 250.

5.3 O Empório

Após ca. três dias de viagem e 35 km percorridos, as *naues caudicariae* entravam no perímetro urbano de Roma. A arribada era efectuada num local muito particular da cidade: o *emporium*. Localizado junto do rio, nas franjas da região XIII, por trás do monte Aventino e a sul do *pons Sublicius*, a primeira ponte da cidade, o Empório era uma área extensa, afastada do centro da vida cívica e votada unicamente a assuntos comerciais e anónimos. A sua construção remonta ao século II a.C. Nesse período, a dilatação populacional de Roma e consequente recrudescimento das necessidades alimentares impuseram a criação de uma doca fluvial apta ao recebimento de víveres em larga escala. Assim, em 193 a.C., agindo de acordo com a sua missão de *curatores annonae*, os edis M. Emílio Lépidio e L. Emílio Paulo iniciaram a construção de um pórtico de grandes dimensões, no exterior da *porta Trigemina*, que recebeu o nome dos próprios: o *porticus Aemilia*.⁴³⁶ De forma rectangular, o pórtico media ca. 487x60 m e encontrava-se dividido em cinquenta naves, perpendiculares ao eixo da estrutura, que corria paralelo ao rio. Cada nave media 8,30 m de comprimento e era separada da seguinte por pilastras.⁴³⁷ Mas além do pórtico, os edis edificaram também um *emporium*.⁴³⁸ Que foi pavimentado com pedra e cingido com uma cercadura de madeira pelos censores Q. Fúlvio Flaco e A. Postúmio Albino, em 174 a.C. Estes também adicionaram degraus até ao curso fluvial e dirigiram trabalhos de restauração ao *porticus Aemilia*.⁴³⁹ Este conjunto de trabalhos parece ter sido o núcleo de uma actividade constructiva maior e Tito Lívio reporta que outros pórticos foram contruídos não longe, nos anos 192 e 179 a.C.⁴⁴⁰

Dotada Roma de um porto fluvial apto ao tratamento de latos volumes frumentários, a sede do oficial imediatamente responsável pelos mesmos foi edificada não longe desse espaço. Com efeito, como H. P. d'Escurac demonstrou, nas imediações do Empório veio a ser erigida a sede da prefeitura da *annona* de Roma. Localizada no *forum Boarium*, ao rés da actual basílica de Santa Maria in Cosmedin, a *Statio annonae* encontrava-se na vizinhança dos *horrea Galbana*. Em torno da *aula* da sede, repartiam-se os escritórios onde trabalhavam os membros do *officium annonarium*. Aí também se deviam encontrar

⁴³⁶ LIV. 35.10.11-12.

⁴³⁷ Para a forma e dimensões do *porticus Aemilia*, vide LE GALL, J., *Op. cit.*, pp. 100-103.

⁴³⁸ LIV. 35.10.11-12.

⁴³⁹ LIV. 41.27.8-9.

⁴⁴⁰ LIV. 35.41.10; 40.51.4-7.

a sala de audiências e o tribunal do prefeito. E de acordo com D. van Berchem, o *podium* descoberto adjunto à *aula*, sobre o qual veio a ser construída a basílica, pode ter sustido originalmente um templo consagrado a Ceres. Deste modo, as actividades frumentárias realizadas no Empório, combinadas com a proximidade da *Statio annonae*, com a presença da *aedis* de Ceres e com a visão das maiores estruturas de armazenamento da cidade (i. e., os *horrea Galbana*), concorreram para conferir traços únicos ao espaço portuário da cidade de Roma.⁴⁴¹

A importância do frumento depositado em *Portus Vterque* e o papel vital do rio Tibre enquanto artéria que irrigava cerealiferamente a população de Roma foi descoberta pelos exércitos godos chefiados por Alarico. Com efeito, no Inverno de 408/409, quando Roma foi sitiada pela primeira vez, este dividiu as suas tropas. Ao mesmo tempo que uma parte cercou as muralhas e bloqueou os portões da cidade, outra parte foi posicionada nas ribas do flúmen. Controlado dessa forma o fluxo de *naues caudicariae*, Alarico conseguiu estagnar a transportação do *canon frumentarius*. A carestia brotou em Roma. Segundo Zósimo, as provisões disponíveis foram racionadas, primeiro para metade e, depois, para um terço do consumo habitual. E quando foram exauridas, sobreveio a fome, seguida pela doença e pela morte. De tal forma, que a população se amotinou contra o responsável máximo pelo aprovisionamento da cidade, i. e., o prefeito urbano G. Bárbaro Pompeiano, que foi perseguido e massacrado no fórum.⁴⁴² Nesta esteira, foi enviada uma embaixada para discutir os termos de paz; e por meio do pagamento de uma quantia bastante considerável de ouro, prata e outros bens, o cerco foi levantado.⁴⁴³

Mas transcorrido pouco tempo, Alarico lançou novo cerco a Roma. Neste segundo assédio, destacou vários contingentes do seu exército directamente para a foz do rio Tibre, a fim de tomar *Portus*, i. e., o cânone frumentário, que aí estava armazenado. Capturados os *condita Portuensia*, a cidade capitulou. Ademais, sob ameaça de dispersar o frumento, Alarico coagiu o Senado e a população a elevarem Prisco Átalo à dignidade imperial.⁴⁴⁴ De qualquer modo, como entendemos, ao momento do término do cerco as provisões achavam-se em níveis assaz críticos, facto que instou a administração imperial a compelir

⁴⁴¹ Para a localização da *Statio annonae* e para a hipótese de D. Van Berchem, vide D'ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, pp. 153-154. Vide também RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 81.

⁴⁴² V. MEL. 19; CHASTAGNOL, A., *Les fastes de la préfecture de Rome au Bas-Empire [...]*, pp. 265-266; JONES, A. H. M.; MARTINDALE, J. R.; MORRIS, J., eds., *The prosopography of later Roman Empire. A. D. 395-527*, volume 2, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, p. 897.

⁴⁴³ Para o cerco de 408/409 e para os eventos sobrevividos durante o mesmo, vide ZOS. 5.39-42.

⁴⁴⁴ ZOS. 6.6.

extraordinariamente os *nauicularii* a dirigirem-se à ilha da Sardenha, a fim de embarcarem e transportarem *frumenta fiscalia* em pleno Inverno.⁴⁴⁵

Os eventos ocorridos durante ambos os cercos patenteiam a fragilidade do sistema anonário, principalmente na ausência de meios para combater corpos hostis em território itálico. Com efeito, ainda que o cânone frumentário estivesse armazenado nos celeiros do complexo portuário ostiense, a pouco mais de três de dezenas de quilómetros de Roma, foi possível manobrar de forma a estagnar a trasfega fluvial, na ocasião do primeiro assédio, e a capturar os próprios *horrea Portuensia*, no segundo cerco. Em ambos os casos, a retenção do *canon frumentarius* causou o surgimento de carestias e, depois, de fome, na cidade eterna, às quais se seguiram a infirmitade física, a doença e, por último, a morte.⁴⁴⁶ Combinado com o terceiro assédio, ocorrido logo em 410, que culminou com o saque da cidade, a 24 de Agosto desse ano, este conjunto de eventos deve ter concorrido para reduzir significativamente a dimensão demográfica da cidade de Roma.⁴⁴⁷

⁴⁴⁵ Vide, supra, pp. 92-93.

⁴⁴⁶ ZOS. 5.39-40.

⁴⁴⁷ Para a redução da dimensão demográfica de Roma no princípio do século V, vide, supra, pp. 32-33.

5.4 Os *horrea* de Roma

No ponto precedente, verificou-se que o Empório, construído no século II a.C. e expandido e desenvolvido nos decénios subsequentes, constituiu o espaço de afluência do *canon frumentarius urbis Romae*. Porém, que estruturas de armazenamento existiriam para acomodar os *frumenta fiscalia*? Qual seria o seu número e dimensão? Estariam aptas à custódia e conservação adequadas do cereal? Que tecnologias seriam utilizadas? E qual seria o seu grau de aptidão, por exemplo, por comparação com os celeiros dispersos pelas propriedades rurais privadas nas diversas províncias?

Arribadas ao Empório, as *naues caudicariae* eram ligadas com amarras a anéis de pedra, incrustados no renque de docas, para que não fossem arrastadas pela corrente do rio.⁴⁴⁸ De seguida, o cânone frumentário era descarregado pelos *saccarii* de Roma; que esperavam provavelmente nas naves do *porticus Aemilia*, abrigados da chuva e do vento, durante o Inverno, e da intensidade do sol, durante o Verão.⁴⁴⁹

Antes de ser consignado aos armazéns, o cereal deve ter sido novamente medido. Esta operação era efectuada pelos *mensores* de Roma, ou no cais; ou nas naves do pósito; e/ou nos pátios entrepostos entre as divisões dos *horrea*.⁴⁵⁰ É improvável que os *mensores machinarii frumenti publici*, documentados numa inscrição datada do ano 198, interferissem no processo de mensuração do cânone frumentário.⁴⁵¹ De facto, como E. Tengström asseriu, nas docas de *Portus Vterque* utilizava-se o *modius*, que, como se viu, era um recipiente que expressava a medida em unidades de volume.⁴⁵² Já a *machina* mensurava em unidades de peso. Se fosse utilizada, seria necessário gastar tempo e recursos em cálculos complicados e morosos, a fim de converter as unidades de peso em unidades de volume. Portanto, como o investigador sueco concluiu, é verosímil que tal como em *Portus*, assim também no Empório o cânone frumentário fosse mensurado em *modii*.⁴⁵³

Depois de medidos, os *frumenta fiscalia* eram consignados aos *horrea* localizados atrás do *porticus Aemilia*. Os catálogos regionais de Roma registaram a existência de 35

⁴⁴⁸ TUCK, S. L., *Op. Cit.*, p. 241.

⁴⁴⁹ *CIL*. 6.4417, atesta a existência de *saccarii* em Roma. Acerca da inscrição e dos *saccarii* de Roma, vide TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, pp. 59-63.

⁴⁵⁰ Com efeito, *COD. THEOD.* 14.15.1 (364) atesta a existência de *mensores* em Roma. Para os mesmos, vide, TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, pp. 62-63.

⁴⁵¹ *CIL*. 6.85.

⁴⁵² Vide, *supra*, p. 99.

⁴⁵³ Cf. TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 62.

horrea nesta região (região XIII).⁴⁵⁴ Entres estes, os maiores eram os *horrea Galbana*. Localizados imediatamente atrás do pórtico, eram supervisionados por um oficial particular, o *curator horreorum Galbanorum*, subordinado à autoridade do prefeito urbano.⁴⁵⁵ O complexo media ca. 167x146 m e achava-se dividido em três grandes pátios rectangulares e colonados, de 28x118 m, rodeados por compartimentos. É provável que as colunas sustivessem uma cobertura, cuja função consistiria em proteger as provisões e os operários dos elementos, aquando da mensuração e movimentação do cânone.⁴⁵⁶ Na *Forma Urbis Romae*, são computáveis aproximadamente 130 a 140 compartimentos; mas é seguro admitir que existiam mais, porquanto a parte da *Forma* que continha o plano do pátio oriental desapareceu. Além disso, existiam inúmeros outros no piso superior. Os maiores mediam ca. 13x5 m e agrupavam-se em dois grandes corredores, tergiversados e contíguos, no centro do complexo. Os compartimentos componentes dos flancos ocidental e oriental eram menores, medindo ca. 6x5 m. Cada pátio parece ter sido acedido por uma entrada, orientada na direcção do rio e medindo ca. 5 m de largura. Segundo a *Forma*, existia somente um outro acesso, localizado no canto sudoeste do pátio ocidental, de ca. 3 ou 4 m de largura. É possível que também existissem três poternas. Portanto, o número limitado de acessos tornava a estrutura consideravelmente impermeável ao exterior. Simultaneamente, a orientação dos mesmos, combinada com os pátios cobertos, facilitavam o manuseamento, mensuração e acomodação das provisões. Assim, além de únicos em dimensão e capacidade de armazenamento, os *horrea Galbana* ofereciam sólidas condições de segurança e manobrabilidade.⁴⁵⁷

Os *horrea fiscalia* também tinham de oferecer condições idóneas para a correcta preservação do cereal constituinte do cânone frumentário. Como o *canon* provinha principalmente das províncias cerealíferas norte-africanas, segue-se que era constituído mormente por *triticum durum*, uma espécie tritícea desprovida de revestimento.⁴⁵⁸ Que é mais difícil de preservar do que os grãos revestidos, justamente pela ausência de cobertura, que outorga relativa resistência contra os elementos e infestações.⁴⁵⁹ Logo, estariam os *horrea*

⁴⁵⁴ *CURIOS. URB.* reg. 13.23.

⁴⁵⁵ *NOT. DIGN.* 4.15

⁴⁵⁶ Além dos *saccarii* e dos *mensores*, também existiam *horrearii*, que trabalhavam nas estruturas de armazenamento. Para os mesmos, vide TUCK, S. L., *Op. Cit.*, p. 240.

⁴⁵⁷ Para os *horrea Galbana*, vide RICKMAN, G., *Roman granaries and store buildings [...]*, pp. 101-104; Idem, *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 23.

⁴⁵⁸ ERDKAMP, P., “The food supply of the capital”, *The Cambridge companion to ancient Rome [...]*, p. 262. Vide, também, supra, pp. 17-19.

⁴⁵⁹ Cf. FORBES, H. A.; FOXHALL, L., “Ehnoarchaeology and storage in the ancient mediterranean. Beyond risk and survival”, *Food in Antiquity [...]*, p. 76.

fiscalia aptos à correcta preservação do trigo anónario? Na sequência de uma investigação recente, a investigadora D. Gourevitch apresentou o conspecto dos armazéns privados, localizados em diversas províncias do Império. Num celeiro de Herculano, na província da Campânia, foram descobertas ca. 45 g de cereal carbonizado, preservadas pela erupção do monte Vesúvio, no ano 79. No seio destas, entre os resquícios de espiga de centeio e pedras, achou-se uma infestação severa de insectos parasitas, em diversos estados de crescimento; simultaneamente, verificou-se a presença de insectos predadores daqueles. Em Metz, na diocese das Gálias, um *horreum* incendiado no final do século II apresenta os mesmos padrões: a espelta foi misturada com favas, cevada, trigo e plantas selvagens, entre as quais uma muito tóxica: a *agrostemma githago*; registou-se igualmente a presença de uma fauna insectífera muito abundante e diversa, indo desde insectos parasitas a insectos predadores, passando por várias colónias de térmitas, todos indicadores de que este *horreum* foi reutilizado por um período de tempo lato. Era também uma estrutura húmida, mal vigiada e inadequadamente limpa entre colheitas. O exame da qualidade do cereal revelou que: primeiro, um quinto das provisões se haviam tornado incomestíveis; segundo, 90% foi alterada pelo processo de germinação; e terceiro, a fermentação dos grãos catalisou o desenvolvimento de bolores, que, por sua vez, estimularam a infestação por novas espécies de insectos.⁴⁶⁰ O mesmo padrão atesta-se noutras províncias.⁴⁶¹

Se o cereal fosse imperfeitamente limpo antes de ser exportado, por exemplo, por via marítima, a infestação seria trasfegada e transportada no porão da embarcação. Isso verifica-se num navio carregado com trigo procedente da actual Bélgica, naufragado no final do século II no porto de *Laurium* ou *Laurum*, no curso inferior do Reno, num braço de água hoje desaparecido. O cereal transportado deve ter permanecido no celeiro durante pelo menos um ano antes de ter sido expedido. Todavia, foi inadequadamente limpo, pois regista-se a presença não só de diversos frutos e espécies tóxicas, mas também de mais de vinte espécies de insectos, em diversos estados de crescimento. O mesmo é atestável noutros pontos do Império.⁴⁶²

Portanto, ao nível das províncias, as condições de armazenamento oferecidas pelo grosso dos *horrea* privados parecem ter sido amiúde deletérias. Todavia, a investigadora considerou que nas grandes urbes o caso deve ter sido dissemelhante. Particularmente em

⁴⁶⁰ Cf. GOUREVITCH, D., ‘Le pain des Romains à l’apogée de l’empire. Bilan entomo- et botano-archéologique’, *Comptes rendus des séances de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, Paris, Diffusion de Boccard, 2005, pp. 29-32.

⁴⁶¹ Idem, *Ibidem*, pp. 32-35.

⁴⁶² Idem, *Ibidem*, pp. 35-36.

Roma, onde importava salvaguardar a qualidade do cereal, para não suscitar o descontentamento popular.⁴⁶³ Além disso, como se verificou, o correcto aprovisionamento da *urbs aeterna* constituiu uma preocupação de primeiro plano para os *augusti*. Nesta esteira, como o êxito de qualquer sistema de aprovisionamento depende invariavelmente da aptidão das estruturas de armazenamento,⁴⁶⁴ parece lícito pressupor, *a priori*, que os *horrea fiscalia* possuiriam capacidades de conservação consideravelmente superiores, bem como certas particularidades estruturais, que permitissem procrastinar a corrupção da qualidade do cereal.

Com efeito, para que o frumento seja conservado adequadamente, existem vários preceitos que devem ser respeitados. Primeiro, o cereal tem de ser mantido seco, quer no momento da sua consignação ao armazém, quer durante o período em que aí permaneça. O nível máximo de humidade tolerável oscila entre os 10-15%, dependendo da espécie, do clima e da duração do armazenamento. Segundo, tem de ser mantido fresco, idoneamente abaixo dos 15°C, porquanto quaisquer insectos daninhos que se possam esconder entre os grãos conseguem reproduzir-se, se a temperatura do mesmo aquecer. As paredes da estrutura também têm de ser robustas; pois o cereal exerce considerável pressão lateral, equivalente a dois terços da pressão vertical, sobretudo se for depositado a granel. Por fim, o celeiro tem de cumprir requisitos de segurança, para que sejam obviados quaisquer roubos.⁴⁶⁵ Ora, como se viu, os *horrea* de *Portus* e Roma apresentam padrões de construção muito semelhantes. Com efeito, ambos foram dotados de mecanismos de defesa contra assaltantes, quer mediante a limitação do número de acessos ao interior, quer por meio da construção de vestíbulos entrepostos entre as portas exteriores e os compartimentos interiores. As portas de cada divisão também eram fechadas com tranca. Por vezes, inclusive as portas de acesso entre os diferentes pisos eram trancadas. As paredes foram construídas com materiais sólidos: em certos casos utilizava-se tijolo revestido por *caementa*; noutros empregavam-se blocos de tufo ou betão, revestidos por alvenaria. Muitos eram ainda reforçados com contrafortes. Cuidou-se inclusive em equipar os pátios com mecanismos de cobertura e drenagem. Por fim, o grosso dos *horrea* destinados ao armazenamento do cânone frumentário parece ter sido provido com *suspensurae*. A *suspensura* era um pavimento artificial, suspenso a uma certa altura do chão. A elevação era conseguida

⁴⁶³ Idem, *Ibidem*, pp. 40-41.

⁴⁶⁴ Cf. RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome* [...], p. 20.

⁴⁶⁵ Cf. RICKMAN, G., *Roman granaries and store buildings* [...], pp. 1-2; Idem, *The corn supply of ancient Rome* [...], pp. 21-22.

mediante a erecção de filas equidistantes de paredes anãs, de ca. 40 cm de altura. Depois, o espaço entre as paredes era preenchido com fileiras de tijolos bípeds (*bipedales*), de 60 cm². Isto formava um pavimento artificial e elevado. Por baixo, o alinhamento longitudinal dos *bipedales* produzia um túnel, delimitado pelos dois pés dos sucessivos tijolos. Em conjunto, os vários renques de *bipedales* formavam uma série de túneis paralelos, através dos quais circulava o ar. Deste modo, o pavimento artificial era refrescado por baixo; e, por seu turno, arrefecia as provisões frumentárias.⁴⁶⁶ Portanto, os *horrea* consagrados à acomodação do *canon frumentarius urbis Romae* parecem ter sido edificadas e equipadas de modo particular, dissemelhante dos armazéns provinciais privados, visando maximizar a robustez, segurança e capacidade de conservação.

Porém, não obstante a aptidão destas estruturas, ainda assim era inevitável o dano de uma parte do cânone. Efectivamente, segundo A. Tchernia, é provável que o frumento corrompido se computasse anualmente entre os 20-33%, variando consoante as condições climáticas e a qualidade dos grãos.⁴⁶⁷ Além disso, a ocorrência de cheias era uma possibilidade sempre presente, que ameaçava seriamente a integridade das provisões frumentárias. Pois aquando de uma enchente, amiúde as águas do rio Tibre invadiam e alagavam as regiões baixas da cidade, entre as quais o espaço do Empório.⁴⁶⁸

A administração anonária parece ter reconhecido a impossibilidade de conservar a totalidade do cânone frumentário. Nesta esteira, no ano 365 foi endereçado ao prefeito urbano Volusiano (365-366) um rescrito, que estabeleceu que este não deveria utilizar os novos *frumenta fiscalia*, importados durante a sua prefeitura, enquanto as provisões anteriores não tivessem sido integralmente gastas. Contudo, prevendo que as últimas porções já tivessem sofrido danos, os *augusti* Valentiniano I e Valente determinaram que se as mesmas não pudessem ser emitidas sem suscitar queixas entre os recebedores, então deveriam ser misturadas com uma porção dos novos *frumenta*. Procedendo deste modo, esperava-se que a condição imprópria do cereal antigo fosse disfarçada; facto que também evitaria que o fisco sofresse prejuízo, porquanto de outro modo provavelmente teria de comprar provisões suplementares no mercado.⁴⁶⁹ Ainda assim, antevendo a hipótese de que este procedimento pudesse ser descoberto, os *augusti* determinaram que o prefeito

⁴⁶⁶ Cf. RICKMAN, G., *Roman granaries and store buildings [...]*, pp. 4-5, 293; Idem, *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 22.

⁴⁶⁷ Cf. TCHERNIA, A., *Op. Cit.*, pp. 254-256.

⁴⁶⁸ Cf. LE GALL, p. 34, p. 29 para uma lista de inundações desde 414 a.C. até 398 d.C.; TUCK, S. L., *Op. cit.*, pp. 235-236.

⁴⁶⁹ COD. THEOD. 11.14.1 (365). TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, pp. 70-71.

urbano deveria eleger um indivíduo, para que fizesse as *erogationes* no seu lugar. Além de *erogator*, este funcionário seria também custodiante e medidor (*custos ac mensor*) das provisões. A sua escolha não era arbitrária. Na verdade, segundo o texto legislativo, tinha de ser um homem bem reputado, experiente e de confiança. E sobretudo, tinha de estar “*optime sibi conscius*”.⁴⁷⁰ Verosimilmente, esperava-se que a autoridade deste funcionário, combinada com a sua boa fama e experiência nas tarefas para as quais fora destacado, permitisse afastar as suspeitas do disfarce frumentário. A sua confiabilidade era importante, porquanto havia que assegurar o sigilo da operação. Por fim, tinha de estar plenamente cômico do ardil em que participava, bem como do perigo em que incorria e do desluzte que poderia advir para a sua *fama*, caso fosse descoberto. Da parte da administração, é provável que por meio da colocação deste funcionário à frente das *erogationes* se tenha tentado: por um lado, revestir de êxito o subterfúgio anônimo; por outro, salvaguardar não só a integridade física do prefeito urbano, na contingência de insurgência entre os recebedores, mas também a sua reputação, atendendo à sua alta posição social e ao prestígio do seu oficialato.

Embora os *horrea fiscalia* de *Portus* e Roma oferecessem condições favoráveis à preservação do cânone frumentário, parece ter havido alguma incúria da parte dos operários em relação à disposição das provisões tritíceas no interior dos mesmos. Nesta esteira, um decreto dos *augusti* Valentiniano I e Valente, endereçado em 364 ao prefeito urbano Símaco (364-365), visou corrigir essas práticas menos rigorosas. Parte do texto encontra-se corrompida, mas segundo a interpretação de E. Tengström, parece ter-se ordenado que o cereal fosse armazenado unicamente nas divisões que estivessem equipadas com *suspensurae*. Pois se tal não fosse feito, seria danificado pelo *humor* e pela *natura loci*.⁴⁷¹ Como se viu, as *suspensurae* eram soalhos elevados, sob os quais circulava o ar, a fim de arrefecer os cereais. Ora, nos compartimentos desprovidos de *suspensurae*, a ausência de ventilação conduziria ao aquecimento dos grãos. Se a temperatura ultrapassar os 15°C, o processo natural de ‘respiração’ do cereal (*humor*) intensifica-se. Ao mesmo tempo, os carboidratos começam a decompor-se em moléculas de dióxido de carbono e, principalmente, de água. Por fim, a subida progressiva da temperatura, combinada com o aumento da humidade, concorre para promover o aparecimento de fungos, bolores e infestações insectíferas, todos nefastos para a qualidade do cereal. Deste modo, como E. Tengström concluiu, os imperadores parecem ter legislado com vista a interditar o armazenamento

⁴⁷⁰ *COD. THEOD.* 11.14.1 (365).

⁴⁷¹ *COD. THEOD.* 15.1.12 (364); TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, pp. 68-69.

do cânone frumentário nos compartimentos desprovidos de *suspensurae*, precisamente para obviar a hipótese de que viesse a sofrer danos, por via das condições inapropriadas (*natura loci*) da divisão.⁴⁷²

Para salvaguardar a integridade do cânone frumentário, os imperadores emitiram também legislação concernente às condições prediais nas imediações dos *horrea*. Com efeito, numa urbe tão densamente edificada e povoada, os fogos eram uma realidade sempre presente. E os incêndios provindos de habitações adjacentes aos celeiros fiscais constituíam uma ameaça séria para a segurança alimentar da população de Roma. Por isso, no ano 320, o *augustus* Constantino interditou a existência de quaisquer estruturas habitacionais numa área de cem pés em torno dos armazéns.⁴⁷³

Portanto, o propósito dos *horrea* situados na região do Empório consistia em acomodar as provisões transportadas desde *Portus* pelo *corpus caudicariorum*. Embora não seja inverosímil que uma parte do cânone frumentário permanecesse aí, não muito tempo depois o grosso era movido para os vários armazéns, dispersos pelas restantes treze regiões da cidade. Os catálogos regionais registaram um total de 290 *horrea* para o século IV. Todavia, parece ter havido alguma corrupção na tradição dos manuscritos, porque a soma individual dos armazéns existentes em cada região produz um total superior, computado em 335 *horrea*. De qualquer modo, existiam no mínimo 16 *horrea* por região, valor que patenteia a importância que uma lata capacidade de armazenamento detinha, *inter alia*, no contexto do aprovisionamento cerealífero de Roma.⁴⁷⁴

⁴⁷² O razoado e as conclusões apresentadas pertencem inteiramente a E. Tengström, sendo que nos limitámos a aduzir os mesmos. Para ambos e para uma discussão pormenorizada do rescrito, vide TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, pp. 68-69.

⁴⁷³ *COD. THEOD.* 15.1.4 (320).

⁴⁷⁴ Para uma discussão relativa à quantidade de *horrea* existentes em Roma e para um exame do número de armazéns registados nos catálogos regionais, vide RICKMAN, G., *Roman granaries and store buildings [...]*, pp. 323-325.

O CANON FRUMENTARIUS VRBIS ROMAE: PROCESSAMENTO E DIFUSÃO

6.1 Os *pistores*, os *pistrina* e o mercado

No capítulo anterior examinámos as instalações de *Portus Vterque*, bem como os trabalhos executados pelas corporações anónimas que aí operavam. Neste sentido, vimos que o *canon urbis Romae* era inspeccionado, mensurado e movido em milhares de sacas para os *condita Portuensia*. Depois, era transportado por sobre o rio Tibre até ao Empório, localizado na região XIII de Roma, onde existiam numerosas estruturas para o seu armazenamento. Nesta senda, analisámos os traços definidores da maior estrutura aí existente - os *horrea Galbana* - e compreendemos que, passado algum tempo, o grosso do cânone era transferido para os restantes armazéns, espalhados pelas várias regiões da cidade. Assim, neste capítulo será objectivo sondar os itinerários dos *frumenta fiscalia* no espaço urbano, a fim que possamos compreender o modo como eram encaminhados para o seu fim último, i. e., alimentar a população de Roma.

As fontes não referem o modo como o cânone frumentário seria transportado para os *horrea* localizados nas várias regiões da urbe. Não obstante, vários historiadores têm considerado que essa tarefa deveria ser desempenhada pelo *corpus catabolensium*, documentado em dois rescritos.⁴⁷⁵ Os integrantes desta corporação eram condutores de carroças, puxadas provavelmente por bovinos ou equídeos. Cujas missões parece ter perpassado pela trasfega dos *frumenta fiscalia* não apenas para os vários *horrea*, mas também desde estas estruturas até um dos seus destinos finais: os *pistrina*.⁴⁷⁶

De facto, num decreto promulgado no ano 380, os *pistores* integrantes do *corpus pistorum* são apresentados como os destinatários dos cereais fiscais.⁴⁷⁷ Não é inverosímil que também tenham sido subentendidos enquanto tal noutros rescritos, onde o recebedor

⁴⁷⁵ COD. THEOD. 14.3.9 (368; 370); 14.3.10 (368; 370).

⁴⁷⁶ Para a hipótese de a tarefa de transportação do cânone frumentário no interior de Roma ter sido confiada ao *corpus catabolensium*, vide, por todos, JONES, A. H. M., *The decline of the ancient world [...]*, p. 235; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 329; TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, pp. 64, 72, 81.

⁴⁷⁷ COD. THEOD. 14.3.16 (380).

foi omissa.⁴⁷⁸ Mas quem eram os *pistores*? Etimologicamente, o substantivo '*pistor*' deriva do verbo '*pinser*'. Efectivamente, nos tempos recuados da história de Roma, o *pistor* era aquele que moía o cereal no seu *pistrinum*. Isso sugere que o processo subsequente de preparação do pão deveria ser confiado às donas de casa; no caso de famílias de melhores posses, havia não só escravos para moer o cereal e cozinheiros para confeccionar o pão, como também divisões votadas à moenda e ao panifício.⁴⁷⁹ Todavia, ao tempo do Império tardio, o *pistor* reunira já sob a sua alçada ambas as funções. De facto, convertera-se num profissional que oferecia em simultâneo os serviços de moenda e de panificação do cereal, realizando ambos no seu estabelecimento - o *pistrinum* -, cujo significado também evoluiu, para simbolizar o edifício onde essas operações eram efectuadas.⁴⁸⁰

Os sucessos devidos durante o principado de Trajano patenteiam a importância que os serviços prestados pelos *pistores* haviam adquirido no seio da cidade de Roma. Com efeito, procurando ampliar a capacidade de processamento frumentário da cidade, o *princeps* determinou que seria concedida cidadania romana a todos os indivíduos de direito latino que operassem um *pistrinum*, contanto que moessem quotidianamente um volume não inferior a 100 módios de cereal, durante o período de três anos.⁴⁸¹ Além disso, segundo Aurélio Victor, o imperador tomou providência em relação à continuidade e ao futuro da *annona*, divisando e firmando o *collegium pistorum*.⁴⁸² De acordo com B. Sirks, este *collegium* foi elevado ao estatuto do *corpus*, por impulso do mesmo *princeps*, escasso tempo depois. Como o investigador demonstrou, a corporação era formada por colegas profissionais, que tinham de dirigir obrigatoriamente um *pistrinum*, embora não tivessem de desempenhar eles próprios as tarefas de processamento do cereal; as quais delegavam nos seus operários. Se o estabelecimento possuísse um valor mínimo avaliado em 100.000 sestércios, era concedida isenção de *tutela*. O ingresso na corporação foi voluntário até ao principado de Caracala (211-217), altura em que foi convertido num *munus*. Aquando do principado de Aureliano, o *munus pistorum* identificou-se com o processamento da porção do cânone frumentário destinada às distribuições de pão. O facto de ter revolido apenas em torno de uma percentagem e não da plenitude do cânone, sugere que o *corpus*

⁴⁷⁸ Para esta hipótese, vide TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, pp. 70-72.

⁴⁷⁹ PLIN. *Nat.* 18.28.107; ANDRÉ, J., *Op. cit.*, p. 63; FUJISAWA, A., "I «pistores» nel primo Impero", *ACME*, volume 48, n.º 2, Milano, Maio-Agosto de 1995, p. 175; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 308, com nota 6, para os escravos *pistores* (*serui pistorum*).

⁴⁸⁰ Cf. MORITZ, L. A., *Grain-mills and flour in Classical Antiquity*, Oxford, Clarendon Press, 1958, pp. 69-73; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 307.

⁴⁸¹ GAIUS *Inst.* 1.34.

⁴⁸² AUR. VICT. *Caes.* 13.5

congregou em si não todos, mas somente uma parte, talvez significativa, dos *pistores* de Roma.⁴⁸³ Para além dos *pistores*, a corporação também continha *patroni*. Provavelmente, estes seriam eleitos entre, e pelos *pistores corporis*, para que supervisionassem os trabalhos executados nos *pistrina*, distribuindo-se à razão de um por estabelecimento. Cada *patronus* parece ter sido adjuvado por um segundo *patronus*.⁴⁸⁴

Para que o número de integrantes da corporação fosse mantido em níveis salutaros, o *corpus* tinha a capacidade de avocar todos aqueles que estivessem aptos para assumirem o *múnus*. Nesta esteira, eram *obnoxii uocationi* todos os herdeiros e genros de um *pistor corporis*. Contanto que os filhos fossem menores de idade, era indigitado um *curator*, que supervisionaria as operações no *pistrinum* até que aqueles perfizessem 25 anos de idade. O ingresso também era passível de ser imposto *ex nouo* pelos imperadores.⁴⁸⁵ Finalmente, uma regulação promulgada no ano 370 pelos *augusti* Valentiniano I e Valente revela que a diocese de África se achava obrigada desde Constantino a enviar *pistores* para Roma de cinco em cinco anos, imposição que foi reconfirmada em 380.⁴⁸⁶

O serviço no *corpus* era perpétuo e previa que os integrantes investissem parte da sua fortuna pessoal e utilizassem parte do produto procedente das suas propriedades rurais para concretizarem o *múnus*. Não obstante, os *pistores* provenientes da diocese de África, da Península Itálica e os genros de *pistores corporis* estavam isentos desta obrigação.⁴⁸⁷

Era possível evitar a avocação ao *múnus pistorium*. Um dos veículos consistia na dissipação da fortuna herdada. As propriedades que tornavam alguém *obnoxius uocationi* também podiam ser transferidas para a posse de um senador, que, por via do seu estatuto, não era convocável para assumir o *múnus*. Outro meio de evasão perpassava por solicitar isenção ao imperador, embora fosse concedida muito raramente.⁴⁸⁸ Por fim, no ano 367, os *augusti* Valentiniano I e Valente determinaram que o “*prior e patronis pistorum*” seria exonerado do *múnus*, após ter cumprido a sua função de patrono por um período de cinco anos.⁴⁸⁹

Portanto, o *corpus pistorum* era um organismo público, instituído pelo imperador e onerado com o *múnus* de processar a porção do cânone destinada à confecção do pão

⁴⁸³ Em relação à instituição e composição do *corpus pistorum* e à introdução e evolução do *múnus pistorium*, vide, por todos, SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 313-315, 322-325.

⁴⁸⁴ Cf. JAÏDI, H., *Op. cit.*, pp. 181-183.

⁴⁸⁵ Cf. SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 325-326.

⁴⁸⁶ *COD. THEOD.* 14.3.12 (370); 14.3.17 (380); JAÏDI, H., *Op. cit.*, pp. 166-167.

⁴⁸⁷ Cf. SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 326-327.

⁴⁸⁸ Cf. JAÏDI, H., *Op. cit.*, pp. 186-189; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, pp. 330-332.

⁴⁸⁹ *COD. THEOD.* 14.3.7 (367).

outorgado nas distribuições. Dado que os seus integrantes possuíam um estatuto jurídico diferente dos *pistores* alheios à corporação, de que modo isso se terá repercutido ao nível dos *pistrina*? E consequentemente, que actividades seriam executadas nos estabelecimentos pertencentes a ambos os tipos de *pistores*?

Os catálogos regionais de Roma registaram a existência de 252 a 274 *pistrina*. Na verdade, o total varia não só entre as duas versões do manuscrito – o *breuiarium* do *Curiosum urbis regionum XIV* e a *Notitia regionum urbis XIV* –, mas também entre estas e uma versão da *Notitia* em língua siríaca. De qualquer modo, a questão principal em torno destes dados reside no facto de não ter sido feita distinção entre *pistrina publica* e *priuata*; ao contrário do que sucede na *Notitia urbis Constantinopolitanae*, onde foram registados 20-21 *pistrina publica* e 113 ou 120 *priuata*. No campo historiográfico, esta indistinção deu azo a três hipóteses: a) todos os *pistrina* registados nos catálogos regionais de Roma são privados; b) todos são públicos; c) parte era privado, parte era público, conquanto não tenha sido feita distinção nas fontes; e d) somente foram registados ou os públicos, ou os privados.⁴⁹⁰ Deve-se à investigadora italiana M. Luisa Separano o mérito de ter coligido os diversos argumentos correspondentes a cada uma das hipóteses enunciadas. Da nossa parte, limitar-nos-emos a apresentar sumariamente os resultados obtidos pela investigadora. Assim, na senda da hipótese b), J. P. Waltzing propôs que todos os *pistores* de Roma teriam sido congregados no *corpus pistorum*; consequentemente, todos os *pistrina* teriam sido consagrados à concretização do *munus*. Segue-se, portanto, que os *pistrina* registados nos catálogos eram integralmente públicos. Inversamente, propugnando pela hipótese a), B. Sirks considerou que todos os *pistrina* eram propriedade privada, independentemente de terem pertencido a *pistores corporis* ou a *pistores pleno iure*. Além de pressupor que todos os estabelecimentos fossem privados, esta tese impede igualmente a divisão entre estatuto público e privado. No concernente à hipótese c), recuperando uma sugestão de J. Marquardt, J.-M. Carrié defendeu que havia *pistrina publica* e *priuata*, tal como em Constantinopla, conquanto os catálogos de Roma não tenham feito distinção. Também reputou que o número de estabelecimentos públicos deveria ser mais ou menos o dobro dos de Constantinopla. Ao mesmo tempo, procurou refutar a hipótese d), sustida por A. H. M. Jones; que considerou que os catálogos de Roma registaram unicamente os *pistrina publica*, excluindo os *priuata*. Com efeito, J.-M. Carrié reputou como infirme o argumento *e silentio*, porquanto os catálogos da Urbe também não mencionam quaisquer *gradus*, ao

⁴⁹⁰ Cf. CEPARANO, M. L., “I pistrina nei Regionari di IV secolo”, *Mélanges de l'Ecole Française de Rome. Antiquité*, tomo 110, n.º 2, Rome, 1998, pp. 917-920.

contrário da *Notitia* de Constantinopla, que computa 117 ou 120. E, no entanto, existiam *gradus* em Roma, facto atestado noutras fontes. Por fim, M. Luisa Separano aduziu uma hipótese e). De facto, partindo da assunção de que na base dos catálogos regionais pudessem ter estado documentos de tipo cadastral, a investigadora avançou a proposição de que o solo sobre o qual foi edificado cada *pistrinum* determinava se os mesmo seria público ou privado.⁴⁹¹

Não obstante a disparidade de hipóteses, o denominador comum parece ter sido o estatuto jurídico do *pistor* que dirigia o *pistrinum*, salvo na hipótese e). Portanto, parece lícito inferir que os *pistrina publica* seriam todos os estabelecimentos sujeitos ao *munus pistorium*, i. e., ao processamento perene dos *frumenta fiscalia*, imposto sobre os *pistores* congregados no *corpus pistorum*. Por seu turno, os *pistrina priuata* seriam os estabelecimentos pertencentes aos *pistores* que não integravam a corporação.⁴⁹² Nesta senda, que actividades seriam conduzidas em ambos os tipos de *pistrina*?

Os *pistores* pertencentes ao *corpus pistorum* tinham por missão processar o cereal constituinte do *canon frumentarius*. Para tal, possuíam equipamento de moagem, amasso e cozedura nos seus *pistrina*, bem como animais e operários.⁴⁹³ Nesta esteira, quando o frumento chegava ao estabelecimento, era levado para as mós. É muito provável que existissem várias no mesmo *pistrinum*.⁴⁹⁴ A mó utilizada ao tempo do Império tardio era denominada ‘*mola asinaria*’; designação que parece ter derivado da principal fonte de propulsão utilizada para imprimir movimento na pedra de moagem: o burro (*asinus*). Não obstante, R. J. Forbes reputou como verosímil a hipótese de que ocasionalmente também tivesse sido propelida por homens.⁴⁹⁵

A *mola asinaria* possuía normalmente ca. 90x70 cm e assentava sobre um pódio, geralmente de ca. 50 cm de altura.⁴⁹⁶ Produzida a partir da pedra vulcânica leucítica, explorada sobretudo na pedreira de Santa Trinità (perto da moderna cidade de Orvieto),⁴⁹⁷

⁴⁹¹ Cf. CEPARANO, M. L., *Op. cit.*, pp. 917-920, 925-927.

⁴⁹² Efectivamente, esta é a tese que tem sido defendida na historiografia; vide, Idem, *Ibidem*, p. 925.

⁴⁹³ COD. THEOD. 14.3.7 (367).

⁴⁹⁴ Com efeito, em Óstia, a escavação de dez *pistrina* revelou que cada um continha entre oito a quinze pedras de moagem; cf. MCCALLUM, M., “The supply of stone to the city of Rome: A case study of the transport of anician building stone and millstone from the Santa Trinità Quarry (Orvieto)”, *Trade and exchange. Archaeological studies from history and prehistory*, edição de C. D. Dillian e C. L. White, New York, Springer, 2010, p. 77.

⁴⁹⁵ Cf. FORBES, R. J., *Op. cit.*, volume 2, p. 87; volume 3, p. 151. Contra, vide SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 414.

⁴⁹⁶ Cf. MORITZ, L. A., *Op. cit.*, pp. 75-76.

⁴⁹⁷ Em relação à exploração e difusão desta variedade de pedras de moagem, vide MCCALLUM, M., *Op. cit.*, p. 76.

era composta por duas partes. Primeiro, por uma pedra inferior, denominada ‘*meta*’, que era um bloco sólido, esculpido em forma de sino, com uma inclinação de 35-40°, e com uma base cilíndrica. Segundo, por uma pedra superior, oca, denominada ‘*catillus*’. Esta era concebida em forma de ampulheta e o diâmetro do cone inferior era ligeiramente mais amplo do que a *meta*, para que quando sobrepostas, esta fosse coberta pela metade inferior do *catillus*. Um fuso atravessava verticalmente a *mola* e fixava-se numa trave, situada no topo do *catillus*, ligando ambas as pedras. Por seu turno, um disco de ferro transversal, atravessado no centro pelo fuso, impedia o contacto entre as duas pedras de moagem, ao mesmo tempo que mantinha ambas suficientemente próximas, de modo a que o cereal, despejado num alimentador situado na parte superior do *catillus*, fosse comprimido entre a superfície sulcada de ambas. Para que o disco não bloqueasse a passagem dos grãos, era perfurado em vários pontos. Duas traves de madeira, inseridas em duas cavidades na cintura da pedra superior, projectavam-se paralelamente ao chão. Quer fossem ligadas a um equídeo, quer fossem empurradas por homens, a fonte de propulsão girava em torno da mó; desse modo, a revolução concêntrica do *catillus* sobre a *meta* moía o cereal entreposto entre ambas. Da moenda obtinha-se uma substância farinácea, que deslizava em direcção à base da *mola*, onde era recolhida.⁴⁹⁸

Se seguida, a substância farinácea era peneirada. Havia diversos tipos de peneiras, produzidas com diferentes materiais e dotadas de diversos graus de espessura. Normalmente, as joeiras construídas com linho eram mais estreitas do que as de junco. Isso permitia separar maior quantidade de farelo, de modo a originar uma farinha mais cândida e pura. Inversamente, as joeiras de crivos mais folgados produziam uma farinha mais escura e com maior percentagem de impurezas.⁴⁹⁹

Após ter sido peneirada, a farinha era misturada com água e sal; é verosímil que também fosse adicionado algum fermento. O amasso era efectuado de dois modos: manualmente, batendo a massa num recipiente; ou com recurso a uma máquina de amasso, normalmente propelida por equídeos.⁵⁰⁰ Visto que um método não excluía o outro, é provável que ambos coexistissem num mesmo *pistrinum*. Concluída esta etapa, a massa era

⁴⁹⁸ Para a composição da *mola asinaria* e para o seu modo de funcionamento, vide FORBES, R. J., *Op. cit.*, volume 3, pp. 151-152; MORITZ, L. A., *Op. cit.*, pp. 74-89. Segundo K. D. White, o período de vida da *mola* era prolongável mediante inversão da mó superior; cf. WHITE, K. D., *Op. cit.*, p. 40.

⁴⁹⁹ Para uma análise das peneiras utilizadas entre os Romanos, vide MORITZ, L. A., *Op. cit.*, pp. 164-167; THURMOND, D. L., *Op. cit.*, pp. 53-55; WHITE, K. D., *Op. cit.*, p. 40.

⁵⁰⁰ Para um exame das máquinas de amasso, vide THURMOND, D. L., *Op. cit.*, pp. 65-67.

posta sobre mesas, para que fosse moldada pelos operários.⁵⁰¹ Como veremos, o pão outorgado nas distribuições (*panis gradilis*) tinha um peso fixo, determinado pela administração anonária. Além disso, o peso total não estava condensado numa única bola de pão, mas repartido por várias, que eram entregues conjuntamente ao beneficiário.⁵⁰² Assim, no caso do *panis gradilis*, é verosímil que durante a fase de moldagem os operários criassem as bolas em conformidade com o peso estabelecido na legislação anonária. Por último, eram introduzidas no forno, para que cozessem.⁵⁰³

As operações de moagem e panificação do cereal fiscal requeriam o labor de um conjunto considerável de operários. De facto, em cada *pistrinum* onerado com o *munus pistorium* havia que: alimentar as várias *molae*; vigiar e manter os equídeos em andamento;⁵⁰⁴ recolher e peneirar a substância farinácea; misturar a mesma com os restantes ingredientes; bater a massa manualmente e/ou vigiar os equídeos que propulsionavam as máquinas de amasso; moldar as bolas segundo o peso fixado pela administração anonária; colocá-las nos fornos; controlar o processo de cozedura; e retirar o pão para dentro de recipientes, para que fosse trasfegado para o local onde decorreria a distribuição. É provável que os trabalhos se prolongassem durante a noite⁵⁰⁵ e as exigências físicas⁵⁰⁶ tornavam o labor no *pistrinum* numa profissão pouco procurada.⁵⁰⁷ Nesta senda, a legislação emitida pelos imperadores no período coberto pela presente dissertação revela que a falta de operários se tornara num problema assaz grave. E na capacidade de *curatores annonae*, os *augusti* tinham de se certificar de que os *pistrina* da corporação operavam a um ritmo constante, para que fosse processada a porção do *canon frumentarius* destinada às distribuições de pão. Portanto, promulgaram um amplo conjunto de leis, que converteram o trabalho nos *pistrina* numa pena aplicável a indivíduos condenados pela justiça. Assim, eram sentenciados ao labor nos estabelecimentos dos *pistores corporis* todos aqueles que tivessem cometido ofensas e delitos menores,⁵⁰⁸ bem como fraudes,⁵⁰⁹ quer em Roma,

⁵⁰¹ Cf. TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 77.

⁵⁰² Vide, *infra*, p. 138.

⁵⁰³ Para uma descrição do processo de preparação do pão na Antiguidade, vide WROTH, W., “Pistor”, *A dictionary of Greek and Roman culture [...]*, volume 2, pp. 431a-431b. Para uma descrição pictórica, vide o relevo do túmulo de M. Vergílio Eurísaces, contido em THURMOND, D. L., *Op. cit.*, p. 58.

⁵⁰⁴ O investigador L. A. Moritz reputou que não é impossível que os indivíduos condenados pela justiça ao labor nos *pistrina* pudessem ter sido forçados a propelir a *mola*, no contexto do cumprimento da sua pena. Cf. MORITZ, L. A., *Op. cit.*, pp. 101-102; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 206. Contra, vide SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 414.

⁵⁰⁵ MART. 12.57.3-5.

⁵⁰⁶ APUL. Met. 9.12.

⁵⁰⁷ Cf. SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 414.

⁵⁰⁸ COD. THEOD. 9.40.3 (319); 14.3.22 (417).

⁵⁰⁹ COD. THEOD. 14.4.9 (417); 14.17.6 (370).

quer na ilha da Sardenha,⁵¹⁰ quer na província de Brútio e Lucânia.⁵¹¹ Emitida a sentença, os réus eram enviados para o prefeito da *annona* de Roma, a fim de que este seleccionasse o *pistrinum* onde laborariam.⁵¹² Após a subordinação deste oficial à autoridade da prefeitura urbana, a condução dos réus transitou para o leque de tarefas do prefeito urbano.⁵¹³ Não obstante, o prefeito da *annona* continuou a receber os condenados, reenviando-os depois para o seu superior hierárquico.⁵¹⁴ Na contingência de que o réu integrasse o *officium* de uma destas prefeituras, ou se fosse o patrono eleito para custodiar os *horrea Portuensis*, era confiado ao prefeito do pretório de Itália e África o julgamento e a condução ao *pistrinum*.⁵¹⁵

A fome de mão-de-obra nos *pistrina* sujeitos ao *munus pistorium* parece reflectir-se também numa história narrada por Sócrates Escolástico. Com efeito, reportando-se a um evento sucedido sob Teodósio I, o historiador referiu que, em vários *pistrina*, as salas que continham os fornos eram subterrâneas. Sobre estas, os *pistores corporis* construíram tabernas, equipadas com alçapões. Nesta esteira, os *peregrini*⁵¹⁶ que parassem nalguma dessas tabernas eram precipitados e raptados através dos alçapões, a fim de serem forçados a laborar no *pistrinum*. O ardil funcionou até que um soldado se conseguiu libertar, revelando a armadilha.⁵¹⁷ Conquanto a história pareça inverosímil, principalmente porque o rapto constituía um crime sentenciado com pena capital,⁵¹⁸ ainda assim conserva fundo de verdade, no concernente à necessidade aguda de mão-de-obra para laborar nos *pistrina* pertencentes aos *pistores corporis*.⁵¹⁹

O investigador R. J. Forbes considerou que falta de mão-de-obra, transparente nas fontes do século IV, concorreu para estimular a introdução de azenhas em larga escala.⁵²⁰ Na verdade, as azenhas (*aquae molarum*) eram conhecidas desde o tempo de Augusto.⁵²¹ Os

⁵¹⁰ COD. THEOD. 9.40.3 (319).

⁵¹¹ COD. THEOD. 9.40.6 (364); 9.40.7 (364).

⁵¹² COD. THEOD. 9.40.3 (319).

⁵¹³ COD. THEOD. 9.40.5 (364); 9.40.9 (370).

⁵¹⁴ COD. THEOD. 9.40.6 (364); 14.17.6 (370).

⁵¹⁵ COD. THEOD. 14.3.22 (417); 14.4.9 (417). Vide SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 414, para a missão judicial do prefeito do pretório, para as tarefas do prefeito da *annona* de Roma, do prefeito urbano e para a colecção das regulações concernentes à utilização do labor nos *pistrina* como pena.

⁵¹⁶ Em traços latos, ao tempo do Império tardio, *peregrinus* era todo aquele que: se encontrasse fora da província onde tinha o seu local habitual de residência; se encontrasse em Roma, mas não tivesse nascido aí; ou se encontrasse em Roma, mas não estivesse legalmente domiciliado. Para esta definição, vide MOATTI, C., "Immigration and cosmopolitanization", *The Cambridge companion to ancient Rome [...]*, p. 81.

⁵¹⁷ SÓCR., *Hist. Eccl.* 5.18, apud SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 341.

⁵¹⁸ Cf. CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 91.

⁵¹⁹ TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, pp. 77-78.

⁵²⁰ Cf. FORBES, R. J., *Op. cit.*, volume 2, pp. 82, 97.

⁵²¹ Cf. MORITZ, L. A., *Op. cit.*, pp. 130-136

catálogos regionais registaram a existência das mesmas, no monte Janículo,⁵²² e foram referidas por Prudêncio.⁵²³ Porém, a prova segura de que começaram a ser utilizadas em quantidade e com preponderância data do final do século IV. Efectivamente, no ano 398, um decreto imperial visou punir todos os indivíduos que interferissem no correcto funcionamento do curso aquífero que alimentava as *aquae molae*.⁵²⁴ O facto de a administração anonária ter criado legislação exclusivamente destinada às azenhas, a fim de punir quem quer que ameaçasse o regular funcionamento das mesmas, parece ser indicador de que desempenhavam um papel suficientemente relevante no processamento do cânone frumentário, no término do século IV.

Ao contrário dos *pistrina*, que reuniam em simultâneo tecnologias para a moenda e panificação do cereal, as *aquae molae* continham apenas pedras de moagem. Mas como eram alimentadas pela energia dos cursos de água, conseguiam processar volumes muito superiores de cereal.⁵²⁵ Nesta senda, A. Chastagnol considerou provável a hipótese de que isso teria concorrido para transferir o processo de moeda para as *aquae molae*, na segunda metade do século IV.⁵²⁶ Entretanto, as prospecções arqueológicas revelaram que algumas dessas azenhas datam do século III. Nessa esteira, F. Coarelli propôs a hipótese de que teriam sido instaladas em quantidade pelo imperador Severo Alexandre (222-235). Consequentemente, teriam desempenhado um papel determinante na moagem dos *frumenta fiscalia* logo desde a introdução das distribuições de pão.⁵²⁷

Todavia, como E. Tengström argumentou, o exame das exigências logísticas parece refutar tanto a tese do investigador francês, como a do investigador italiano.⁵²⁸ Com efeito, no plano geográfico, as azenhas encontravam-se aglomeradas nas ladeiras do monte Janículo, situado no interior da região XIV, na margem esquerda do rio Tibre. Eram propelidas pelas águas do lago Bracciano, que fluíam até Roma nos ductos da *Aqua Traiana*, achando depois caminho até às azenhas mediante um canal construído para o

⁵²² *CURIOS. URB.* reg. 14.8-9.

⁵²³ *PRUD. c. Symm.* 2.950.

⁵²⁴ *COD. THEOD.* 14.15.4 (398); MORITZ, L. A., *Op. cit.*, pp. 134-138.

⁵²⁵ FORBES, R. J., *Op. cit.*, volume 2, p. 94.

⁵²⁶ Cf. CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 311.

⁵²⁷ Cf. BELL, M., “An imperial flour mill on the Janiculum”, *Le Ravitaillement en blé de Rome et des centres urbains des débuts de la République jusqu'au Haut-Empire. Actes du colloque international de Naples*, 1991, Rome, École Française de Rome, 1994, pp. 84-87; COARELLI, F., “La situazione edilizia di Roma sotto Severo Alessandro”, *L'Urbs. Espace urbain et histoire (Ier siècle av. J.-C. - IIIe siècle ap. J.-C.)*. *Actes du colloque international de Rome*, Rome, École Française de Rome, 1987, pp. 448-456.

⁵²⁸ Cf. TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 77.

feito.⁵²⁹ A descoberta de outro canal sugere que as águas da *Aqua Alsietina* também foram captadas para o mesmo fim.⁵³⁰ De qualquer modo, a localização relativamente remota do complexo exigiria que o frumento fiscal fosse carregado em carroças e movido lentamente pelas ruas das restantes treze regiões da cidade, sujeito aos elementos, continuamente até às pontes, a fim de ser atravessado para a outra margem do flúmen. Depois, seria necessário atravessar as ruas da região XIV; que, ao tempo do Império tardio, parece ter sido um dos espaços mais densamente povoados da cidade.⁵³¹ Por fim, arribado ao sopé do monte Janículo, haveria que se enfrentar a inclinação do promontório, a fim de fazer chegar o cereal às azenhas. E como estas não contivessem equipamento de panificação, a farinha teria de ser recarregada nas carroças. Depois, teria de cumprir o trajecto no sentido inverso, a fim de ser levada para os *pistrina* sujeitos ao *munus pistorium*, espalhados pelas catorze regiões da cidade, onde seria panificada. Todo este processo parece ser proibitivamente complexo e arriscado para que fosse utilizado pela administração anonária. Ademais, a multiplicação das operações de carga e descarga, a par do sucessivo vaziamiento e enchimento das sacas, constituiria terreno fértil para a perpetração de fraudes; e um édito promulgado no ano 488, pelo prefeito urbano C. Júlio Eclésio Dínamo, revela que os *molendinarii* eram deveras propensos à subtracção de cereal fiscal. De facto, dado que até essa data não parecem ter existido instrumentos de mensura (nem *mensores*) nas azenhas, os *molendinarii* declaravam ter moído menos cereal do que aquele que realmente tinham processado, retendo a diferença para lucro pessoal.⁵³² Por fim, como E. Tengström referiu, não parece ter sido inusual a ocorrência de problemas relacionados com o fluxo aquífero. Nesta senda, a inutilização temporária das *aquae molae* poderia comprometer seriamente não só o êxito das distribuições, mas também todo o processamento frumentário da cidade, contanto que tivesse havido uma transição quase integral para esta nova tecnologia. Portanto, afigura-se mais provável que as *aquae molae* tenham coexistido com os *pistrina*, no período coberto pela presente dissertação.⁵³³ E com efeito, no édito de 488 foi fixada a remuneração não só dos *molendinarii*, mas também dos *pistores*.⁵³⁴ As *aquae molae* parecem ter-se tornado mais importantes do que as *molae asinariae* somente nas décadas subsequentes. De facto, no ano 537, quando os exércitos

⁵²⁹ PROCOP. *Goth.* 1.19.6-10. Para este assunto, vide RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome* [...], p. 206; TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 77.

⁵³⁰ Cf. BELL, M., *Op. cit.*, p. 82.

⁵³¹ Cf. LE GALL, J., *Op. cit.*, pp. 283, 314.

⁵³² *CIL.* 6.1711; JONES, A. H. M.; MARTINDALE, J. R.; MORRIS, J., eds., *Op. cit.*, p. 382.

⁵³³ Cf. TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 77.

⁵³⁴ *CIL.* 6.1711; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure* [...], p. 349.

godos cercaram Roma, Belisário foi instado a instalar azenhas flutuantes no rio Tibre, a fim de assegurar a continuidade do processamento frumentário. Este facto parece sugerir que a *mola asinaria* perdera muito do peso que detivera nos séculos anteriores.⁵³⁵ Porém, não impede a possibilidade de terem continuado a existir *pistrina*, conquanto despojados de parte considerável da sua anterior capacidade de moagem, possuindo sobretudo salas para amasso da farinha e fornos para a cozedura do pão.

Ora, regressando às actividades conduzidas nos *pistrina* pertencentes aos *pistores corporis*, as fontes atestam a existência de um pão, distinto do pão anonário, denominado ‘*panis ostiensis adque fiscalis*’. Com efeito, num decreto promulgado em Abril de 398, determinou-se que o preço desse pão deveria ser fixado no valor de 1 *nummus*.⁵³⁶ Segundo J. P. Waltzing e J.-M. Carrié, a lei reportou-se provavelmente a uma única espécie de *panis*, para a qual existiam duas denominações (i. e., ‘*ostiensis*’ e ‘*fiscalis*’).⁵³⁷ O segundo adjectivo justifica-se, por um lado, pelo facto de o seu preço ter sido fixado pelo fisco imperial; e, por outro, por ter sido confeccionando muito provavelmente com *frumenta fiscalia*.⁵³⁸ Já a etiologia do primeiro adjectivo tem sido terreno de debate. Efectivamente, R. Meiggs sugeriu que teria tido origem no facto de ter sido um pão preparado em Óstia, pelos *pistores ostienses*, para ser consumido em Roma.⁵³⁹ Já C. Pharr argumentou que teria relação com o facto de ter sido preparado com cereais descarregados em Óstia.⁵⁴⁰ E E. Tengström refutou ambas as hipóteses, propondo uma terceira: este pão teria sido apelidado de ‘*ostiensis*’ por via de alguma característica especial, própria dos pães cozinhados em Óstia.⁵⁴¹ Por fim, D. Vera considerou que o nome oficial deste pão seria ‘*panis ostiensis*’ e que o adjectivo ‘*fiscalis*’ teria sido adicionado no rescrito por motivos práticos, i. e., para que quando a constituição fosse lida, o pão visado pela legislação fosse identificado sem equívocos, assegurando-se desse modo a correcta interpretação da lei e a sequente aplicação da tarifa.⁵⁴²

Que utilização seria concedida a este pão? A tese mais difundida no meio historiográfico reputa que tal como os *uina fiscalia*, assim também o *panis ostiensis* era vendido a um preço determinado pelo fisco imperial. Contudo, enquanto os vinhos se destinavam

⁵³⁵ PROCOP. *Goth.* 1.19.19-22; MORITZ, L. A., *Op. cit.*, pp. 137-139.

⁵³⁶ COD. THEOD. 14.19.1 (398).

⁵³⁷ Cf. CARRIÉ, J.-M., *Op. cit.*, p. 1037; WALTZING, J.-P., *Op. cit.*, p. 84.

⁵³⁸ Cf. CARRIÉ, J.-M., *Op. cit.*, pp. 1039-1040; DURLIAT, J., *Op. cit.*, p. 52.

⁵³⁹ Cf. R. MEIGGS, *Op. cit.*, p. 274.

⁵⁴⁰ Cf. PHARR, C., trad., *The Theodosian Code and novels and the Sirmondian Constitutions*, Princeton, Princeton University Press, 1952, p. 420, nota 1.

⁵⁴¹ Cf. TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, pp. 96-97.

⁵⁴² Cf. VERA, D., *Op. cit.*, pp. 341-345.

exclusivamente a uma faixa da população, identificada com os beneficiários das distribuições viníferas, o pão fiscal seria consumido por toda a cidade.⁵⁴³ Deste modo, o cânone frumentário alimentaria dois circuitos paníferos: por um lado, fornecia o cereal utilizado na confecção do *panis gradilis*; por outro, provia o cereal destinado à preparação do *panis ostiensis*. J.-M. Carrié considerou que ambos eram processados e cozinhados nos *pistrina* sujeitos ao *munus pistorium*, sendo que do segundo circuito panífero proviriam alguns rendimentos monetários para os *pistores corporis*. Mas isso exigiria uma capacidade de processamento assaz lata. Neste contexto, o historiador francês apoiou-se num passo de Sócrates Escolástico, onde é referido que em Roma existiam estruturas ingentes, nas quais era produzido o pão para as distribuições. Identificando essas estruturas com os *pistrina* do *corpus pistorum*, o historiador considerou que a corporação disporia de capacidade para sustentar o ónus de produzir os pães constituintes dos dois circuitos.⁵⁴⁴

Contudo, D. Vera reputou como inverosímil a tese de que possa ter existido um circuito de *panis ostiensis* em Roma. Primeiro, a constituição onde é referido surge isolada no *Codex Theodosianus*, separada das regulações atinentes às questões cerealíferas da *Vrbs*. Com efeito, foi inserida num separador em que, salvo um rescrito concernente às distribuições de azeite, todos os restantes visam um conjunto lato e diverso de problemas, respeitantes ao rio Tibre, *Portus*, Alexandria, Cartago, Constantinopla... Segundo, embora seja desconhecida a qualidade do pão, o preço de 1 *nummus* afigura-se demasiado baixo. Particularmente porque no ano 398 se vivia num clima de precariedade frumentária, por via da revolta de Gildão. Todavia, segundo o investigador italiano, o problema do preço reduzido desaparece se se assumir que o *panis ostiensis* era vendido em Óstia, a um número limitado de beneficiários. Ademais, se tivesse existido em Roma, esse preço teria atraído multidões das regiões circundantes, algo que parece improvável, porquanto a dimensão demográfica parece ter permanecido estável até aos anos 408-410. De outro modo, supondo que realmente tivesse existido em Roma e tivesse sido vendido de modo racionado, teria tido impacte exíguo numa urbe tão povoada. Deste modo, D. Vera concluiu que o *panis ostiensis* não existiu em Roma.⁵⁴⁵

⁵⁴³ Cf. VERA, D., *Op. cit.*, p. 342.

⁵⁴⁴ SÓCR. *Hist. Eccl.* 5.18, apud SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 341; CARRIÉ, J.-M., *Op. cit.*, pp. 1066-1067.

⁵⁴⁵ Cf. VERA, D., *Op. cit.*, pp. 346-351.

Ambas as teses possuem fundo de verosimilhança. Todavia, parece-nos pertinente aventar uma terceira hipótese, que pode tornar compreensível o preço consideravelmente baixo do *panis ostiensis*, sem recurso à conclusão de que nunca tivesse existido em Roma. Ora, parece-nos plenamente verosímil a hipótese de J.-M. Carrié, de que uma grossa parte do cânone frumentário fosse utilizada para alimentar um segundo circuito panífero, não gratuito, e cujo preço reduzido tornava o pão num preparado susceptível de ser consumido virtualmente por toda a população. Com efeito, assumindo que o *canon* era composto por ca. 27.000.000 de módios e sabendo que as distribuições de pão exigiam, no máximo, 9.000.000-12.000.000 de módios,⁵⁴⁶ a preparação e venda de *panis ostiensis* constituiriam um segundo fim para o cereal do cânone.

No atinente ao preço bastante reduzido deste pão, talvez seja pertinente recuperar uma tese de P. Erdkamp. Com efeito, o investigador demonstrou que no mundo antigo se reputava como dever das autoridades a manutenção do preço dos alimentos em níveis justos, principalmente em períodos de crise.⁵⁴⁷ Como se verificou, o rescrito relativo ao *panis ostiensis* foi promulgado precisamente num período de incerteza frumentária. De facto, o cânone frumentário fora embargado por Gildão, facto que conduziu Estilício a organizar importações de emergência, procedentes da diocese de Viena e da diocese das Gálias.⁵⁴⁸ Porém, é possível que o cânone interino não fosse tão amplo quanto o *canon Africae*. Segue-se que o preço do cereal pode ter recrudescido, agudizando a tendência de encarecimento, existente desde o Inverno de 394, quando Gildão deu início à redução dos volumes de *frumenta fiscalia* exportados.⁵⁴⁹ Deste modo, é provável que instada a agir, a

⁵⁴⁶ Com efeito, desde 73 a.C. que eram outorgados mensalmente 5 módios de cereal aos 150.000-200.000 beneficiários das *frumentationes*, perfazendo um total de 9.000.000-12.000.000 módios necessários anualmente para as distribuições. Após a substituição destas por distribuições de pão, sob Aureliano, o volume de cereal utilizado permaneceu constante. Com efeito, embora os 5 módios não fossem outorgados em grão de cereal, continuaram a ser a quantidade necessária para preparar o *panis gradilis*, independentemente das variações de qualidade deste. Por conseguinte, os 9.000.000-12.000.000 módios mantiveram-se enquanto quantidade de cereal requerida anualmente para assegurar o correcto funcionamento das distribuições de pão. Vide CARRIÉ, J.-M., *Op. cit.*, pp. 1044-1047; DURLIAT, J., *Op. cit.*, pp. 62-63; TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 27; VERA, D., *Op. cit.*, p. 349, com nota 99.

⁵⁴⁷ Cf. ERDKAMP, P., “A starving mob has no respect. Urban markets and food riots in the roman world. 100 BC-400 AD”, *The transformation of economic life under the Roman Empire. Proceedings of the second workshop of the international network impact of empire. Roman empire, c. 200 B.C. - A.D. 476*, edição de J. Rich e L. de Blois, Amsterdam, J. C. Gieben, 2002, pp. 109-110, 115. Pois se em períodos regulares ca. 2/4 a 3/4 do ordenado eram gastos em alimento (no caso da presente dissertação, em cereal), o encarecimento do mesmo em períodos de carestia colocaria uma faixa considerável da população em regime alimentar assaz frugal. Vide ERDKAMP, P., “The food supply of the capital”, *The Cambridge companion to ancient Rome [...]*, p. 267.

⁵⁴⁸ Vide, *supra*, pp. 74-75.

⁵⁴⁹ Vide, *supra*, pp. 73-74.

administração anônaria tenha emitido o decreto em discussão, alguns meses antes da derrota de Gildão. Neste contexto, torna-se compreensível a fixação do preço do *panis ostiensis* num nível bastante acessível, ou justo, de acordo com as expectativas populares. Ademais, cuidou-se ainda em sancionar todos aqueles que tentassem acompanhar a tendência do mercado, aumentando o preço deste pão (i. e, provavelmente, os *pistores*).⁵⁵⁰ Agindo em nome do *augustus* Honório, Estilício assegurava assim o êxito da *cura annonae* no plano dos preços praticados quotidianamente na Urbe, durante o período de instabilidade anônaria. É verosímil que o preço do *panis ostiensis* tenha recrudescido um pouco após a derrota de Gildão, quando a estabilização do sistema anônario aumentou a oferta de cereal nos mercados de Roma, ainda que permanecendo sempre num nível acessível.

Reservados os *frumenta fiscalia* necessários para a preparação do *panis gradilis* e do *panis ostiensis*,⁵⁵¹ o restante cânone frumentário deve ter sido lançado periodicamente no mercado. A comercialização controlada de cereal fiscal, verosimilmente efectuada sob a direcção do prefeito da *annona*, comportava o benefício de manter os preços em níveis moderados, graças à manutenção de uma oferta mais ou menos estável.⁵⁵² Esta proposição foi aventada por H. P. d'Escurac e reporta-se ao alto Império. Não obstante, parece-nos igualmente aplicável ao período do Império tardio. Na verdade, é inverosímil que os dois circuitos paníferos conseguissem satisfazer as necessidades de toda a cidade. Primeiro, o *panis gradilis* destinava-se a um número limitado de beneficiários e tinha capacidade de nutrir, no máximo, uma família composta por dois membros.⁵⁵³ Segundo, embora o *panis ostiensis* utilizasse parte considerável do cânone frumentário, ainda assim a sua produção estava limitada à capacidade de processamento e panificação dos *pistrina publica*, bem como, talvez, à capacidade de moagem das *aquae molarum*. Assim, afigura-se verosímil que a população tenha satisfeito o restante das suas necessidades mediante o recurso à compra

⁵⁵⁰ COD. THEOD. 14.19.1 (398): “*sancimus autem, ut nullus per sacrum rescriptum audeat pretium ampliare*”. A hipótese de que seriam os *pistores* aqueles que se sentiriam impelidos a ampliar o preço foi aventada por VERA, D., *Op. cit.*, p. 346.

⁵⁵¹ Na historiografia tem-se discutido acerca da existência de outro pão, cozinhado com cereal do cânone frumentário e denominado ‘*panis aedificiorum*’. Todavia, a sua existência é discutível e na contingência de ter existido, a sua disseminação deve ter sido residual. Por isso, não será perscrutado na presente dissertação. Para um exame do mesmo, vide CARRIÉ, J.-M., *Op. cit.*, pp. 1090-1094; DURLIAT, J., *Op. cit.*, pp. 64-65.

⁵⁵² Cf. D'ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, pp. 169, 187.

⁵⁵³ Com efeito, com um peso máximo documentado de 1360 g, era verosimilmente insuficiente para nutrir mais do que dois adultos. Para este assunto, vide, ERDKAMP, P., “The food supply of the capital”, *The Cambridge companion to ancient Rome [...]*, p. 265; GARNSEY, P., *Famine and food supply in the graeco-roman World [...]*, p. 214; TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 80. Para o peso do *panis gradilis*, vide, *infra*, pp. 138, 141.

de cereais no mercado.⁵⁵⁴ Desse modo, a injeção periódica e regrada de *frumenta fiscalia* no mercado concederia a possibilidade de se obterem cereais a preço moderado, facto que se achava em plena concordância com o propósito da *cura annonae* imperial, de prover cerealiferamente o colectivo da população.⁵⁵⁵

Da parte da administração anonária, a observância da introdução regrada dos *frumenta fiscalia* era fundamental. Porquanto tinham de ser introduzidos simultaneamente em volume bastante, para moderar o nível dos preços, mas não excessivo, para não causar retracções no sector livre do mercado.⁵⁵⁶ Embora sejam desconhecidas as dimensões deste sector, é provável que fosse abastecido por um conjunto lato e diverso de indivíduos. Para A. Chastagnol, os senadores, senhores de vastas propriedades rurais, constituíam os principais abastecedores do sector livre do mercado.⁵⁵⁷ J.-M. Carrié lembrou ainda que como residiam em Roma, deveriam conhecer relativamente bem a dimensão das necessidades da população, facto que predispô-los-ia a preencherem essa posição.⁵⁵⁸ Além destes, J.-M. Carrié considerou verosímil a hipótese de que os *naucularii corporis* também tivessem comerciado privadamente em Roma. Pois também eram proprietários fundiários e as suas terras (donde extraíam os rendimentos para financiarem o seu múnus) não só eram inalienáveis, como parecem ter sido eximidas do pagamento de tributos anonários. Logo, é verosímil que dispusessem de excedentes, passíveis de serem comerciados no biénio concedido entre o carregamento dos *frumenta fiscalia* e a rendição da *securitas* nos portos de embarque.⁵⁵⁹ Mas após o prazo para entrega da *securitas* ter sido abreviado para um ano, em 396, é provável que tenham passado a desempenhar um papel assaz residual no abastecimento do mercado livre.⁵⁶⁰ Por fim, no contexto de uma série de dificuldades de aprovisionamento cerealífero, ocorridas nos anos 383-384, as fontes mencionam a existência de comerciantes provenientes da diocese de Itália anonária. Com efeito, no ano

⁵⁵⁴ Cf. JAÏDI, H., *Op. cit.*, pp. 101-102.

⁵⁵⁵ Cf. D'ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, p. 169. Os grãos comprados no mercado podiam ser utilizados de modos diversos. Se os adquirentes possuísssem almofarizes e fornos, tinham a possibilidade de cozinhar o seu próprio pão; se apenas possuísssem almofarizes, podiam moer o cereal, para que fosse consumido em papas. De outro modo, havia a hipótese de recorrerem aos *pistrina priuata*, para que os seus cereais fossem moídos e, se desejassem, panificados. É verosímil que as azenhas também prestassem o serviço de moenda, principalmente aos habitantes da região XIV. Além disso, como A. Zuiderhoek e W. Broekaert notaram, dado que o processo de cozedura exigia gastos consideráveis em combustível e comportava o risco de deflagração de incêndios, é provável que a tarefa de panificação tenha sido confiada aos *pistores* alheios ao *corpus pistorum*. Vide BROEKAERT, W.; ZUIDERHOEK, A., "Industries and services", *The Cambridge companion to ancient Rome* [...], p. 323.

⁵⁵⁶ Cf. D'ESCURAC, H. P., *Op. cit.*, pp. 260-261.

⁵⁵⁷ Cf. CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire* [...], p. 301.

⁵⁵⁸ Cf. CARRIÉ, J.-M., *Op. cit.*, pp. 1047-1049.

⁵⁵⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 1051-1053.

⁵⁶⁰ Vide, supra, p. 91.

383, como resultado talvez de um volume menor de precipitação, as colheitas nas regiões em torno do mar Mediterrâneo, incluindo nas províncias cerealíferas norte-africanas, foram insuficientes. Consequentemente, em Roma sobreveio uma crise de penúria frumentária, anunciada desde o ano anterior.⁵⁶¹ Todavia, as terras gálicas e as províncias da diocese de Itália anonária parecem ter sido pouco afectadas.⁵⁶² No ano seguinte, assinalado pela passagem de Q. Aurélio Símaco pela prefeitura urbana, a cidade eterna foi novamente atingida pela carestia. Com efeito, segundo a correspondência de Símaco, o cânone frumentário parece ter sido deficitário. Nesta senda, onerada por duas crises sucessivas, a população parece ter instado o prefeito urbano a expulsar os *peregrini* que se achavam na cidade, requesto ao qual anuiu.⁵⁶³ Ora, segundo Ambrósio, bispo de Milão, entre os *peregrini* encontravam-se indivíduos oriundos das regiões cisalpinas da diocese de Itália anonária, os quais comerciavam desde há muito tempo importantes quantidades frumentárias em Roma.⁵⁶⁴ J.-M. Carrié sublinhou que estes parecerem ter possuído terras ou conexões com grandes proprietários fundiários, donde auferiam consideráveis quantidades de provisões tritíceas, que traziam para vender no mercado de Roma.⁵⁶⁵ Nesta senda, como deverá ser entendida a expulsão dos mesmos num período em que as suas actividades eram necessárias? Como verificado, no ano 383 a Itália anonária foi pouco atingida pela vaga de más colheitas. E segundo Ambrósio, em 384 as safras foram de tal modo abundantes, que o próprio reputou que poderiam ter suprimido a carestia em Roma, contanto que os negociantes cisalpinos não tivessem sido expulsos conjuntamente com os restantes *peregrini*.⁵⁶⁶ Nesta senda, não é inverosímil que Símaco tenha tomado essa resolução por via da pressão popular, receando que o declínio do requesto pudesse suscitar um motim. J.-M. Carrié considerou que também pode ter havido alguma espécie de pressão procedente do círculo senatorial. De facto, dado que a expulsão era uma medida temporária,⁵⁶⁷ pode ter sido ambicionada pelos senadores, pois a presença dos negociantes cisalpinos goraria a possibilidade de aproveitarem a conjuntura para especularem sobre o preço do cereal.⁵⁶⁸ De qualquer modo, no princípio de Outubro a carestia achava-se já

⁵⁶¹ SYMM. *Epist.* 4. 74; *Rel.* 3.15-17; JAÏDI, H., *Op. cit.*, pp. 48-49; PALANQUE, J.-R., “Famines à Rome à la fin du IV^e siècle”, *Revue des études anciennes*, tomo 33, n.º 4, Bordeaux, 1931, pp. 346-348, 353-353.

⁵⁶² PALANQUE, J.-R., *Op. cit.*, pp. 346-347.

⁵⁶³ SYMM. *Epist.* 2.7.3; PALANQUE, J.-R., *Op. cit.*, p. 351.

⁵⁶⁴ AMBR. *Off.* 3.7.46-51; PALANQUE, J.-R., *Op. cit.*, pp. 349-351.

⁵⁶⁵ Cf. CARRIÉ, J.-M., *Op. cit.*, pp. 1053-1055.

⁵⁶⁶ AMBR. *Off.* 3.7.49; PALANQUE, J.-R., *Op. cit.*, pp. 349-351.

⁵⁶⁷ CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 268.

⁵⁶⁸ Cf. CARRIÉ, J.-M., *Op. cit.*, p. 1055; JAÏDI, H., *Op. cit.*, pp. 129-130.

solucionada e a quietude retornara a Roma.⁵⁶⁹ Como H. Jaidi afirmou, enquanto medida, a expulsão de *peregrini* valia de pouco, pois constituíam uma percentagem muito pequena da população total da Urbe. Isso será indicador de que era não propriamente uma solução, mas sobretudo um modo de apaziguar e agradar ao grosso da plebe, que, possivelmente, se amotinaria contra o prefeito urbano, caso este não agisse desse modo.⁵⁷⁰ E como J.-R. Palanque asseriu, a repulsa de Símaco em relação à expulsão dos *peregrini*, patenteada numa epístola endereçada a Flaviano,⁵⁷¹ combinada com outras dificuldades que surgiram durante a sua titularidade da prefeitura urbana, devem ter contribuído para que o próprio apresentasse a sua demissão, no princípio do ano seguinte.⁵⁷²

Por fim, na posse do cereal comprado no mercado, aqueles que não possuísem instrumentos de moagem e/ou cozedura poderiam recorrer aos *pistrina priuata*, para que os *pistores* moessem e, se desejado, panificassem o cereal.⁵⁷³ Verosimilmente, os *pistores* exteriores ao *corpus pistorum* abastecer-se-iam com frumento comprado no mercado;⁵⁷⁴ que deveriam utilizar para confeccionar uma miríade de pães. Com efeito, como J. André demonstrou, em função do grau de extracção que aplicassem aos seus cereais, poderiam produzir *panes* de diferentes características e qualidades; que iam do pão de farinha-flor, de cor cândida e relativamente limpo de impurezas, ao pão grosseiro, também apelidado de ‘*plebeius*; *sordidus*; ou *nigrus*’, mais barato, mas de tom escuro e repleto de farelo. Havia também pães integrais (*autopyrus*), bem como pães aspergidos com uma variedade de sementes. Não raro, eram produzidos *panes* especiais, por meio da adição de certos ingredientes à massa.⁵⁷⁵ Por fim, J.-M. Carrié reputou que também seriam confeccionados artigos de pastelaria.⁵⁷⁶

Assim, após ter sido emitido dos *horrea* dispersos pelas catorze regiões de Roma, o cânone frumentário parece ter seguido diversas rotas, todas conducentes ao mesmo fim: manter alimentada a população da *urbs aeterna*. De facto, os habitantes da Urbe podiam aceder aos, e consumir os *frumenta fiscalia* de diferentes maneiras: por um lado, obtendo o produto em grão, no mercado, normalmente a preço justo e moderado, concedendo-lhe

⁵⁶⁹ Cf. JAÏDI, H., *Op. cit.*, p. 124.

⁵⁷⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 136-137.

⁵⁷¹ SYMM. *Epist.* 2.7.3. Numa crise de penúria frumentária sobrevinda no ano 376, os *peregrini* quase foram expulsos da Urbe, mas o prefeito urbano Arádio Rufino conseguiu evitar o recurso a essa medida. Para esse evento, vide AMBR. *Off.* 3.7.46-48; PALANQUE, J.-R., *Op. cit.*, pp. 348-349.

⁵⁷² Cf. PALANQUE, J.-R., *Op. cit.*, pp. 351-352.

⁵⁷³ Vide, supra, p. 133, nota 555.

⁵⁷⁴ Cf. CARRIÉ, J.-M., *Op. cit.*, p. 1067.

⁵⁷⁵ Cf. ANDRÉ, J., *Op. cit.*, pp. 65-70.

⁵⁷⁶ Cf. CARRIÉ, J.-M., *Op. cit.*, p. 1068.

depois o fim desejado, i. e., consumindo-o ou em papas ou sob a forma de pão, comprando para isso os serviços de processamento oferecidos pelos *pistores priuati*; por outro, por meio da compra de *panis ostiensis*, confeccionado nos *pistrina publica* e vendido a preço acessível; e por outro, mediante a compra de artigos de padaria e pastelaria, produzidos nos *pistrina priuata*. Além destes, para uma faixa privilegiada da população existia ainda um quarto ponto de acesso ao cereal fiscal: as distribuições de pão, onde era outorgado o *panis gradilis*.

6.2 As distribuições de pão

No ponto precedente perscrutámos os ductos através dos quais a administração anonária tornava os *frumenta fiscalia* acessíveis à população de Roma. Porém, resta ainda examinar o último canal, dirigido a uma faixa privilegiada da população: as distribuições de pão, no decurso das quais era outorgado o *panis gradilis*.

A tradição atribuiu ao imperador Aureliano a instituição das distribuições de pão, provavelmente no ano 274.⁵⁷⁷ As quais substituíram as antigas distribuições de frumento, realizadas desde 123 a.C. e que consistiam, desde 58 a.C., na entrega mensal e gratuita de 5 módios de frumento (ca. 33 kg) a cada beneficiário.⁵⁷⁸ Com efeito, segundo a *Historia Augusta*, tendo suprimido estas, o *princeps* determinou que doravante cada beneficiário receberia perpetuamente ca. 650 g de pão de boa qualidade (*siligineus*).⁵⁷⁹

A reforma anonária de Aureliano comporta várias questões: primeiro, o benefício panífero permaneceu gratuito? Segundo, qual seria a qualidade do pão outorgado? Terceiro, qual seria a periodicidade das distribuições? E quarto, onde e como decorriam?

No concernente à primeira questão, num passo da *Historia Augusta*, o biógrafo do imperador registou que “[Aurelianus] Statuerat et vinum gratuitum populo Romano dare, ut, quemadmodum oleum et panis et porcina gratuita praebentur, sic etiam vinum daretur, quod perpetuum hac dispositione conceperat”.⁵⁸⁰ O passo reporta-se a um momento posterior à instituição das distribuições de pão, porquanto são apresentadas já como uma realidade. E segundo o biógrafo, conservavam ainda a sua gratuitidade.⁵⁸¹ As informações aventadas na *Historia Augusta* são corroboradas pelo *Chronographus anni CCCLIII*. De facto, num passo concernente ao imperador, assere-se que “Aurelianus [...] panem oleum et sal populo iussit dari gratuite.”⁵⁸² Portanto, o testemunho documental parece autorizar

⁵⁷⁷ COARELLI, F., *Op. cit.*, pp. 452-456, sugeriu que as distribuições de pão teriam sido introduzidas pelo *princeps* Alexandre Severo. Contra, vide, por todos, DURLIAT, J., *Op. cit.*, p. 41; FUJISAWA, A., *Op. cit.*, p. 169; PARKER, H. M. D., *Op. cit.*, p. 207; VIRLOUVET, C., “L’approvvigionamento di Roma imperiale: una sfida quotidiana”, *Roma imperiale [...]*, p. 125.

⁵⁷⁸ SALL. *Macri.* 19; DURLIAT, J., *Op. cit.*, pp. 61-62; FUJISAWA, A., *Op. cit.*, p. 174; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, pp. 156-172.

⁵⁷⁹ COD. THEOD. 14.16.2 (416): “*annona in pane cocto*”; HIST. AUG. *Aurelian.* 35.1; ZOS. 1.61.3. Para a conversão das unidades de peso romanas em gramas, vide RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 207.

⁵⁸⁰ HIST. AUG. *Aurelian.* 48.1.

⁵⁸¹ Cf. DRINKWATER, J., “Aurelian, 270-5”, *The Cambridge ancient history. The crisis of empire, A.D. 193-337 [...]*, p. 53.

⁵⁸² *Chronographus anni CCCLIII*, f. 65^v.11, p. 148.

a inferência de que as recém-instituídas distribuições paníferas conservaram a gratuidade, pelo menos, até ao fim do principado de Aureliano.⁵⁸³

Porém, transcorrida uma centúria, no ano 369 os *augusti* Valentiniano I e Valente promulgaram um rescrito, onde determinaram que doravante os beneficiários passariam a receber de modo gratuito 960 g de pão de boa qualidade, repartidas por seis bolas, por oposição às 1360 g de pão grosseiro, repartidas por vinte bolas, que até então era distribuído, a troco de pagamento.⁵⁸⁴ O texto não especifica o valor exigido, mas A. H. M Jones considerou que deveria ser uma quantia simbólica, significativamente inferior ao preço do pão no mercado livre.⁵⁸⁵ De qualquer modo, o texto patenteia que o benefício panífero se tornara pago em algum momento da centúria que medeia entre o término do principado de Aureliano e a emissão deste rescrito. A correspondência de Símaco sugere ademais que possam ter existido alternâncias entre períodos em que o benefício era pago e períodos em que era gratuito. Esta hipótese foi aventada por E. Tengström, a partir do exame de uma epístola datada do ano 396 e, por isso, aplicada à segunda metade do século IV.⁵⁸⁶ Porém, parece igualmente aplicável à primeira metade da centúria, porquanto foi redigida num tempo de dificuldades anónimas, causadas pela redução do cânone frumentário, aquando da defecção de Gildão.⁵⁸⁷ E com efeito, na primeira metade do século, a *annona* sofreu perturbações não menos graves. Como aquando da usurpação de L. Domício Alexandre, que subtraiu as províncias cerealíferas norte-africanas à cidade de Roma, desencadeando uma carestia que durou tanto tempo quanto a rebelião,⁵⁸⁸ ou durante a disputa pela exclusividade do diadema imperial, entre os *augusti* Juliano e Constâncio II, quando o *canon urbis Romae* foi redireccionado para a cidade de Constantinopla.⁵⁸⁹

O decreto dos imperadores Valentiniano I e Valente revela que a qualidade do benefício também esteve sujeita a oscilações. Com efeito, os *augusti* estabeleceram que doravante seria concedido pão de boa qualidade (*panis mundus*), em vez do pão grosseiro (*panis sordidus*), distribuído até esse momento. A qualidade do pão depende: primeiro, da qualidade da farinha, i. e., do grau de extracção; e segundo, da espécie tritícea utilizada.

⁵⁸³ Cf. RUGGINI, L. C., *Op. cit.*, p. 163.

⁵⁸⁴ COD. THEOD. 14.17.5 (369). Para a conversão das unidades de peso romanas em gramas, vide ANDRÉ, J., *Op. cit.*, p. 72; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 207,

⁵⁸⁵ Neste ponto alinhamos na opinião de A. H. M. Jones, C. Humfress e P. Garnsey, de que a quantia exigida seria provavelmente inferior ao preço de venda comercial do pão. Para a mesma, vide GARNSEY, P.; HUMFRESS, C., *The Evolution of the Late Antique World [...]*, p. 110; JONES, A. H. M., *The Later Roman Empire. 284-602 [...]*, volume 1, p. 696.

⁵⁸⁶ SYMM. Epist. 6.14.2; TENGSTRÖM. E., *Op. cit.*, p. 80.

⁵⁸⁷ Vide, *supra*, pp. 73-76.

⁵⁸⁸ Vide, *supra*, pp. 68-69.

⁵⁸⁹ Vide, *supra*, pp. 70-71.

Como L. A. Moritz sumariou, as duas principais espécies de trigo utilizadas na produção panífera, em Roma, eram o *triticum uulgare* e o *triticum durum*. Da primeira, eram extraídos quatro tipos de farinha, por ordem decrescente de qualidade: *siligo*, *flos*, *cibarium* e *furfures*. De modo análogo, a segunda espécie originava: *similago*, *pollen*, *secundarium* e *furfures*. Em ambos os casos, *furfures* eram farinhas compostas por farelo, não utilizadas na confecção do *panis gradilis*. Portanto, é provável que *siligo* e, sobretudo, *flos*, no caso da primeira espécie, e *similago* e *pollen*, no caso da segunda, fossem utilizadas para confeccionar o *panis gradilis* de boa qualidade. Com a terceira gradação de farinha - *cibarium* e *secundarium* -, produzia-se o *panis gradilis* grosseiro.⁵⁹⁰ Assim, o *panis mundus*, outorgado a partir de 369, devia ser feito com uma mistura das duas melhores qualidades de farinha. Estas eram compostas por maior percentagem de endosperma e menor quantidade de farelo, facto que não só outorgava uma cor cândida à massa, como tornava-a relativamente limpa de impurezas.⁵⁹¹ Isso explica a utilização do adjectivo ‘*mundus*’, traduzido literalmente por ‘limpo’, para designar este pão.⁵⁹² O pão distribuído na sequência da reforma de Aureliano partilhou as mesmas características, facto patenteado pela presença do adjectivo ‘*siligineus*’.⁵⁹³ Inversamente, o *panis sordidus*, distribuído antes de 369, era feito com farinhas de qualidade terciária, i. e., *cibarium* ou *secundarium*. Como L. A. Moritz demonstrou, estas eram produzidas mediante o aproveitamento de todas as partes do grão e continham doses muito elevadas de farelo. Dado que o farelo tem a propriedade de conferir um tom escuro à massa,⁵⁹⁴ combinado com as partículas misturadas no miolo, isso transmitiria a impressão de que o pão estava ‘imundo’, i. e., ‘*sordidus*’,⁵⁹⁵ que foi justamente o adjectivo utilizado no rescrito imperial.⁵⁹⁶ Possivelmente, o pão ao qual Símaco aludiu, no ano 396, deve ter partilhado a mesma qualidade.

Como referido, além da qualidade da farinha utilizada, a espécie tritícea também concorre para determinar os traços definidores do pão. Efectivamente, o *triticum uulgare* era reputado por originar um pão leve e macio. Isso tem relação com o facto de esta ser a única espécie da qual é possível extrair farinha-flor; que é composta simultaneamente por percentagens elevadas de endosperma e porções residuais de farelo. Com efeito, a relativa

⁵⁹⁰ Cf. CARRIÉ, J.-M., *Op. cit.*, p. 1045; MORITZ, L. A., *Op. cit.*, pp. 172-176.

⁵⁹¹ Cf. MORITZ, L. A., *Op. cit.*, introdução, p. XXIV.

⁵⁹² Cf. *Dicionário de Latim-Português*, 3ª edição, Porto, Porto Editora, 2008, p. 426.

⁵⁹³ HIST. AUG. *Aurelian.* 35.1; CARRIÉ, J.-M., *Op. cit.*, p. 1045.

⁵⁹⁴ Cf. MORITZ, L. A., *Op. cit.*, introdução, p. XXIV, e pp. 172-173, 177-183.

⁵⁹⁵ Cf. *Dicionário de Latim-Português* [...], p. 611.

⁵⁹⁶ Concomitantemente, MART. 11.56.8 apelidou este pão de “*nigro pane*”; HOR. *Ep.* 2.1.123, de “*pane secundo*”; e CIC. *Tusc.*, 5.34.97 de “*cibarius [...] panis*”. Para uma súpula dos adjectivos utilizados para definir este tipo de pão, vide GARNSEY, P., *Cities, peasants and food in Classical Antiquity* [...], p. 235.

pureza da farinha possibilita a exposição do endosperma à acção dos processos químicos. E é justamente aí que estão concentradas as proteínas de glúten, reputadas por produzirem um pão alto, leve e macio, graças ao facto de reterem o ar no interior da massa.⁵⁹⁷ No caso do *triticum durum*, a moagem originava semolina; que não é passível de ser reduzida a farinha-flor. Consequentemente, o pão produzido com esta espécie tritícea definia-se por ser sólido e compacto, assemelhando-se provavelmente aos pães descobertos em Pompeios.⁵⁹⁸ E embora isso pudesse ser atenuado por meio do processo de fermentação, ainda assim o pão preparado com trigo vulgar parece ter sido preferido.⁵⁹⁹

Estes dados contribuem para relativizar a qualidade do *panis gradilis*. Com efeito, embora o pão distribuído sob Aureliano e após 369 fosse de boa qualidade (*siligineus*; *mundus*), contudo era preparado provavelmente com farinha de trigo duro, que era a principal espécie cultivada nas províncias cerealíferas norte-africanas e no vale do Nilo, i. e., nas regiões donde provinha o grosso do cânone frumentário.⁶⁰⁰ E o *panis sordidus*, distribuído antes de 369, preparado com farinha de terceira qualidade, extraída de grãos de *triticum durum* e pelo qual era exigido pagamento, deve ter ficado assaz aquém da noção de privilégio cívico associada às distribuições. Nesta senda, é muito provável que a verificação desse facto tenha impelido os *augusti* Valentiniano I e Valente a melhorarem a qualidade do benefício. Com efeito, restaurando a gratuidade e estabelecendo que doravante seria preparado com farinha de trigo duro de primeira qualidade, os imperadores restituíram às distribuições o seu prestígio secular e concederam aos beneficiários um pão de qualidade admirável, cumprindo dessa forma a sua missão enquanto *curatores annonae*.

É provável que a faixa da população fruidora das distribuições também possa ter consumido *panis gradilis* preparado com *triticum uulgare*. Pois em 397/398, aquando da defecção de Gildão, o cereal constituinte do cânone interino foi recolhido nas dioceses de Viena e das Gálias, onde era cultivada essa espécie tritícea.⁶⁰¹ Porém, em 396 Símaco asseverara que a qualidade do pão fora amplamente reduzida, verosimilmente por via da conjuntura de carestia. Logo, se essa asserção for extensível ao ano seguinte e aplicável

⁵⁹⁷ Vide BRAUN, T., *Op. cit.*, pp. 34-35; MORITZ, L. A., *Op. cit.*, pp. 11, 15, 152-154; THURMOND, D. L., *Op. cit.*, pp. 16, 60.

⁵⁹⁸ Vide WROTH, W., *Op. cit.*, p. 431b; ANDRÉ, J., *Op. cit.*, p. 66; MORITZ, L. A., *Op. cit.*, p. 15, 174-175.

⁵⁹⁹ Cf. THURMOND, D. L., *Op. cit.*, pp. 16, 20.

⁶⁰⁰ Vide, *supra*, pp. 18-19.

⁶⁰¹ Vide, *supra*, pp. 18-19.

ao *panis gradilis*, o facto de ter sido preparado provavelmente com trigo vulgar deve ter feito pouca diferença, porquanto seria utilizada uma farinha de terceira qualidade.⁶⁰²

Após ter sido preparado, como era distribuído o pão anonário? Antes da reforma de Aureliano, as *frumentationes* decorriam no *porticus Minucia*, situado na região IX da cidade. Todavia, afigura-se pouco verosímil que as distribuições paníferas tivessem sido concentradas no pórtico. Embora os cidadãos intitulados às *frumentationes* recebessem 5 módios de frumento mensalmente, as distribuições não decorriam no mesmo dia do mês para todos os beneficiários. Na verdade, os *accipientes* deslocavam-se ao pórtico em grupos reduzidos e em dias alternados. Por exemplo, o grupo A dirigia-se ao pórtico no dia anterior às calendas de Abril, retornando daí a um mês. Já o grupo B deslocava-se ao local nas calendas de Abril, regressando nas calendas de Maio.⁶⁰³ De outro modo, teria sido inoportável trasfegar num único dia os ca. 750.000-1.000.000 de módios destinados aos 150.000-200.000 beneficiários. Além disso, o recinto do pórtico não deveria comportar tamanha multidão, que dificilmente seria controlável pelas forças de policiamento urbano. Ora, é opinião consensual dos investigadores que as distribuições paníferas seriam realizadas diariamente para todos os beneficiários.⁶⁰⁴ Isso é sugerido: primeiro, por um passo do biógrafo de Aureliano, onde é referido que o *princeps* estruturou as distribuições de modo a que cada beneficiário recebesse diariamente o seu pão;⁶⁰⁵ segundo, tendo presente que o cereal constituía o alimento base, contribuindo talvez com 75% das calorias diárias, a quantidade outorgada bastava verosimilmente para um dia (650 g sob Aureliano; 1360 g antes de 369; e 960 g após 369); e terceiro, pelas dificuldades de conservação do pão. Efectivamente, no mundo antigo não havia qualquer espécie de conservante passível de ser adicionado à massa. De igual modo, também não existiam meios de congelação. Ademais, não é inverosímil que parte dos beneficiários residisse em habitáculos escuros, húmidos, pouco ventilados e, por vezes, sobrelotados, como nos apartamentos de menor qualidade das *insulae*,⁶⁰⁶ onde as condições eram pouco favoráveis à preservação

⁶⁰² JAÏDI, H., *Op. cit.*, p. 133, também considerou que em períodos de crise a qualidade do *panis gradilis* deve ter sido reduzida, porquanto importava extrair o máximo partido das provisões disponíveis, necessidade inconciliável com a concessão de pão de boa qualidade.

⁶⁰³ Cf. RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 192; VIRLOUVET, C., *Tessera Frumentaria. Les procédures de distribution du blé public à Rome à la fin de la République et au début de l'Empire*, Rome, École Française de Rome, 1995, pp. 11-17, 370-371; ZEVI, F., *Op. cit.*, p. 277.

⁶⁰⁴ Acerca do regime de periodicidade das distribuições de pão, vide, por todos, ANDRÉ, J., *Op. cit.*, pp. 71-73; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 207.

⁶⁰⁵ HIST. AUG. *Aurelian.* 35.1: “ita ut siligineum suum cottidie toto aevo suo unusquisque et acciperet [...]”. De resto, COD. THEOD. 14.17.3 (368) também parece sugerir este regime de periodicidade.

⁶⁰⁶ Acerca desta questão, vide o artigo de SCOBIE, A., “Slums, sanitation, and mortality in the roman world”, *Klio. Beiträge zur alten Geschichte*, volume 68, n.º 2, Berlin, 1986, pp. 404-407, 427-433.

do pão. Por fim, vimos que existiam preceitos legais para que o cereal corrompido fosse misturado com cereal são, facto que aceleraria o processo de degradação do pão. Assim, parece verosímil que as distribuições paníferas decorressem quotidianamente para todos os beneficiários.⁶⁰⁷ Mas não no *porticus Minucia*, porquanto seria um desafio logístico incomportável transportar o benefício de cada *incisi*, composto por várias bolas de pão, desde os vários *pistrina*, pelas ruas de Roma, até ao pórtico. Ademais, isso exigiria a existência de um espaço assaz lato para depositar todo o pão, bem como capacidade de policiamento para controlar a massa de beneficiários. Portanto, onde decorreriam as distribuições?

Num rescrito endereçado no ano 368 ao prefeito da *annona* de Roma, os *augusti* Valentiniano I e Valente proibiram a outorga do pão anonário nos *pistrina*. Na verdade, determinaram que devia ser distribuído nos locais apropriados, apelidados de ‘*gradus*’, a fim de que fossem evitados favoritismos.⁶⁰⁸ Examinando este decreto, E. Tengström propôs que inicialmente o *panis gradilis* pudesse ter sido distribuído nos *pistrina*.⁶⁰⁹ A hipótese aventada pelo historiador parece revestir-se de verosimilhança. Com efeito, é pouco provável que tivessem existido estruturas aptas ao acolhimento das distribuições quando as mesmas foram introduzidas. Nesta senda, os edifícios onde o pão era cozinhado, i. e., os *pistrina publica*, devem ter sido os mesmos onde seriam realizadas as distribuições. Entretanto, a verificação de que este método dava azo ao favorecimento de certos beneficiários e ao perjúrio de outros pode ter estimulado a administração anonária a construir os *gradus* mencionados no rescrito. Estas estruturas existiam também em Constantinopla, na quantidade de 117 ou 120, espalhadas pelas catorze regiões da cidade.⁶¹⁰ Embora seja desconhecida a quantidade de *gradus* em Roma, parece certo que se encontrariam dispersos igualmente por toda a área urbana. Verosimilmente, a transição da *erogatio panis* dos *pistrina* para estas estruturas ocorreu algures entre o término do principado de Aureliano e a promulgação do decreto, em 368. Porquanto no texto legislativo o pão anonário surge já adjectivado de ‘*gradilis*’, derivado justamente do substantivo ‘*gradus*’, i. e., do local

⁶⁰⁷ Esta hipótese é partilhada também por COARELLI, F., *Op. cit.*, p. 452; PARKER, H. M. D., *Op. cit.*, p. 207; RUGGINI, L. C., *Op. cit.*, p. 163; TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 85; VIRLOUVET, C., “La consommation de céréales dans la Rome du Haut-Empire. Les difficultés d’une approche quantitative”, *Histoire & mesure*, volume 10, n.º 3-4, Paris, 1995, pp. 267-268.

⁶⁰⁸ *COD. THEOD.* 14.17.3 (368).

⁶⁰⁹ Cf. TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 82.

⁶¹⁰ Vide, *supra*, pp. 122-123.

onde era distribuído.⁶¹¹ Além disso, o tom do texto sugere que a distribuição do benefício panífero nestas estruturas era já uma prática consolidada ao tempo da sua promulgação.

Qual seria o aspecto dos *gradus*? Segundo E. Tengström, seriam estruturas altas. Isso é sugerido por um passo de Prudêncio e por uma lei de 368, onde é asserido que o benefício panífero tinha de ser entregue do alto dessas estruturas, para que o conspecto de todos obviasse a perpetração de fraudes.⁶¹² Provavelmente, possuiriam uma espécie de parapeito, donde o pão seria outorgado, bem como um espaço para depositar o benefício durante a distribuição. Um rescrito menciona que em cada *gradus* existiam tábuas de bronze, nas quais estavam gravados os nomes dos beneficiários afectos a esse *gradus*. Junto do nome estava declarada a quantidade de pão que receberiam; pois embora todos recebessem a mesma ração, era possível aceitar igualmente a porção reservada a um membro da família que também beneficiasse das distribuições, contanto que fosse declarada à administração anonária a intenção de proceder desse modo.⁶¹³

Nesta senda, será possível conhecer os critérios de admissão às distribuições paníferas, bem como o número de beneficiários? Ao contrário das fontes referentes ao período tardo-republicano e ao alto Império, a documentação disponível para o Império tardio não menciona os requisitos exigidos para admissão às distribuições, tampouco de que modo se procedia à selecção dos futuros beneficiários. Todavia, o *Codex Theodosianus* especifica que grupos estavam excluídos: *officiales*; *serui*; *actores*; *procuratores*; e indigentes.⁶¹⁴ Também estavam excluídos: senadores e respectivas *familiae*; *peregrini*; todos aqueles que exercessem profissões infames; e quaisquer indivíduos que não fruissem de plena cidadania romana.⁶¹⁵ Ora, dado que as distribuições de pão foram herdeiras directas das *frumentationes*, vários investigadores têm tomado como verosímil a hipótese de que os requisitos de selecção permaneceram imutáveis. Nesta senda, J.-M. Carrié procurou provar que o acesso às distribuições de pão seguiu um molde análogo ao das *frumentationes*. Assim, o investigador demonstrou que eram teoricamente admissíveis todos os cidadãos de pleno direito (*optimo iure*), recenseados e domiciliados em Roma, de sexo

⁶¹¹ O facto de HIST. AUG. *Aurelian. Aur.* 35.1, qualificar o pão distribuído de '*panis siligineus*' sugere que não existiriam ainda *gradus*.

⁶¹² COD. THEOD. 14.17.4 (368); PRUD. *c. Symm.* 1.582.

⁶¹³ COD. THEOD. 14.17.5 (369). Acerca da aparência e estrutura dos *gradus*, vide SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 415; TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, pp. 83-87.

⁶¹⁴ COD. THEOD. 14.17.5 (369); 14.17.6 (370); JAÏDI, H., *Op. cit.*, pp. 107-108.

⁶¹⁵ Cf. DURLIAT, J., *Op. cit.*, p. 57.

masculino e maiores de idade.⁶¹⁶ Estavam excluídos todos aqueles que se inserissem nas categorias acima enunciadas.

Nem todos aqueles que preenchessem os requisitos deveriam beneficiar das distribuições. Pois é provável que existisse um *numerus clausus*, i. e., um limite máximo de beneficiários, fixado pelo imperador.⁶¹⁷ Todavia, as fontes conservaram dados somente para o ano 414, na forma de um fragmento da obra de Olimpíodoro, preservado e transmitido na *Bibliotheca* de Fócio.⁶¹⁸ Nesta senda, o investigador B. Sirks concluiu que em 414 deveriam existir ca. 85.000 beneficiários.⁶¹⁹ Examinando o mesmo passo, J.-M. Carrié deduziu um total de 116.000 beneficiários.⁶²⁰ Não obstante a diferença entre ambos os resultados, ambos se conciliam com a tese geralmente aceite, de que em 419, por analogia com as distribuições de carne porcina, existiriam 120.000 beneficiários das distribuições de pão. Portanto, infere-se que após os eventos dos anos 408-410, o número de *incisi* decresceu, acompanhando a curva demográfica descendente da população de Roma.⁶²¹ No decénio seguinte, a cidade eterna parece ter recuperado gradualmente alguma da sua população. Isso reflecte-se no número de beneficiários, situado em 85.000 ou 116.000, em 414, e em 120.000, em 419. Pressupondo que a analogia entre ambas as distribuições perdurou, em 452 o número de beneficiários computar-se-ia entre 120.000-140.000.⁶²²

Para o período que medeia entre a instituição das distribuições paníferas e o ano 414 não existem quaisquer dados. Contudo, a possível continuidade demográfica entre o principado de Septímio Severo e o fim do século IV/início do século V pode ser sugestiva de que o número de beneficiários também tenha sido mantido em níveis estáveis. Como vimos, em 2 a.C. o *princeps* Augusto fixou o número máximo de beneficiários em 200.000.⁶²³ Vários investigadores consideram que pode ter sido operada uma redução subsequente, para 150.000 beneficiários.⁶²⁴ De qualquer modo, o número de beneficiários

⁶¹⁶ Cf. CARRIÉ, J.-M., *Op. cit.*, pp. 1001-1005; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 188.

⁶¹⁷ Cf. DURLIAT, J., *Op. cit.*, pp. 58-59; VIRLOUVET, C., *Tessera Frumentaria. Les procédures de distributio [...]*, p. 204.

⁶¹⁸ PHOT. *Bibl.* 59b.30-35.

⁶¹⁹ Cf. SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 415; Idem, “The size of the grain distributions in imperial Rome and Constantinople”, *Athenaeum [...]*, p. 220.

⁶²⁰ Cf. CARRIÉ, J.-M., *Op. cit.*, p. 1069, nota 2.

⁶²¹ Idem, *Ibidem*, pp. 1068-1069.

⁶²² Vide, *supra*, pp. 25-26, com nota 64.

⁶²³ Vide, *supra*, p. 25.

⁶²⁴ GARNSEY, P., *Famine and food supply in the graeco-roman World [...]*, p. 236; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, p. 181; VIRLOUVET, C., “L’approvvigionamento di Roma imperiale: una sfida quotidiana”, *Roma imperiale [...]*, p. 115; Idem, “La consommation de céréales dans la Rome du Haut-Empire. Les difficultés d’une approche quantitative”, *Histoire & mesure [...]*, p. 264; Idem, *Tessera Frumentaria. Les procédures de distributio [...]*, pp. 192-196.

atestado ao tempo de Septímio Severo concilia-se com estes dois valores.⁶²⁵ Deste modo, pressupondo que a dimensão demográfica de Roma tivesse permanecido mais ou menos estável nas duas centúrias que medeiam entre o principado de Septímio Severo e os eventos do final do século IV/início do século V, e tendo presente que houve uma continuidade entre as *frumentationes* e as distribuições paníferas, quer no plano do frumento necessário para cozinhar o *panis gradilis*, quer verosimilmente no plano dos requisitos de admissão, sucessivos investigadores têm aventado a hipótese de que beneficiariam das distribuições de pão entre 150.000 a 200.000 indivíduos.⁶²⁶ Número que tombou para níveis significativamente inferiores, na sequência dos eventos que perturbaram severamente a *annona*, como a insurgência de Gildão, no final do século IV, e os três cercos consecutivos pelos exércitos de Alarico, entre 408-410.

Portanto, nem todos aqueles que eram teoricamente admissíveis às distribuições possuíam lugar entre os beneficiários. Na verdade, tinham de aguardar por que um lugar vagasse. Embora seja desconhecido o processo de indução no número de *incisi*, tem sido reputado que se deveria recorrer a um sorteio. Este método fora instituído por G. Júlio César e foi cristalizado provavelmente por Augusto, quando impôs um nível máximo para o número de beneficiários, tendo subsistido verosimilmente como a maneira mediante a qual eram preenchidos os lugares vagados entre os *incisi*.⁶²⁷

Assim, após ter sido carregado nas carroças operadas pelo *corpus catabolensium*, o *panis gradilis* deixava os *pistrina publica*, sendo trasladado para os vários *gradus* que cada *pistrinum* abastecia.⁶²⁸ Simultaneamente, cada beneficiário dirigia-se para o *gradus* a que estava adscrito. Na estrutura encontrava-se um *scriba* do *officium annonarium*.⁶²⁹ A lei previa sanções para os *scribae* que, por favoritismo, suborno ou conivência, permitissem que o pão reservado a um beneficiário fosse usurpado por outrem.⁶³⁰ Parece que

⁶²⁵ Vide, supra, p. 25.

⁶²⁶ CHASTAGNOL, A., *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire [...]*, p. 314; Idem, *La fin du monde antique. De Stilicon à Justinien (Ve siècle et début VIe)*, Paris, Nouvelles Éditions Latines, 1976, p. 17; Idem, *Le Bas-Empire [...]*, p. 65; COARELLI, F., *Op. cit.*, pp. 452-453; LANÇON, B., *Op. cit.*, pp. 25, 159; JAÏDI, H., *Op. cit.*, pp. 105-106; LO CASCIO, E., “Le procedure di recensus dalla tarda repubblica al tardo antico e il calcolo della popolazione di Roma”, *La Rome impériale [...]*, pp. 30-47; VIRLOUVET, C., “L’approvvigionamento di Roma imperiale: una sfida quotidiana”, *Roma imperiale [...]*, p. 115. Contudo, JONES, A. H. M., *The decline of the ancient world [...]*, p. 233, considerou que se computariam em 120.000 indivíduos.

⁶²⁷ Cf. CARRIÉ, J.-M., *Op. cit.*, p. 1011; DURLIAT, J., *Op. cit.*, p. 58; LO CASCIO, E., “Le procedure di recensus dalla tarda repubblica al tardo antico e il calcolo della popolazione di Roma”, *La Rome impériale [...]*, pp. 52-56; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, pp. 177-179; VIRLOUVET, C., “L’approvvigionamento di Roma imperiale: una sfida quotidiana”, *Roma imperiale [...]*, p. 115.

⁶²⁸ Cf. TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 81.

⁶²⁹ Cf. SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 415; TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 85.

⁶³⁰ COD. THEOD. 14.17.6 (370).

ocasionalmente faltava pão nalguns *gradus*, quer por atraso na panificação, quer por acção dos elementos, quer ainda por extravio no trajecto. De qualquer modo, os *augusti* Valentiniano I e Valente interditaram a transferência do benefício panífero entre *gradus*, talvez prevendo que isso não suprimiria o défice, que brotaria depois no *gradus* exportador.⁶³¹ Por fim, verificado o nome do beneficiário e a ração que deveria receber, ambos gravados nas placas brônzeas, o agente responsável outorgava o *panis gradilis* ao beneficiário.⁶³²

⁶³¹ COD. THEOD. 14.17.2 (364).

⁶³² TENGSTRÖM, E., *Op. cit.*, p. 87, defende que o agente responsável seriam os *pistores*. Por seu turno, SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 415, considera que não há razão para assumir que estes estavam encarregues dessa tarefa, pois é igualmente possível que tivesse sido desempenhada pelo *scriba*. E SERAFINA, P., “Distribuzioni di denaro e viveri su monete e medaglioni di età imperiale. I protagonisti, gli scenari”, *Mélanges de l'Ecole Française de Rome. Antiquité*, tomo 101, n.º 1, Rome, 1989, p. 301, reputou que os *pistores* estariam presentes nas distribuições, mas somente na capacidade de supervisores da operação.

A COMPONENTE CEREALÍFERA DA *ANNO* NO SÉCULO V

7.1 A perda das províncias cerealíferas

Nos capítulos precedentes verificámos que as províncias de África proconsular e de Bizacena, bem como algumas regiões da Numídia e da Tripolitana, desempenharam desde cedo um papel fundamental no contexto do aprovisionamento cerealífero de Roma. Papel esse que recrudesceu no século IV, quando a diocese de África se tornou na nutriz quase exclusiva da população da *Vrbs*, principalmente após a supressão dos *uectigalia* tritíceos pelo imperador Graciano. Mas no seu poema *Contra Symmachum*, publicado provavelmente no ano 402,⁶³³ Prudêncio referiu que os armazéns de Roma eram mantidos em níveis abundantes pelo cereal procedente não apenas das províncias norte-africanas, mas também das ilhas da Sicília e da Sardenha.⁶³⁴ Do mesmo modo, em 468, o prefeito urbano Sidónio Apolinário asseriu que cinco navios carregados de cereal haviam zarpado recentemente da cidade portuária de Brindisi (*Brundisium*, no período romano), situada no litoral da província de Apúlia e Calábria, a fim de proverem a cidade eterna.⁶³⁵ Ambos os passos sugerem que no século V ocorreram mutações no sistema anonário, particularmente no plano da proveniência do *canon frumentarius urbis Romae*. Perscrutar as mutações ocorridas e as razões subjacentes serão os objectivos deste último capítulo.

Como vimos, a população de Roma suportou uma conjuntura de carestia prolongada, entre os anos 393/394-398, devido à insurgência de Gildão. Este cindiu inclusive Roma das províncias cerealíferas norte-africanas, em 397/398, facto que instou a administração anonária a organizar um cânone interino, recolhido para lá dos Alpes, na diocese de Viena e na diocese das Gálias. Embora o *comes* tenha sido derrotado em 398, pode ter sobrevivido o desiderato de reduzir a dependência em relação à diocese de África. Dependência essa que provara ser igualmente comprometedora noutros momentos do século IV, como aquando da usurpação de L. Domício Alexandre ou da disputa entre os *augusti* Juliano e Constâncio II. Nesta senda, o passo de Prudêncio pode indicar que uma parcela do cânone começara a ser extraída das ilhas da Sicília e da Sardenha, que haviam sido

⁶³³ Cf. BARNES, T. D., “The historical setting of prudentius' *Contra Symmachum*” *The American Journal of Philology*, volume 97, n.º 4, Baltimore, Inverno de 1976, pp. 376-378.

⁶³⁴ PRUD. *c. Symm.* 2.937-964.

⁶³⁵ SIDON. *Epist.* 1.10.2

apelidadas conjuntamente com as terras norte-africanas de “*tria frumentaria subsidia rei publicae*”, na tradição anonária republicana.⁶³⁶ Com efeito, no Inverno de 409/410, os *naucularii* foram compelidos a dirigirem-se à ilha da Sardenha, para embarcarem provisões cerealíferas destinadas ao socorro da população de Roma. E se entre os anos 440-450 Salviano considerou o bloco das províncias cerealíferas norte-africanas como a “*animam reipublicae*”, reputou simultaneamente as ilhas da Sicília e da Sardenha como sendo os “*fiscalibus horreis*”.⁶³⁷

Todavia, uma sucessão de eventos concorreu para cindir definitivamente os *tria frumentaria subsidia* da cidade de Roma. Efectivamente, no ano 429, os Vândalos atravessaram o estreito de Gibraltar, penetrando na diocese de África. Liderados por Genserico (428-477), dirigiram-se gradualmente para leste, na direcção das províncias cerealíferas norte-africanas. Conquanto existissem contingentes de *comitatenses* e *limitanei*, apenas parece ter sido organizada resistência considerável na fronteira da província de África proconsular, sob o comando do *comes* Bonifácio. Porém, batido em batalha, retirou-se para Hipona, que foi sitiada pelos contingentes de Genserico em Maio ou Junho de 430. E após treze ou catorze meses de assédio, a cidade foi capturada e saqueada, em Julho de 431.⁶³⁸ O investigador Ch. Courtois reputou que neste segmento de tempo os Vândalos também devem ter submetido parte considerável da província da Numídia e invadido as províncias de Bizacena e de África proconsular.⁶³⁹ De qualquer modo, a administração imperial só reagiu na sequência da perda de Hipona. Com efeito, procurando retomar o controlo das províncias, foram enviados contingentes, comandados pelo *patricius* Aspar, que tinham por propósito adjuvar Bonifácio. Todavia, como ambos tivessem sido vencidos em batalha, aquele recuou para um navio e rumou para oriente, enquanto este zarpou para a Península itálica.⁶⁴⁰

As movimentações de grupos bárbaros nas províncias transalpinas e os problemas militares daí decorrentes devem ter obstado à organização de novos contingentes. Nesta senda, a administração imperial procurou regular a presença vândala na diocese, por meio da celebração de um *foedus*. Assim, tendo enviado Trigécio para a urbe de Hipona, onde

⁶³⁶ CIC. *De imperio Cn. Pompei*. 12.34.

⁶³⁷ SALV. *Gub.* 6.12.68.

⁶³⁸ Cf. BOURGEOIS, C., “Les Vandales, le vandalisme et l’Afrique”, *Antiquités africaines*, volume 16, n.º 1, Paris, 1980, p. 216; COURTOIS, Ch., *Op. Cit.*, pp. 162-163; GIBBON, E., “St. Augustin and the siege of Hippo”, *The decline and fall of the Roman Empire*, London, Penguin Books, 1966, pp. 475-476; GOLDSWORTHY, A., *Op. cit.*, pp. 328-329; MITCHELL, S., *Op. cit.*, p. 112.

⁶³⁹ Cf. COURTOIS, Ch., *Op. Cit.*, p. 163.

⁶⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 164; GIBBON, E., *Op. cit.*, p. 476.

Genserico havia tomado assento, foi concluído um tratado, em Fevereiro de 435. A troca do pagamento de um tributo, Genserico foi reconhecido como *foederatus* e recebeu como penhor: a província da Mauritânia sitifense; a parte setentrional da Numídia; e parcelas das províncias de Bizacena e de África proconsular.⁶⁴¹

A paz durou quatro anos, até que Genserico rompeu o tratado. Com efeito, não só invadiu, como conquistou as planícies cerealíferas das províncias de Bizacena e de África proconsular. Enfim, a campanha culminou em Outubro de 439, quando a cidade portuária de Cartago foi tomada pelos contingentes vândalos. A. Goldsworthy reputou que a perda destas duas províncias constitui um golpe crítico para o sistema anonário.⁶⁴² E com efeito, a corte ocidental reagiu logo em 441, organizando uma força expedicionária considerável, que foi concentrada na ilha da Sicília. Porém, embora fosse adjuvada por um exército e uma *classis* destacados por Teodósio II, *augustus* do Império romano do Oriente (408-450), a ofensiva nunca foi lançada, talvez por via da pressão gerada pelos Hunos, nas fronteiras das províncias balcânicas. Deste modo, em 442 foi celebrado um novo tratado, que concedeu a Genserico autoridade sobre a província de África proconsular, Bizacena, Noroeste da Tripolitana e parte oriental da Numídia, i. e., a área mais fértil, rica e romanizada da diocese de África. Inversamente, a administração anonária tomou as províncias da Mauritânia cesariense e Mauritânia sitifense, a parte ocidental da Numídia e o resto da Tripolitana.⁶⁴³ A perda das províncias cerealíferas norte-africanas, combinada com a ocupação de várias regiões da diocese de Viena e da diocese das Gálias pelos Godos, bem como da diocese da Hispânia, pelos Suevos, e ainda da diocese da Britânia, limitou assaz consideravelmente o volume de impostos encaixados pelo tesouro imperial. E sobretudo, privou a administração anonária de um amplo conjunto de fontes, donde eram extraíveis tributos frumentários para aprovisionar, *inter alia*, a população da cidade de Roma.⁶⁴⁴ Nesta esteira, é provável que após 442 as províncias itálicas e as ilhas da Sicília e da

⁶⁴¹ Cf. CHASTAGNOL, A., *La fin du monde antique [...]*, p. 43; COURTOIS, Ch., *Op. Cit.*, pp. 169-170; GOLDSWORTHY, A., *Op. cit.*, p. 329; MITCHELL, S., *Op. cit.*, p. 112.

⁶⁴² Cf. CHASTAGNOL, A., *La fin du monde antique [...]*, p. 44; GOLDSWORTHY, A., *Op. cit.*, pp. 329, 358; MITCHELL, S., *Op. cit.*, p. 111..

⁶⁴³ Cf. CAMERON, A., “Vandal and byzantine Africa”, *The Cambridge ancient history. Late Antiquity. Empire and successors. A. D. 425-600 [...]*, p. 553; CHASTAGNOL, A., *La fin du monde antique [...]*, p. 44; COURTOIS, Ch., *Op. Cit.*, pp. 172-175; LINN, J., *Op. cit.*, p. 289; MITCHELL, S., *Op. cit.*, p. 113. Para a prosperidade do Norte de África, vide DUNCAN-JONES, R., “Economic change and the transition to Late Antiquity”, *Approaching Late Antiquity. The transformation from early to late empire*, edição de M. Edwards e S. Swain, Oxford, Oxford University Press, 2008, pp. 33-38, 50-52.

⁶⁴⁴ Cf. CHASTAGNOL, A., *La fin du monde antique [...]*, pp. 13, 23; GOLDSWORTHY, A., *Op. cit.*, pp. 329-330, 358; MITCHELL, S., *Op. cit.*, p. 113.

Sardenha tenham assomado como principais nutrizes cerealíferas do Império ocidental.⁶⁴⁵ Pois embora o *foedus* de 442 tenha estipulado que Genserico pagaria um tributo anual a Roma, verosimilmente na forma de cereal, não é conhecido o seu volume.⁶⁴⁶ Ademais, foi justamente neste período que Salviano qualificou a Sicília e a Sardenha de “*fiscalibus horreis*”.

A perda de Cartago comportou outra consequência para a administração anônária. Como vimos, após a conclusão da trasfega do cânone frumentário para Roma, a corporação de *naucularii africani* retornava ao porto de Cartago, a fim de passar o Inverno. Ora, os exércitos de Genserico capturaram a cidade pouco tempo depois dos idos de Outubro, i. e., após a conclusão da época jurídica de navegação, quando o grosso dos navios se deveria encontrar já na bacia portuária. Nesta esteira, como os investigadores B. Sirks e Ch. Courtois reputaram, é muito provável que Genserico tenha capturado parte considerável das embarcações da corporação.⁶⁴⁷ A posse de meios de transportação marítima concedeu aos Vândalos a capacidade singular de se converterem no único grupo bárbaro a operar com autoridade nas águas do Mediterrâneo tardo-antigo. Doravante, as costas mediterrâneas achavam-se vulneráveis a incursões vândalas. Normalmente, estas seguiam o mesmo padrão: os navios transportavam os guerreiros até aos locais desejados; aí chegados, estes desembarcavam, pilhando bens e gentes; por último, regressavam às embarcações, a fim de serem transportados juntamente com o saque de volta a Cartago.⁶⁴⁸

Assim, quando após treze anos de relativa paz a morte de Valentiniano III marcou o término das relações entre Genserico e a corte ocidental,⁶⁴⁹ os exércitos vândalos foram transportados para o Lácio. No mês de Maio de 455, haviam chegado já às muralhas de Roma; que transpuseram no princípio do mês seguinte, pilhando a cidade durante catorze dias.⁶⁵⁰ Contudo, os eventos mais relevantes no âmbito da presente dissertação devieram após o saque. Primeiro, capturando diversos pontos ao longo da costa norte-africana, Genserico estendeu a sua autoridade até Ceuta. Entretanto, a presença imperial também parece ter desaparecido da diocese. Assim, as duas Maurîtânias e a porção ocidental da Numídia,

⁶⁴⁵ Cf. COURTOIS, Ch., *Op. Cit.*, p. 172; LINN, J., *Op. cit.*, pp. 315-317; MITCHELL, S., *Op. cit.*, p. 113; RICKMAN, G., *The corn supply of ancient Rome [...]*, pp. 104-107; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 243.

⁶⁴⁶ Cf. LINN, J., *Op. cit.*, pp. 299-302; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 242.

⁶⁴⁷ A cidade de Cartago foi capturada provavelmente no dia 19 de Outubro. Cf. BOURGEOIS, C., *Op. cit.*, p. 216; COURTOIS, Ch., *Op. Cit.*, p. 207; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 162.

⁶⁴⁸ Cf. COURTOIS, Ch., *Op. Cit.*, pp. 198, 207-209; MITCHELL, S., *Op. cit.*, p. 117. Com efeito, os Vândalos atacaram e saquearam a ilha da Sicília logo em 440; cf. BOURGEOIS, C., *Op. cit.*, p. 218.

⁶⁴⁹ Cf. CHASTAGNOL, A., *La fin du monde antique [...]*, p. 46.

⁶⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 21; GOLDSWORTHY, A., *Op. cit.*, p. 354.

retidas em posse imperial nos termos do *foedus* de 442, parecem ter-se autonomizado, verificando-se o desenvolvimento de poderes locais.⁶⁵¹ Segundo, Genserico cessou o pagamento do tributo cerealífero.⁶⁵² E terceiro, ao abandono da diocese de África e à perda definitiva do frumento norte-africano, juntou-se a perda das ilhas cerealíferas mediterrâneas. Efectivamente, pouco tempo após 455, as ilhas Baleares e a ilha da Córsega foram conquistadas e submetidas à autoridade de Genserico.⁶⁵³ A ilha da Sardenha também caiu em domínio vândalo. E conquanto tenha sido reconquistada entre 466/468, foi recapturada pouco tempo depois, estando atestada sob domínio vândalo em 482 ou 483.⁶⁵⁴ Enfim, a ilha da Sicília, que recuperara a importância frumentária de que fruía no período republicano, particularmente após a perda do bloco cerealífero norte-africano, em 439, foi capturada pelos exércitos de Genserico em algum momento após o ano 468. Além disso, desde 455 que a sua capacidade nutriz havia sido consideravelmente afectada, porquanto se tornara alvo de incursões e pilhagens vândalas anuais.⁶⁵⁵

Por via da perda progressiva das províncias cerealíferas norte-africanas e das ilhas frumentárias, bem como da desarticulação de latas regiões das dioceses transalpinas, é provável que a diocese de Itália suburbicária e as províncias cisalpinas da diocese de Itália anonária tenham adquirido importância crescente no contexto do aprovisionamento cerealífero da cidade de Roma. Efectivamente, embora também fossem saqueadas alternadamente desde 455, a partir de 468 as agressões cessaram. E numa epístola datada desse ano, o prefeito urbano Sidónio Apolinário referiu que eram esperados cinco navios carregados com frumento, que haviam zarpado da cidade portuária de Brindisi, situada na província de Apúlia e Calábria, na região meridional da diocese de Itália suburbicária.⁶⁵⁶ De resto, como se viu, das províncias cisalpinas da Itália anonária provinham provisões consideráveis, com as quais o mercado da Urbe era abastecido.⁶⁵⁷

A corte ocidental tentou por duas vezes retomar o bloco cerealífero norte-africano. Com efeito, no ano 460, o *augustus* Majoriano (457-461) programou recuperar a diocese de África. A operação seria lançada do litoral hispânico, onde foi concentrada uma *classis* formada por ca. 300 navios. Porém, no ano seguinte, antes que a operação tivesse sido

⁶⁵¹ Cf. CHASTAGNOL, A., *La fin du monde antique [...]*, p. 46; COURTOIS, Ch., *Op. Cit.*, pp. 175-178.

⁶⁵² Cf. LINN, J., *Op. cit.*, p. 306; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 164.

⁶⁵³ Cf. COURTOIS, Ch., *Op. Cit.*, pp. 185-186.

⁶⁵⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 186-190.

⁶⁵⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 190-192; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 243.

⁶⁵⁶ Com efeito, entre 455 e 468, as províncias da Campânia, Brútio e Lucânia, e Apúlia e Calábria foram atingidas alternadamente pelas incursões e pilhagens vândalas; cf. COURTOIS, Ch., *Op. Cit.*, pp. 194-197.

⁶⁵⁷ Vide, *supra*, pp. 133-135.

iniciada, o grosso da *classis* foi destruída ou capturada por Genserico, a par das provisões preparadas para alimentar os exércitos em campanha. A perda dos navios e dos alimentos, aliada ao emagrecimento dos recursos disponíveis e à inexistência de embarcações substitutas, ditou o abandono do projecto.⁶⁵⁸ Em 468 realizou-se um novo intento. Como as relações entre as cortes ocidental e oriental tivessem melhorado consideravelmente desde o ano 465, as duas metades do Império organizaram uma expedição concertada para reconquistar as províncias cerealíferas norte-africanas. Nesta esteira, aos exércitos e navios ocidentais juntaram-se vários contingentes orientais, que parecem ter sido apoiados por uma *classis* composta por mais de 1000 navios. Porém, a operação terminou em desastre. O erário oriental só conseguiu recuperar do golpe sofrido alguns anos depois do evento e a corte ocidental abandonou definitivamente o projecto de recuperar as fontes cerealíferas áfricas. Como as expedições vândalas também estivessem para abduzir as ilhas da Sicília e da Sardenha ao Império do Ocidente, e as regiões hispânicas e gálicas que restavam sob controlo romano estivessem prestes a cair sob o domínio godo, a administração anonária deve ter-se apoiado crescentemente nas regiões itálicas para obter o frumento necessário ao aprovisionamento da população de Roma.⁶⁵⁹ Enfim, no ano 474, a corte oriental celebrou um tratado com Genserico, onde reconheceu a autoridade deste tanto sobre a diocese de África, como sobre as ilhas que entretanto conquistara.⁶⁶⁰ Portanto, como Ch. Courtois asseriu, nas vésperas do ano 476, a cidade de Roma havia sido privada das terras cerealíferas ocidentais, achando-se reduzida, *grosso modo*, às provisões frumentárias procedentes das províncias itálicas.⁶⁶¹

Porém, ao tempo do fim do Império romano do Ocidente, a população da cidade eterna situava-se provavelmente abaixo dos 300.000-350.000 habitantes. Isso sugere que seria passível de ser sustentada pelas provisões cerealíferas itálicas. Ademais, na sequência da deposição do último imperador, Genserico tomou a iniciativa de negociar com Odoacro (476-493), ao qual concedeu a ilha da Sicília, em troca do pagamento de um tributo anual.⁶⁶²

⁶⁵⁸ Cf. BOURGEOIS, C., *Op. cit.*, p. 226; CHASTAGNOL, A., *La fin du monde antique [...]*, p. 47; COURTOIS, Ch., *Op. Cit.*, p. 199; GOLDSWORTHY, A., *Op. cit.*, pp. 356-357.

⁶⁵⁹ CHASTAGNOL, A., *La fin du monde antique [...]*, pp. 22, 47; COURTOIS, Ch., *Op. Cit.*, pp. 201-204; GOLDSWORTHY, A., *Op. cit.*, pp. 358-360; SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 243.

⁶⁶⁰ Ou seja, as ilhas Baleares e a Córsega, colocadas sob o seu domínio desde 455, e a Sardenha e a Sicília, conquistadas em algum ponto após 468.

⁶⁶¹ SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure [...]*, p. 243.

⁶⁶² Cf. CHASTAGNOL, A., *La fin du monde antique [...]*, p. 47; COURTOIS, Ch., *Op. Cit.*, pp. 192-193; LANÇON, B., *Op. cit.*, p. 27; LINN, J., *Op. cit.*, pp. 316-321; MITCHELL, S., *Op. cit.*, pp. 311-312.

CONCLUSÃO

Com a presente dissertação almejamos compreender a componente cerealífera da *annona*, no período que medeia entre o principado de Aureliano e o término do Império romano do Ocidente. Nessa esteira, face à complexidade do tema, subdividimos o estudo em sete capítulos, cada um congregando em si uma miríade de problemáticas.

No primeiro capítulo compreendemos que o cereal constituiu o alimento primário dos povos do Mediterrâneo antigo, preenchendo talvez 70-75% dos requerimentos calóricos diários. Segue-se que era o principal género consumido pela população de Roma. Ao tempo do Império tardio, esta ainda conservava dimensões ingentes, talvez na ordem dos 600.000-750.000 habitantes, no século IV. Porém, devido a uma sucessão de eventos que perturbaram significativamente a *annona*, na primeira metade do século V tombou para um valor ainda conspícuo, mas já não gigante, de ca. 350.000-500.000 habitantes, tendo depois decrescido rapidamente. Nesta esteira, até ao fim do século IV, os volumes frumentários importados pela administração anonária para satisfazer as necessidades da população devem ter permanecido em níveis igualmente altos, verosimilmente na ordem dos ca. 27.000.000 módios anuais, tendo provavelmente decrescido no século seguinte.

Para assegurar a importação dessas quantidades cerealíferas, existia uma vertente particular da *annona*, que perscrutámos no segundo capítulo. Nesta senda, percebemos que se achava dividida em dois planos: o municipal; e o provincial. No plano municipal, os oficiais anonários operavam no espaço de Roma, do rio Tibre e de *Portus Vterque*. Por desiderato imperial, os chefes dos vários serviços relevantes para o aprovisionamento da cidade foram subordinados gradualmente ao prefeito urbano, espécie de lugar-tenente e representante dos *augusti*, que se converteu assim no principal responsável *in loco* pelo provimento cerealífero de Roma. No mesmo sentido, o prefeito do pretório de Itália e África, responsável principal no plano provincial, recebeu sob a sua autoridade os oficiais cuja acção nas províncias concorria igualmente para assegurar o fornecimento da *Vrbs*. Assim, destes dependia a recollecção, movimentação e transportação do cânone frumentário, desde as dioceses até à foz tiberina. Quando o mesmo arribava às docas de *Portus*, transitava para a esfera de competências daqueles, que supervisionavam e dirigiam o seu manuseamento nas instalações portuárias; a trasfega fluvial; e o seu processamento e difusão pela população.

Por último, percebemos que o sistema anonário era encimado pelo imperador. Na capacidade de *curator annonae*, este tinha como missão assegurar a existência perene de provisões frumentárias suficientes não só para o funcionamento das distribuições de pão, mas também para o adequado aprovisionamento de toda a população. As fontes parecem indicar que essa tarefa ocupou uma posição cimeira na política imperial, tanto no século IV, quando os *augusti* se mantinham afastados de Roma por largos períodos de tempo, como no século V, quando regressaram à cidade. Não obstante, durante os períodos em que *annona* funcionava imperturbadamente, essa missão era delegada, na prática, nos oficiais anonários provinciais e municipais, sendo que os *augusti* intervinham sobretudo em períodos de crise, quando procuravam organizar importações de emergência, a fim de suprimirem o défice provocado pelo bloqueio ou dispersão do *canon Africae*.

A partir do terceiro capítulo perscrutámos o percurso do *canon frumentarius urbis Romae*, desde a sua formação no espaço provincial, continuamente até à sua difusão, em Roma. Nesta esteira, começámos por averiguar quais seriam as províncias cerealíferas e compreendemos que se identificaram desde cedo com as terras orientais da diocese de África, i. e., África proconsular, Bizacena e certas regiões da Numídia e da Tripolitana. Com efeito, se no alto Império estas desempenhavam já um papel fundamental, no século IV converteram-se mesmo no suporte vital da população de Roma. De tal maneira, que quaisquer perturbações aí devidas se repercutiam geralmente na forma de carestias frumentárias na cidade eterna.

Também compreendemos que os cereais constituintes do cânone tinham origem em impostos cobrados em género. Nessa senda, percebemos que os contribuintes levavam o tributo frumentário para os municípios, respeitando as quantidades exigidas e os ritmos de pagamento fixados pela administração anonária. De seguida, os cereais eram transportados para os portos, talvez pelo *cursus clabularius*. O principal destino era Cartago. Aí chegados, eram consignados aos celeiros fiscais, onde permaneciam até que fosse dada a ordem de carregamento e despacho para Roma. Deste modo, da acção administrativa dos oficiais provinciais dependiam a formação e a preparação atempada do *canon* e, por conseguinte, o êxito do aprovisionamento cerealífero da Urbe.

No quarto capítulo examinámos o processo de traslação marítima do *canon urbis Romae*. Nesta senda, compreendemos que as condições meteorológicas vigentes no mar Mediterrâneo impuseram um padrão para a navegação. Com efeito, a um período favorável, compreendido entre Abril e Outubro, opunha-se um período de condições adversas, identificado com os últimos meses de Outono e com os meses invernais, durante o qual a

navegação estava geralmente suspensa. Dessa forma, os *frumenta fiscalia* eram transferíveis das províncias cerealíferas para *Portus* num segmento temporal relativamente breve.

A tarefa de transporte do cânone achava-se a cargo do *corpus* de *naicularii africani*. Instituído pelo poder imperial, foi onerado com o *munus* de transportar os cereais fiscais. Assim, os seus integrantes congregavam-se na cidade portuária de Cartago, tanto para passarem o Inverno, como para embarcarem o frumento anonário. No princípio do século IV, transitaram para a autoridade da prefeitura da *annona* de África, cujo titular se encontrava sediado também em Cartago e cuja principal tarefa passava justamente por dirigir a preparação e despacho dos carregamentos de cereal fiscal para Roma.

Após terem aceitado o *onus fiscale*, os *naicularii africani* dirigiam-se para a foz do rio Tibre. Nesta senda, no quinto capítulo compreendemos que assim que arribavam a *Portus*, transitavam conjuntamente com o cânone para a supervisão dos oficiais anonários municipais. De seguida, o frumento era inspeccionado e medido pelo *corpus* de *mensores*. Depois, era trasfegado em milhares de sacas pelos *saccarii corporis* para os *condita Portuensis*, onde era depositado e custodiado. Paralelamente, os oficiais anonários verificavam os documentos portados pelos capitães dos navios, emitiam as *securitates* e lutavam contra tentativas de fraude, ao mesmo tempo que asseguravam a manutenção das estruturas portuárias e supervisionavam o trabalho das corporações anonárias.

De seguida, compreendemos que uma parte do cereal começava logo a ser trasladada por sobre o rio Tibre pelo *corpus caudicarium*, por vezes adjuvado pelo *corpus* de pescadores e por privados, num labor que se prolongava pelos meses inverniais. Após ca. três dias de viagem, a carga fiscal chegava a Roma, sendo desembarcada no Empório. Localizado junto do rio, na região XIII da cidade, atrás do monte Aventino e a sul do *pons Sublicius*, este espaço foi consagrado exclusivamente a assuntos comerciais e anonários. Aí existiam numerosas estruturas de armazenamento, algumas das quais de dimensões ingentes, como os *horrea Galbana*, cujo propósito consistia em acolher e manter seguros os *frumenta fiscalia*, até que fossem transferidos para os restantes *horrea*, espalhados por toda a urbe. Nesta esteira, compreendemos que os armazéns votados à acomodação do *canon frumentarius* parecem ter sido construídos e equipados de modo particular, visando maximizar a robustez, segurança e capacidade de conservação. Não obstante, ainda assim era inevitável o dano de uma porção do *canon*, estimada em 20-33% do total.

No sexto capítulo sondámos os canais por onde a administração anonária difundia os *frumenta fiscalia* pela população da cidade eterna. Nesta senda, percebemos que uma parte deveria ser lançada periodicamente no mercado. Embora aí se confundisse com os

cereais fornecidos por canais privados, ainda assim achava caminho até à população. Os *pistores priuati* também se abasteciam no mercado. Consequentemente, os pães e a pastelaria que preparavam e comerciavam também continham doses de frumento fiscal. Já a outra parte era confiada aos *pistores* integrantes do *corpus pistorum*. Onerados com o *munus* de processarem perenemente os *frumenta fiscalia*, os integrantes deste organismo, instituído pelo poder imperial, preparavam: por um lado, o *panis ostiensis*, obtenível por toda a população a um preço baixo, fixado pelo fisco imperial; por outro, o *panis gradilis*, outorgado nas distribuições de pão.

Nesta senda, analisando as distribuições paníferas, compreendemos que a tradição atribuiu a sua instituição a Aureliano. Dado que tomaram o lugar das *frumentationes*, a alteração da natureza do benefício, i. e., de módios de cereal para *panis coctus*, impôs a alteração da periodicidade. Desta forma, as distribuições passaram a ser realizadas todos os dias, para todos os beneficiários. As exigências logísticas daí decorrentes interditaram a hipótese de que a *erogatio panis* fosse realizada no *porticus Minucia*. Na verdade, deve ter sido descentralizada, sendo provável que nas primeiras décadas tenha sido efectuada nos *pistrina publica*. Em meados do século IV, transitara já para os *gradus*. Estas estruturas, dispersas por toda a cidade, não só ofereciam uma plataforma adequada para a realização das distribuições, como também vieram a conceder um adjectivo ao *panis* outorgado (*gradilis*).

Por último, compreendemos que não obstante a linguagem utilizada nos rescritos imperiais, a qualidade do pão outorgado era relativa. Pois não dependia somente do grau de extracção da farinha, mas também da espécie tritícea utilizada. Ora, dado que o cereal era importado do Norte de África, é provável que fosse *triticum durum*. Por conseguinte, mesmo nos períodos em que era distribuído *panis mundus/siligineus*, ainda assim seria provavelmente um pão sólido e compacto e não tanto uma bola leve e macia.

Por fim, no sétimo capítulo percebemos que nos derradeiros decénios do Império do Ocidente sobrevieram alterações importantes, particularmente no plano das províncias cerealíferas. De facto, segundo Prudêncio, é provável que no princípio do século IV uma parcela do cânone frumentário tenha começado a ser extraída regularmente das ilhas da Sicília e da Sardenha, talvez com o propósito de reduzir a dependência face às províncias norte-africanas. Mas em 439 sobreveio uma mutação importante. Com efeito, em Outubro desse ano, Cartago foi perdida para os exércitos de Genserico. Além da cidade, este capturou também uma parte considerável dos navios dos *naucularii africani*, que se haviam congregado no porto para invernarem. Enfim, em 442, as províncias cerealíferas norte-

africanas foram submetidas à autoridade do rei dos Vândalos. Cindida a cidade de Roma das suas nutrizas frumentárias, é provável que a administração anónima tenha buscado fontes alternativas, na Península Itálica e nas ilhas cerealíferas. Contudo, estas últimas também foram conquistadas por Genserico. Efectivamente, na posse dos navios que antes haviam transportado o tributo frumentário para Roma, após 455 não só lançou sucessivas operações de pilhagem, como também capturou gradualmente as ilhas Baleares, a Córsega, a Sardenha e a Sicília.

Assim, nas vésperas do ano 476, Roma achava-se separada das terras cerealíferas do Ocidente, dependendo sobretudo das importações de frumento procedentes do espaço itálico. Não obstante, é provável que estas fossem suficientes, ou quase suficientes, para manter aprovisionada a cidade eterna, pois no interior do seu recinto amuralhado habitava agora um volume populacional bastante inferior ao dos séculos passados.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes impressas

AMBRÓSIO, *Les devoirs*, tomo 2, edição bilingue de M. Testard, Paris, Les Belles Lettres, 1992.

AMIANO MARCELINO, *Ammianus Marcellinus*, volumes 1, 2 e 3, edição bilingue de J. C. Rolfe, London, William Heinemann, 1963-1964.

APIANO, *Historia Romana. Guerras civiles*, volume 3, tradução de A. S. Royo, Madrid, Editorial Gredos, 1985.

APULEIO, *Les Métamorphoses*, tomo 3, 4ª edição, edição bilingue de D. S. Robertson e P. Vallette, Paris, Les Belles Lettres, 1971.

AUGUSTO, *Compendium of roman history. Res Gestae diui Augusti*, 4ª edição, edição bilingue de F. W. Shipley, London, William Heinemann, 1967.

AURÉLIO VICTOR, *Livre des Césars*, edição bilingue de P. Dufraigne, Paris, Les Belles Lettres, 1975.

CASSIODORO, *Variarum, libri XII. De anima*, edição de A. J. Fridh e J. W. Halporn, Turnholt, Brepols, 1973.

CATÃO, *Marcus Porcius Cato. On agriculture. Marcus Terentius Varro. On agriculture*, edição bilingue de W. D. Hooper, London, William Heinemann, 1960.

CÍCERO, *De re publica. De legibus*, edição bilingue de C. W. Keyes, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1970.

IDEM, *Letters to Atticus*, edição bilingue de E. O. Winstedt, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1970.

IDEM, *Orationes*, volume 1, edição de A. C. Clark, Oxford, Clarendon Press, 1905.

IDEM, *Tusculanes*, tomo 2, 2ª edição, edição bilingue de G. Fohlen e J. Humbert, Paris, Les Belles Lettres, 1960.

CLAUDIANO, *Claudian*, volumes 1 e 2, 3ª edição, edição bilingue de M. Platnauer, London, William Heinemann, 1963.

CLAUDIO MAMERTINO, *The Emperor Julian. Panegyric and Polemic*, volume 2, 2ª edição, edição de S. N. C. Lieu, Liverpool, Liverpool University Press, 1989.

CODEX IUSTINIANUS, *Codex Iustinianus*, ed. de P. Krüger, Hildesheim, Weidmann, 1997.

CODEX THEODOSIANUS, *Codex Theodosianus. Theodosiani libri XVI. Cum constitutionibus Sirmondianis*, volume 1, parte 2, edição de P. Krüger e Th. Mommsen, Hildesheim, Weidmann, 2000.

IDEM, *The Theodosian Code and Novels and the Sirmondian Constitutions*, tradução de C. Pharr, Princeton, Princeton University Press, 1952.

CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM, *Corpus inscriptionum latinarum. Inscriptiones urbis Romae Latinae*, volume 6.1, edição de E. Bormann e G. Henzen, Berolini, Georgium Reimerum, 1876.

IDEM, *Corpus inscriptionum latinarum. Inscriptionum Mauretaniae Latinarum miliariorum et instrumenti domestici in provinciis africanis repertorum, Supplementum*, volume 8, suplemento 3, edição de Academia Litterarum Regiae Borussicae, Berolini, Georgium Reimerum, 1904.

IDEM, *Corpus inscriptionum latinarum. Inscriptionum Africae proconsularis latinarum. Supplementum alterum*, volume 8, suplemento 4, edição de Academia Litterarum Regiae Borussicae, Berolini, Georgium Reimerum, 1916.

IDEM, *Corpus inscriptionum latinarum. Inscriptiones Latini ueteris*, volume 14.1, edição de H. Dessau, Berolini, Georgium Reimerum, 1887.

DIÃO CÁSSIO, *Dio's Roman History*, volumes 5, 6, 7 e 9, 4ª edição, edição bilingue de E. Cary, London, William Heinemann, 1968-1969.

DIGESTA, *Digesta Iustiniani Augusti*, volumes 1 e 2, edição de Th. Mommsen, Berlin, Weidmann, 1962-1963.

ESTRABÃO, *The Geography of Strabo*, 4ª edição, edição bilingue de H. L. Jones, London, William Heinemann, 1969.

FILÓSTRATO, *The life of Apollonius of Tyana*, edição bilingue de C. P. Jones, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 2005.

FLÁVIO JOSEFO, *The Jewish War*, volume 2, 4ª edição, edição bilingue de H. ST. J. Thackeray, London, William Heinemann, 1967.

FÓCIO, *Bibliothèque*, tomo 1, edição bilingue de R. Henry, Paris, Les Belles Lettres, 1959.

GAIO, *Instituições. Direito privado romano*, tradução, introdução e notas de J. A. Segurado e Campos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

HERODIANO, *Herodian*, volume 1, edição bilingue de C. R. Whittaker, London, William Heinemann, 1969.

HORÁCIO, *Satires, Epistles and Ars Poetica*, 10ª edição, edição bilingue de H. R. Fairclough, London, William Heinemann, 1966.

LUCIANO, *Lucian*, volume 6, edição bilingue de K. Kilburn, London, William Heinemann, 1959.

MARCIAL, *Epigrams*, volumes 1 e 2, 5ª edição, edição bilingue de W. C. A. Ker, London, William Heinemann, 1961.

NOTITIA DIGNITATUM, *La Notitia Dignitatum. Nueva edición crítica y comentario histórico*, edição de C. N. Faleiro, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2005.

NOVELLA THEODOSIANA, *The Theodosian Code and novels and the Sirmondian Constitutions*, tradução de C. Pharr, Princeton, Princeton University Press, 1952.

NOVELLA VALENTINIANA, *The Theodosian Code and novels and the Sirmondian Constitutions*, tradução de C. Pharr, Princeton, Princeton University Press, 1952.

PAULINO DE NOLA, *Sancti Pontii Meropii Paulini Nolani epistulae*, edição de Guilelmus de Hartel, Vindobonae, Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 1999.

PLAUTO, *Mostellaria*, edição de B. Mosca, Milão, Carlo Signorelli, 1934.

IDEM, *The Little Carthaginian. Pseudolus. The Rope*, volume 4, 4ª edição, edição bilingue de P. Nixon, London, William Heinemann, 1965.

IDEM, *The Merchant. The Braggart Warrior. The Haunted House. The Persian*, volume 3, 5ª edição, edição bilingue de P. Nixon, London, William Heinemann, 1963.

PLÍNIO, O VELHO, *Pliny. Natural History*, volumes 2, 4 e 5, edição bilingue de H. Rackham, London, William Heinemann, 1960-1961.

PLUTARCO, *Plutarch's Lives. Themistocles and Camillus. Aristides and Cato Major. Cimon and Lucullus*, volume 2, 5ª edição, edição bilingue de B. Perrin, London, William Heinemann, 1968.

POLÍBIO, *The Histories*, volume 3, 3ª edição, edição bilingue de W. R. Paton, London, William Heinemann, 1960.

PROCÓPIO, *Procopius*, volume 3, 4ª edição, edição bilingue de H. B. Dewing, London, William Heinemann, 1968.

PRUDÊNCIO, *Prudentius*, volumes 1 e 2, edição bilingue de H. J. Thomson, London, William Heinemann, 1961-1962.

RUTÍLIO NAMACIANO, *Sur son retour*, 2ª edição, edição bilingue de J. Vessereau et F. Préchac, Paris, Les Belles Lettres, 1961.

SALÚSTIO, *Sallust*, 6ª edição, edição bilingue de J. C. Rolfe, London, William Heinemann, 1965.

SALVIANO DE MARSELHA, *Oeuvres*, edição bilingue de G. Lagarrigue, Paris, Éditions du Cerf, 1975.

SCRIPTORES HISTORIAE AUGUSTAE, *The Scriptores Historiae Augustae*, volumes 1 e 2, edição bilingue de D. Magie, London, William Heinemann, 1967.

SÉNECA, *Lettres a Lucilius*, tomo 2, 5ª edição, edição bilingue de F. Préchac e H. Noblot, Paris, Les Belles Lettres, 1995.

SIDÓNIO APOLINÁRIO, *Lettres*, tomo 2, edição bilingue de A. Loyen, Paris, *Les Belles Lettres*, 1970.

SÍMACO, *Lettres*, tomos 1 e 2, edição bilingue de J. P. Callu, Paris, Les Belles Lettres, 1972-1982.

SÓCRATES ESCOLÁSTICO, *Historia Ecclesiastica*, 5.18, apud SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure of the transportation and processing of supplies for the imperial distributions in Rome and Constantinople*, Amsterdam, J.C. Gieben, 1991, p. 341.

SUETÓNIO, *Suetonius*, volumes 1 e 2, edição bilingue J. C. Rolfe, London, William Heinemann, 1960.

TÁCITO, *Annales*, tomos 1 e 2, tradução de H. Bornecque, Paris, Garnier Frères, 1957.

IDEM, *Histoires*, tomo 1, tradução de H. Bornecque, Paris, Garnier, 1954.

TITO LÍVIO, *Livy*, volumes 3, 10 e 12, edição bilingue de E. T. Sage e A. C. Schlesinger, London, William Heinemann, 1964-1967.

VEGÉCIO, *Epitoma Rei Militaris*, edição de M. D. Reeve, Oxford, Clarendon Press, 2004.

VELEIO PATÉRCULO, *Compendium of roman history. Res Gestae diui Augusti*, 4ª edição, edição bilingue de F. W. Shipley, London, William Heinemann, 1967.

VITA SANCTAE MELANIAE, *Vie de Sainte Mélanie*, edição bilingue de D. Gorce, Paris, Éditions du Cerf, 1962.

ZÓSIMO, *New history*, tradução de R. T. Ridley, Sydney, Australian Association for Byzantine Studies, 1982.

Fontes digitalizadas

CHRONOGRAPHUS ANNI CCCLIII, *Monumenta Germaniae historica. Inde ab anno Christi quingentésimo usque ad annum millesimum et quingentesimum. Chronica minora. Saec. IV. V. VI. VII.*, edição de Th. Mommsen, Berolini, Weidmannos, 1892. Em linha. Disponível em: goo.gl/eM91Gt [consultado pela última vez em 28/05/2017].

CURIOSUM VRBIS ROMAE. Em linha. Disponível em: goo.gl/7rzKfk [consultado pela última vez em 28/05/2017].

SÍMACO, *Relationes*, edição de Gulielmus Meyer, Lipsiae, in Aedibus B. G. Teubneri, 1872. Em linha. Disponível em: goo.gl/n0egAr [consultado pela última vez em 28/05/2017].

Obras de referência

BLECKMANN, B., “Diocletianus”, *Brill’s New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 4, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2004, pp. 429-438.

BRODERSEN, K., “Forma Urbis Romae”, *Brill’s New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 5, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2004, p. 496.

CONSILII ACADEMIIS SOCIETATISBUSQUE DIVERSARUM NATIONUM ELECTI, ed., *Thesaurus Linguae Latinae. Index. Librorum scriptorum inscriptionum ex quibus exempla afferuntur*, volume 2L, Leipzig, B.G. Teubner, 1990.

Dicionário de Latim-Português, 3ª edição, Porto, Porto Editora, 2008.

Dicionário de Língua Portuguesa, Porto, Porto Editora, 1952.

EDER, W; HEINZELMANN, M.; JONGMAN, W., “Rome”, *Brill’s New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 12, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2008, pp. 669-725.

GLARE, P. G. W., ed., *Oxford Latin dictionary*, volume 1, 2ª edição, Oxford, Oxford University Press, 2012.

GUTSFELD, A., “Vicarius”, *Brill’s New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 15, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2010, pp. 390-391.

HERZ, P., “Meat, consumption of”, *Brill’s New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 8, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2006, pp. 535-537.

HUMBERT, G., “Annona”, *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines d’après les textes et les monuments contenant l’explication des termes qui se rapportent aux mœurs, aux institutions, à la religion, aux arts, aux sciences, au costume, au mobilier, à la guerre, à la marine, aux métiers, aux monnaies, poids et mesures, etc., etc., et en général à la vie publique et privée des anciens*, tomo 1, primeira parte, direcção de Ch. Daremberg e Edm. Saglio, Graz, Akademische Druck, 1962, pp. 273b-278a.

JOHNE, K.-P., “Notitia Romae”, *Brill’s New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 9, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2006, p. 830.

JONGMAN, W.; MAKRIS, G., “Cura annonae”, *Brill’s New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 3, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2003, pp. 1006-1008.

LIDDELL, H. G.; SCOTT, R., eds., *A Greek-English lexicon*, Oxford, Clarendon Press, 1996.

MEANS, J. C., “Gildo”, *A dictionary of Greek and Roman biography and mythology*, volume 2, edição de W. Smith, London, John Murray, 1872, pp. 267a-268b.

REDIES, M., “Gildo”, *Brill’s New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 5, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2004, pp. 851-852.

SALLARES, R., “Grain”, *Brill’s New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 5, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2004, pp. 965-974.

SEYFFERT, O., “Annona”, *A dictionary of classical antiquities. Mythology, religion, literature, art*, revisto e editado por H. Nettleship e J. E. Sandys, London, George Allen, 1957, pp. 34a-34b.

VON UNGERN-STERNBERG, J., “Grain Laws”, *Brill’s New Pauly. Encyclopaedia of the ancient world. Antiquity*, edição de H. Cancik e H. Schneider, volume 5, edição inglesa coordenada por C. F. Salazar, Leiden, Brill, 2004, pp. 974-976

WILKINS, A. S., “Annona”, *A dictionary of Greek and Roman culture*, edição de G. E. Marindin, W. Smith e W. Wayte, volume 1, London, I. B. Tauris, 2008, pp. 124b-125a.

WROTH, W., “Pistor”, *A dictionary of Greek and Roman culture*, edição de G. E. Marindin, W. Smith e W. Wayte, volume 2, London, I. B. Tauris, 2008, pp. 430a-431b.

Obras gerais

BLOCKLEY, R. C., “The dynasty of Theodosius”, *The Cambridge ancient history. The Late Empire. A.D. 337-425*, volume 13, edição de A. Cameron e P. Garnsey, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, pp. 111-137.

BOWMAN, A.; CAMERON, A.; GARNSEY, P., eds., “Chronology”, *The Cambridge ancient history. The crisis of empire. A.D. 193-337*, 2ª edição, volume 12, Cambridge, Cambridge University Press, 2005, pp. 772-785.

BOWMAN, A.; CHAMPLIN, E.; LINTOOT, A., eds., “Chronological table”, *The Cambridge ancient history. The augustan Empire. 43 B.C.-A.D. 69*, 2ª edição, volume 10, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp. 995-1005.

BOWMAN, A.; GARNSEY, P.; RATHBONE, D., eds., “Chronological table”, *The Cambridge ancient history. The high Empire. A.D. 70-192*, 2ª edição, volume 11, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp. 1009-1013.

BROEKAERT, W.; ZUIDERHOEK, A., “Industries and services”, *The Cambridge companion to ancient Rome*, edição de P. Erdkamp, Cambridge, Cambridge University Press, 2013, pp. 317-335.

CAMERON, A., “Vandal and byzantine Africa”, *The Cambridge ancient history. Late Antiquity. Empire and successors. A. D. 425-600*, volume 14, edição de A. Cameron, B. Ward-Perkins e M. Whitby, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp. 552-569.

CAMERON, A.; GARNSEY, P., eds., “Chronological table”, *The Cambridge ancient history. The late Empire. A.D. 337-425*, volume 13, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, pp. 762-767.

CAMERON, A.; WARD-PERKINS, B.; WHITBY, M., eds., “Chronological table”, *The Cambridge ancient history. Late Antiquity. Empire and successors. A. D. 425-600*, volume 14, Cambridge University Press, 2000, pp. 982-986.

DRINKWATER, J., “Aurelian, 270-5”, *The Cambridge ancient history. The crisis of empire, A.D. 193-337*, volume 12, edição de A. K. Bowman, A. Cameron e P. Garnsey, Cambridge, Cambridge University Press, 2005, pp. 51-53.

ERDKAMP, P., “The food supply of the capital”, *The Cambridge companion to ancient Rome*, edição de P. Erdkamp, Cambridge, Cambridge University Press, 2013, pp. 262-277.

HUNT, D., “Julian”, *The Cambridge ancient history. The Late Empire. A.D. 337-425*, volume 13, edição de A. Cameron e P. Garnsey, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, pp. 44-77.

JONES, A. H. M.; MARTINDALE, J. R.; MORRIS, J., eds., *The prosopography of later Roman Empire. A. D. 395-527*, volume 2, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

JONGMAN, W., “The early roman empire: consumption”, *The Cambridge economic history of the greco-roman world*, edição de I. Morris, R. Saller e W. Scheidel, Cambridge, Cambridge University Press, 2013, pp. 592-618.

KELLY, B., “Policing and Security”, *The Cambridge companion to ancient Rome*, edição de P. Erdkamp, Cambridge, Cambridge University Press, 2013, pp. 410-424.

LEIGH, M., “Food in latin literature”, *A companion to food in the ancient world*, edição de J. Wilkins e R. Nadeau, Oxford, John Wiley & Sons, 2015, pp. 43-52.

LENSKI, N., “The reign of Constantine”, *The Cambridge companion to the age of Constantine*, edição de N. Lenski, New York, Cambridge University Press, 2006, pp. 59-90.

LOSEBY, S. T., “Mediterranean cities”, *A companion to Late Antiquity*, edição de Ph. Rousseau, Malden, Wiley-Blackwell, 2012, pp. 139-155.

LOTT, J. B., “Regions and neighbourhoods”, *The Cambridge companion to ancient Rome*, edição de P. Erdkamp, Cambridge, Cambridge University Press, 2013, pp. 169-189.

MOATTI, C., “Immigration and cosmopolitanization”, *The Cambridge companion to ancient Rome*, edição de P. Erdkamp, Cambridge, Cambridge University Press, 2013, pp. 77-92.

MORLEY, N. “Population size and social structure”, *The Cambridge companion to ancient Rome*, edição de P. Erdkamp, Cambridge, Cambridge University Press, 2013, pp. 29-44.

NADEAU, R.; WILKINS, J., “Introduction”, *A companion to food in the ancient world*, edição de J. Wilkins e R. Nadeau, Oxford, John Wiley & Sons, 2015, pp. 1-16.

SABBAN, F., “The ideological foundations of the food culture of Pre-Imperial China”, *A companion to food in the ancient world*, edição de J. Wilkins e R. Nadeau, Oxford, John Wiley & Sons, 2015, pp. 393-402.

SCHEIDEL, W., “Demography”, *The Cambridge economic history of the greco-roman world*, edição de I. Morris, R. Saller e W. Scheidel, Cambridge, Cambridge University Press, 2013, pp. 38-86.

STOREY, G. R., “Housing and domestic architecture”, *The Cambridge companion to ancient Rome*, edição de P. Erdkamp, Cambridge, Cambridge University Press, 2013, pp. 151-168.

TUCK, S. L., “The Tiber and river transport”, *The Cambridge companion to ancient Rome*, edição de P. Erdkamp, Cambridge, Cambridge University Press, 2013, pp. 229-245.

Obras específicas

ANDRÉ, J., *L'alimentation et la cuisine à Rome*, Paris, Les Belles Lettres, 1981.

BARNES, T. D., “The historical setting of prudentius' *Contra Symmachum*” *The American Journal of Philology*, volume 97, n.º 4, Baltimore, Inverno de 1976, pp. 373-386. Em linha. Disponível em: [goo.gl/pYqL9D](http://www.jstor.org/stable/40310842) [consultado pela última vez em 28/05/2017].

BARNISH, S. J. B., “Pigs, plebeians and potentes. Rome's economic hinterland, c. 350-600 A.D.”, *Papers of the British School at Rome*, volume 55, London, 1987, pp. 157-185. Em linha. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40310842> [consultado pela última vez em 28/05/2017].

BELL, M., “An imperial flour mill on the Janiculum”, *Le Ravitaillement en blé de Rome et des centres urbains des débuts de la République jusqu'au Haut-Empire. Actes du colloque international de Naples*, 1991, Rome, École Française de Rome, 1994, pp. 73-89. Em linha. Disponível em: [goo.gl/2w596a](http://www.jstor.org/stable/40310842) [consultado pela última vez em 28/05/2017].

BOURGEOIS, C., “Les Vandales, le vandalisme et l’Afrique”, *Antiquités africaines*, volume 16, n.º 1, Paris, 1980, pp. 213-228. Em linha. Disponível em: [goo.gl/e3IJJr](http://www.jstor.org/stable/40310842) [consultado pela última vez em 28/05/2017].

BRAUN, T. “Barley cakes and emmer bread”, *Food in Antiquity*, edição de D. Harvey, J. Wilkins e M. Dobson, prefácio de A. Davidson, Exeter, University of Exeter Press, 2003, pp. 25-37.

BROWN, P., *Power and persuasion in Late Antiquity. Towards a christian empire*, Madison, University of Wisconsin Press, 1992.

BRUNT, P. A., “The roman mob”, *Past & Present*, n.º 35, Oxford, Dezembro de 1966, pp. 3-27. Em linha. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/649964> [consultado pela última vez em 28/05/2017].

CAGNAT, R., “L’annone d’Afrique”, *Mémoires de l’Institut national de France*, tomo 40, Paris, Imprimerie Nationale, 1916, pp. 247-277. Em linha. Disponível em: [goo.gl/jDCy0r](http://www.jstor.org/stable/2340000) [consultado pela última vez em 28/05/2017].

CAMPBELL, J. B., *Rivers and the power of ancient Rome*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2012.

CARRIÉ, J.-M., “Les distributions alimentaires dans les cités de l’empire romain tardif”, *Mélanges de l’École Française de Rome. Antiquité*, tomo 87, n.º 2, Rome, 1975, pp. 995-1101. Em linha. Disponível em: [goo.gl/9sXMVc](http://www.jstor.org/stable/2340000) [consultado pela última vez em 28/05/2017].

CASSON, L., “Harbour and river boats of ancient Rome”, *The Journal of Roman Studies*, volume 55, n.º 1/2, partes 1 e 2, London, 1965, pp. 31-39. Em linha. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/297428> [consultado pela última vez em 28/05/2017].

IDEM, *Ships and seamanship in the ancient world*, New Jersey, Princeton University Press, 1971.

CEPARANO, M. L., “I pistrina nei Regionari di IV secolo”, *Mélanges de l’École Française de Rome. Antiquité*, tomo 110, n.º 2, Rome, 1998, pp. 917-927. Em linha. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/mefr_0223-5102_1998_num_110_2_2056 [consultado pela última vez em 28/05/2017].

CHARLES-PICARD, G., *La Carthage de saint Augustin*, Paris, Fayard, 1965.

IDEM, *La civilisation de l’Afrique romaine*, 2ª edição, Paris, Études Augustiniennes, 1990.

IDEM, “Néron et le blé d’Afrique”, *Comptes rendus des séances de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, n.º 1, Paris, 1956. pp. 68-72. Em linha. Disponível em: [goo.gl/ETmSzW](http://www.jstor.org/stable/2340000) [consultado pela última vez em 28/05/2017].

CHARLESWORTH, M. P., *Trade-routes and commerce of the Roman empire*, 2ª edição, New York, Cooper Square, 1970.

CHASTAGNOL, A., *La fin du monde antique. De Stilicon à Justinien (Ve siècle et début VIe)*, Paris, Nouvelles Éditions Latines, 1976.

IDEM, *La Préfecture urbaine à Rome sous le Bas-Empire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1960.

IDEM, *Le Bas-Empire*, 2ª edição, Paris, Armand Colin, 1969.

IDEM, “Le fonctionnement de la préfecture urbaine”, *La Rome impériale. Démographie et logistique. Actes de la table ronde de Rome*, Rome, École Française de Rome, 1997, pp. 111-119. Em linha. Disponível em: goo.gl/kWdYDf [consultado pela última vez em 28/05/2017].

IDEM, “Le ravitaillement de Rome en viande au V^e siècle”, *Revue historique*, tomo 210, n.º 1, Paris, 1953, pp. 13-22. Em linha. Disponível em: goo.gl/BE6jAt [consultado pela última vez em 28/05/2017].

IDEM, *Les fastes de la préfecture de Rome au Bas-Empire*, Paris, Nouvelles Editions Latines, 1962.

COARELLI, F., “La situazione edilizia di Roma sotto Severo Alessandro”, *L'Urbs. Espace urbain et histoire (Ier siècle av. J.-C. - IIIe siècle ap. J.-C.)*. *Actes du colloque international de Rome*, Rome, École Française de Rome, 1987, pp. 429-456. Em linha. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/efr_0000-0000_1987_act_98_1_2980 [consultado pela última vez em 28/05/2017].

COURTOIS, Ch., *Les vandales et l'Afrique*, Paris, Arts et Métiers Graphiques, 1955.

D'ESCURAC, H. P., *La Préfecture de l'annone. Service administratif impérial d'Auguste à Constantin*, Rome, École Française de Rome, 1976. Em linha. Disponível em: goo.gl/vUM209 [consultado pela última vez em 28/05/2017].

DE ROMANIS, F., “In tempi di guerra e di peste. Horrea e mobilità del grano pubblico tra gli Antonini e i Severi”, *Antiquités africaines*, volume 43, n.º 1, Paris, 2007, pp. 187-230. Em linha. Disponível em: goo.gl/k32fEL [consultado pela última vez em 28/05/2017].

DUNCAN-JONES, R., “Economic change and the transition to Late Antiquity”, *Approaching Late Antiquity. The transformation from early to late empire*, edição de M. Edwards e S. Swain, Oxford, Oxford University Press, 2008, pp. 20-52.

DURLIAT, J., *De la ville antique à la ville byzantine. Le problème des subsistances*, Rome, École Française de Rome, 1990. Em linha. Disponível em: goo.gl/mqVGPB [consultado pela última vez em 28/05/2017].

ERDKAMP, P., “A starving mob has no respect. Urban markets and food riots in the roman world. 100 BC-400 AD”, *The transformation of economic life under the Roman Empire. Proceedings of the second workshop of the international network impact of empire. Roman empire, c. 200 B.C. - A.D. 476*, edição de J. Rich e L. de Blois, Amsterdam, J. C. Gieben, 2002, pp. 93-115.

FORBES, H. A.; FOXHALL, L., “Sitometreia. The role of grain as a staple food in Classical Antiquity”, *Chiron. Mitteilungen der Kommission für Alte Geschichte und Epigraphik des Deutschen Archäologischen Instituts*, n.º 12, München, 1982, pp. 41-90.

IDEM, “Ehnoarchaeology and storage in the ancient mediterranean. Beyond risk and survival”, *Food in Antiquity*, edição de D. Harvey, J. Wilkins e M. Dobson, prefácio de A. Davidson, Exeter, University of Exeter Press, 2003, pp. 69-86.

- FORBES, R. J., *Studies in ancient technology*, volumes 2 e 3, 2ª edição, Leiden, E. J. Brill, 1964.
- FRIELL, G.; WILLIAMS, S., *Theodosius. The empire at bay*, London, Routledge, 1998.
- FUJISAWA, A., “I «pistores» nel primo Impero”, *ACME*, volume 48, n.º 2, Milano, Maio-Agosto de 1995, pp. 169-181.
- GALLANT, T.; GARNSEY, P.; RATHBONE, D., “Thessaly and the grain supply of Rome during the second century B.C.”, *The Journal of Roman Studies*, volume 74, London, 1984, pp. 30-44. Em linha. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/299005> [consultado pela última vez em 28/05/2017].
- GARNSEY, P., *Cities, peasants and food in Classical Antiquity. Essays in social and economic history*, edição com addenda de W. Scheidel, Cambridge, Cambridge University Press, 2004.
- IDEM, *Famine and food supply in the graeco-roman world. Responses to risk and crisis*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.
- IDEM, “Grain for Rome”, *Trade in ancient economy*, edição de C. R. Whittaker, K. Hopkins e P. Garnsey, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1983, pp. 118-130. Em linha. Disponível em: goo.gl/3pRhZd [consultado pela última vez em 28/05/2017].
- IDEM; HUMFRESS, C., *The evolution of the late antique world*, Cambridge, Orchard Academic, 2001,
- GARNSEY, P; SALLER, R., *The Roman Empire. Economy, society and culture*, London, Duckworth, 1990.
- GERACI, G., “L'Egitto. Provincia frumentaria”, *Le ravitaillement en blé de Rome et des centres urbains des débuts de la République jusqu'au Haut-Empire. Actes du colloque international de Naples*, Rome, École Française de Rome, 1994, pp. 279-294. Em linha. Disponível em: goo.gl/dFU1zQ [consultado pela última vez em 28/05/2017].
- GIBBON, E., “St. Augustin and the siege of Hippo”, *The decline and fall of the Roman Empire*, London, Penguin Books, 1966, pp. 475-477.
- GILLET, A., “Rome, Ravenna and the last western emperors”, *Papers of the British School at Rome*, volume 69, London, 2001, pp. 131-167. Em linha. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40311008> [consultado pela última vez em 28/05/2017].
- GOLDSWORTHY A., *The fall of the west. The slow death of the roman superpower*, London, Weidenfeld & Nicolson, 2009.
- GOUREVITCH, D., “Le pain des Romains à l'apogée de l'empire. Bilan entomo- et botano-archéologique”, *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, Paris, Diffusion de Boccard, 2005, pp. 27-47. Em linha. Disponível em: goo.gl/oqxiNZ [consultado pela última vez em 28/05/2017].
- GRANT, M., *The climax of Rome. The final achievements of the ancient world AD 161-337*, London, Weidenfeld, 1993.

HARRIES, J., *Imperial Rome. AD 284 to 363. The new empire*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2013.

HEATHER, P. J., *The fall of the Roman empire. A new history of Rome and the barbarians*, Oxford, Oxford University Press, 2007.

HERMANSEN, G., “The bread line through Ostia to Rome”, *The Proceedings of the African Classical Associations*, n.º 14, Salisbury, 1978, pp. 21-26.

IDEM, “The population of imperial Rome. The regionaries”, *Historia. Zeitschrift für Alte Geschichte*, volume 27, n.º 1, Stuttgart, 1978, pp. 129-168. Em linha. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4435588> [consultado pela última vez em 28/05/2017].

HODGES, R.; WHITEHOUSE, D., *Mohammed, Charlemagne & The Origins of Europe. Archaeology and the Pirenne Thesis*, Ithaca, Cornell University Press, 1983.

JAÏDI, H., *L'Afrique et le blé de Rome aux IVème et Vème siècles*, Tunis, Université de Tunis I, Faculté des sciences humaines et sociales, 1990.

JARDÉ, A., *Les céréales dans l'antiquité grecque. La production*, Paris, E. de Boccard, 1925, p. 128, apud D'ESCURAC, H. P., *La Préfecture de l'annone, service administratif impérial d'Auguste à Constantin*, Rome, Ecole Française de Rome, 1976, p. 172.

JASNY, N., “Competition among grains in Classical Antiquity”, *The American Historical Review*, volume 47, n.º 4, Oxford, Julho de 1942, pp. 747-764. Em linha. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1841501> [consultado pela última vez em 28/05/2017].

JONES, A. H. M., *The decline of the ancient world*, London, Longman, 1975.

IDEM, *The later Roman Empire. 284-602. A social, economic, and administrative survey*, volumes 1 e 2, Oxford, Basil Blackwell, 1964.

LANÇON, B., *Rome dans l'Antiquité tardive. 312-604 après J.-C.*, Paris, Hachette, 1995.

LE BOHEC, Y., *Histoire de l'Afrique romaine. 146 avant J.-C.-439 après J.-C.*, Paris, Picard, 2005.

LE GALL, J., *Le Tibre. Fleuve de Rome dans l'Antiquité*, Paris, Presses Universitaires de France, 1953.

LENDON, J. E., *Empire of honour. The art of government in the roman world*, Oxford, Clarendon Press, 1997.

LINN, J., “The roman grain supply, 442-455”, *Journal of Late Antiquity*, volume 5, n.º 2, Baltimore, Outono de 2012, pp. 298-321. Em linha. Disponível em: goo.gl/4q6fEM [consultado pela última vez em 28/05/2017].

LO CASCIO, E., “La popolazione”, *Roma imperiale. Una metropoli antica*, edição de E. Lo Cascio, Roma, Carocci, 2002, pp. 17-69.

IDEM, “La population”, *Pallas. Revue interuniversitaire d'études antiques*, n.º 55, Toulouse, 2001, pp. 179-198. Em linha. Disponível em: goo.gl/n9Ynqx [consultado pela última vez em 28/05/2017].

IDEM, “Le procedure di recensus dalla tarda repubblica al tardo antico e il calcolo della popolazione di Roma”, *La Rome impériale. Démographie et logistique. Actes de la table ronde de Rome*, Rome, École Française de Rome, 1997, pp. 3-76. Em linha. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/efr_0223-5099_1997_act_230_1_5103 [consultado pela última vez em 28/05/2017].

MCCALLUM, M., “The supply of stone to the city of Rome: A case study of the transport of anician building stone and millstone from the Santa Trinità Quarry (Orvieto)”, *Trade and exchange. Archaeological studies from history and prehistory*, edição de C. D. Dillan e C. L. White, New York, Springer, 2010, pp. 75-94. Em linha. Disponível em: goo.gl/siaUyr [consultado pela última vez em 28/05/2017].

MEIGGS, R., *Roman Ostia*, 2ª edição, Oxford, Clarendon Press, 1977.

MEIJER, F., “Cicero and the costs of the republican grain laws”, *De agricultura. In memoriam Pieter Willem de Neeve (1945-1990)*, Amsterdam, J. C. Gieben, 1993, pp. 153-163.

MILLAR, F., *The emperor in the roman world. 31 BC - AD 337*, London, Duckworth, 1977.

MITCHELL, S., *A history of the Roman Empire. AD 284-641. The transformation of the ancient world*, Malden, Blackwell, 2007.

MODÉLAN, Y., *L'empire romain tardif. 235-395 ap. J.-C.*, Paris, Ellipses, 2003.

MORITZ, L. A., *Grain-mills and flour in Classical Antiquity*, Oxford, Clarendon Press, 1958.

NIPPEL, W., *Public order in ancient Rome*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

OATES, W. J., “The population of Rome”, *Classical Philology*, volume 29, n.º 2, Chicago, Abril de 1934, pp. 101-116. Em linha. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/264523> [consultado pela última vez em 28/05/2017].

PALANQUE, J.-R., “Famines à Rome à la fin du IV^e siècle”, *Revue des études anciennes*, tomo 33, n.º 4, Bordeaux, 1931, pp. 346-356. Em linha. Disponível em: goo.gl/4CRM2i [consultado pela última vez em 28/05/2017].

PARKER, H. M. D., *A history of the roman world. From A.D. 138 to 337*, London, Methuen, 1958.

PIGANIOL, A., *L'empire chrétien (325-395)*, Paris, PUF, 1947.

REMESAL RODRÍGUEZ, J., “Prouidentia et annona. Cum uentri tibi humano negotium est”, *Religión y propaganda política en el mundo romano*, Barcelona, Publicacions Universitat, 2002, pp. 119-125. Em linha. Disponível em: goo.gl/bVqYtR [consultado pela última vez em 28/05/2017].

RICKMAN, G., “Plenary address. Ports, ships, and power in the roman world”, *Memoirs of the American Academy in Rome. Supplementary volumes*, volume 6, Ann Arbor, 2008, pp. 5-20. Em linha. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40379294> [consultado pela última vez em 28/05/2017].

IDEM, *Roman granaries and store buildings*, Cambridge, Cambridge University Press, 1971.

IDEM, *The corn supply of ancient Rome*, Oxford, Clarendon Press, 1980.

IDEM, “The grain trade under the Roman Empire”, *Memoirs of the American Academy in Rome*, volume 36, Ann Arbor, 1980, pp. 261-275. Em linha. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4238709> [consultado pela última vez em 28/05/2017].

ROUGÉ, J., “La navigation hivernale sous l'Empire romain”, *Revue des Études Anciennes*, tomo 54, n.º 3-4, Bordeaux, 1952, pp. 316-325. Em linha. Disponível em: goo.gl/EI4J8W [consultado pela última vez em 28/05/2017].

IDEM, *Recherches sur l'organisation du commerce maritime en Méditerranée sous l'empire romain*, Paris, SEVPEN, 1966.

RUGGINI, L. C., “Spazi urbani clientelari e caritativi”, *La Rome impériale. Démographie et logistique. Actes de la table ronde de Rome*, Rome, École Française de Rome, 1997, pp. 157-191. Em linha. Disponível em: goo.gl/cilf84 [consultado pela última vez em 28/05/2017].

SAINT-DENIS, E. DE, “La vitesse des navires anciens”, *Revue Archéologique*, tomo 18, Paris, Julho-Dezembro de 1941, pp. 121-131. Em linha. Disponível em: goo.gl/LbSTqp [consultado pela última vez em 28/05/2017].

SCOBIE, A., “Slums, sanitation, and mortality in the roman world”, *Klio. Beiträge zur alten Geschichte*, volume 68, n.º 2, Berlin, 1986, pp. 399-443. Em linha. Disponível em: <https://community.plu.edu/~315j06/doc/slums-sanitation.pdf> [consultado pela última vez em 28/05/2017].

SERAFINA, P., “Distribuzioni di denaro e viveri su monete e medaglioni di età imperiale. I protagonisti, gli scenari”, *Mélanges de l'Ecole Française de Rome. Antiquité*, tomo 101, n.º 1, Rome, 1989, pp. 289-315. Em linha. Disponível em: goo.gl/6T3R3x [consultado pela última vez em 28/05/2017].

SIRKS, B., *Food for Rome. The legal structure of the transportation and processing of supplies for the imperial distributions in Rome and Constantinople*, Amsterdam, J.C. Gieben, 1991.

IDEM, “Sailing in the off-season with reduced financial risk”, *Speculum iuris. Roman law as a reflection of social and economic life in Antiquity*, edição de B. Sirks e J.-J. Aubert, Ann Arbor, University of Michigan Press, 2002, pp. 134-150. Em linha. Disponível em: goo.gl/C3PBlA [consultado pela última vez em 28/05/2017].

IDEM, “The size of the grain distributions in imperial Rome and Constantinople”, *Athenaeum. Studi di letteratura e storia dell'antichità*, volume 79, Pavia, 1991, pp. 215-237.

- TCHERNIA, A., *Les romains et le commerce*, Naples, Centre Jean Bérard, 2011.
- TEALL, J. L., "The grain supply of the Byzantine Empire, 330-1025", *Dumbarton Oaks Papers*, volume 13, Washington, DC, 1959, pp. 87-139. Em linha. Disponível em: goo.gl/ZMmCzp [consultado pela última vez em 28/05/2017].
- TENGSTRÖM, E., *Bread for the people. Studies of the corn-supply of Rome during the Late Empire*, Stockholm, Svenska Institutet i Rom, 1974.
- THURMOND, D. L., *A handbook of food processing in classical Rome. For her bounty no winter*, Leiden, Brill, 2006.
- VAN DAM, R., *Rome and Constantinople. Rewriting roman history during Late Antiquity*, Waco, Baylor University Press, 2010.
- VANNESSE, M., "L'armée romaine en Occident sous Stilichon (395-408 ap. J.-C.). Le témoignage des décrets impériaux", *Revue belge de philologie et d'histoire*, tomo 88, n.º 1, Bruxelles, 2010, pp. 99-112. Em linha. Disponível em: goo.gl/qPH4qi [consultado pela última vez em 28/05/2017].
- VERA, D., "Panis ostiensis adque fiscalis. Vecchie e nuove questioni di storia annonaria romana", *Humana sapit. Etudes d'antiquité tardive offertes à Lellia Cracco Ruggini*, edição de J.-M. Carrié e R. L. Testa, prefácio de P. Brown, Turnholt, Brepols, 2002, pp. 341-356.
- VEYNE, P., *Le pain et le cirque. Sociologie historique d'un pluralisme politique*, Paris, Seuil, 1976.
- VIRLOUVET, C., *Famines et émeutes à Rome des origines de la république à la mort de Néron*, Rome, École Française de Rome, 1985.
- IDEM, "L'approvvigionamento di Roma imperiale: una sfida quotidiana", *Roma imperiale. Una metropoli antica*, edição de E. Lo Cascio, Roma, Carocci, 2002, pp. 103-136.
- IDEM, "La consommation de céréales dans la Rome du Haut-Empire. Les difficultés d'une approche quantitative", *Histoire & mesure*, volume 10, n.º 3-4, Paris, 1995, pp. 261-275. Em linha. Disponível em: goo.gl/VazIi2 [consultado pela última vez em 28/05/2017].
- IDEM, *Tessera Frumentaria. Les procédures de distribution du blé public à Rome à la fin de la République et au début de l'Empire*, Rome, École Française de Rome, 1995.
- WALTZING, J.-P., *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les Romains. Depuis les origines jusqu'à la chute de l'Empire d'Occident*, tomo 2, Louvain, Charles Peeters, 1896. Em linha. Disponível em: goo.gl/6YxrhH [consultado pela última vez em 28/05/2017].
- WHITE, K. D., "Cereals, bread and milling in the roman world", *Food in Antiquity*, edição de D. Harvey, J. Wilkins e M. Dobson, prefácio de A. Davidson, Exeter, University of Exeter Press, 2003, pp. 38-43.
- WILLIAMS, S., *Diocletian and the roman recovery*, New York, Routledge, 2000.

YEO, C. A., “Land and sea transportation in imperial Italy”, *Transactions and proceedings of the American Philological Association*, volume 77, Baltimore, 1946, pp. 221-224. Em linha. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/283459> [consultado pela última vez em 28/05/2017].

ZEVI, F., “Histoire et topographie des ports de Rome”, *Pallas. Revue interuniversitaire d'études antiques*, n.º 55, Toulouse, 2001, pp. 267-284. Em linha. Disponível em: goo.gl/AUtBOn [consultado pela última vez em 28/05/2017].